

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**MONICA ISABEL DE MORAES**

**Duas raízes: o ensaísmo de Sérgio Buarque de Holanda**

**São Paulo**

**2016**

**MONICA ISABEL DE MORAES**

**Duas raízes: o ensaísmo de Sérgio Buarque de Holanda**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia da Cultura.

Orientador: Professor Doutor Luiz Carlos Jackson.

**São Paulo**

**2016**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M827d Moraes, Monica Isabel de  
Duas raízes: o ensaísmo de Sérgio Buarque de  
Holanda / Monica Isabel de Moraes ; orientador Luiz  
Carlos Jackson. - São Paulo, 2016.  
290 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São  
Paulo. Departamento de Sociologia. Área de  
concentração: Sociologia.

1. Sérgio Buarque de Holanda. 2. Trajetória de  
vida. 3. Raízes do Brasil. 4. Recepção crítica (1936-  
1948). 5. Principais alterações. I. Jackson, Luiz  
Carlos, orient. II. Título.

MORAES, Monica Isabel de.

DUAS RAÍZES: O ENSAÍSMO DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## RESUMO

Esta dissertação procura discutir as origens e os possíveis significados das duas edições de *Raízes do Brasil*, ensaio de Sérgio Buarque de Holanda. As alterações produzidas no texto de 1936, para a edição posterior de 1948, não foram suficientemente aquilatadas, o que tem ocasionado alguma lacuna no pensamento social brasileiro e a naturalização, entre seus especialistas, dessas transformações. Considerando que Sérgio Buarque de Holanda, como os demais escritores relevantes para o pensamento social brasileiro do período, competiam pela imposição da sua representação de Brasil, a origem da motivação primeira, e de maior relevância, que teria levado o ensaísta a alterar o texto de *Raízes do Brasil* para a segunda edição, parece corresponder à atitude de um agente interagindo num campo de forças em meio a lutas e disputas por prestígio e reconhecimento no seu campo específico. Sendo assim, para identificar e compreender as estratégias postas em ação por Sérgio Buarque de Holanda, esta pesquisa recompôs a trajetória social e intelectual do ensaísta para recuperar os pontos de vista e interesses que, determinados pela posição que ocupava no mundo social, plasmaram o discernimento que está na origem de *Raízes do Brasil*. Conhecidas as redes de sociabilidade e profissionais que envolveram Sérgio Buarque até a segunda edição de *Raízes do Brasil*, foram também investigados os dois períodos de recepção crítica do livro, tanto em 1936, como em 1948. Por fim, procedeu-se à confrontação entre as duas edições de modo a articular as principais alterações com a trajetória progressiva de seu autor.

**Palavras-chave:** Sérgio Buarque de Holanda, trajetória de vida, *Raízes do Brasil*, recepção crítica (1936-1948), principais alterações.

## ABSTRACT

This work aims to discuss the origins and the possible meanings of the two editions of the essay *Raízes do Brasil*, by Sérgio Buarque de Holanda. The changes from the 1936 edition to the later 1948 edition were not sufficiently analysed, creating a gap in the Brazilian social thinking and a naturalization of those changes among the specialists. Considering that Sérgio Buarque de Holanda, as many other relevant writers of his time, used to compete for the imposition of their representation of Brazil, the origin of the first, and the most significant motivation that would have driven the essayist to alter the text from *Raízes do Brasil* to its second edition, might be equivalent to the attitudes taken by an agent interacting with a force field, in midst of fights, disputes for prestige and recognition in his field of knowledge. Therefore, to identify and comprehend the strategies adopted by Sérgio Buarque de Holanda, this academic research recomposed the social and intellectual trajectory of the author to restore the points of view and interests that, determined by his position in the social sphere, forged the discernment within the origin of *Raízes do Brasil*. Knowing the social and professional surroundings of Sérgio Buarque de Holanda until the second edition of *Raízes do Brasil*, the two moments of critical reception of the book were analyzed as well, both in 1936 and 1948. Finally, the two editions were also confronted in a way to associate the main changes with the former trajectory of the author.

**Keywords:** Sérgio Buarque de Holanda, life story, *Raízes do Brasil*, critical reception (1936-1948), main changes.

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
Capítulo 1 – Origem social .....	11
Capítulo 2 – Primeira edição de <i>Raízes do Brasil</i> .....	51
Capítulo 3 – Segunda edição de <i>Raízes do Brasil</i> .....	101
Capítulo 4 – O confronto das edições .....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	181
ANEXO A – Genealogia de Sérgio Buarque de Holanda .....	183
ANEXO B – Biografia dos críticos de <i>Raízes do Brasil</i> (primeira e segunda edição) .....	187
DOCUMENTOS CONSULTADOS .....	205
BIBLIOGRAFIA .....	206
APÊNDICE A – <i>Raízes do Brasil</i> : comparação entre as edições de 1936 e 1948 .....	212

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa discute as origens e os possíveis significados das duas primeiras edições de *Raízes do Brasil*, ensaio de Sérgio Buarque de Holanda.

Ainda hoje, as alterações produzidas por Sérgio Buarque no texto de 1936, para a edição posterior de 1948, não foram suficientemente aquilatadas. Contudo, se a falta de estudos em profundidade sobre as metamorfoses do livro produz alguma lacuna no pensamento social brasileiro, prejuízo maior causa a naturalização, entre seus especialistas, dessas transformações.

Sendo assim, inspirada pelo debate que suscita João Cezar de Castro Rocha no texto '*Raízes do Brasil*': *Biografia de um livro-problema*<sup>1</sup>, proponho-me a tarefa de discutir, especialmente voltada para o papel de *Raízes do Brasil* na cultura intelectual brasileira, o significado das suas modificações podendo não apenas “esclarecer novas dimensões do texto”, mas, sobretudo a “própria trajetória intelectual de seu autor” (Rocha, 2012, p. 20).

No prefácio à quarta edição de *Monções*, Laura de Mello e Souza recorda que do seu curto convívio profissional com Sérgio Buarque de Holanda, ouviu dele duas revelações que a intrigaram. Uma referia-se ao sofrimento que Sérgio Buarque dizia sentir para escrever, e, conforme Souza (2014-A, p. 15):

levando não raro uma semana para redigir um parágrafo e trazendo nos bolsos pequenos pedaços de papel escritos e reescritos à mão para, depois, copiá-los à máquina. Como prova da tortura, sacou do bolso e me mostrou um desses papezinhos.

A outra declaração foi que, à época, praticamente decorridos trinta anos da publicação de *Monções*, Sérgio Buarque permanecia trabalhando na sua reescrita, julgando que muito ainda havia para emendar e acrescentar. Esse sentimento de incompletude, Laura de Mello e Souza reputa ao fato de Sérgio Buarque ser “perfeccionista” e à sua necessidade de “submeter a escrutínio rigoroso tudo quanto escrevia” (Ibid., p. 16).

---

<sup>1</sup> In Marras, Stelio (Org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 2012.

O caráter fragmentário de parte da obra de Sérgio Buarque é tema que a prefaciadora retoma no texto de apresentação de *Capítulos de expansão paulista*. A exceção de *Raízes do Brasil*, *Visão do Paraíso* e *Do Império à República*, conforme Souza, a maior parte da produção de Sérgio Buarque de Holanda se constitui de “artigos, capítulos, prefácios, fragmentos reescritos incessantemente, muitos dos quais, após sua morte, foram encontrados em versões distintas e, não raro, inacabadas” (Souza, 2014-B, p. 8). Laura de Mello e Souza sublinha a ausência, no conjunto das obras do autor, de um trabalho de síntese da história do Brasil, pois a Coleção História Geral da Civilização Brasileira conta com a colaboração de colegas e discípulos.

Além da busca obstinada da perfeição e exame minucioso a que submetia seus escritos, Sérgio Buarque possuiria também uma tendência para “evitar, ou temer, a obra acabada e de conjunto, deixando-se enredar por uma espécie de vertigem do fragmento e do retalho” (Ibid., p. 8).

Pensando em *Raízes do Brasil*, como enfrentar as mudanças produzidas por Sérgio Buarque de Holanda para a segunda edição de seu livro, em 1948?<sup>2</sup> Certamente, conforme a reflexão de Laura de Mello e Souza, o texto publicado em 1948 foi o resultado de releituras, revisões e reescritos à exaustão. Certamente, o material publicado em segunda edição saiu das mãos de um autor que buscava um texto primoroso, sem defeitos nem imperfeições. Certamente muitas, inúmeras, foram as folhas de papel e de “papeizinhos” em que Sérgio Buarque anotou tudo o que de novo descobriu, pesquisou e incorporou entre 1936 e 1948.

No entanto, considerando que o mundo social pode ser representado em forma de um espaço multidimensional de posições relativas, onde os agentes ou grupos de agentes se distribuem e se diferenciam conforme o volume e a composição do seu capital, a origem da motivação primeira, e de maior relevância, que levou Sérgio Buarque a alterar o texto de *Raízes* para a segunda edição, parece corresponder à atitude de um agente interagindo num campo de forças em meio a lutas e disputas por prestígio e reconhecimento no seu campo específico. O “perfeccionismo, o escrutínio rigoroso e o

---

<sup>2</sup> *Raízes do Brasil*. 1ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936; *Raízes do Brasil*. 2ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948.

temor à obra completa” foram a manifestação objetiva e aparente de uma motivação subjetiva anterior, consciente ou não.

A explicação que Souza (2014 A/B) oferece para a dificuldade do autor de *Raízes do Brasil* considerar sua obra acabada não leva em conta, entretanto, que Sérgio Buarque, como os demais escritores relevantes para o pensamento social brasileiro do período, competiam “pelo monopólio da imposição de uma determinada representação de Brasil” (Faria, 2002, p.14).

Dessa forma, para identificar e compreender as estratégias postas em ação pelo ensaísta, recorri, no capítulo I, à sua biografia para recuperar os pontos de vista e interesses que, determinados pela posição que ocupava no mundo social, plasmaram o discernimento que está na origem de *Raízes*.

Considerando que o momento da gênese do texto é aquele “relativamente arbitrário” (Winkin, 1999, p. 14) em que a obra se objetiva na escrita, momento esse que guarda não apenas as experiências sociais anteriores, mas também aquelas relacionadas à aprendizagem racional da profissão e aquisição de uma conformação científica, o capítulo II foi dedicado a conhecer as malhas sociais e profissionais que envolveram Sérgio Buarque até a primeira edição de *Raízes do Brasil*, em 1936. Ainda nesse capítulo, reconhecendo que toda obra passa por mediações “para ganhar a forma de coisa pública”, é submetida a “avaliações de seus pares e competidores”, interagindo com a “composição e aptidões do público leitor” (Faria, 2002, p. 15), investiguei como ocorreu a recepção do livro de estreia do ensaísta.

Prosseguindo com a biografia social e intelectual de Sérgio Buarque, no capítulo III analisei o período seguinte visando a evidenciar as condições sociais que alavancaram a reputação de Sérgio como consagrado crítico literário, ensaísta e historiador, culminando na segunda edição de *Raízes do Brasil*. Da mesma forma que no capítulo anterior, enfrentei também o conjunto de artigos que recepcionaram a edição de 1948.

Por fim, no capítulo IV, a partir da confrontação minuciosa entre as duas edições, identifiquei as alterações produzidas por Sérgio Buarque em sua obra detendo-me nas transformações mais significativas. A articulação dos trechos selecionados com a trajetória pregressa de seu autor foi a base da análise ali elaborada e cujos resultados orientaram as considerações finais desta pesquisa.

## Capítulo 1 - Origem social

A biografia de Sérgio Buarque é conhecida à exaustão, mas não sua genealogia. Sobre seus antepassados, as informações mais consistentes e comumente divulgadas referem-se apenas a seus pais. Em entrevista concedida a Graham (1982, p. 1175), o próprio Sérgio esclarece:

Meu pai nasceu em Pernambuco, mas ainda jovem veio para o Sul, para estudar medicina; ele nunca terminou o curso, mas tornou-se administrador de uma repartição de saúde pública em São Paulo. Lá, ele casou-se em 1901 e eu nasci no ano seguinte.

De fato, sobre Christovam Buarque de Holanda, pai de Sérgio Buarque, é sabido que nasceu em Pernambuco, tendo ido jovem para o Rio de Janeiro, onde principiou o curso de medicina que não concluiu. Posteriormente transferiu-se para São Paulo, convidado por Cesário Mota. Trabalhou no Serviço Sanitário do Estado e foi um dos fundadores da Escola de Farmácia e Odontologia, tendo lecionado Botânica. A mãe de Sérgio, Heloísa Costa Buarque de Holanda, nasceu em Niterói, ficou órfã ainda pequena, sendo então criada pelos padrinhos que residiam em São Paulo. Casaram-se em 1901.

Não obstante oferecerem alguma informação a respeito do autor de *Raízes do Brasil*, esses dados são insuficientes. Restam várias perguntas a serem respondidas, como as seguintes: o que teria levado o pai de Sérgio Buarque a deixar sua família e sua cidade natal? Em quais circunstâncias se deu a escolha por um curso universitário? Por que medicina? Por que no Rio de Janeiro, sendo que havia uma faculdade em Salvador? Quem suportava as despesas de Christovam no Rio de Janeiro? Quem foi a mãe de Sérgio Buarque? E seus avós?

### 1.

Os antecedentes paternos de Sérgio Buarque de Holanda estão diretamente relacionados à obra da colonização portuguesa no Brasil. Sua família origina-se na

“grande propriedade monocultural trabalhada por escravos”, elemento fundamental da economia agrícola do período colonial (Prado Júnior, 2008, p. 117).

A genealogia de Sérgio Buarque se presta a ilustrar perfeitamente o estudo clássico de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*, e também a dar vida ao seu próprio, *Raízes do Brasil*.

A família Buarque de Holanda não apenas está diretamente relacionada à obra da colonização portuguesa no Brasil, como dela foi protagonista e artífice.

Sobre a origem dos Buarque de Holanda em Alagoas e Pernambuco, Bartolomeu Buarque de Holanda (2007)<sup>3</sup>, por meio de uma investigação histórico-genealógica sobre sua família, conta que o velho Manuel Buarque aportou em Porto de Pedras, por volta de 1720, quando emigrava de Lisboa para Recife para tentar fortuna na Colônia. Manuel, com aproximadamente 50 anos, veio acompanhado de filhos e sobrinhos, e se estabeleceu em Porto Calvo, Alagoas. Um deles, o padre Antonio Buarque de Lisboa, uniu-se a uma das filhas de Bartolomeu Lemos Lins – antigo na região e senhor do Engenho Samba –, filha essa de nome Ana Thereza, com quem teve, teve três filhos naturais, Manuel, Maria Rosa e Ignácio. Com o falecimento do padre Antonio Buarque de Lisboa, coube ao filho Manuel parte da herança nos engenhos Ferricosa e Samba.

---

<sup>3</sup> Sobre a pesquisa que resultou no livro *Buarque: uma família brasileira. Ensaio histórico-genealógico*, relata o autor Bartolomeu Buarque de Holanda:

O trabalho ora apresentado constitui um primeiro volume e é o resultado de uma longa pesquisa, coletando informações desde meados da década de 1970, ouvindo as histórias de família, dos parentes mais antigos, inicialmente nos estados de Alagoas e Pernambuco. [...]

Numa visita a São Paulo, em casa do historiador Sérgio Buarque de Holanda, em abril de 1978, comecei as primeiras indagações. No Rio de Janeiro, as longas conversas e a convivência enriquecedora com Cecília, Jayme e Aurélio Buarque de Hollanda motivaram-me a dar início à pesquisa. Essas conversas animadas, despertaram-me o interesse e a curiosidade de conhecer um pouco da vida cotidiana de nossos antepassados.

Em 1980, retornando ao Nordeste, iniciei as primeiras pesquisas em fontes primárias, tais como livros de batismo, casamento e óbito [...] arquivos de diversos cartórios, igrejas, cemitérios, bibliotecas, universidades e instituições de pesquisa, tanto no Brasil como no exterior (Holanda, 2007, pp. 17-18).

O autor (Holanda, 2007) informa as fontes documentais primárias às pp. 985-989.

O nome completo desse filho de Antonio Buarque de Lisboa, seu primogênito, era Manuel Buarque de Jesus, depois conhecido como Coronel Manuel. Nascido por volta de 1740, provavelmente em São Bento, Alagoas, foi senhor dos engenhos Samba e Concórdia, localizados em Porto Calvo, Alagoas. Seus descendentes se entrelaçaram com quase todas as famílias do norte de Alagoas e tiveram forte influência no povoamento de Porto Calvo, Jundiá, Jacuípe, Novo Lino, Colônia Leopoldina, Ibateguara, São José da Laje, Joaquim Gomes, Flexeiras, São Luís do Quitunde, Barra de Santo Antonio, Maragogi, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, Marechal Deodoro e Maceió. Ele foi casado com Margarida Luísa Gonçalves de Macedo, deixando dez filhos (Holanda, 2007, pp. 109-115).

A respeito dos Hollanda, Holanda (2007, p. 27) conta que Arnau de Hollanda veio para Pernambuco em 9/3/1535, com Duarte Coelho, tendo se casado com Brites Mendes Vasconcellos, sendo que deste tronco descendem os Buarque de Holanda.

A descrição de toda a linhagem, a partir destes dois ramos (os Buarque e os Holanda) até Sérgio Buarque de Holanda, segue mais completamente detalhada no ANEXO A.

## 2.

Ao descrever a origem social, econômica e cultural dos avós paternos de Sérgio Buarque de Holanda, minha intenção é reconhecer disposições herdadas pelo pai de Sérgio e por ele próprio. Diante do fato da família Buarque de Holanda remontar ao período da colonização portuguesa no Brasil, época em que a formação social do país processava-se tendo a família rural e latifundiária por unidade fundamental, acredito que seja possível compreender certas ambivalências da trajetória do ensaísta.

Os Buarque de Holanda foram grandes proprietários rurais<sup>4</sup> que se estabeleceram “patriarcal e aristocraticamente à sombra das grandes plantações de açúcar [...]; em casas-grandes de taipa ou de pedra e cal, [...] com as decências e o conforto que de balde se procurariam entre as populações do Paraguai e do Prata” (Freyre, 2006-A, p. 79).

---

<sup>4</sup> Remeto ao ANEXO A, onde consta uma narração minuciosa e pormenorizada da linhagem.

A história de vida da avó paterna de Sérgio, Maria Magdalena Paes de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (nascida em 22/7/1835, no Engenho Maragá, e falecida em 3/4/1924, em Porto Calvo, AL), cuja família se constituiu na aristocracia canavieira do litoral nordestino, demonstra que além das funções sociais e econômicas incorporadas, os Buarque de Holanda reuniram também os encargos do mando político, “o oligarquismo ou nepotismo que aqui madrugou [...]” (Ibid., p. 85).

Maria Magdalena Paes de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque foi filha primeira de José Paes de Mello III (José Luiz Paes de Mello), denominado cel. Caju, e de sua segunda esposa Luíza Izabel de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, tendo por antepassados membros de famílias abastadas<sup>5</sup>, com muitas posses e títulos nobiliárquicos naquela região de Serinhaem. Gilberto Freyre em *Casa grande & senzala*, a propósito da habitualidade dos casamentos consanguíneos, descreve as várias uniões entre famílias da aristocracia rural no Brasil da época. Entre tais intercruzamentos, são citados vários dos antecedentes de Sérgio Buarque, mais especificamente aqueles da linhagem paterna de sua avó Maria Magdalena, acima citada<sup>6</sup>.

A descrição feita por Holanda (2007), a respeito da comemoração dos 15 anos de Maria Magdalena, é muito significativa como caracterização de um estilo de vida e de um sistema de disposições que comporá a herança material e cultural do autor de *Raízes do Brasil*. Os detalhes do relato, aspectos da casa-grande e dos encontros sociais que ali ocorriam, evidenciam o estilo de vida daquele grupo, pois tais propriedades são a objetivação das necessidades econômicas e culturais que determinaram tal escolha, mas também as relações sociais objetivadas nos objetos familiares, em seu luxo ou pobreza, em sua “distinção” ou “vulgaridade” (Bourdieu, 2007).

---

<sup>5</sup> “Foram seus avós paternos Francisco Xavier de Melo Paes Barreto, fidalgo da Casa Imperial, e Maria Rita Wanderley. Neta materna de Christovam de Hollanda Cavalcanti e Paula Cavalcanti de Albuquerque, senhores do Engenho Marrecas, em Maragogi, Alagoas, propriedade com uma belíssima casa-grande, em estilo mourisco, construída no final do século XVIII pelo então recém-chegado àquela região norte de Alagoas, Antônio de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, pai de Christovam e patriarca dessa família, que obteve o engenho como dote por seu casamento com Maria Manuela de Melo, sua parenta, que conheceu quando ainda vivia no Engenho Monjope, em Igarassu, Pernambuco (Holanda, 2007, pp. 132-133)”.

<sup>6</sup> Freyre, 2006-A, pp. 359-360.

O aniversário de 15 anos de Maria Magdalena foi comemorado em 1850, com todo o requinte, no Engenho Pandorra, de propriedade de sua tia-avó Maria Rita Albuquerque de Melo, irmã de seu avô Christovam de Hollanda Cavalcanti e mãe do Visconde de Albuquerque, Francisco de Paulo de Hollanda Cavalcanti. A casa-grande do Marrecas, um suntuoso casarão de posição privilegiada, erguido majestoso e imponente sob uma colina onde da varanda ou das janelas se avista um enorme jardim florido, é lembrada como o local em que eram realizados os grandes acontecimentos, as grandes festividades, e onde se reunia toda a família Hollanda Cavalcanti, assim como os amigos e primos que vinham de outros engenhos nos finais de tarde, quando se liam os clássicos franceses, no enorme salão, claro e arejado, com muitas janelas e uma grande mesa de jantar com 18 lugares, sempre farta e movimentada, com variadas iguarias, bolo, perus, porco assado, bode, peixes, doces caseiros, licores e compotas diversas, candelabros e talheres de prata e louça inglesa. Diversos objetos de arte adornavam o ambiente. Também havia os saraus, organizados por sua avó Paula e sua tia Maria Rita Albuquerque de Melo, nos quais Maria Magdalena, tios e primos demonstravam seus conhecimentos artísticos adquiridos com os professores estrangeiros. Havia uma grande varanda ao redor, cercada por um gramado muito verde. Eram tardes muito alegres e agradáveis, frequentadas pelas senhoras de outros engenhos (Holanda, 2007, p. 133).

Tendo sido educada por professores “estrangeiros que passavam longas temporadas nos engenhos”, Maria Magdalena contou com uma formação escolar completa, tendo sido habituada à leitura, inclusive da literatura francesa. Casando-se em 5/9/1850, no Engenho Marrecas, com Manuel Buarque de Gusmão Lima (nascido em 18/4/1823, no Engenho Macaco, e falecido em 17/5/1906, em Porto Calvo, AL), teve oito filhos dando origem aos Buarque de Holanda (Holanda, 2007, pp. 136-137).

Em razão de seu casamento com Maria Magdalena, Manuel pôde usufruir de parte da sua herança nas terras de seu pai, tendo recebido o Engenho São Pedro para administrar. Também mantinha outras atividades e negócios como fonte de renda. A seu respeito, prossegue Holanda (2007, p. 136):

Apreciava uma boa mesa, farta e variada. O bacalhau era um de seus pratos prediletos. Apreciava a caça, e o vinho nunca faltava às refeições. Sentava-se à cabeceira da grande mesa, sempre repleta, com os filhos, sobrinhos, cunhados, a avó, agregados e tios, que estavam frequentemente presentes.

Esteve entre os primeiros alagoanos a defender a abolição dos escravos.

Com a chegada de D. João VI ao Brasil, inicia-se o processo de decadência dos engenhos de açúcar. As transformações sofridas pela lavoura da cana-de-açúcar ao

longo do século XIX acentuam-se com a cessação, em 1850, do tráfico de escravos e com a introdução, no mesmo período, da cultura do café no Sudeste do país.

Com o deslocamento da posição econômica de destaque que ocupavam as velhas regiões agrícolas do Nordeste para as mais recentes do Sudeste do país, muitos dos senhores de engenhos se desfizeram de suas propriedades, procurando refúgio nas cidades. Outros, com mais recursos, investiram na transformação dos engenhos em usinas de açúcar. Nesse período, Manuel Buarque de Gusmão viu-se obrigado a vender o Engenho Boa União, e sua parte no Engenho Boa Esperança foi usada para pagamento de dívidas. “Em 1889, sua atividade principal passa a ser a pecuária, na qual tinha pouca experiência e coleciona alguns insucessos” (Holanda, 2007, pp. 139-141).

Assim, “o patriciado rural que se consolidara nas casas-grandes de engenho e de fazenda – [...] – começou a perder a majestade dos tempos coloniais” (Freyre, 2006-B, p. 105)<sup>7</sup>.

### 3.

Acompanhando “a modificação da fisionomia da sociedade colonial”, alterada mesmo “nos seus traços mais característicos”, e com o incremento e maior prestígio das cidades, indústrias e demais atividades urbanas (Ibid., p. 106), um dos filhos de Manuel Buarque de Gusmão Lima e de Maria Magdalena Paes de Hollanda Cavalcanti, Christovam, pai de Sérgio Buarque de Holanda, deixou Alagoas para estudar medicina no Rio de Janeiro, em 1885.

A opção de Christovam Buarque de Hollanda Cavalcanti, nascido em Rio Formoso, Pernambuco, em 8 de fevereiro de 1861<sup>8</sup>, reflete o processo de urbanização que se configurou ao longo do século XIX, com a “ascensão de elementos dos sobrados e, até,

---

<sup>7</sup> Quando Manuel faleceu, em 17/5/1906, no Engenho Macaco, deixou Maria Magdalena desprovida de situação financeira equilibrada e estável, sendo necessária a ajuda de seus filhos para a sua manutenção. Ela morre em 3/4/1924, também no Engenho Macaco (Holanda, 2007, p.137).

<sup>8</sup> No entanto, todos os seus antepassados do lado paterno, como também os seus irmãos, eram alagoanos, nascidos em Maragogi e Porto Calvo. Seus pais tiveram que sair de Porto Calvo, Alagoas, em 1860, época em que aquela cidade passava por um período conturbado. Foram morar no engenho Maragi, em Rio Formoso, Pernambuco, pertencente ao seu avô materno, José Luís Paes de Melo Barreto III (Holanda, 2007, pp.137-138).

das casas térreas ou dos casebres aos casarões dos grandes proprietários de terras”, que ao conferir maior prestígio às cidades, conferiu também prestígio a “um elemento novo e brilhante – bacharéis e médicos” (Ibid., p. 112).

Contudo, mesmo antes da ida de Christovam para o Rio de Janeiro estudar medicina, a sua família já tomara algumas medidas no sentido de buscar a reconversão do capital econômico detido em capital cultural, esse mais rentável em face da irreversível urbanização e do movimento migratório rumo às cidades.

A primeira fase da educação de Christovam<sup>9</sup> transcorreu, sob os olhos zelosos de sua mãe e de professores particulares, no próprio engenho, mas com onze anos foi enviado para estudar num internato em Maceió. Ali já residiam vários dos filhos e netos de seu tio-avô, dr. Francisco de Borja Buarque, que viviam numa casa mantida pelos pais, próxima ao porto de Jaraguá, onde Christovam passava os finais de semana.

Em 1882, tendo em vista dar continuidade aos seus estudos, o pai de Sérgio Buarque transferiu-se para o Recife, cidade com um sistema de ensino mais prestigioso, e a única no “Norte e Nordeste do Brasil a possuir o ensino superior para atender os filhos da aristocracia de toda aquela região”. Christovam chega a Recife e instala-se no bairro de Santo Antonio, no centro, em residência de seu tio-avô Antonio Buarque de Macedo Lima, recém-chegado de Belém do Pará, para ocupar o cargo de presidente do Tribunal de Justiça e também procurador da Coroa, eleito à época por seus pares.

Além de Recife abrigar as melhores instituições de ensino da região, a cidade estava em plena efervescência, oferecendo uma vida social intensa, com muitas festas, muitos estudantes, cafés e livrarias, “moças bonitas e elegantes passeando pela cidade cortada pelos rios Capibaribe e Beberibe”.

Determinado, entretanto, a cursar a faculdade de medicina na Capital Federal e tendo concluído o ensino médio, Christovam Buarque de Holanda Cavalcanti viaja de Porto Calvo, Alagoas, com destino ao Rio de Janeiro, no dia 13 de janeiro de 1885. Seria recebido e hospedado, no bairro de São Cristóvão, por um tio, irmão caçula de sua

---

<sup>9</sup> Relato sobre a formação escolar e universitária de Christovam Buarque de Holanda Cavalcanti baseado em Holanda (2007, pp. 137-141).

mãe, Christovam Paes de Hollanda Cavalcanti, professor de Matemática da Escola Politécnica e que já vivia no Rio de Janeiro desde 1861. Contudo, para sua infelicidade, chegando ao Rio de Janeiro, o pai de Sérgio Buarque recebeu a notícia de que seu tio falecera há dois dias.

Assim mesmo, Christovam iniciou seus estudos universitários vivendo com a mesada que recebia do pai. Contudo, novo infortúnio se deu. Quando já cursava o 4º ano de medicina na faculdade do Rio de Janeiro, Christovam foi comunicado pela família de que deveria retornar para Alagoas pois o pai, muito endividado, não poderia continuar mandando-lhe as mesadas.

Mas Christovam, que fora submetido a uma formação escolar e processo de socialização, desde a infância, em centros urbanos (Maceió e Recife), vivendo no Rio de Janeiro, há muito não compartilhava mais o estilo de vida da aristocracia rural canavieira<sup>10</sup>. Logo, não concordou em retornar e decidiu interromper seus estudos e prestar concurso para químico do Laboratório da Alfândega do Rio de Janeiro, tendo sido aprovado em segundo lugar. Em seguida, transferiu-se para a Escola de Farmácia, desta feita sob suas expensas, curso que concluiu em 1/6/1888. Durante o período em que trabalhou no Laboratório da Alfândega do Rio de Janeiro, em pouco tempo veio a ocupar o cargo de vice-diretor, pois tinha perfeito domínio do idioma francês que aprendera ainda em sua adolescência em Alagoas. Permaneceu no cargo por alguns anos (Holanda, 2007, pp. 137-141).

Nesta época, final século XIX, as ciências naturais usufruíam de grande prestígio. Lastreada na teoria da evolução, a biologia tornou-se a principal referência para o pensamento científico do período.

Nas grandes cidades a entrada desse ideário cientificista difuso se faz sentir diretamente a partir da adoção de grandes programas de higienização e saneamento. Tratava-se de trazer nova racionalidade científica para os

---

<sup>10</sup> “É curioso constatar que as próprias gerações mais novas de filhos de senhores de engenho, os rapazes educados na Europa, na Bahia, em São Paulo, em Olinda, no Rio de Janeiro, foram-se tornando, em certo sentido, desertores de uma aristocracia cujo gênero de vida, cujo estilo de política, cuja moral, cujo sentido de justiça já não se conciliavam com seus gostos e estilo de bacharéis, médico e doutores europeizados. Afrancesados, urbanizados e policiados. [...] Além do que, bacharéis e médicos raramente voltavam às fazendas e engenho patriarcais depois de formados. Com seu talento e sua ciência foram enriquecendo a Corte, abrilhantando as cidades, abandonando a roça” (Freyre, 2006-B, pp. 121-122).

abarroçados centros urbanos, implementar projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza (Schwarcz, 1993, pp. 44-46).

Portanto, a prática profissional simbólica incorporada por Christovam foi marcada por este debate e, sobretudo, pela sua passagem pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro, que buscava “sua originalidade e identidade na descoberta de doenças tropicais como a febre amarela e o mal de Chagas, que deveriam ser prontamente sanadas pelos programas ‘hygienicos’” (Ibid., p. 248).

Quando foi criado o Laboratório de Análises do Estado de São Paulo, Christovam foi convidado a transferir-se para aquela cidade, a fim de exercer o cargo de diretor, nele permanecendo por muitos anos. A convite de Cesário Mota, no governo de Manuel Albuquerque Lins, viria a ocupar a função de chefe do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, cargo semelhante hoje ao de secretário de estado de Saúde Pública. Posteriormente, Christovam foi um dos fundadores da Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia do Estado de São Paulo, hoje pertencente à Universidade de São Paulo. Foi também professor de Botânica da referida Universidade (Holanda, 2007, pp. 137-141).

Durante o período em que viveu em São Paulo, conviveu com os primos Manuel Aureliano de Gusmão e Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, na época, presidente da província (Ibid., p. 140).

No início do século XX, em 1901, casou-se com Heloísa Costa Buarque de Holanda, que nascida em Niterói/RJ (aos 7/7/1868), ficou órfã ainda pequena, sendo então criada pelos padrinhos, Eduardo Gonçalves Moreira e Philomena de Castro Neves, que residiam em São Paulo. Christovam e Heloísa<sup>11</sup> tiveram três filhos: Sérgio, Jayme e Cecília Buarque de Holanda<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Christovam faleceu em 13/2/1932 e Heloísa em 16/1/1957, ambos no Rio de Janeiro, RJ (Holanda, 2007, p. 210).

<sup>12</sup> Jayme Buarque de Hollanda (7/2/1904, São Paulo, SP; 26/8/1997, Rio de Janeiro/RJ), foi empresário, tendo atuado na área de peças automotiva. Casou-se em 22/11/1938 com Maria Carlota Machado da Silva (Holanda, 2007, p. 217).

Cecília Buarque de Hollanda (10/10/1908, São Paulo, SP; 4/8/1999, Rio de Janeiro, RJ), foi estatística, funcionária pública, tendo ingressado por concurso no Ministério da Agricultura, em 1934. A partir de 1968, transfere-se para o IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, onde se aposenta em

#### 4.

Com relação a Sérgio Buarque de Holanda é possível afirmar, desde já, que a sua trajetória profissional e intelectual, em larga medida, é o prolongamento de toda esta herança de seus antepassados. Embora de maneira diluída, em comparação ao capital de origem paterna, a herança colonial portuguesa (aristocracia rural e de engenho de cana-de-açúcar), também compõe seu capital de origem, suas disposições de classe e estilo de vida. Mas, sem dúvida, foi o percurso experimentado pelo pai de Sérgio que mais fortemente condicionou sua trajetória.

Christovam operou a transição entre o mundo rural e urbano; entre a decadência da aristocracia rural canavieira e a emergência da classe média urbana (com todos os seus modismos e distinções); e tentou se tornar médico como mecanismo de reconversão de capital (diante de diferentes solicitações impostas pelos sistemas econômico e social em transformação) na tentativa de reproduzir (ou ao menos manter) sua posição de classe.

Ainda que toda a socialização de Christovam, pai de Sérgio Buarque, sobretudo aquela da primeira infância e juventude, tenha se desenrolado num ambiente familiar “de longa data especializado no desempenho dos encargos políticos e culturais de maior prestígio” (Miceli, 2012, p. 81-82), ele se defrontou com o declínio social e econômico de sua família quando seus antepassados, tradicionais proprietários de terra nordestinos, se mantendo com dificuldade às custas das últimas colheitas canavieiras, gradativamente foram vendendo suas terras (antigos engenho de açúcar) para pagar dívidas. Sem ter podido concluir o curso de medicina na Faculdade do Rio de Janeiro, embora próximo de diplomar-se, em consequência da incapacidade financeira de sua família continuar custeando seus estudos, Christovam foi marcado pela ameaça concreta de rebaixamento social.

Diante do risco de desclassificação social, Christovam soube utilizar de maneira eficiente algumas estratégias de reconversão social: investiu com convicção na aquisição pessoal de capital escolar (universitário) e intelectual, transferindo-se para a Escola de Farmácia após interromper o curso de medicina; bem como em trunfos que possuía a partir da sua rede de relacionamentos, pois após o período em que trabalhou

---

1974, após completar quarenta anos de serviço público. Dedicou-se ao serviço social como membro do Colégio Sion (Ibid., p. 221).

no Laboratório da Alfândega do Rio de Janeiro, foi convidado por Cesário Mota a trabalhar em São Paulo, ocupando a função de chefe do Serviço Sanitário do Estado.

Durante a época em que cursou medicina e após farmácia, na Faculdade do Rio de Janeiro, fins do século XIX, Christovam participou de um contexto no qual as ciências naturais gozavam de especial destaque, pois o modelo científico de análise que predominava, em razão da teoria evolucionista, era o da biologia. Dessa forma, se por um lado, Christovam foi fortemente marcado pelo predomínio da prática e do raciocínio científicos, de outro, recebeu influências dos programas higiênicos que imperavam<sup>13</sup>, enquanto doutrina orientadora, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Com esta prática profissional incorporada e com sua transferência para São Paulo, onde exerceu um cargo de chefia no Serviço Sanitário do Estado e participou na fundação da Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia do Estado de São Paulo, ali sendo professor, Christovam logrou a recuperação social que almejava, assegurando sua posição na fração intelectual da classe dominante. Uma vez casado, visando a reproduzir a posição que alcançara, investiu fortemente na educação formal de seus filhos.

Sérgio Buarque de Holanda nasceu em São Paulo, aos 11 de julho de 1902, na rua São Joaquim, no bairro da Liberdade, foi o primeiro dos três filhos de Christovam e Heloísa.

Apesar de ser o filho mais velho, seus pais não eram jovens à época do nascimento de Sérgio. O casal contraíra matrimônio em idade avançada, tendo em vista o habitual para o período, pelo o que, no momento de chegada de seu primogênito, Christovam tinha 40 anos e Heloísa 34 anos. A idade de Christovam, associada ao fato dele possuir uma atividade profissional estável (já trabalhava no Laboratório de Análises do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo e dava aulas de noções de zoologia na Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia, do mesmo estado, desde a sua inauguração em 11

---

<sup>13</sup> Nesse mesmo sentido, Guimarães (2008, pp. 56-57) reafirma o fato de que Christovam Buarque de Holanda Cavalcanti, pertencendo à geração do cientismo, “irá compor o esforço civilizador higienista do sanitarismo paulista [...]”.

de fevereiro de 1899<sup>14</sup>), são indicadores de que ele, e sua família, usufruíam de progresso material posto Christovam ter sido exitoso na reconversão do seu capital. Pode-se afirmar que o pai de Sérgio agregou, de maneira eficiente e lucrativa, ao capital cultural de origem, peso maior em decorrência da aquisição do diploma de farmacêutico (título de enobrecimento, conforme Bourdieu, 2007), o que lhe possibilitou percorrer uma trajetória ascendente atingindo uma posição de maior prestígio no espaço social.

Embora Sérgio tenha nascido numa residência localizada no bairro da Liberdade, o que sugere que seus pais moravam ali, logo se mudou para um bairro de famílias mais abastadas. Em entrevista concedida a Graham (1982, p. 1175), Sérgio Buarque relata que a família morou em Higienópolis, um “bairro residencial moderno”.

A sua escolaridade iniciara-se bem cedo para os padrões habituais da época, pois antes da escola primária (que representava o marco inicial do processo de aprendizagem regular e obrigatório e o momento, por excelência, em que a criança ingressava numa instituição de ensino formal), Sérgio Buarque frequentara um jardim de infância dirigido “por uma senhora norte-americana, uma Mrs. Bagby” (Ibid., p. 1175). Era o Jardim da Infância do Colégio Progresso Brasileiro, uma escola americana. Quanto aos seus estudos primários, esses foram feitos na Escola Modelo Caetano de Campos, na Praça da República. A maior parte do curso ginásial foi cursada no Colégio São Bento (1915-1918) e um semestre no Arquidiocesano na Luz. Para os últimos preparatórios, estudou em cursos especializados e com professores particulares. Não faltou, à sua formação, o estudo de um instrumento musical. Estudou piano durante sete anos, sendo que com a idade de nove anos compôs uma valsa, *Vitória Régia*, a qual fora publicada pela revista *Tico-Tico*, em 1913.

Nesse mesmo sentido, Barbosa (1988, p. 30) avalia a condição econômica da família de Sérgio Buarque ao descrever sua infância:

Seu pai era funcionário público, digamos alto funcionário; ao fim da carreira burocrática, aposentou-se como diretor do Almojarifado do Serviço Sanitário do Estado. Lecionou Botânica na Escola de Farmácia e Odontologia, de que

---

<sup>14</sup> Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>).

fora um dos fundadores. **Seus vencimentos asseguravam-lhe, sem dúvida, uma vida decente, instalado em bairro burguês, boa casa, onde abrigava a família, mulher e três filhos, para alimentar, vestir e educar. Todos frequentaram os melhores colégios da época, da Escola Modelo Caetano de Campo ao Colégio São Bento, [...] (Grifo meu).**

A trajetória escolar de Sérgio deixa explícito o pesado investimento de seus pais, na transmissão aos filhos, de um montante expressivo de capital cultural. A condição material de sua família demonstrava ascensão social, pois a eles foi possível habitar uma residência localizada num bairro moderno (Higienópolis), onde se situavam as casas da elite paulistana, e seu pai pôde arcar com o ônus financeiro de seus estudos e do de seus irmãos, sendo que as instituições de ensino escolhidas estavam sempre entre as melhores.

Alguns episódios da sua juventude também noticiam a situação econômica confortável de sua família, bem como seu estilo de vida durante a puberdade. Nogueira e Pacheco, nas biografias que integram o livro *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra* (1988), relatam que ele aprendeu a dançar, como era moda, no curso de Yvone Daumérie. Dançava no Paulistano, no Trianon e no Tempo das Andorinhas. Participava das “campinadas”, maratonas de dança que varavam a noite, em dois clubes de Campinas.

Como para a família de Sérgio Buarque, e para as instituições de ensino que frequentou, a competência cultural era altamente valorizada, Sérgio sempre foi estimulado, através de sanções positivas ou negativas, a aperfeiçoar e a sofisticar sua competência em âmbito cultural.

A incorporação dessa disposição confirma-se pelo fato do autor de *Raízes* ler muito e, ainda bem jovem, procurar treinar a sua escrita tendo em vista escrever bem, com estilo e uso adequado da linguagem, como ele mesmo reporta em mais de uma ocasião.

Na Apresentação a *Tentativas de Mitologias*, confessa que a vontade de escrever bem, no sentido de “usar de uma linguagem mais precisa e expressiva do que propriamente bonita” foi o que o conduziu a ler, além das atas da Câmara da Vila de São Paulo, das ordens régias e dos testamentos quinhentistas, os cronistas portugueses, entre eles, pelo menos um do Quatrocentos, Fernão Lopes, sendo que dessas leituras

tomava apontamentos em cadernos de exercícios escolares (Holanda, 1979, pp. 19/20).

A mesma passagem é relatada a Graham (1982, p. 1175):

Li cronistas portugueses do século XV, como Fernão Lopes. Saltei páginas por vezes, mas copiei capítulos inteiros num caderno escolar que ainda tenho. Mas, por minhas anotações, vejo que não havia ali um historiador em embrião. Estava mais interessado no estilo dos cronistas, Eu me sentia atraído por sua maneira agradável de colocar as coisas e por suas palavras ocasionalmente obscenas, tão em contraste com meus livros escolares.

Além de ter sido precocemente incentivado a aprimorar sua competência cultural, Sérgio Buarque também aprendeu a frequentar bibliotecas, sebos e livrarias, locais de convívio da fração dominante da classe intelectual.

Como as práticas simbólicas relacionadas aos livros e a frequência a seus espaços correlatos (bibliotecas, sebos e livrarias) produziam distinção social e cultural na época, Sérgio desde cedo se familiarizou com esse estilo de vida e com esses locais de sociabilidade, deles aprendendo a tirar proveito a fim de exhibir suas condições de participação no universo da cultura legítima.

Almejando descrever o “mundo do livro” em São Paulo, na década de 1920, Gustavo Sorá (2010) constrói um panorama detalhado sobre as livrarias da cidade nesse período. Uma característica que as diferenciavam era o fato de estarem associadas a grupos sociais específicos, fossem nacionais, intelectuais ou políticos, que as usavam como locais de convívio.

A livraria de maior tradição e prestígio era a Garraux, seguida pela Livraria Teixeira. Essa, no início do século XX, reunia uma roda de personagens de alto prestígio, como Alfredo Pujol, Afonso Taunay, Coelho Neto, Euclides da Cunha, Raul Pompeia, Júlio Mesquita e Washington Luís.

Outro ponto de encontro procurado era o sebo de M. Gazeau, situado na Praça da Sé e na Rua Benjamin Constant. Fundado em 1908, foi um dos locais preferidos de Rui Barbosa, Monteiro Lobato, Mário de Andrade e Augusto Frederico Schmidt. [...] Ainda que o bibliófilo representasse uma categoria redundante de distinção social e cultural da época, [...] (Ibid., pp. 40-43).

Sobre a Casa Garraux, continua Sorá:

A Casa Garraux se sobressaía como o local mais cobiçado para adquirir as ferramentas indispensáveis ao trânsito pelas esferas da alta sociedade e convívios culturais. Além de livros, os homens cultos compravam ali vestimentas, propriedades, sabores, ornamentos, posturas, conhecimentos,

rumores, novidades, e todos os elementos necessários à carreira pela distinção (Bourdieu, 1988).

É preciso considerar que a heterogeneidade de bens materiais e simbólico oferecidos pelo *magasin*, compunha um sistema: cada artigo (livros, vinhos, perfumes etc.) ganhava significado em sua relação mútua, [...]. A clientela dirigia-se ao local não tanto para adquirir um objeto isolado, mas para exibir suas condições de participação no universo da cultura legítima e da boa sociedade. No interior do comércio se condensava o mundo. Todas as posições possíveis do campo de poder se faziam presentes, teatralizando, entre suas seções, batalhas simbólicas para as quais os indivíduos se alinhavam e distribuíam, segundo os consumos escolhidos, as maneiras de se apropriar deles e outras formas de estar na Garraux, [...].

[...] a freguesia era seleta, a *haute gomme* paulistana. Por esse tempo, que media do fim da Primeira Guerra Mundial à Revolução de 1930, desfiliava quase que diariamente na Casa Garraux, todas as grandes figuras do governo, da sociedade e das letras que compunham a cúpula dirigente do fastígio republicano de São Paulo. Dos mais assíduos eram, por exemplo, (...). **E os novos do modernismo, a começar por Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Cassiano Ricardo [...], Sérgio Buarque de Holanda [...].** (Ibid., pp. 64-65, grifo meu)

Até aqui conferi ênfase à caracterização da origem social de Sérgio Buarque e de seu entorno, vale dizer, do estilo de vida que o circundava na infância e juventude, por considerar que ele possibilita compreender melhor a formação do seu *habitus*. Mas agora pretendo me deter nas características da aquisição do capital escolar, ou seja, no que restou de mais importante da passagem de Sérgio pelo Colégio São Bento, dado o peso fundamental da escola na transmissão “do que se designa por cultura geral” e particularmente de natureza humanista (Bourdieu, 2009, p. 217).

Sobre os anos em que Sérgio Buarque de Holanda estudou no Colégio São Bento, é importante sublinhar que essa instituição de ensino foi determinante para modelar algumas disposições por ele incorporadas e que, daí em diante, iriam estruturar e orientar sua atividade intelectual.

Desde o início “voltado para o atendimento dos filhos da elite paulista” (como consta expressamente em sua página virtual), o Colégio São Bento foi fundado em 1903, como Gymnasio de São Bento, por iniciativa do Abade Dom Miguel Kruse (nascido em Stukenbrock, na Westfália, Alemanha, em 17/6/1864). Aliás, desde o lançamento da pedra fundamental (em setembro de 1902) o Colégio estabeleceu laços com a elite dominante paulistana, pois à cerimônia compareceram não só as autoridades

eclesiásticas, mas também as políticas, com a presença do Bispo Dom Antônio Cândido Alvarenga e do então presidente do Governo do Estado de São Paulo, Bernardino de Campos<sup>15</sup>.

As aulas na nova instituição de ensino em São Paulo tiveram início a 15 de fevereiro de 1903. O primeiro aluno matriculado foi Gofredo da Silva Teles de família distinta (e que se tornou prefeito de São Paulo em 1932). Dentre os docentes na ocasião da fundação estavam grandes nomes da sociedade paulistana. Podemos citar alguns como Batista Pereira, Tobias de Aguiar, Miguel Ferreira, Alfredo Pacheco Ademar de Melo Franco, Albert Levy e o historiador Affonso d'Escragnolle Taunay.

Já nos primeiros anos de sua existência, devido ao rigor do ensino e de seu extraordinário desenvolvimento, foi criado em 1906 o internato. Jovens de interior de São Paulo e de outros Estados do Brasil afluíam ao florescente *gymnasio*. Por esta época foi adquirido um terreno na região do Alto de Santana, onde se construiu uma chácara, lugar aprazível para os dias de passeio, lazer e descanso dos internos. (<http://bibliotecadomosteiro.com.br/sao-bento-e-a-educacao-110-anos-do-colegio-de-sao-bento-de-sao-paulo/> - consulta em 11/6/2015).

A sucessão de reitores alemães<sup>16</sup> no comando e direção da escola impôs o ensino da língua alemã como uma característica do Colégio São Bento no período. Daí o contato de Sérgio com esse idioma à época da sua passagem pela escola<sup>17</sup>.

Tendo em vista que o processo de aprendizagem (formal e informal) e de transmissão de cultura está sob responsabilidade “tanto da escola como da família, tanto a família de procriação como a família de orientação, sendo que a cultura é um instrumento por excelência de integração da elite” (Bourdieu, 2009, p. 217), foi no *Gymnasio* de São Bento que Sérgio Buarque incorporou sua primeira matriz intelectual. Ali foi aluno, na disciplina de História, de Afonso d'Escragnolle Taunay, e como conta a Graham (1982, p. 1175), “Minha matéria favorita era história, ensinada lá por Afonso d'Escragnolle Taunay”.

---

<sup>15</sup> Conforme <http://bibliotecadomosteiro.com.br/sao-bento-e-a-educacao-110-anos-do-colegio-de-sao-bento-de-sao-paulo/> - consulta em 11/6/2015.

<sup>16</sup> Dom Miguel Kruse – 1903-1905; Dom Pedro Eggerath – 1906-1914; Dom Domingos Schellhorn – 1915-1916; Dom Amaro van Amelen – 1917-1920. Conforme <http://bibliotecadomosteiro.com.br/sao-bento-e-a-educacao-110-anos-do-colegio-de-sao-bento-de-sao-paulo/> - consulta em 11/6/2015.

<sup>17</sup> Idioma que o distinguiria e o qualificaria, posteriormente, para ser convidado por Assis Chateaubriand como correspondente na Alemanha.

Esse é o professor que irá fundar sua vocação de historiador (com base em Winkin, 1999, p. 21).

Essa afirmação está escorada, por um lado, na forma como ocorre o processo da primeira socialização<sup>18</sup>, transcorrida tanto em ambiente familiar como no escolar. De outro lado, a afirmação de que Taunay foi o professor que fundou a vocação de historiador de Sérgio Buarque está amparada na obra *Monções*, cuja temática é a história de São Paulo tratada sob a ênfase do movimento de suas populações, e cuja influência do autor da monumental *História geral das bandeiras paulistas* começa a objetivar-se mais evidentemente no ensaísta (Souza, 2014-A).

Mas há uma segunda matriz intelectual, outra força formadora de hábitos: a da aprendizagem racional da profissão de jornalista e crítico literário, com a incorporação das práticas simbólicas correlatas (Winkin, 1999, p. 21).

Com 18 anos, Sérgio publicou, com a ajuda e interferência de seu professor de história do Colégio São Bento, Afonso d'Escragnolle Taunay, seu primeiro artigo, intitulado *Originalidade literária*, no jornal *Correio Paulistano*<sup>19</sup>. A partir daí começou a escrever com frequência em suas colunas literárias e conheceu muitos dos líderes do nascente movimento modernista, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Sérgio Milliet, Menotti del Picchia e Rubens Borba de Moraes. Naquele tempo, encontrou também Monteiro Lobato e Yan (J.F.) de Almeida Prado (Graham, 1982, p. 1175).

A primeira observação a ser feita a respeito dessa publicação é que, por meio dela, Sérgio Buarque alçou um círculo restrito da elite cultural favorecido pela mediação de seu renomado professor de história do Brasil no Colégio São Bento, Afonso

---

<sup>18</sup> Conforme Berger, P. e Berger, B. (1984, pp. 220 a 214), o poder dos adultos exerce ampla influência e forte impacto sobre a criança, bem como o fato de que nem todos os “outros” com que a criança se defronta assumem a mesma importância. Alguns ocupam posição de relevo, são os grandes protagonistas do drama da socialização, são os “outros significativos”, aqueles que travam relações emocionais mais intensas e cujas atitudes assumem importância crucial para a formação e a incorporação de atitudes e valores. Os demais indivíduos, aqueles que não se relacionam produzindo forte impacto no processo de socialização infantil e juvenil, são o “outro generalizado”: a sociedade em geral.

<sup>19</sup> O jornal *Correio Paulistano* (1854-1963) foi o primeiro diário a ser publicado em São Paulo, e o terceiro no Brasil. Embora surgido sob a monarquia, desde o pós-1889 até meados da década de 1950, o *Correio Paulistano* foi o órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP), portanto associado às práticas oligárquicas e aos poderes estabelecidos, especialmente nos anos 1920.

d'Esgragnolle Taunay, que serviu como padrinho do estreante. Tal mediação reforça a ascendência intelectual de Taunay sobre Sérgio, pois se estabelece uma relação de troca de favores em que o aluno, conscientemente ou não, passa a se ver obrigado a retribuir o dom recebido.

Em segundo lugar, a colaboração inaugural com o *Correio Paulistano*, enquanto prática simbólica, conferiu ao jovem Sérgio prestígio e reconhecimento entre seu grupo de amigos ainda circunscrito a São Paulo.

A descrição de Barbosa (1988, p. 30-31) ilustra o alegado:

É bem possível que o artigo inaugural tenha sido mais festejado por alguns dos frequentadores da roda da Fazzoli, sobretudo por Guilherme de Almeida, que pelo seu austero patrocinador.

[...]

De qualquer modo, os amigos receberam com aplausos o novo companheiro.

O grupo da Fazzoli, que também se reunia no escritório de advocacia do pai de Guilherme, Estevam de Almeida, especialista em questões de terras, jurista e filólogo, professor da Faculdade de Direito de São Paulo. O escritório era, em suma, um dos maiores e mais rendosos da época, e nele só se tratava de advocacia, isto é, coisa séria. Mas Guilherme e seu irmão Tácito (que como poeta usava o pseudônimo de Carlos Alberto de Araújo) prolongavam as tertúlias da Fazzoli não apenas no escritório paterno, e sim no “escritorinho” do próprio Tácito de Almeida. Completavam a roda Antonio Carlos Couto de Barros, Rubens Borba de Moraes e Sérgio Milliet, os dois últimos recém-vindos da Europa. De quando em quando, em aparições episódicas, juntavam-se ao grupo Mário de Andrade e Oswald de Andrade.

O terceiro resultado do artigo intitulado *Originalidade literária* foi a abertura de uma rede de relações pessoais para Sérgio.

A partir dos contatos travados dentro do jornal, e nas demais publicações para as quais enviou seus escritos, ainda em São Paulo, formou-se uma teia de relacionamentos que definiram os rumos do futuro crítico literário e historiador. Dessa forma, Sérgio pôde ampliar consideravelmente seu capital social e, aos poucos, foi se tornando habilidoso em auferir ganhos de suas redes de sociabilidade de modo a direcionar sua trajetória intelectual e profissional a partir do trânsito fluente na fração culta da classe dominante.

Nogueira e Pacheco, nos textos que compõem o livro *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra* (1988), contam que até mudar-se para o Rio de Janeiro, em 1921, Sérgio estava envolvido com pessoas interessadas nos mesmos assuntos culturais, principalmente literatura. Eram amigos e companheiros que assim permaneceram durante toda a vida, pois foi o começo da amizade, entre outras, com Mário de Andrade e Oswald que, ao lado de Sérgio, estariam comprometidos com o movimento modernista.

Outra amizade especialmente importante em São Paulo foi a de Guilherme de Almeida, que usufruía de grande admiração da parte de seus amigos, “pois cedo conheceu o sucesso, com seus poemas que foram recebidos com agrado pelo público e festejados pela crítica” (Barbosa, 1988, pp. 30-31).

Do convívio com Guilherme de Almeida, nasceu a primeira grande amizade literária de Sérgio Buarque de Holanda. Foi o poeta dos que mais o incentivaram a prosseguir na colaboração no “Correio Paulistano”, com uma certa assiduidade. Seguiram-se novos artigos n’ “A Cigarra”, revista ilustrada, e na “Revista do Brasil”, dirigida por Monteiro Lobato, a mais importante publicação literária da fase pré-modernista, e mesmo nos anos iniciais da década de vinte, onde escreviam os grandes nomes não só de São Paulo, como do Rio de Janeiro, não esquecendo que Paulo Prado ligado aos modernistas, passou a dividir com Lobato a direção da revista, nos anos de 1923-1925 (Ibid., pp. 30-31).

Por fim, O *Correio Paulistano* foi a porta de entrada no universo do jornal e atividades afins, possibilitando a Sérgio Buarque a incorporação de disposições específicas daquele campo; moldando o *habitus*, as práticas simbólicas incorporadas que iriam definir, plasmar e direcionar os rumos do jovem autor.

Sérgio Buarque foi introduzido no ambiente das redações de jornais e revistas. Dessa forma começa a se desenhar sua futura atuação profissional como jornalista e crítico literário.

Com a transferência definitiva da família Buarque de Holanda para o Rio de Janeiro, em 1921, Sérgio ingressou nesse mesmo ano na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), “embora não sentisse nenhuma vocação para os estudos jurídicos, nem pensasse em seguir a carreira de advogado” (Barbosa, 1988, p.33). Consequentemente, desinteressado pelo curso de direito, o autor de *Raízes do Brasil* não foi um aluno

assíduo. Tanto que não esteve presente na Semana de Arte Moderna, em São Paulo, em razão de uma “segunda época” por falta de frequência na faculdade<sup>20</sup>. Diplomado em 1925, Sérgio Buarque atuou como promotor nomeado *ad hoc* durante curtíssimo espaço de tempo<sup>21</sup> para, em seguida, jamais tornar a exercer qualquer função na área do direito.

Entre as amizades contraídas no curso de direito, uma foi particularmente importante em razão das influências produzidas na sua trajetória profissional naqueles primeiros anos da década de 1920, a de Prudente de Moraes Neto.

Quanto aos interesses do jovem Sérgio, esses, que passavam ao largo dos assuntos jurídicos, convergiam para a literatura. Logo, graças à sua amizade com Mário de Andrade e Oswald de Andrade, Sérgio foi representante no Rio de Janeiro do primeiro periódico do Modernismo, a revista *Klaxon*. Dado o curto período de sua duração (maio/1922 a janeiro/1923), Sérgio Buarque e Prudente de Moraes Neto associaram-se para editar uma nova revista modernista: *Estética*. Também de vida breve (setembro/1924 a junho/1925), a intenção desta publicação era reunir os modernistas em torno de um periódico especializado.

A respeito desse período e dessas experiências, relata Sérgio Buarque a Graham (1982, p.1175):

Mudamos para o Rio quando meu pai se aposentou, em 1921. Lá entrei na Faculdade de Direito, mas estudava pouco. Levava uma vida boêmia, cheia de conversas animadas em cafés, bares, livrarias e redações de jornais. Falávamos de política, arte, literatura, acontecimentos internacionais e de nossas vidas particulares. No Rio, eu era o representante da “Klaxon”, a revista modernista de São Paulo e, em 1924, junto com Prudente de Moraes Neto, fundei uma revista sucessora, de curta existência, chamada “Estética”, foi quando conheci Graça Aranha e Manuel Bandeira.

Sustentava-me com colaborações para a imprensa diária: entrevistas de toda espécie, comentários políticos e literários, resenhas de livros. Trabalhei especialmente para “O Jornal”, o primeiro jornal de Assis Chateaubriand, e também com agências noticiosas: Havas, United Press e, mais tarde, com a Associated Press. Para “O Jornal do Brasil”, fazia cobertura das reuniões do Senado.

---

<sup>20</sup> Holanda, Sérgio B. de. In *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5/2/1972 (Caderno B, p.6). Apud Nogueira, 1988, p. 25.

<sup>21</sup> “Certa vez, nomeado promotor *ad hoc* na cidade de Muniz Freire [no Espírito Santo, em 1927], para participar de um júri [...]” (Barbosa, 1988, p. 27).

Sérgio chega ao Rio de Janeiro como representante da revista *Klaxon*, portanto desde logo comprometido “com a corrente renovadora de São Paulo” (Barbosa, 1988, p.33). Já conhecido por alguns jovens escritores da Capital Federal, ele é de imediato solicitado por Gustavo Barroso, diretor da revista *Fon-Fon*, a colaborar com o semanário. Sendo assim, Sérgio escreve sobre o movimento modernista que então tomava forma em São Paulo. Sob o título *O futurismo paulista*, o artigo é publicado em 10/11/1921.

Esse episódio indica que Sérgio acumulava recursos intelectuais e simbólicos também validados no Rio de Janeiro. Somando-se a isso o fato de que a faculdade de direito fortaleceu e ampliou sua rede de sociabilidade, Sérgio pôde, gradativamente, se inserir com êxito no incipiente campo do jornalismo e da produção do saber fortalecido pelo trânsito entre “o círculo de intelectuais modernistas do Rio de Janeiro e de São Paulo” (Nicodemo, 2012, p. 110).

Não fossem as amizades urdidas nas duas cidades, Sérgio dificilmente seria bem sucedido na realização de seu projeto, a publicação da revista *Estética*, em 1924, editada em parceria com Prudente de Moraes Neto. Foram os amigos de São Paulo que primeiro se comprometeram com a nova publicação, enviando seus artigos para compor a revista.

Em depoimento sobre a criação e o exíguo período de duração da *Estética*, Pedro Dantas (pseudônimo de Prudente de Moraes Neto), conta:

Uma vez fixados quanto à linha a manter, passamos à ação, que era convocar os amigos à colaboração gratuita. A própria revista deveria motivar a participação de todos. Seria o órgão que o modernismo deixara de ter, desde o desaparecimento da “Klaxon”.

Sérgio escreveu a Mário de Andrade, que logo se prontificou a colaborar e obter a colaboração dos amigos, em S. Paulo. Guilherme de Almeida estava morando no Rio e foi conversado pessoalmente, assim como Couto de Barros, em breve temporada carioca. Os do Rio receberam muito bem a ideia, embora não deixassem de manifestar alguma reserva quanto à orientação e aos critérios da revista dirigida por dois “jeunes poètes si sympathiques”, como diria depois, Blaise Cendrars, dos quais só um - Sérgio Buarque de Hollanda - era conhecido como escritor, por seus artigos. Sérgio era, também, o autor de uma série de títulos de contos, que Agripino Grieco dizia que seriam reunidos em volume, sob o nome de “Títulos ao portador”... (Moraes Neto, 1974, p. VII)<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Em comemoração ao cinquentenário da revista *Estética* foram publicados, numa edição fac-similada, os seus três únicos números. A essa publicação, em 1974, Pedro Dantas (Prudente de Moraes Neto)

Por meio da revista e dos contatos travados para o envio de novos artigos, Sérgio e Prudente Neto aproximaram-se de outros jovens escritores, como Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade (MG), Gilberto Freyre (Recife), Câmara Cascudo (Alagoas) (Nicodemo, 2012).

São várias as passagens que indicam o trânsito desenvolvido de Sérgio Buarque de Holanda entre os grupos de intelectuais do Rio e de São Paulo, bem como a medida da sua importância para a aproximação recíproca. Quando Mário de Andrade esteve no Rio de Janeiro, em casa de Ronald de Carvalho, para ler para um grupo de intelectuais os poemas da *Pauliceia Desvairada*, além de Oswald de Andrade (vindo também de São Paulo) e do próprio Sérgio, estavam presentes Manuel Bandeira, Austregésilo de Athayde e Osvaldo Orico.

Também quando Blaise Cendrars veio ao Brasil trazido por Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, na sua festiva recepção no Rio de Janeiro, junto a Graça Aranha, Américo Facó, Paulo da Silveira, Ronald de Carvalho, Prudente de Moraes Neto, estava Sérgio Buarque (Barbosa, 1988, p.33).

Tudo indica que o autor de *Raízes do Brasil* favoreceu e facilitou o contato entre Mário de Andrade e Graça Aranha, Ribeiro Couto, Ronald de Carvalho e Manuel Bandeira (Nicodemo, 2012).

Por outro lado, a ampliação da rede de sociabilidade de Sérgio lhe permitiu o ingresso nos jornais cariocas. Em decorrência da indicação de um amigo da faculdade de direito, José Maria Lopes Cansado, Sérgio Buarque começou a trabalhar no *Rio-Jornal*, em seguida passou à redação de *O Jornal*, que em breve pertenceria “a Assis Chateaubriand, para transformá-lo no núcleo que se expandiria na cadeia dos Diários Associados, além de revistas efêmeras” (Barbosa, 1988, p.33).

Segundo Nicodemo (2012, p. 109), a trajetória de Sérgio Buarque de Holanda, especialmente durante os primeiros anos da década de 1920, “não pode ser vista isoladamente, mas articulada em redes de intelectuais que participaram, em grande

---

integrou uma apresentação intitulada *Vida da Estética e não estética da vida*, onde relata todo o percurso da revista, desde a sua idealização e concepção, até respectiva extinção.

medida, de seus círculos sociais desde a juventude”. Dessa forma, é possível afirmar que o lugar social de Sérgio Buarque de Holanda, como intelectual, é plasmado em função da sua movimentação entre os círculos de sociabilidade do Rio de Janeiro e São Paulo.

No Rio de Janeiro, a cooptação de Sérgio Buarque pelas redações de jornais e revistas se deu a partir do seu capital de relações sociais, mas mediada pelos trunfos escolares e culturais em face da concorrência no interior do campo jornalístico (ainda em processo de autonomização).

Mais uma vez, é Barbosa (1988, p.33) quem conta que Sérgio, uma vez no Rio e trabalhando de maneira incerta e sem estabilidade garantida em jornais (*Rio-Jornal*, *O Jornal*, *O Mundo Literário*), ingressou na Agência Havas como tradutor de telegramas, ao lado de Alberto Ramos e Américo Facó.

O noticiário internacional era remetido pelos telegramas da Western Telegraph redigidos em inglês. As condições técnicas de um redator de telegramas não se limitavam ao bom conhecimento de língua inglesa. Tinham que ser datilógrafos. Sérgio reunia as duas qualificações. Tornou-se um dos melhores e mais rápidos tradutores, com um salário acima do comum.

Sem intencionar exercer qualquer função relacionada ao curso jurídico e diante do fato de ter se acentuado a concorrência no jornalismo, Sérgio Buarque teve que investir mais fortemente num processo de diferenciação no âmbito da sua atuação profissional.

O mercado de trabalho intelectual, e sua dinâmica naquele período, estavam sob o impacto das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que se afiguravam desde o início do século.

Embora a política econômica brasileira em meados da década de 1920, permanesse “praticamente inalterada em relação àquela adotada no período anterior à Primeira Guerra Mundial”, cujo principal objetivo era o de assegurar a manutenção dos preços do café, o que mantinha a dependência da economia nacional em relação ao fluxo continuado de capitais externos (Fausto, 2007, p. 20-21), com a guerra, os impedimentos ao comércio internacional deram forte impulso adicional “ao processo de industrialização nacional por substituição de importações” (Ibid., p. 264). Acentuou-se, assim, uma tendência à diferenciação das atividades econômicas e produtivas no país “a

fim de livrá-lo da dependência excessiva do exterior”, assumindo a indústria manufatureira rápida importância e vultosas consequências (Prado, 2008, pp. 216-217), entre elas a aceleração do processo de urbanização. No aspecto social, as transformações mais significativas foram o início da consolidação da classe operária e da fração de empresários industriais; a expansão das profissões de nível superior e de técnicos especializados. No plano político, a consequência de maior repercussão se refere ao declínio político da oligarquia agrária. Por fim, do ponto de vista cultural, há que ser mencionada a criação de novas instituições de ensino superior (Miceli, 2012, p. 77-78).

Portanto, se o recrutamento dos intelectuais ainda “se realizava em função da rede de relações sociais que eles estavam em condições de mobilizar e as diversas tarefas de que se incumbiam estavam quase por completo a reboque das demandas privadas ou das instituições e organizações da classe dominante”, característica da Primeira República, “a cooptação das novas categorias de intelectuais continua dependente do capital de relações sociais mas passa cada vez mais a sofrer a mediação de trunfos escolares e culturais, cujo peso é tanto maior quanto mais se acentua a concorrência no interior do campo intelectual” (Ibid., 2012, p. 79).

Inserida neste contexto de rápidas e profundas metamorfoses que vinham ocorrendo desde o início do século, a faculdade de direito não garantia mais o acesso quase imediato às carreiras de maior prestígio e reconhecimento<sup>23</sup>. A posse do diploma de bacharel em direito, “até então raro e cobiçado” (Miceli, 2012, p. 93), agregou a Sérgio Buarque uma formação polivalente, que acompanhada de um capital de relações sociais, lhe forneceu rentabilidade profissional. Destarte, o jovem Sérgio não demoraria muito a encontrar seu lugar nas disputas por poder e fama (que conforme Bourdieu é a tradução

---

<sup>23</sup> “Até meados da república Velha, a Faculdade de Direito era a instância suprema em termos de produção ideológica, concentrando inúmeras funções políticas e culturais. No interior do sistema de ensino destinado à reprodução da classe dominante, ocupava posição hegemônica por força de sua contribuição à integração intelectual, política e moral dos herdeiros de uma classe dispersa de proprietários rurais aos quais conferia uma legitimidade escolar. A Faculdade de Direito atuava ainda como intermediária na importação e difusão da produção intelectual europeia, centralizando o movimento editorial de revistas e jornais literários; fazia as vezes de celeiro que supria a demanda por indivíduos treinados e aptos a assumir os postos parlamentares e os cargos de cúpula dos órgãos administrativos, além de contribuir com o pessoal especializado para as demais burocracias, o magistério superior e a magistratura” (Miceli, 2012, p. 115).

de reconhecimento e prestígio) que se travavam no incipiente campo jornalístico e intelectual da época.

A trajetória profissional do autor de *Raízes do Brasil*, ao longo do decênio de 1920, reflete as transformações por que passa a imprensa no país, revelando o papel dos periódicos no campo cultural e da produção do saber.

As publicações do período, revistas e jornais, aglutinavam grupos intelectuais específicos funcionando como espaços de sociabilidade e disputa. Dessa forma, enquanto espaços instituidores de redes definidas, os impressos revelavam muito (ou ao menos boa parte) da dinâmica das lutas travadas no incipiente campo jornalístico e intelectual (ainda mesclados, naquele momento).

Sendo assim, resulta ser necessário abordar o movimento percorrido pela imprensa naquele momento, protagonista que foi não somente de grandes transformações culturais, mas também das econômicas, sociais e até políticas, no país.

A imprensa do início do século XX, no Brasil, transformava-se. Distante das gráficas artesanais do Império, atingia aspecto industrial conseguindo remunerar regularmente seus jornalistas e demais funcionários. Se os avanços técnicos dessa nova fase do jornalismo transformaram a impressão de jornais e revistas em processos inteiramente industrializados, ao mesmo tempo exigiram especialização e divisão do trabalho no interior da oficina gráfica.

Máquinas modernas de composição mecânica, clichês em zinco, rotativas cada vez mais velozes, enfim, um equipamento que exigia considerável inversão de capital e alterava o processo de compor e reproduzir textos e imagens passou a ser utilizado pelos diários de algumas das principais capitais brasileiras (De Luca, 2015, p. 149).

Em meio à conjuntura favorável que o país vivia, com relativa prosperidade ainda usufruindo dos resultados econômicos proporcionados pelo apogeu do café e diferenciação das atividades produtivas; gozando de maior estabilidade política após o conturbado período inicial da república; desfrutando ainda do aumento de número de leitores em razão dos programas de alfabetização; do processo de urbanização, bem como da rapidez e eficiência que os novos meios de comunicação (telefone e telégrafo)

proporcionavam, a imprensa se tornava um negócio e se profissionalizava (Cohen, 2015, p. 104).

A expansão do setor, com o estabelecimento da grande empresa editorial, passou a depender do volume de receitas publicitárias não apenas para a sustentação do negócio, mas também para seu melhor aparelhamento técnico, organizacional e financeiro. Almejando abranger um número maior de consumidores, objetivo facilitado em razão da emergência de uma classe média urbana, as empresas voltadas para a palavra impressa passaram a investir na melhoria da qualidade de seus impressos e no aperfeiçoamento dos processos gráficos, bem como na aquisição e/ou produção de papel (estimulava-se a produção interna de papel, matéria-prima fundamental para desenvolvimento do ramo). Dessa forma, os impressos passaram “a figurar como segmento econômico polivalente, de influência na melhoria dos demais, visto que informações, propaganda e publicidade nela estampadas influenciavam outros circuitos, dependentes do impresso em suas variadas formas. O jornal, a revista e o cartaz – veículos da palavra impressa – potencializavam consumo de toda ordem” (De Luca; Martins, 2006, p. 38).

Para que tudo isso fosse possível, a atividade jornalística sistematizou seus métodos de distribuição e gerenciamento; incorporou inovações que possibilitaram o aumento da tiragem e o número de páginas; empreendeu esforços para baixar o preço dos exemplares e oferecer um produto mais atraente. Consequentemente, se em época anterior as funções de proprietários, redator, editor, gerente e impressor, eram encontradas num único indivíduo, agora se separaram e se especializaram.

A imprensa vivia um momento vibrante, de sólida expansão e intenso progresso, que da mesma forma era experimentado pelos profissionais deste novo universo e campo em processo de autonomização<sup>24</sup>. O mercado de trabalho jornalístico oferecia múltiplas oportunidades para os que se dedicavam à escrita e à ilustração. Foram estabelecidos cargos e funções hierarquicamente organizados, com correspondentes

---

<sup>24</sup> Em 7/4/1908 ocorreu a criação da Associação de Imprensa que, em 1913, passaria a se chamar Associação Brasileira de Imprensa (ABI). A sede própria só viria em 1932. Em 1938 Getúlio Vargas, ali na sede da ABI, assinaria a lei reguladora do trabalho dos jornalistas profissionais (Martins; De Luca, 2006, pp. 41-42).

salários definidos em tabelas fixas. Não obstante, ainda que ao secretário ou redator-chefe fossem destinadas as maiores remunerações, seguidos dos redatores, repórteres e colaboradores avulsos, eram os escritores de maior prestígio, oriundos tanto da política como da literatura, os contemplados com os valores mais substanciosos e diferenciados. Em face da crescente profissionalização e segmentação do setor, o jornalista passou a usufruir de maior prestígio no campo jornalístico. Ao se impor como profissional, o jornalista adquire outra visibilidade, ascende a postos de comando e compõe os quadros do poder (Martins; De Luca, 2006, pp. 39-40).

Escrever na imprensa tornou-se não apenas uma fonte de renda, mas também instrumento de legitimação, distinção e mesmo poder político. Os letrados da hora estavam, portanto, à disposição dos periódicos que procuravam a ampliação de tiragens, almejando o lucro num mercado agora competitivo. [...] todas essas alterações no processo de produção e transmissão da informação reconfiguraram o mercado e a dinâmica intelectual e cultural brasileiras (Eleutério, 2015, p. 94).

Dessa forma, a grande imprensa se tornou, à época, o canal privilegiado para a divulgação de toda produção cultural associada à palavra escrita. O jornalismo não só pagava, como dava visibilidade aos intelectuais. Sobretudo nos anos 1920, quando o sistema universitário ainda não estava consolidado e inexistia uma prática intelectual profissionalizada, com mecanismos correspondentes para a divulgação das produções no campo do saber. Os jornais e revistas, representando veículos muito valorizados e cobiçados para a difusão de textos em diversos gêneros e ideias, reuniam os literatos operando como lugar de sociabilidade revelador das disputas por reconhecimento e prestígio.

Se, por um lado, o universo do jornal cooptou a atividade intelectual em decorrência da ausência de um ambiente universitário profissionalizado, por outro fortaleceu os laços entre imprensa e literatura tendo em vista que a impressão de livros, no Brasil, ainda estava começando a se estruturar. Conseqüentemente, as rodas de intelectuais agrupavam os homens de letras que se dedicavam à atividade literária concomitantemente ao emprego em jornais e revistas.

Estes literatos, que faziam o percurso da literatura para o jornalismo, eram em grande medida oriundos das Faculdades de Direito, único curso universitário que reunia os que possuíam interesses humanísticos. Acostumados a refletir sobre o Brasil, a

colocar-se em suas lutas, a ocupar cargos da estrutura sociopolítica, a formular leis e a dominar a vida nacional, esses agentes encontraram na imprensa periódica o veículo ideal para sua atuação, o suporte preferencial de homens letrados que conjugavam a política e a literatura na atividade jornalística. Oferecendo visibilidade e poder, a profissionalização do literato na imprensa era menos uma complementação, do que uma alternativa, aos caminhos formais do serviço público e do o apego às letras.

Mas foi nas revistas “literárias” que esse jornalista, ainda guardando profundos laços com a literatura, encontrou espaço mais específico para dela tratar, bem como de poesia, teatro, arte, e até da crônica cotidiana. Distinguindo-se das revistas ilustradas e de variedades, as publicações estritamente culturais e literárias, menos comerciais que as primeiras, possuíam “capas discretas, monocromáticas, e publicidade escassa” (Cohen, 2015, p. 108).

A partir dos anos 1920, com forte inspiração na *Revista do Brasil*, as publicações literárias passaram a abrigar ensaios sobre temas variados, especialmente os relacionados às questões políticas e econômicas de âmbito nacional, com o claro propósito de nelas intervirem.

Fundada em 1916, em São Paulo, por Júlio de Mesquita, o proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, a *Revista do Brasil* se propunha a “construir um núcleo de propaganda nacionalista”, conforme seu editorial de apresentação. O firme engajamento da revista com esse projeto, que buscava a transformação do país e cujas grandes questões eram debatidas no impresso pelos mais importantes representantes da inteligência local, permitiu ao periódico conquistar grande prestígio junto à elite letrada. Dessa forma, pertencer ao corpo de colaboradores assíduos do jornal *O Estado de S. Paulo* e da *Revista do Brasil*, “constituía-se em uma excelente porta de entrada para a vida pública e/ou para o diminuto círculo da elite letrada” (De Luca, 2011, pp. 16-19).

Como modelo clássico do gênero, a “Revista do Brasil” abordava temas variados como literatura, ciência, política, sociologia, línguas, direito, economia entre outros. Ainda que essa variedade apontasse para a generalidade, a linha editorial evidenciava a construção de um discurso sobre a identidade nacional e a projeção de fórmulas de ordenamento social. Em torno de seu diretor, Júlio de Mesquita, editor do jornal *O Estado de S. Paulo*, a intelectualidade elaborou diagnósticos e apresentou soluções para corrigir os rumos da nação, aliando a prática da reflexão à proposição de fórmulas de reordenamento social: “esclarecer, ensinar, arregimentar e ordenar forças, formar opinião, tendo por arma a palavra escrita, eis o projeto ilustrado dessa

elite decidida a exercer aquela que acreditava ser sua missão suprema: conduzir”.

Em 1918, Monteiro Lobato adquiriu a revista e a editora do mesmo nome. Sob sua direção, a “Revista do Brasil” sofreu pequenas modificações no aspecto físico, mas ampliou o espaço para a criação literária, além de diversificar o grupo de colaboradores, dando espaço à expressão de diversos setores da intelectualidade. Ao mesmo tempo, Lobato inovou ainda nos métodos de venda, ao ampliar a rede de representantes da revista por todo o território nacional; considerando as dificuldades do comércio de livros no país, utilizou-se dos agentes postais do país inteiro, distribuindo os livros em pontos de venda como farmácias, bazares e papelarias (Cohen, 2015, pp. 108-109).

Lobato foi responsável pela edição de 84 números da revista, sem interrupções, de 1918 a 1925 quando, dada a falência de seus negócios, o selo foi adquirido por Assis Chateaubriand, que relançou a *Revista do Brasil* em três oportunidades: de 1926 a 1927 (dez números); de 1938 a 1943 (56 números) e em 1944 (três números). Necessário também destacar que Monteiro Lobato, quando ainda proprietário do título e com o fito de ampliar o capital da sua empresa gráfico-editora, associou-se a Paulo Prado que ingressou no negócio assumindo a direção do periódico entre janeiro de 1923 e maio de 1925.

A presença de um nome [Paulo Prado] ligado à Semana de Arte Moderna trouxe mudanças significativas e implicou a abertura das páginas do mensário aos principais nomes do movimento modernista, sem que tenham desaparecido delas os colaboradores vinculados às posturas estéticas anteriores, fato que instaurou significativa tensão no seio da revista (De Luca, 2011, p. 9).

O surgimento da *Revista do Brasil* representou um marco no quadro dos impressos periódicos que circulavam no país, particularmente em São Paulo. A centralidade que a revista ocupava no cenário intelectual do país fez com que as publicações das vanguardas modernistas “aspirantes ao reconhecimento”, durante os anos 1920, não apenas nela se inspirassem, mas sobretudo que, reagindo ao seu enorme prestígio e autoridade, criassem estratégias para delimitar seu próprio espaço.

Nesse ambiente nasceu a pioneira *Klaxon*, um veículo destinado a expressar as posições estéticas, mas também políticas, de um grupo de amigos que se reunia em São Paulo. A partir das discussões travadas no escritório de Tácito de Almeida, irmão de Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Antonio Carlos Couto de Barros, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes e Luís Aranha decidiram lançar um

periódico que servisse de “espaço de arregimentação, experimentação e discussão dos rumos do movimento. Era nele que os integrantes davam vazão à criatividade e estampavam, em letra de forma, sua produção crítica e ficcional. Segundo Guilherme de Almeida, ‘formou-se institivamente um verdadeiro grupo de Klaxon’, que se reunia no escritório de seu irmão: ‘Aí nos encontrávamos, imaginávamos, escrevíamos, desenhávamos, resolvíamos tudo, amistosa e alegrissimamente sempre’” (De Luca, 2011, p. 20).

Nos primeiros momentos do movimento modernista, especialmente em torno da Semana de 1922, a configuração de forças no campo intelectual estava fortemente polarizada pela oposição estabelecida entre a vanguarda consagrada e a vanguarda nascente (Bourdieu, 2011). Não obstante, os modernistas reunidos em torno da revista *Klaxon* enfrentavam o dilema de, sem abdicar da crítica radical e iconoclasta ao que denominavam passadismo, estabelecer um programa construtivo.

Embora “os depoimentos acerca da produção do periódico insistissem na convivência amistosa e no prazer da criação coletiva em um momento em que, finalmente, dispunham ‘de uma revista para dizer o que desejávamos’, como assinalou Rubens Borba de Moraes” (De Luca, 2011, pp. 20-21), a dificuldade de definição consensual daquelas propostas “construtivas”, aliada às demais tarefas exigidas pela impressão e divulgação da revista, ocasionou disputas internas que abalaram a aparente homogeneidade do grupo.

O distanciamento dos klaxistas em relação a Menotti del Picchia acentua-se e o envolvimento de Mário de Andrade em disputas pela prevalência de seus posicionamentos o indis põe com alguns companheiros. Tais episódios acirraram a tensão entre os colaboradores do impresso modernista, que, somados às dificuldades de custeio, fizeram com que a revista, limitando-se a nove publicações entre maio de 1922 e janeiro de 1923, se encerrasse brevemente.

Afortunadamente, o último número da *Klaxon* coincidiu com entrada de Paulo Prado, um dos nomes do modernismo, na *Revista do Brasil*. Se o autor de *Retratos do Brasil* impôs mudanças significativas ao impresso, alterando a linha editorial, facilitou a entrada no mensário dos principais nomes do movimento modernista que compunham sua rede de relacionamentos.

Com Sérgio Milliet ocupando a secretaria da redação a partir de fevereiro de 1924, os escritores modernistas puderam se impor seguramente junto à *Revista do Brasil*, periódico consagrado, de reconhecidos prestígio e excelência, com circulação garantida entre a elite letrada e através de todas as regiões do país (cuja montagem e expansão da rede de distribuição deveu-se a Monteiro Lobato).

Rubens Borba de Moraes comunicou a novidade a Joaquim Inojosa nos seguintes termos:

Não sei se já sabes que a “Revista do Brasil” passou para as mãos do Paulo Prado e que o Mário [de Andrade] ficou sendo o cronista artístico. Leste a primeira crônica dele neste último número? Mais uma vitória (Ibid., p. 24).

De fato, Mário de Andrade publicou seus artigos de maneira regular e fixa na seção Crônica de Arte. Por sua vez, Oswald de Andrade teve seu *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* reproduzido no exemplar de abril de 1924. Além desses e de Sérgio Milliet, também Ribeiro Couto, Luís Aranha, Rubens Borba, Guilherme de Almeida e Renato de Almeida, os mais emblemáticos nomes da *Klaxon*, também conseguiram divulgar seus artigos na *Revista do Brasil*.

O espaço que os klaxistas conseguiram obter nesse importantíssimo “símbolo do mundo da cultura dominante” para expor, defender e propagar suas ideias, além de gerar “significativa tensão no seio da revista, posto que lá permaneciam colaboradores vinculados às posturas estéticas anteriores”, contribuiu para acentuar a distinção entre grupos e projetos concorrentes de forma a evidenciar as complexas relações de identidade/alteridade no interior do projeto moderno (Ibid., pp. 9-10; p. 24).

A fundação da revista *Novíssima*, em fins de 1923, refletiu a cisão entre os modernistas da primeira hora, já insinuada em *Klaxon* e aprofundada ao longo da década de 1920. Revista de arte, ciência, literatura, sociedade e política, chamada *Velhíssima* em tom de zombaria, durou de dezembro de 1923 a julho de 1926 e agrupava os modernistas da vertente nacionalista liderados por Menotti del Picchia, Alfredo Ellis Junior e Plínio Salgado.

Voltando a Sérgio Buarque de Holanda, que não mais podendo contar com o periódico *Klaxon*; sem considerar a *Revista do Brasil* um autêntico impresso modernista

(mesmo porque, publicar na *Revista do Brasil* demandava expediente mais complexo e era tarefa concorridíssima); distante São Paulo, naquele momento ainda o núcleo de maior efervescência do modernismo e que centralizava a maior parte dos intelectuais do movimento; já tendo acumulado relativo capital simbólico, ao menos suficiente para o início da atividade editorial no contexto da época (pois, após a *Semana*, colaborara com um texto ficcional em *Klaxon* e fora representante da revista na Capital Federal, além de outras publicações em periódicos menos comprometidos com o movimento); mas, sobretudo determinado a empreender esforços mais intensos para se diferenciar nos campos jornalístico e intelectual (ambos ainda em processo de autonomização), Sérgio associa-se a Prudente de Moraes Neto para a publicação de uma nova revista, *Estética*, lançada em novembro de 1924.

As publicações modernistas dos anos 1920, particularmente as revistas, que eram projetos coletivos sem finalidade comercial, instrumentalizavam as lutas e disputas por fama, prestígio, reconhecimento e consagração travadas nos incipientes campos jornalístico e intelectual do período. Aglutinando grupos intelectuais específicos e funcionando como lugar de sociabilidade e instituição de redes, os periódicos do modernismo davam publicidade às novas ideias.

Desde a sua primeira publicação no jornal *Correio Paulistano* (artigo *Originalidade Literária*, em 22/4/1920), até a primeira edição da revista *Estética* (artigo *Um homem essencial*, setembro/1924), Sérgio tivera mais dois textos veiculados pelo mesmo diário, e, outros quatro, através do *Rio-Jornal*. Os demais escritos e resenhas foram divulgados através de revistas, quais sejam: *Revista do Brasil* (dois textos), *Fon-Fon* (sete textos), *A Cigarra* (15 textos), *O mundo literário* (seis textos), *Arte-Nova* (um texto) e *América Brasileira* (um texto).

Conforme Cohen (2015), a essas revistas, todas ilustradas e de variedades, cabia reproduzir, por meio de textos leves e belas imagens, o progresso urbano e a vida burguesa na cidade. Explorando a ilustração e a linguagem fotográfica, se multiplicavam a diversidade de assuntos e de seções que estas publicações contemplavam para agradar aos seus leitores e atrair público novo.

O periódico *Fon-Fon*, lançado em 1907, foi assim nomeado para celebrar o aumento do número de automóveis, símbolo máximo de modernidade.

Resumindo os eventos da semana, comentando as mazelas da política oficial e retratando a vida cotidiana da cidade, as revista construíam um discurso sobre seu tempo, projetando simultaneamente um ideal de sociedade (Ibid., p. 114).

A *Revista do Brasil* se diferenciava das demais publicações do gênero menos por ser um impresso predominantemente de literatura, artes e ciências, mas sobretudo porque surgiu, em 1916, destinada a ser um mensário de alta cultura sustentada pelo *O Estado de S. Paulo*, então o maior jornal, propriedade da família Mesquita.

O Grupo do *Estado* formava o principal centro de dissidência política, originário do cerne do Partido Republicano Paulista, único partido a governar e existir em São Paulo até 1926. Por meio da *Revista do Brasil*, Júlio Mesquita inaugurou uma política de mecenato cultural, ao contratar intelectuais de todas as facções, empenhando-se nas disputas do espaço das classes dirigentes paulistas: desde os grandes romancistas da geração de 1870 até a vanguarda modernista, passando por escritores consagrados pela Academia Brasileira de Letras, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “anatolianos de maior êxito mundano e artístico [...], pensadores autoritários que então estreavam [...], líderes intelectuais do renascimento católico [...] e os primeiros educadores profissionais” (Miceli, 1979, p. 4).

Consequentemente, a partir de um universo de possíveis, pode-se afirmar que a escolha de Sérgio de fundar uma revista destinada a divulgar o ideário do movimento, no intuito de impor os princípios e modelo estético da arte moderna, corresponde, ainda que sem intenção explícita, a uma estratégia de diferenciação do “grupo imediatamente inferior” (composto pelos leitores e consumidores das revistas ilustradas e de variedades) de modo a se identificar com o “grupo da posição imediatamente superior, assim reconhecido como detentor do estilo de vida legítimo” (representado pelos leitores e consumidores das revistas predominantemente de literatura, artes e ciências, a exemplo da *Revista do Brasil*), o que lhe garantiria os “efeitos automáticos e inconscientes da dialética do raro e do comum, do novo e do superado, inscrita na diferenciação objetiva das condições e das disposições” (Bourdieu, 2007, pp. 230-231).

Sobre *Estética*, a concepção do empreendimento e a decisão de levá-lo à diante, assim relata Prudente de Moraes Neto:

“Estética”, um sonho da adolescência, longamente acariciado na imaginação, começou a concretizar-se muito burguesamente por uma decisão de poupança: era preciso juntar algum para o custeio ao menos do primeiro número. (...).

Consistiu este em apresentar a ideia de uma revista literária (não exclusivamente literária, mas de cultura geral, aspirando a obter colaboração científica e filosófica) de sentido e de espírito renovador. (...). Com Sérgio Buarque de Holanda, na interminável conversação retomada cada dia ou, melhor, cada noite, nas caminhadas da cidade para Botafogo, a revista foi tomando configuração em nosso espírito e pudemos debater seus problemas.

Uma vez fixados quanto a linha a manter, passamos à ação, que era convocar os amigos à colaboração gratuita. A própria revista deveria motivar a participação de todos. Seria o órgão que o modernismo deixara de ter, desde o desaparecimento da “Klaxon” (Moraes Neto, 1974, p. VII).

Considerando que as referências dos jovens editores, suas “marcas intelectuais (frequentemente constituídas pelos nomes de personagens-guia)” (Bourdieu, 2011), transcendiam o sistema de coordenadas que compunham o campo de produção cultural no Brasil, para reagir igualmente aos autores modernos de terras estrangeiras, Sérgio (com 22 anos) e Prudente (com 20), escolheram a revista *The Criterion*, fundada por T.S. Elliot, como modelo.

Precisávamos optar por um modelo para a revista. **O gosto sempre seguro de Sérgio Buarque de Holanda** indicou o modelo inglês da revista de T. S. Elliot: “The Criterion” (Moraes Neto, 1974, p. VIII, grifo meu).

Sobre a escolha de um nome para o impresso, Prudente conta que os “futuros diretores”, Sérgio e ele mesmo, Prudente, não conseguiam definir um que os satisfizesse. Tampouco haviam delimitado as linhas programáticas da revista, ou seja, não possuíam um texto de apresentação do periódico “para dizer a que vinha”. Então:

Uma tarde, porém, encontramos Graça Aranha, à porta da Casa Carvalho (Avenida Rio Branco, esquina de S. José – comestíveis, bebida, frutas, barzinho famoso pelo caju amigo, os Porto, Madeira, Xerez, água de coco, salada de frutas e outras especialidades) e o grande escritor informou-se do problema.

- Eu faço a apresentação. O nome? Está achado: “Estética”.

O generoso oferecimento do artigo de apresentação era irrecusável. O nome de “Estética”... Bem, Sérgio passou algumas noites a extrair da sua cultura, já então de opulência insondável, uma série de tangentes por onde pudéssemos justificar esse título. Mas “Paris vaut bien une messe”... e fomos à missa celebrada por Graça Aranha. A primazia da publicação do ensaio “Mocidade e estética” (ao qual o escritor acrescentou algumas linhas em nossa intenção) foi a recompensa da nossa renúncia. Dias depois, recebíamos os originais manuscritos, no belo cursivo do romancista de “Canã”. Valeu a pena. **Era, ao menos, um nome de imenso prestígio a nos acobertar a aventura.** (Moraes Neto, 1974, p. VIII, grifo meu).

Dessa forma, a revista surgiu sob o impacto da liderança de Graça Aranha, tanto que em seu primeiro número Sérgio publicou um artigo exaltando a obra do autor de *Canãa* e seu papel no movimento. Intitulado *O homem essencial*, o texto de Sérgio Buarque confirmava a tutela de Graça Aranha.

Não sei se terei insistido suficientemente na importância da contribuição de Graça Aranha para essa maior afirmação da nossa individualidade nacional, de uma maior intimidade que o “espírito moderno” já tenta efetuar entre a nossa raça e o nosso meio cósmico. Estou certo de que os resultados que dessa contribuição possam provir nunca a desmerecerão. Nós sabemos que “árvores impedem que se veja a floresta” mas não podemos nos esquecer que a obra de Graça Aranha abre uma clareira, o que de qualquer modo constitui uma preciosa indicação (Holanda, 1988, p. 61).

Contudo, tais circunstâncias não foram suficientes para garantir a Graça Aranha o controle da publicação, sendo que em seguida ao número inicial da revista, começa “a diluir-se a pretendida unidade dos modernistas” (Barbosa, 1988, pp. 37). Sérgio Buarque e Prudente (o grupo da revista *Estética*) se aproximam do projeto de Mário, Oswald, Alcântara Machado e Manuel Bandeira, recusando qualquer submissão a princípios dogmáticos ou a um “chefe”.

Negavam a Graça Aranha o papel, que ele gostaria de representar, o de chefe ou orientador de uma doutrina estética, ou como diria mais tarde Sérgio Buarque de Holanda: o papel de chefe de fila. [...] A luta pela renovação literária configurava-se assim bem diferente da que imaginara Graça Aranha (Barbosa, 1988, p. 38).

Diferentemente do autor de *Canãa*, foi Mário de Andrade quem manteve ascendência sobre Sérgio e Prudente durante toda a duração de *Estética*. Conforme De Luca (2011), desde os primeiros momentos é perceptível o empenho de Mário para arregimentar forças e articular uma complexa rede de relacionamentos em torno da nova publicação, como revela a análise de sua correspondência:

Assim, ele noticiava a Sérgio Milliet o futuro aparecimento do periódico e já comunicava que enviaria aos editores cariocas poemas do amigo que tinha em seu poder; à Tarsila solicitava avisar Oswald que havia remetido exemplar de *João Miramar* para ser resenhado; a Drummond de Andrade, em fevereiro de 1925, sentenciava: “Vou mandar os poemas que prefiro pros diretores de ‘Estética’ que escolherão um ou dois ou três, não sei, pra publicar, você deixa?” (Ibid., p. 29)

Além de indicar colaboradores, caminhos e temas, Mário de Andrade teve artigos seus publicados em todos os exemplares; no último foi o autor de quatro colaborações e teve uma obra sua, *A escrava que não é Isaura*, comentada por Prudente de Moraes Neto. Num artigo em que resenharam o livro de Oswald de Andrade, *Memórias Sentimentais de João Miramar*, Sérgio e Prudente incluem um parágrafo remetendo a Mário de Andrade e, de certa forma, reverenciando-o notoriamente.

Essas e outras coisas que estamos dizendo já foram ditas num artigo admirável, do sempre admirável, Mário de Andrade, que lamentamos não poder plagiar na íntegra (Moraes, 2001, p. 203. Apud De Luca, 2011, p. 30).

A crescente aproximação entre Mário, Sérgio e Prudente indicava o distanciamento de Graça Aranha dos rumos da publicação. Quando, no segundo número da revista, o livro de Ronald de Carvalho intitulado *Estudos Brasileiros* é duramente criticado por Sérgio Buarque e Prudente Neto, Graça Aranha e Renato Almeida manifestam sua imediata solidariedade. Consequentemente, aflora a ameaça de rompimento com o padrinho de *Estética*, tensão até então restrita ao âmbito epistolar ou discretamente apontada em temas específicos.

O terceiro número da revista *Estética* já aparece completamente desligado de Graça Aranha<sup>25</sup>, sendo nessa oportunidade que Sérgio publica o artigo *Perspectivas*, quando reage firmemente contra todos os que ainda cultivavam o mesmo espírito acadêmico, embora se intituloassem modernistas: Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Renato Almeida, Guilherme de Almeida. Posteriormente, Sérgio ainda escreve uma série de textos que se destinavam especialmente a Guilherme de Almeida e a Ronald de Carvalho, “acadêmicos modernizantes”, embora ambos já premiados pela academia Brasileira de Letras (Barbosa, 1988, pp. 37-38 e 41).

A sucessão de publicações modernistas que se revezavam no cenário cultural<sup>26</sup>, a intensa movimentação em torno delas (mobilização – maior ou menor – em prol do

---

<sup>25</sup> Segundo De Luca (2011, p. 32) o fato do sumário do terceiro número não estampar o nome de Graça Aranha entre os colaboradores e vir encabeçado pelo “Noturno de Belo Horizonte”, de Mário de Andrade, já seria um indício do rompimento em curso.

<sup>26</sup> As principais revistas lançadas pelas vanguardas modernistas durante os anos 1920:

A primeira foi *Klaxon*, que teve oito números publicados entre maio de 1922 e janeiro de 1923. Seguiu-se *Estética*, com três números editados entre setembro de 1924 e junho de 1925 por Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Neto, no Rio de Janeiro. Em Belo Horizonte, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura e Martins de Almeida encabeçaram a iniciativa do

lançamento e manutenção do periódico), e o cotidiano de sua produção, além de evocar a trajetória dos modernistas na década de 1920, permitem traçar e conhecer a configuração de forças no campo intelectual do período.

Importante reter que, em São Paulo, havia a polarização entre o grupo de Oswald de Andrade, sobretudo após a divulgação do *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, e os alinhados em torno de Menotti del Picchia, com o *Manifesto Anti-Pau-Brasil* (o grupo da revista *Novíssima*: Plínio Salgado, Alfredo Ellis Junior e Cassiano Ricardo). No Rio de Janeiro, havia os que iam se agrupando a favor ou contra Graça Aranha, que conservava ao seu lado os discípulos incondicionais Ronald de Carvalho, Renato Almeida e Teixeira Soares (Barbosa, 1988; De Luca, 2011).

O fim da revista *Estética* coincide com a segunda fase da *Revista do Brasil*, em 1925, quando foi incorporada por Assis Chateaubriand à cadeia dos Diários Associados, e com o ingresso de Sérgio no seu quadro de colaboradores. Rodrigo M.F. de Andrade, que reunia as funções de redator-chefe de *O Jornal* e da *Revista do Brasil*, foi quem convidou Sérgio para trabalhar com ele nas duas frentes (Barbosa, 1988, p. 39).

Nesse período acirram-se as antigas divergências com Alceu Amoroso Lima e com aqueles a quem Sérgio chama de “construtivistas”. Rebelando-se contra a ideia de “construção, ele não aceita a opinião daqueles que acreditam possuir todas as chaves

---

lançamento de **A Revista**, também de curta duração (de julho de 1925 a janeiro de 1926). O debate prosseguiu em *Terra Roxa e outras terras*, dirigida por Alcântara Machado entre janeiro e setembro de 1926.

As ideias modernistas ecoaram também na pequena Cataguazes, Minas Gerais, onde um conjunto de literatos – Rosário Fusco, Henrique de Resende, Guilhermino César e Ascânio Lopes – subvencionado por Francisco Inácio Peixoto, empresário local e admirador das vanguardas modernistas, lançava **Verde**. A revista teve apenas seis números entre setembro de 1927 e maio de 1929, contando com a colaboração de nomes destacados do circuito Rio de Janeiro/São Paulo, como Alcântara Machado e Ribeiro Couto, entre outros. (...). Nesse mesmo período circulou no Rio de Janeiro a revista **Festa**, de curta duração (1927-1929). Em São Paulo, Oswald de Andrade iniciava em 1928 a **Revista de Antropofagia**, que tirou 26 números entre 1928 e 1929.

[...] a vertente nacionalista era liderada por Menotti del Picchia, Candido Motta e Plínio Salgado. O chamado grupo “verde-amarelo” teve como tribunas as revistas **Nova** (1921), **Novíssima** (1925), o pequeno **Anhanguera** (1935) e mais tarde a **Nossa Revista** (1935-1936). (...). Nos anos 1930, Plínio Salgado fundava o integralismo e pregava a revolução nacional, enquanto Menotti e Candido destacavam-se nas fileiras políticas dos chamados “democráticos” no estado de São Paulo” (Cohen, 2015, pp. 110-111, grifos meus).

que levarão a uma arte de expressão nacional”, dizendo, então, “que a nossa arte não surgirá, é mais do que evidente, de nossa vontade, nascerá muito mais provavelmente de nossa indiferença” (Ibid., pp. 40-41).

Na *Revista do Brasil*, em 1926, Sérgio publica um artigo emblemático e muito representativo da disputa travada com Alceu Amoroso Lima. Sob o título de *O lado oposto e outros lados*, seu autor decide:

[...] romper com todas as diplomacias nocivas, mandar pro diabo qualquer forma de hipocrisia, suprimir as políticas literárias e conquistar uma profunda sinceridade pra com os outros e pra consigo mesmo (Holanda, 2005, p. 224).

O fundamento da controvérsia com Tristão de Athayde era a posição contrária de Sérgio Buarque aos que denominava “construtivistas”, pois:

O que idealizam, em suma, é a criação de uma elite de homens, inteligentes e sábios embora sem grande contato com a terra e com o povo [...], gente bem intencionada e que esteja de qualquer modo à altura de nos impor uma hierarquia, uma ordem, uma experiência que estrangulem de vez esse nosso maldito estouvamento de povo moço e sem juízo. Carecemos de uma arte, de uma literatura, de um pensamento enfim, que traduzam um anseio qualquer de construção, dizem. E insistem sobretudo nessa panaceia abominável da *construção*. [...] O erro deles está nisso de quererem escamotear a nossa liberdade que é, por enquanto pelo menos, o que temos de mais considerável [...] (Holanda, 2005, p. 226).

Nesse momento, ocorre mais nitidamente a cisão do movimento entre os modernistas da ordem e os da desordem. Sérgio assume uma postura firme a favor de “uma liberdade total para a expressão, para a palavra, enfim, para o que designamos hoje comunicação” (Prado, 1996, p. 15). A sua radicalidade<sup>27</sup> o fez atacar aqueles considerados acadêmicos modernizantes: Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Renato Almeida, Guilherme de Almeida. “Eles não significam mais nada para nós”, dizia num rompante de sinceridade, ferindo a antigos companheiros” (Barbosa, 1988, p. 37-38)<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> “O que ressalta nos 22 artigos que integram o conjunto é a presença do ‘Sérgio radical’, para usar uma definição de Antonio Candido, que se distancia de Graça Aranha, Ronald de carvalho e Renato Almeida, entre outros, para ficar com o projeto mais avançado de Mário, Oswald, Alcântara Machado e Manuel Bandeira” (Prado, 1996, p. 15).

<sup>28</sup> “O artigo de Sérgio Buarque de Holanda, publicado na *Revista do Brasil* suscitara uma onda de intolerância que o deixaria perplexo e desiludido. Saturado de tudo, só encontrou uma saída, aceitar o convite de seu amigo Viera da Cunha para dirigir um jornal, *O Progresso*, em Cachoeiro do Itapemirim,

Em 1929, Chateaubriand propôs a Sérgio uma viagem à Alemanha, Polônia e Rússia, a fim de enviar reportagens para *O Jornal* (RJ). Atuou também como correspondente do *Diário da Noite* (SP) e da *Agência Internacional de Notícias*. Fixando residência em Berlim, “teve a oportunidade de assistir - se bem que irregularmente - às aulas de História e Ciências Sociais e de ouvir o historiador Friedrich Meinecke. Aproveitou para ler muito: o próprio Meinecke, Max Weber, Gundolf Kafka, Rilke etc.” (Nogueira, 1988, p. 21).

Em Berlim, a Embaixada o indicou para trabalhar na Revista *Duco*, redigida em alemão e português e especializada nas relações comerciais teuto-brasileiras. Depois, recomendado pelo consulado, traduziu *scripts* de vários filmes. Em 1930 passou a colaborar na revista *Brasilianische Rundschau* do Conselho do Comércio Brasileiro de Hamburgo.

Com a eclosão do nazismo, testemunhada por Sérgio Buarque, reduziram-se suas oportunidades de trabalho. Sendo assim, preferiu voltar ao Brasil no final de 1930.

A permanência do autor de *Raízes* na Alemanha e especialmente o contato travado com os estudos históricos e de ciências sociais, nele despertou grande interesse por essa área do conhecimento. Assim, declarou considerar a História “o elo primordial das ciências humanas.”<sup>29</sup> Regressando ao Brasil, Sergio Buarque pôde dar continuidade e forma definitiva a um antigo projeto, debatido com seu amigo Prudente de Moraes Neto, ainda nos tempos da *Estética*.

Os livros de Weber e um pouco das lições de Meinecke, em Berlim, indicando-me novos caminhos, deixaram sua marca na minha Teoria da América. Quando voltei ao Brasil em 1931 trazia um calhamaço de 400 páginas. Dele tirei o essencial de um estudo histórico encomendado por Cláudio Ganns para uma luxuosa revista nova. Aceitaram-no apesar da sua extensão, e ainda o acresceram de muitas ilustrações (Holanda, 1979, p.30).

O título escolhido para o ensaio, *Corpo e Alma do Brasil* desagradou a Manuel Bandeira. Fixou-se, então, *Raízes do Brasil*, mas o livro continuou sendo trabalhado.

---

no Espírito Santo, onde se deixaria ficar esquecido, como jornalista da roça (durante seis meses, em 1926). Seria uma espécie de estação de cura” (Barbosa, 1988, p. 42).

<sup>29</sup> Dias, Maria Odila Leite da Silva. Palestra proferida por Sérgio Buarque de Holanda na noite de lançamento do livro *Tentativas de Mitologia*. São Paulo, 6/12/1979 – mimeografado. Apud Nogueira, 1988, p. 19.

Por fim, em 1936, *Raízes do Brasil* inaugurou a nova coleção da Livraria José Olympio, *Documentos Brasileiros*.

Tal coleção teria como primeiro coordenador Gilberto Freyre, que, prefaciando o ensaio de Sérgio Buarque, apresenta aquela empresa editorial como algo que vinha responder à “ânsia de introspecção social” da “nova inteligência brasileira”.

Ainda em 1936 (28/12/1936, Rio de Janeiro, RJ) casou-se com Maria Amélia Cesário Alvim<sup>30</sup>, que conhecera no carnaval daquele mesmo ano, no Rio de Janeiro, e com quem viveu durante toda a sua vida. Foram padrinhos do matrimônio Prudente Moraes Neto e sua esposa Inah, e Rodrigo Mello Franco e sua esposa Graciema (Holanda, 2007, p. 142; Monteiro, 2012, p. 113). O casal teve sete filhos entre 1937 e 1950, sendo que para descrevê-los, e ao marido concomitantemente, Maria Amélia assim procedeu em uma entrevista<sup>31</sup>:

Pode-se fazer um retrato de Sérgio através dos filhos, ou melhor, pode-se descobrir Sérgio na desordem e na fantasia de Heloísa;  
Na reserva das coisas que devem ficar guardadas, em Sergito;  
No gosto pelas viagens, em Álvaro;  
No jeito, no andar e no espírito de grupo de Chico;  
Na vontade de não influir de Maria do Carmo;  
Na ternura e no paulistismo de Ana Maria;  
Na raça física de Maria do Cristina e na voz de todos os filhos homens.

Segundo Monteiro (Ibid., p.113), Maria Amélia “seria uma espécie de guardiã e fiel companheira de Sérgio”, tendo desempenhado importante colaboração com o marido, especialmente no sentido de reunião, compilação e organização de dados e notas de pesquisa. Nesse sentido, a união matrimonial do casal sugere uma aliança com compartilhamento dos mesmos interesses e motivações intelectuais, além de qualidades sociais valorizadas reciprocamente.

---

<sup>30</sup> Maria Amélia Cesário Alvim (nascimento em 25/1/1910, Rio de Janeiro, RJ e falecimento em 2010), filha do desembargador Francisco Cesário Alvim e de Maria do Carmo Carvalho Cesário Alvim (Holanda, 2007, p. 214).

<sup>31</sup> Andrade, Jorge. *42 anos de A. C.*, p. 76. Apud Nogueira, 1988, p. 22

## Capítulo 2 – A primeira edição de *Raízes do Brasil*

De volta ao Brasil, em janeiro de 1931, Sérgio Buarque de Holanda não apenas retoma seu trabalho como jornalista, mas é como tal reconhecido no universo da imprensa. O período que passou na Alemanha e Polônia (embora o destino principal fosse a Rússia), como correspondente de *O Jornal* e do *Diário da Noite* (ambos os impressos de Assis Chateaubriand), lhe rendeu trunfos no campo jornalístico.

O envio de um correspondente para o exterior, prática incomum à época, foi um evento muito festejado pelos periódicos responsáveis pela iniciativa. Com o intuito de reforçar o valor desta prática simbólica, *O Jornal* não apenas descreve a partida de seu enviado como tendo sido “um embarque muito concorrido”, mas também noticia, em tom envaidecido, a homenagem destinada a Sérgio Buarque e ao jornalista Josias Leão, ambos de partida para a Rússia.

**O sr. Sérgio Buarque de Hollanda e o jornalista Josias Leão**, que parte com ele para a Rússia, foram domingo homenageados por um grupo de amigos e colegas de imprensa, com um jantar de despedida no restaurante “Garota do Mercado”. A essa homenagem, que foi uma encantadora festa de cordialidade e de sympathia, compareceram os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Mucio Leão, Porto da Silveira e Benjamin Constallat, do “Jornal do Brasil”; Osorio Borba, do “Diario Carioca”; Manoel Bandeira, Rodrigo M. F. de Andrade, Austregesilo de Athayde e Barreto Leito Filho, d’O Jornal (*O Jornal*, 18/6/1929. Arquivo Siarq/Unicamp SBH\_PT\_52, grifo meu).

Importante observar que embora Sérgio Buarque seguisse para a Alemanha como correspondente de imprensa, *O Jornal* a ele se refere como “senhor”, diferentemente de Josias Leão que, no mesmo artigo, é reconhecido como “jornalista”.

A manchete do mesmo texto reforça o alegado:

Em demanda da Russia dos soviets. Seguiu hontem para Moscou no “Cap Arcona” o sr. Sergio Buarque de Hollanda que, como enviado do “O Jornal” e do “Diário de S.Paulo”, vae estudar a organização social russa e ouvir os principaes “leaders” communistas (*O Jornal*, 18/6/1929. Arquivo Siarq/Unicamp SBH\_PT\_52).

Da Europa, Sérgio envia para estes jornais artigos e reportagens sobre a situação política, a vida social e cultural na Polônia e na Alemanha. Consequentemente, o período vivido como correspondente de imprensa reforçou e acentuou a sua atuação profissional como jornalista, sendo que o retorno de Sérgio ao Brasil é noticiado destacadamente pelo *Diário da Noite*, em 13/1/1931, em diferentes termos:

O pacote “Bagé” chegou hoje de Hamburgo. A bordo da nave nacional retornam ao Rio vários brasileiros. As impressões da Europa do **jornalista Sergio Buarque de Holanda** e o que nos disse do Norte o compositor H. Tavares (*Diário da Noite*, 13/1/1931. Arquivo Siarq/ Unicamp SBH\_ PT\_53, grifo meu).

Reconhecido como jornalista pela própria imprensa, Sérgio Buarque reposicionou-se no campo, distanciando-se da crítica literária que exerceu durante o decênio de 1920. Dessa maneira, prosseguiu trabalhando como redator-tradutor da agência United Press (até 1937), como redator-tradutor da agência Associated Press (entre 1937-1939), e como diretor, no Rio de Janeiro, da sucursal do *Jornal de Minas* (até 1935) (Curriculum Vitae de Sérgio Buarque de Holanda - Arquivo Siarq/Unicamp SBH\_ VP\_58/88).

Distante da dinâmica que envolvia as revistas literárias e de cultura, e aparentemente desinteressado de se comprometer pessoal e diretamente com a elaboração desses impressos, Sérgio Buarque publicou, no interregno compreendido entre seu retorno da Alemanha em 1931, e 1936, quando foi editado seu livro *Raízes do Brasil*, apenas nove artigos, sendo cinco em revistas [*Boletim de Ariel* (um), revista *O Espelho* (três), *Revista Nova* (um)] e quatro em jornais [*Folha da Manhã* – SP (três), *Folha de Minas* - BH (um)].

Conforme De Luca (2011, pp. 126-127), os principais empreendimentos editoriais que contemplavam revistas e que agrupavam os círculos de intelectuais oriundos do Modernismo, naquele momento, eram a *Revista Nova* e o *Boletim de Ariel*. Em cada um deles Sérgio divulgou tão somente um único texto<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> *Maquiavel e o sr. Otávio de Faria*. Artigo originalmente publicado na revista *Boletim de Ariel*, dezembro/1933 (Holanda, 1996, pp. 248-250). Prado (1996, p. 27) faz menção a um conto intitulado *Viagem a Nápoles*, publicado na *Revista Nova*, em 1931. Mas esse texto não está publicado na coletânea referida (Holanda, Sérgio Buarque de. *O espírito e a letra. Estudos de crítica literária I (1920-1947)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996) e eu não o localizei em nenhum outro lugar.

Resultado da iniciativa de três nomes que eram referência no circuito das revistas da vanguarda literária e cultural, a *Revista Nova* saiu a público em 15 de março de 1931. Refletindo a preocupação de seus diretores, Paulo Prado, Mário de Andrade e Antônio de Alcântara Machado, o projeto da publicação priorizava os esforços para a compreensão do país, em detrimento do combate à ordem literária vigente e do direito à experimentação, herança dos periódicos modernistas inaugurada por *Klaxon*. O rol de colaboradores é extenso e diversificado, mas lá estavam todos os nomes do Modernismo. Sua duração se estende somente até o ano seguinte, nocauteada pela instabilidade político-econômica que resultou do movimento de 1932 (Ibid., pp. 105-117).

Agripino Grieco e Gastão Cruels associaram-se para fundar a Ariel Editora Ltda. Como não tinham uma livraria integrada aos seus negócios, em seguida lançaram a revista *Boletim de Ariel* buscando uma fonte suplementar de renda e de divulgação de seus autores e livros. A publicação principiou em 1931 e circulou até fevereiro de 1939, com 89 números divulgados<sup>33</sup>.

Os escritores responsáveis, ambos nascidos no estado do Rio de Janeiro no ano de 1888, usufruíam de prestígio no mundo letrado. Gastão Cruels, médico de formação, estreou com livros de contos (em 1920). Incluído no movimento regionalista dos anos 1920 e considerado um descobridor da realidade brasileira, Cruels não se vinculou ao Modernismo. Agripino Grieco estreou como poeta (em 1910) e contista (1913), mas abandonou a ficção para dedicar-se à crítica, que exerceu por décadas em vários órgãos da imprensa.

A Ariel Editora tornou-se uma empresa importante e embora contasse com um catálogo variado, dedicou considerável atenção aos escritores brasileiros. Suas atividades encerraram-se em 1939 por não conseguirem competir com a editora José Olympio (Ibid., pp. 118- 124).

Mas foi n’*O Espelho*, periódico de pouca ressonância, onde Sérgio mais publicou. E foi essa a revista que divulgou o texto *Corpo e alma do Brasil: ensaio de psicologia*

---

<sup>33</sup> “O Boletim de Ariel converteu-se em um dos principais jornais literários da década de 1930, e outorgou a Gastão Cruels e Agripino Grieco uma alavanca de autoridade, que serviu para acumular prestígio e editar livros por seu selo” (Sorá, 2010, p. 137).

*social*, trabalho que antecedeu e preparou *Raízes do Brasil*. Resultado “de um estudo histórico encomendado por Claudio Ganns para uma luxuosa revista nova” (Holanda, 1979, p. 30), o ensaio “seria publicado na revista *O Espelho*, [...] que por sinal não era assim tão luxuosa, como poderia parecer, apenas diferia dos padrões tradicionais, por ser mais bem cuidada graficamente” (Barbosa, 1988, p. 50).

Os editores da revista *O Espelho*, que começou a circular em 1930, com curta duração, foram Cláudio Ganns e Américo Facó, ambos jornalistas. Cláudio Ganns foi ligado ao Integralismo e Américo Facó esteve sempre muito próximo de Sérgio Buarque, desde os tempos da revista *Fon-Fon*, da qual foi diretor<sup>34</sup>.

A publicação do texto *Corpo e Alma do Brasil* na revista *O Espelho* em março de 1935, possibilitou a divulgação, entre livreiros e editores, do ensaio de Sérgio Buarque, além facilitar a sua inserção nas discussões e análises sobre a sociedade brasileira e seus caminhos naquele período politicamente tão convulsionado.

Os empresários de bens culturais, notadamente os dedicados à edição de livros, experimentavam grandes transformações em seus negócios. Se, ao longo dos anos 1920, a atividade editorial era uma tarefa que demandava muito esforço por parte do reduzido grupo de pessoas que a ela se dedicava (composto predominantemente de imigrantes), nos anos 1930 passou a atrair um número maior de pessoas. Eram jovens e talentosos brasileiros que fundaram suas editoras nos centros urbanos de maior poder econômico, social e político, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizontes e Porto Alegre (Pontes, 2001, pp. 426-427).

Diante do surto editorial que principiava, as revistas culturais e literárias, “sem perderem o caráter de empreendimentos frágeis do ponto de vista econômico, mas tendo extrapolado o papel de porta-vozes de pequenos grupos vinculados à vanguarda estética, passaram a interessar mais diretamente a livreiros e editores, que tinham nas suas

---

<sup>34</sup> Cláudio Ganns (1896-1960), jornalista e historiador, neto de Irineu Evangelista de Sousa, o visconde de Mauá, era casado com Layde, irmã de Alceu Amoroso Lima (*Cartas do pai: De Alceu Amoroso Lima para sua filha madre Maria Teresa*. Instituto Moreira Salles, 2016). Foi ligado ao Integralismo (De Luca, 2011, p. 203).

Américo Facó. Poeta e jornalista brasileiro nascido em 1885, no Ceará, e falecido em 1953, no Rio de Janeiro. Foi diretor da parte literária da revista *Fon-Fon*, trabalhou em vários outros jornais, no Instituto Nacional do Livro e no Senado Federal. Iniciou a sua carreira literária no Ceará e em 1911, no Rio de Janeiro, já fazia parte dos círculos literários da época.

páginas um veículo de divulgação de autores e obras”. Tais periódicos, na década de 1930, atraíam não somente leitores ávidos por informações e certo verniz cultural, notadamente os profissionais liberais e burocratas, mas eram instrumentos muito úteis aos órgãos do governo e sua diversificada rede de instituições, que através deles difundiam projetos e realizações oficiais. Aos grupos jornalísticos, as revistas possibilitavam a aquisição de maior prestígio por meio da edição de suplementos ou periódicos culturais, posto que essas publicações “configuravam uma forma de intervenção no debate público acerca da realidade nacional, o que era indissociável das questões políticas candentes” (De Luca, 2011, p. 125).

Em um contexto marcado pelo impacto da crise econômica deflagrada em 1929, pelas amplas mudanças políticas instauradas com o movimento de 1930 e com o governo provisório de Getúlio Vargas, os ocupantes do poder investiram-se da missão de reformular por completo o país, ancorados em um discurso de ruptura com a experiência anterior de modo a projetar a ideia de um Brasil moderno. Dessa forma, fortalecia-se o debate que enfrentava a questão do autoconhecimento nacional, introduzindo-se uma nova fase de redescoberta da nação.

Aos agentes situados no campo da produção do saber caberia empreender uma releitura do país de modo a projetar os rumos para o futuro. “O credenciamento para a tarefa proviria de uma suposta qualificação para desvendar as regras de funcionamento do social e desse modo formular, a partir de dados e critérios objetivos, políticas de ação” (De Luca, 1999, p. 19).

Sérgio Buarque de Holanda, desde a hostilização sofrida com a polêmica envolvendo o artigo *O lado oposto e outros lados* e a sua forte crítica aos acadêmicos modernizantes, em 1926, quando tendo decidido afastar-se da literatura, desfez-se de sua biblioteca e “fugiu” para o Espírito Santo, indo dirigir o jornal *O Progresso* em Cachoeiro do Itapemirim (1927), deu início deliberadamente a uma mudança de rumo em direção a possibilidades que lhe pareciam mais seguras naquele momento. A experiência vivida na Alemanha o reaproximou da história (primeira matriz intelectual) e a produção intelectual dos anos 1930, plasmada pela demanda de interpretações e análises sobre a realidade nacional, ainda sem uma prática científica profissional e

sistematizada atrelada a instituições universitárias fortalecidas, conduziu Sérgio ao ensaísmo.

Se, durante a década de 1920, levando em conta sua origem social e correlatas disposições incorporadas, Sérgio Buarque dedicou-se à crítica literária, que, ao lado da poesia, era o gênero literário de maior prestígio à época (Miceli, 2012, p. 159), na transição para os anos 1930, através da percepção das possibilidades disponíveis para assegurar uma posição de reconhecimento e notoriedade no campo intelectual (que, naquele momento, ainda mesclava o jornalismo e a atividade literária), Sérgio aproxima-se do ensaísmo, enquanto gênero, e da história, enquanto temática principal (e que se converterá, paulatinamente, em objeto de investigação e prática científica com a criação das universidades e do seu ingresso neste universo como professor).

## 1.

Publicar um livro no Brasil, até os primeiros anos da década de 1920, era prática rara e difícil. Predominavam os títulos importados sendo que os livros dos escritores nacionais, bem menos abundantes, eram majoritariamente impressos no exterior, sobretudo na França e em Portugal. Mas os anos seguintes assistiram ao crescimento e à diversificação do mercado editorial em razão do fortalecimento e da expansão da economia urbano-industrial; da inovação tecnológica sofrida pelos processos gráfico-editoriais; e, pela ampliação do mercado leitor. E foi na passagem para os anos 1930, com o processo de substituição de importações acentuado com a crise mundial de 1929, que a indústria de bens culturais, sobremaneira a de livros, recebeu substancial impulso.

Os resultados desses avanços foram sentidos ao longo dessa década. Somados à ampliação significativa dos circuitos de comercialização do livro e às transformações por que passava o sistema de ensino (abertura das primeiras faculdades de educação, de filosofia, ciências e letras, criação de novos cursos superiores, reforma dos currículos, introdução de disciplinas recém-consolidadas, impulsos que recebeu o ensino técnico e profissionalizante), o decênio de 1930 experimentou um surto editorial sem precedentes (Miceli, 2012, p. 155).

Os gêneros de maior aceitação e demanda pelo público correspondiam às obras didáticas e à literatura de ficção, em geral, e literatura brasileira, em particular. Proporcionando os maiores lucros para as editoras, esses eram os gêneros que possibilitavam a concentração de recursos no campo editorial.

Mas, num contexto de interesse renovado pela singularidade do país, destacaram-se também as coleções (*Brasiliana*, *Documentos Brasileiros* e a *Biblioteca Histórica Brasileira*) essas dedicadas a revelar os aspectos mais variados da realidade brasileira (Pontes, 2001).

A reflexão sistemática sobre o Brasil de modo a demarcar sua especificidade, seus problemas e possíveis soluções futuras, irrompe entre os intelectuais brasileiros com a geração de 1870, mas recebe nova ênfase com os integrantes de 1922. Se os primeiros viveram a Abolição e a República, os segundos experimentaram o tenentismo, comunismo e revolução estética, todos eventos emblemáticos que condensaram múltiplos significados e sentidos.

Ampliando-se e acentuando-se o intenso processo de urbanização e surto industrial vivido pelas principais cidades brasileiras, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, ao longo do decênio de 1920, quando alguns setores específicos das camadas médias foram capazes de produzir todo um conjunto de inovações e de experimentos culturais modernos, sem precedentes na história do país, o empenho da intelectualidade em conhecer, desvendar, investigar e mapear o Brasil e a sua realidade, bem como a tentativa de traçar simultaneamente os contornos da sua identidade nacional e social, foram aprofundados obstinadamente em meio à efervescência política dos anos 1930.

Nesse momento, o arranjo político da Primeira República havia se esgotado. O descontentamento militar, a insatisfação das classes médias urbanas, aliados às divergências entre as oligarquias regionais e aos efeitos da crise econômica mundial de 1929 sobre o setor cafeeiro, confluíram no episódio revolucionário que culminou com a ascensão de Getúlio Vargas à chefia do governo Provisório da República (onde permaneceria por quinze anos). Ao pôr fim às instituições da Primeira República e ao domínio sociopolítico da oligárquica burguesia cafeeira, a Revolução de 1930 trazia consigo a promessa de corresponder à modernização que o crescimento do país exigia.

Inserida nesta conjuntura marcada por crises, transformações e rupturas de toda ordem, à elite intelectual coube debruçar-se sobre o país quase obsessivamente.

Todo esse contexto se impõe ao campo intelectual, de modo que o debate dos problemas políticos mais imediatos do país, a investigação e o estudo da nossa realidade, ganharam significados de alto valor simbólico. “A realidade brasileira se tornou o conceito-chave” do período conferindo prestígio, distinção e reconhecimento aos estudos pátrios de história, política, sociologia, geografia etc. que dela fizessem objeto de pesquisa (Pontes, 2001, pp. 425-426).

As estratégias dos editores, que integram o mesmo campo e microcosmo social dos literatos e jornalistas, refletiram-se notadamente nas coleções especialmente dedicadas a tais estudos, as quais auferiram excepcional visibilidade por meio da consolidação e expansão do mercado de livros.

Na década de 1930, o campo de produção intelectual ainda passava por um processo de autonomização. Em face “de uma indústria cultural embrionária e da ausência de campos profissionais especializados (o que só iria ocorrer com a consolidação do sistema universitário), os produtores intelectuais desse contexto (recoberto pelas academias de letras, institutos históricos e geográficos, faculdades de direito, de medicina, de engenharia e, em número significativamente menor, pelas faculdades de ciências sociais e de educação) se dirigem para o mercado editorial, que conheceu uma expansão impressionante no decênio de 30, acentuada nas décadas posteriores” (Pontes, 2001, p. 449).

As coleções tornaram-se um dos principais canais de difusão da cultura brasileira. Logo, o trabalho de editar, além de auferir um sentido cultural mais amplo, passou a funcionar como fonte de prestígio alargando a rede de sociabilidade dos editores junto ao meio intelectual, artístico, literário e até político da época (caso da editora José Olympio).

Octalles Marcondes Ferreira e Monteiro Lobato, unidos para um novo empreendimento, inauguraram em fins de 1925, em São Paulo, a Companhia Editora Nacional.

Estabelecendo os contornos da sua atuação no início do decênio de 1930, a editora lançou-se num ambicioso e arrojado projeto intitulado *Biblioteca Pedagógica Brasileira* – BPB, cuja organização esteve a cargo de Fernando de Azevedo.<sup>35</sup> Essa coleção subdividia-se em cinco séries distintas, quais sejam: literatura infantil, atualidades pedagógicas, livros didáticos, iniciação científica e brasileira.

Diante dos grandes entraves com que se deparavam, durante suas pesquisas, aqueles que se dedicavam aos estudos sobre o Brasil, fosse pela dispersão ou pela falta de acesso às informações de consulta, a Companhia Editora Nacional propôs-se a coligir esse material, organizá-lo e reeditá-lo de modo a sistematizar, em uma coleção, não apenas os livros clássicos e os novos trabalhos sobre o Brasil e seus problemas, como todo o material de valor documentário. Com esse propósito, a *Brasiliana* foi uma série dedicada precipuamente a reunir e coordenar os diversos estudos e pesquisas sobre assuntos e problemas brasileiros encarados sob todos os seus aspectos, quais sejam: ensaios sobre a formação histórica e social do Brasil, estudos de figuras nacionais e de problemas brasileiros (históricos, geográficos, etnológicos, políticos, econômicos etc.), reedição de obras raras e de notório interesse e de traduções de obras estrangeiras sobre assuntos brasileiros.

Segundo Pontes (2001, pp. 455-456), A *Brasiliana* editou, entre 1931 e 1960, 211 autores e publicou 307 títulos, classificados em 18 gêneros distintos. Entre os gêneros mais editados no período, os que se sobressaem por ordem de importância são: história (24,1%), biografia e memória (19,5%), viajantes e cronistas (14,6%), ensaios de interpretação sobre o Brasil (10%), geografia (8,4%), antropologia (7,8%), que, reunidos, totalizam 83,1% dos gêneros publicados, correspondente a 256 livros.

Os estudos de natureza histórica mantêm-se em evidência nos anos 1930 e 1940, correspondendo respectivamente a 25% e 27% dos livros editados no período.

---

<sup>35</sup> “Fernando de Azevedo (1894-1974) foi um dos mais destacados educadores brasileiros, engajado desde os anos 1920 no movimento pela renovação pedagógica da escola pública, designado por ‘escola nova’. Por meio da implementação deste projeto editorial (*Biblioteca Pedagógica Brasileira*, editada pela Companhia Editora Nacional) encontrou um dos canais para a concretização do seu projeto educacional mais amplo. Para ele, o empenho na divulgação da cultura e do pensamento brasileiro ocupava lugar central na educação” (Pontes, 2001, p. 453).

A ênfase que as análises historiográficas recebem são consequência da “preocupação em desvendar aspectos variados da história do Brasil”, e do “movimento de ‘redescoberta’ do país, produzido em grande parte pelo pensamento social da época que reintroduziu, a partir de novas chaves analíticas e políticas, o debate sobre a questão da cultura e da identidade nacional” (Ibid., pp. 456-457).

Com as inovações introduzidas pela Companhia Editora Nacional relativamente aos mecanismos utilizados para a divulgação de seus títulos, coube à *Brasiliiana* popularizar os ensaios de interpretação da formação social do país, de modo a torná-los acessíveis a um novo público interessado em conhecer a história e realidade nacionais. Assim, através de “uma seleção de obras-baliza do passado nacional, sob novos marcos de interpretação de intelectuais consagrados e em atividade, que se impunham como verdadeiros leitores do Brasil, e cujos ensaios de vanguarda saíam daqueles textos fundadores”, a Nacional projetou-se para a dianteira do universo editorial e “dessacralizou” a categoria brasileira<sup>36</sup> (Sorá, 2010, pp.161-163).

Sobre essa coleção repousou a acumulação de um capital de reconhecimento cultural da editora. A *Brasiliiana* se tornou um modelo e rapidamente impôs um estilo de coleções com ensaios de interpretação do Brasil, explorado até hoje por quase todas as editoras com pretensões culturais (Ibid., p. 163).

Como já dito, naquele momento os gêneros editoriais em evidência eram a literatura nacional e os ensaios de interpretação sobre o Brasil. Apesar do menor destaque, uma literatura bastante diversificada, como a clássica, os romances importados, as coleções de debate político doutrinário, os livros infanto-juvenis, a literatura de apelo feminino, os livros didáticos, religiosos, técnicos e de autoajuda começavam a conquistar um público que aumentava velozmente.

Sendo assim, as disputas no interior do universo editorial estavam atreladas à legitimação cultural do seu catálogo. Com a compra, por Octalles Marcondes Ferreira, em 1932, da importante Livraria Civilização Brasileira, fundada por Getúlio Costa no

---

<sup>36</sup> “Desde os tempos da ‘longa viagem da biblioteca dos reis’ (Schwarcz, 2002), a palavra *brasiliiana* denota toda coleção, seção de biblioteca ou conjunto de livros que reúne, parafraseando a Nelson Werneck Sodré (1942), os ‘livros que devem ser lidos para conhecer o Brasil’. Alude a uma biblioteca real ou metafórica sobre o país, em que um leitor estrangeiro, por exemplo, pode, de um só golpe de vista, ter toda a cultura nacional ao seu *alcance*. [...] As brasilianas transpassam a história do livro no Brasil” (Sorá, 2010, pp. 28-29).

Rio de Janeiro em 1929, durante os anos seguintes, a Companhia Editora Nacional foi transferindo, para a Civilização Brasileira, a edição de uma literatura destinada a um público intelectualmente mais exigente.

Essa iniciativa permitiu à Companhia Editora Nacional tornar-se uma grande empresa exclusivamente editorial e manter uma inusitada divisão de funções na cadeia de agentes e ofícios relacionados ao livro de modo a conseguir enfrentar, com sucesso, demandas de estamentos públicos, educacionais, livreiros e gráficos.

Se tais inovações, por um lado, produzem uma concepção sem precedentes da categoria editor, posto que doravante ele se veria munido de “autoridade singular”, por outro, viabiliza que a tarefa de editar livros, no Brasil, se transforme em indústria.

Consequentemente, o peso específico da Editora Nacional espalhou-se por todo o cenário concorrente fazendo aumentar e diversificar as referências de contrastes para a distinção de outras editoras, especialmente a José Olympio.

Espelhada na *Brasiliana*, a *Documentos Brasileiros* foi idealizada por José Olympio Pereira Filho (nascido em 1902, em Batatais, SP, e falecido em 1990). Foi por meio da intercessão de Altino Arantes, seu conterrâneo e padrinho de crisma, na época presidente do estado de São Paulo pela segunda vez, que conseguiu emprego em 1918 na famosa Casa Garraux, principal livraria de São Paulo e “grande magazine importador, em torno do qual girava toda ou quase toda a vida social, política e intelectual de São Paulo” (Sorá, 2010, pp. 32-37).

Ali, paulatinamente, ao longo de treze anos, José Olympio passou de responsável pela organização dos livros (empacotando, desempacotando e arrumando os volumes) para a privilegiada posição de gerente-livreiro.

Com a morte em 1930 de Alfredo Pujol, bibliófilo, colecionador de livros raros e proprietário de uma valiosa *brasiliana*, José Olympio adquiriu todo o acervo estabelecendo-se na rua da Quitanda, em São Paulo, onde fundou, no ano seguinte, a Casa José Olympio Livraria e Editora.

Contudo, naquele momento, os números da edição de livros em São Paulo eram ditados pela dinâmica de sua bem-sucedida empresa antecessora, a Companhia Editora Nacional. Consequentemente, para um editor novato como José Olympio se tornar

reconhecido, seria necessário lançar mão de estratégias que marcassem sua diferença em relação à Nacional.

Durante os anos iniciais da década de 1930, no Brasil, o universo do livro ainda era conduzido predominantemente pelas livrarias e respectivas redes de sociabilidade. Somente a Companhia Editora Nacional conseguira reunir as condições exitosas e únicas, até então, para editar de forma independente.

Após a publicação de *Banguê*, de José Lins do Rego, ainda em São Paulo, a José Olympio Livraria e Editora muda-se para o Rio de Janeiro, em 1934. Sorá (2010), ao tecer um relato minucioso e completo da trajetória pessoal de José Olympio e de sua editora, explora detalhadamente as razões da transferência de seus negócios para a Capital Federal. Convém saber que o jovem editor identificou três condições favoráveis à sua mudança. Inicialmente, com Getúlio Vargas na presidência do país, se consolidavam as políticas expansionistas do Estado na educação, na cultura e em todos os âmbitos institucionais possíveis. Em segundo lugar, havia uma significativa quantia de intelectuais aspirantes não canalizados pelas emergentes editoras “intelectuais”, bem como de escritores nordestinos que migravam para a capital do país. Por fim, a inauguração de uma nova livraria, na rua do Ouvidor, número 110, no centro do Rio de Janeiro e localização de grande peso simbólico, serviria como ponto de reunião de escritores de vanguarda e dos diversos intelectuais e romancistas que chegavam à cidade.

José Lins do Rego, o primeiro escritor nordestino a ser publicado pela José Olympio, diversamente de outros escritores novos, não era classificado pela crítica da época como “regionalista, realista ou realmente brasileiro”. Fazendo uso de uma linguagem valorizada por ser simples e objetiva, o autor produzia prolificamente a partir de suas impressões e lembranças sobre os engenhos de cana de açúcar. Foi ele quem aproximou, direta ou indiretamente de seu editor, outros autores nordestinos que viriam a ser exclusivos da José Olympio durante vários anos. São eles Raquel de Queirós, Jorge Amado, Graciliano Ramos e Gilberto Freyre, citando tão somente os mais emblemáticos.

O tipo de vínculos que prenderam o escritor ao editor, e aos demais agentes do mencionado entorno, acentuaram relações de patronato editorial, em que José Lins do Rego reforçou sua função de articulador de relações. Como foi dito,

Gilberto Freyre e Raquel de Queirós, os escritores amigos que ainda viviam no Nordeste, já tinham iniciado a negociação de seus originais com o editor. Dali em diante, quem motivou Graciliano Ramos a “ir pra o Zé Olympio” foi Raquel de Queirós, quem aproximou esta e Gilberto Freyre da editora foi José Lins, e assim por diante. **Cada um, por sua vez, e por variadas circunstâncias, foi “descendo” em direção ao Rio de Janeiro, capital política e cultural do novo Brasil: “Todos queriam vir para cá porque cá estavam os editores, a crítica e os outros escritores.** (entrevista com Raquel de Queirós)” (Ibid, pp. 189-191, grifo meu).

Por volta de 1936, a esse grupo, que compunha grande parte dos escritores cujas obras eram impressas pela editora, associou-se uma categoria coletiva de identificação que os tratava como os romancistas do “nordeste” ou como “o grupo da Livraria José Olympio Editora”.

Portanto, a arrojada decisão da editora de lançar, em 1936, a coleção *Documentos Brasileiros*, cresce em significação ao se considerar o processo, em curso, de unificação simbólica e construção social da identidade daqueles escritores, reunidos como grupo literário de vanguarda, no Rio de Janeiro da segunda metade da década de 1930 e editados por José Olympio<sup>37</sup>. Mesmo a escolha de Gilberto Freyre, para a direção e seleção das obras que comporiam a série *Documentos Brasileiros*, se insere no conjunto de estratégias de José Olympio para consolidar e legitimar a noção de “nordeste” como origem de uma produção intelectual genuinamente brasileira.

As coleções adubaram o terreno para a imposição do Nordeste como categoria condensadora das mensagens constitutivas da identidade nacional, na literatura e no pensamento social. Este foi um precipitado essencial do sistema e dos processos de negociação e recepção dos escritores da roda de Alagoas e seus aliados regionais. As coleções foram a primeira afirmação como sistema de um coletivo intelectual que, assim, ganhou vantagens sobre outros aspirantes na tarefa de se colocar como porta-voz das verdades do país (Ibid, p. 197).

*Casa-grande & Senzala* havia sido publicado em dezembro de 1933, pela editora do poeta Augusto Frederico Schmidt. Gilberto Freyre, à época já reconhecido como cientista social com passagem pela Universidade de Baylor (Waco/Texas, Bacharelado

---

<sup>37</sup> Para maximizar a recepção pública das obras de José Lins do Rego e Jorge Amado, fortalecendo-os como conjunto, a José Olympio passou a editá-los por meio de “coleções de autor”. “Ciclo da cana-de-açúcar” agregava os livros de José Lins do Rego. “Romances da Bahia”, os de Jorge Amado. (Sorá, 2010, p. 186)

em Artes) e de Columbia (Nova Iorque, cursos de graduação e pós-graduação nas Faculdades de Ciências Políticas, Sociais e Jurídicas), além de longa permanência na Europa onde visitou vários países, assistia à crescente repercussão e consolidação, no ambiente intelectual, da sua obra inaugural. Em 1935, convidado por Anísio Teixeira, dirige, na Universidade do Distrito Federal, o primeiro Curso de Antropologia Social e Cultural da América Latina. No ano seguinte, a Companhia Editora Nacional divulga, como volume 64 da *Coleção Brasileira*, seu livro *Sobrados e mucambos* (Freyre, 2006-A, pp. 643-678).

Ao receber a proposta de José Olympio para montar o catálogo de uma nova coleção que se pretendia brasileira, Gilberto Freyre, marcado pela prática sociológica e universitária experimentada no exterior, enxergou uma oportunidade de, através dela, não somente legitimar os princípios que organizavam a sua interpretação sobre a formação social brasileira, como também colocar em ação medidas que fizessem preponderar os projetos e pesquisas em bases mais científicas, embora ainda necessariamente compatíveis com a publicação de memórias, crônicas, biografias e gêneros não estritamente acadêmicos.

Dessa forma, a intervenção do diretor da coleção *Documentos Brasileiros* fez-se sentir em três principais aspectos. Primeiramente, na imposição da noção de “nordeste” como categoria cognitiva de brasilidade e identificadora dos discursos nacionais legítimos. Em seguida, na utilização de critérios de cientificidade para a escolha e hierarquização das obras a serem impressas para a série. Por último, na formação dos sentidos de recepção de obras e ideias através dos prefácios que elaborava para os volumes da coleção.

Tais razões editoriais foram pontuadas precisamente no texto redigido por Gilberto Freyre para a apresentação de *Raízes do Brasil*, título primeiro da coleção *Documentos Brasileiros*.

A serie que hoje se inicia com o trabalho de Sergio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*, vem trazer ao movimento intellectual que agita o nosso paiz, á ancia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova intelligencia brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desde o inventario á biographia; desde o documento em estado quasi bruto á intepretação sociologica em forma de ensaio.

**O caracteristico mais saliente dos trabalhos a ser publicados nesta colleção será a objectividade.** Animando-a, o jovem editor José Olympio

mais uma vez se revela bem de sua geração e do seu tempo. **Ao interesse pela divulgação do novo romance brasileiro elle junta agora o interesse pela divulgação do documento virgem e do estudo documentado que fixe, interprete ou esclareça aspectos significativos da nossa formação ou da nossa actualidade.** Não podia ser mais oportuna nem mais feliz a sua iniciativa.

Os organizadores desta collecção foram ainda felizes podendo fazer do trabalho de Sergio Buarque de Hollanda o seu volume nº 1. O escriptor paulista é uma daquellas intelligencias brasileiras em que melhor se exprimem não só o desejo como a capacidade de analysar, o gosto de interpretar, a alegria intellectual de esclarecer. Quando appareceu, há dez ou doze anos, ao lado de Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas) – talvez a vocação mais pura de critico que já surgiu entre nós – foi logo revelando as qualidades e o e o gosto, que agora se affirmam victoriosamente.

O editor José Olympio já tem nas mãos um grupo de estudos e de ineditos interessantissimos, que vão apparecer nesta serie. Não se trata de uma aventura editorial, mas de uma collecção planejada e organizada com o maior escrupulo e com todo o vagar, **visando corresponder não só ás necessidades do estudioso como á curiosidade intellectual de todo brasileiro culto** pelas coisas e pelo passados do seu paiz.

[...]

**Serão ainda incluídos na collecção estudos documentados sobre as nossas populações actuaes.** Quer do ponto de vista anthropologico e ethnographico, quer do ponto de vista sociologico, economico, pedagogico. Inqueritos, pesquisas, sondagens, investigações, mappas, perfis sociaes que sirvam de documentação exacta á technica de trabalho, ao genero de habitação, á dieta, aos estylos de vida, ao modo de falar, ao desenvolvimento physico e mental do brasileiro de hoje – o das cidades, o das praias, o dos sertões, o caboclo do extremo Norte, o mestiço, o paulista, o adulto, o escolar, a criança. **Para a apresentação de material dessa natureza contamos com a boa vontade e a collaboração dos nossos pesquisadores mais capazes,** todos interessados na maior divulgação de dados colhidos em regiões diversas do Brasil, e sob criterios differentes, mas que esclareçam ou fixem problemas de interesse geral para o nosso paiz e para o nosso tempo. [...].

É com o fim de procurar revelar material tão rico e de um valor tão evidente para a comprehensão e a interpretação do nosso passado, dos nossos antecedentes, da nossa vida em seus aspectos actuaes mais significativos, que apparece esta collecção.

Recife, julho 1936.

GILBERTO FREYRE

(Holanda, 1936, pp. V-IX, grifos meus)

Naturalmente, para Gilberto Freyre, “a editora não só passava a ser uma plataforma indispensável para ampliar um princípio de seleção de obras e ideias, de acordo com seu projeto intelectual, como também representava uma fonte segura de renda” (Sorá, 2010, p. 197). Assim, ele permaneceu à frente da *Documentos Brasileiros* entre 1936 e 1939,

tendo sido sucedido por Otávio Tarquínio de Souza, cuja direção se estendeu de 1939 a 1959.

A respeito dos livros da *Documentos Brasileiros*, Pontes (2001, p. 462) faz lembrar que foram editados em um formato maior que o habitual, com 14,5 de largura por 23 cm de altura. Para compor sua capa, sempre sóbria e uniforme para todos os volumes, o artista gráfico e colaborador da editora, Tomás Santa Rosa, imaginou a icônica palmeira imperial. Com a preocupação de realizar uma impressão mais luxuosa, a José Olympio procurou incluir prefácios, orelhas e, quando necessário, ilustrações de artistas conceituados, como Portinari e Clóvis Graciano.

Ainda que houvesse coincidência nos gêneros mais valorizados pelas coleções *Documentos Brasileiros* e *Brasiliana* (memórias e biografias, ensaios “sociológicos” e historiográficos etc.), algumas especificidades regionais de suas respectivas localizações as distinguiam, pois enquanto a primeira se mostrava mais ligada ao campo intelectual carioca e nordestino – que parecia atribuir maior distinção ao exercício da literatura e de sua crítica –, a segunda acompanhava mais de perto o movimento intelectual e cultural de São Paulo, o que explica o aumento do peso dos trabalhos sociológicos, estrito senso, ao longo de sua trajetória (Ibid., p. 464).

Ainda conforme a mesma autora, no interregno de 1936 a 1960, a *Documentos Brasileiros* publicou 107 títulos, classificados em nove gêneros, sendo que os que predominaram, por ordem de importância, foram: biografias e memórias (37,3%), história (26,1%) e ensaios de interpretação do Brasil (23,3%). Se agregados, totalizam 86,7% dos gêneros publicados, correspondendo a 94 livros (Ibid, pp. 464-469).

## 2.

Ao investigar os critérios que orientavam a seleção e a publicação de autores e ideias no início de 1930, Sorá (2010) verifica o peso fundamental que possuíam as “rodas de intelectuais” enquanto núcleos onde se formavam as alianças que possibilitavam a divulgação e projeção dos textos de seus agregados. Diferentemente dos círculos de sociabilidade organizados em torno das livrarias, ao longo dos decênios de 1910-1920, quando a produção cultural estava subordinada às “hierarquias sociais e

políticas de um poder à antiga”, a roda era articulada em espaços públicos ou privados, mais igualitários e despojados, como as redações de jornais e revistas, os cafés, ou mesmo a residência ou escritório de algum membro. Nelas, “os indivíduos sintetizavam formas de identificação estéticas e políticas como grupo, base de distinção de outras rodas locais, regionais e, inclusive, de outros países” (Ibid., pp. 95-100).

Tendo em vista a precariedade de outros meios facilitadores da propagação de autores, obras e ideias, tais como universidades e editoras fortes e autônomas, a produção intelectual do período passava pelas rodas de intelectuais.

As confrarias modernistas, desdobradas depois da mítica Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo, são compreendidas como um circuito de nichos de produção restrita que, nas principais capitais, congregavam um pequeno grupo de iluminados, cuja tarefa de escrever transcorria nas redações de jornais locais ou regionais. Nos melhores casos, a atividade intelectual regular se passava na seção cultural, em que escreviam rodapés de crítica, em uma época em que não predominavam os suplementos literários separados do corpo do jornal. Os grupos, que se consolidavam em torno de personagens de maior renome e/ou espécie de capitais a distribuir, chegavam a produzir revistas próprias de baixa tiragem e vida efêmera. Por meio de impressos periódicos, gerava-se um sistema de intercâmbio, cujo funcionamento criava tanto alianças e disputas intra e inter-regionais como uma hierarquia de nomes, tendências e grupos como um todo (Ibid., pp. 98-100).

Em decorrência da centralidade que possuíam as rodas de intelectuais para a produção e circulação de bens culturais, elas foram fundamentais para a evolução das práticas intelectuais e editoriais do início de 1930.

A trajetória de Sérgio Buarque de Holanda, que tenho procurado explorar de forma articulada com a dinâmica e especificidade do campo intelectual no qual se movia, aponta para o fato de que ele percorreu um trajeto que assegurou a sua inserção nos grupos associados à vanguarda modernista da época. Desde os primeiros artigos juvenis para jornais e revistas, passando pela experiência modernista nos periódicos *Klaxon* e *Estética*, e, posteriormente, como correspondente na Alemanha a confirmar sua atuação como jornalista, Sérgio foi construindo seu próprio projeto criador, através da mediação das disposições constitutivas de seu *habitus* e em função de sua percepção das possibilidades disponíveis. Assim, quando foi publicado o artigo *Corpo e alma do Brasil: ensaio de psicologia social*, na revista *O Espelho*, em março de 1935, Sérgio já desfrutava de significativo reconhecimento entre seus pares.

A partir da polêmica travada com os “acadêmicos modernizantes” por meio de seu artigo *O lado oposto e outros lados*, em 1926, quando distribui seus livros entre seus amigos e retira-se para Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, onde permanece trabalhando na redação de um jornal local até 1927, Sérgio distancia-se da atividade de crítica literária direcionando-se, progressivamente, para uma produção intelectual próxima das análises de natureza sociológica e histórica. Vislumbrando possibilidades de diferenciação num espaço de concorrências ainda em formação, Sérgio Buarque recorre ao ensaio enquanto gênero de maior prestígio e legitimidade cultural.

Como já foi dito, a permanência de Sergio na Alemanha como correspondente internacional, entre 1929 e 1931 foi decisiva. Se, por um lado, o envio de reportagens sobre aquele país, e sobre a Polônia, acentua sua atividade de jornalista, por outro o aproxima das Ciências Sociais e da História, movimentos esses que confirmam sua estratégia de diferenciação. Embora Sérgio já tivesse deixado o Brasil com o projeto de escrever um livro cujo título seria *Teoria da América*, o amadurecimento de seu texto foi possível através das experiências transformadoras ali vivenciadas, particularmente a leitura de autores alemães até então dele desconhecidos.

No texto de apresentação ao seu livro *Tentativas de Mitologias*, Sérgio descreve como o projeto da *Teoria da América* se converteu no artigo *Corpo e Alma do Brasil*, ensaio publicado na revista *O Espelho* que projetou seu trabalho no universo editorial da época.

O contato de terras, gentes, costumes, em tudo diferentes dos que até então conhecia, pareceu favorável à revisão de ideias velhas e à busca de novos conhecimentos que me ajudassem a abandoná-las, ou a depurá-las. [...].

Os livros de Weber e um pouco das lições de Meinecke, em Berlim, indicando-me novos caminhos, deixaram sua marca na minha *Teoria da América*. Quando voltei ao Brasil em 1931 trazia um calhamaço de suas 400 páginas. Dele tirei o essencial de um estudo histórico encomendado por Cláudio Ganns para uma luxuosa revista nova. Aceitaram-no, apesar da sua extensão, e ainda o acresceram de muitas ilustrações (Holanda, 1979, pp. 29-30).

Com a repercussão do pequeno ensaio no impresso *O Espelho*, Sérgio foi convidado a ampliá-lo de modo a compor um volume que inauguraria a nova coleção da Livraria José Olympio, *Documentos Brasileiros*, em 1936. Atendendo à sugestão de

Manuel Bandeira, para quem o título originalmente escolhido para o ensaio, *Corpo e Alma do Brasil*, deveria ser alterado, fixou-se então *Raízes do Brasil*.

Contudo, a seleção da obra de Sérgio Buarque de Holanda para dar início à referida série resultou, além da repercussão do artigo *Corpo e Alma do Brasil*, da convergência entre o peso do capital simbólico por ele acumulado com as demandas em expansão da editora mais importante no eixo Rio – São Paulo, a Editora José Olympio. Situação potencializada pelas precedentes relações pessoais de amizade mantidas entre Sérgio Buarque, Gilberto Freyre e José Olympio, esses respectivamente diretor e editor da coleção *Documentos Brasileiros*.

Sobre a convivência com José Olympio, conta Prudente de Moraes Neto a propósito do lançamento da revista *Estética* em 1924:

Era preciso ainda preparar o lançamento nas capitais de alguns Estados, S. Paulo e Belo Horizonte, pelo menos. **Na capital paulista, encarregou-se de recebê-la e mantê-la em exposição, um jovem amabilíssimo rapaz, magrinho, naquele tempo, o “seu” José, da Garraux, a grande e tradicional livraria paulistana. Este “seu” José (José Olympio Pereira) hoje não é tão magrinho e não é mais da Garraux: é o grande editor do Rio e do Brasil. Naquela ocasião, encomendou 50 exemplares, em consignação (vendeu-os e pediu mais 30)** (Moraes Neto, 1974, p. IX, grifo meu).

Relativamente à amizade de Sérgio com Gilberto Freyre, conta Barbosa (1988, p. 39) que ambos se conheceram na redação da *Revista do Brasil*, em 1926, e que estreitaram a camaradagem, Prudente de Moraes Neto incluso, durante as oportunidades em que Gilberto permanecia no Rio de Janeiro.

Ademais, eram boêmios, e isso agradava a Gilberto Freyre. “Boêmios pelo gosto da música popular brasileira. Da afro-brasileira. Da carioca. Daí, mais de uma vez amanhecemos, bebendo chope, em bares tradicionalmente cariocas, ouvindo para nós brasileiríssimos e como que nossos mestres, além de amigos, de cultura brasileira, Donga, Patrício e Pixinguinha. Fontes, para nós três, de uma cultura autenticamente popular e extra-europeia, nas suas bases, que estava, em grande parte, na música de que eles eram mestres”.

“Nenhum de nós três musicólogo” – continua Gilberto Freyre. “Mas dos três, o que, nessas noitadas inesquecíveis, sentava-se a pianos boêmios e tocava músicas saudosas de que ele sabia de cor, era Sérgio: o depois mestre das ciências sociais. Nessa época, modernistas, os três, a nosso modo. Mas também

saudosistas. Afinidades desse modernismo – o de estética – com o ‘regionalismo’ inadiado do Recife.”<sup>38</sup>

Sérgio Buarque, até o lançamento da coleção *Documentos Brasileiros*, não desfrutava de reconhecimento como ensaísta, autor de análises sociológicas e históricas. Daí a fundamental importância do papel mediador de Gilberto Freyre para a inclusão de *Raízes* na referida série, conforme narra o cientista social pernambucano:

“Lembro-me da alegria de Jota Ó em torno desse triunfo de uma sua iniciativa a que generosamente me associou. (...). Documentos Brasileiros surgiu correspondendo a duas sensibilidades. [...] Em primeiro lugar, a uma avaliação do que fosse, em literatura brasileira, documento. Nada de simples eruditismo. E sim a inovação em apresentar-se o fato literário como nova espécie de fato cultural: o documentado idoneamente. E junto a esse arrojo, esta prudência: **seleção de produções, de autores, potencialmente clássicos, mesmo quando de todo, ou quase todo, desconhecidos ou ignorados. O caso de Sérgio Buarque.** [...]” (texto escrito por Gilberto Freyre, em outubro de 1986, para os festejos do cinquentenário da coleção, mimeógrafo – arquivo da editora. Apud Sorá, 2010, p. 196, grifos meus).

Embora o depoimento transcrito tenha sido produzido décadas após a primeira edição de *Raízes* e Gilberto Freyre possa ter supervalorizado a importância do seu papel à frente da coleção, dúvida não resta que a sua interferência foi determinante para a escolha de Sérgio Buarque.

A edição de 1936 de *Raízes do Brasil* teve ampla repercussão na imprensa, podendo ser entendida como a primeira fase da recepção do livro. No intuito de fazer um amplo levantamento, consultei o Fundo Sérgio Buarque de Holanda mantido pelo Arquivo Central do Sistema de Arquivos (Área de Arquivo Permanente) da Universidade Estadual de Campinas – Siarq/Unicamp. Ali encontrei um volumoso álbum feito por Cecília, irmã de Sérgio Buarque, contendo os recortes de jornais, revistas e uma transcrição de um programa de rádio sobre o lançamento de *Raízes do Brasil*. Integram essa coleção 77 publicações (excluídas aquelas repetidas) que abrangem os anos de 1936 a 1938. Além desse material, há duas outras publicações, mais tardias (de 1943 e

---

<sup>38</sup> Freyre, Gilberto. *Sérgio, mestre de mestres*. In Folha de S. Paulo, São Paulo, 11/5/1982. Apud Barbosa, 1988, p. 39.

1945), que não compõem o álbum, mas cujo objeto do comentário ainda é a edição primeira de *Raízes*<sup>39</sup>.

O conteúdo analisado está descrito e classificado através dos QUADROS 1 a 3, localizados no final deste capítulo<sup>40</sup>. No QUADRO 1, constam as informações objetivas sobre as publicações, tais como o nome do periódico, o local de origem e de circulação, a data e respectiva autoria. Contudo, vários dos recortes examinados não contêm algumas destas informações. Daí resultam as lacunas constantes no referido QUADRO 1, pois foi quando o dado epigrafado, omitido no álbum composto pela irmã de Sérgio Buarque, não pôde ser conhecido por mim.

Relativamente ao QUADRO 2, nele apresento um levantamento que reúne, em resumo, os múltiplos pareceres emitidos sobre a primeira edição *Raízes do Brasil* e que integram os impressos colacionados.

Mediante o QUADRO 3 procurei oferecer um panorama dos principais julgamentos favoráveis e desfavoráveis às teses que compõem o ensaio. A intenção desse QUADRO é identificar algumas das tensões e polarizações que o livro ocasionou no campo intelectual.

Considerando que *Raízes do Brasil* abriria a coleção *Documentos Brasileiros*, o livro de Sérgio Buarque veio a público trazendo consigo a responsabilidade de garantir sucesso ao novo empreendimento da editora José Olympio. Além de canalizar as expectativas e apostas de seu editor e de seu diretor, *Raízes* tinha a missão de impor o perfil pretendido para o lançamento. A dimensão da responsabilidade deste livro inaugural cresce em significado quando se leva em conta que em 1936 o mercado editorial estava em processo de estruturação, bem como as práticas relativas. A falta de experiência anterior com coleções deste gênero, a novidade do empreendimento e a

---

<sup>39</sup> Fundo Sérgio Buarque de Holanda mantido pelo Arquivo Central do Sistema de Arquivos (Área de Arquivo Permanente) da Universidade Estadual de Campinas – Siarq/Unicamp. Material arquivado como: Produção de Terceiros – SBH PT 176 (Álbum dona Cecília) e Lista Complementar SBH DC 2004\_58 com dois artigos de: Luís Washington e Manuela Azevedo.

<sup>40</sup> Em razão da dificuldade de incluir os QUADROS desta pesquisa no curso do texto, tendo em vista o seu tamanho, optei por reuni-los e apresentá-los ao final desta seção.

concorrência com a Companhia Editora Nacional aumentavam a tensão coexistente ao risco empresarial da José Olympio. Embora os anos 1935 e 1936 sejam tidos como o período em que explodiu a edição nacional, o correlato espaço de concorrências tornava-se mais estreito e complexo.

Para assegurar o êxito da sua iniciativa, a editora, se não economizou esforços no uso de estratégias inovadoras para a divulgação publicitária do título, também investiu pesadamente no estabelecimento de alianças intelectuais que valorizassem a obra de Sérgio Buarque de Holanda. Dessa forma, através do prefácio elaborado por Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* surgia no cenário intelectual legitimado pelo julgamento do renomado cientista social e prestigiado pelo peso simbólico da editora José Olympio.

Além de associar o livro de estreia da coleção *Documentos Brasileiros* à divulgação de uma verdade autenticamente brasileira, Gilberto Freyre em seu texto de apresentação fixou os juízos sobre a obra, como abaixo transcrito.

[...]

Serão ainda incluídos na collecção **estudos documentados sobre as nossas populações actuaes**. Quer do ponto de vista anthropologico e ethnographico, quer do ponto de vista sociologico, economico, pedagogico. Inqueritos, pesquisas, sondagens, investigações, mappas, perfis sociaes que sirvam de documentação exacta á technica de trabalho, ao genero de habitação, á dieta, aos estylos de vida, ao modo de falar, ao desenvolvimento physico e mental do brasileiro de hoje – o das cidades, o das praias, o dos sertões, o caboclo do extremo Norte, o mestiço, o paulista, o adulto, o escolar, a criança. Para a apresentação de material dessa natureza contamos com a boa vontade e a collaboração dos **nossos pesquisadores mais capazes, todos interessados na maior divulgação de dados colhidos em regiões diversas do Brasil, e sob criterios diferentes, mas que esclareçam ou fixem problemas de interesse geral para o nosso paiz e para o nosso tempo.** [...].

É com o fim de procurar revelar **material tão rico e de um valor tão evidente para a compreensão e a interpretação do nosso passado, dos nossos antecedentes, da nossa vida em seus aspectos actuaes mais significativos,** que apparece esta collecção.

Recife, julho 1936.

GILBERTO FREYRE

(Holanda, 1936, pp. VII-IX, grifos meus)

O ensaio de Sérgio Buarque estaria amparado em critérios científicos, tais como a objetividade, o estudo documentado e a análise “intelectual”.

A serie que hoje se inicia com o trabalho de Sergio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*, vem trazer ao movimento intellectual que agita o nosso paiz, á ancia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova intelligencia brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desde o inventario á biographia; desde o documento em estado quasi bruto á intepretação sociologica em forma de ensaio.

**O caracteristico mais saliente dos trabalhos a ser publicados nesta colleção será a objectividade.** Animando-a, o jovem editor José Olympio mais uma vez se revela bem de sua geração e do seu tempo. Ao interesse pela divulgação do novo romance brasileiro **elle junta agora o interesse pela divulgação do documento virgem e do estudo documentado que fixe, interprete ou esclareça aspectos significativos da nossa formação ou da nossa actualidade.** Não podia ser mais opportuna nem mais feliz a sua iniciativa. [...] (Freyre, 1936, p. V, grifos meus).

Aspectos esses correspondentes às promessas da editora José Olympio que, com o lançamento de uma criteriosa coleção com ênfase em pesquisas e análises sócio históricas e afins, se comprometia a satisfazer um público com elevado capital cultural.

Os organizadores desta colleção foram ainda felizes podendo fazer do trabalho de Sergio Buarque de Hollanda o seu volume nº 1. O escriptor paulista é uma daquellas intelligencias brasileiras em que melhor se exprimem não só o desejo como a capacidade de analysar, o gosto de interpretar, a alegria intellectual de esclarecer. Quando appareceu, há dez ou doze anos, ao lado de Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas) – talvez a vocação mais pura de critico que já surgiu entre nós – foi logo revelando as qualidades e o gosto, que agora se affirmam victoriosamente.

O editor José Olympio já tem nas mãos um grupo de estudos e de ineditos interessantissimos, que vão aparecer nesta serie. Não se trata de uma aventura editorial, mas de uma colleção planejada e organizada com o maior escrupulo e com todo o vagar, **visando corresponder não só ás necessidades do estudioso como á curiosidade intelectual de todo brasileiro culto pelas coisas e pelo passados do seu paiz.** [...] (Freyre, 1936, pp. V-VI, grifos meus).

A ação do diretor de coleção, como formador dos sentidos da recepção de *Raízes do Brasil*, para além do seu prefácio, fez-se sentir na maior parte dos 77 textos jornalísticos examinados para esta pesquisa. Os impressos e a transmissão radiofônica, conforme discriminação no QUADRO 1 e quantificação no QUADRO 2, referem-se ao lançamento do ensaio associando-o à Gilberto Freyre, à editora José Olympio e às juventude e erudição de Sérgio Buarque de Holanda. Este tipo de tratamento dado ao livro aparece tanto nos textos cuja ênfase é a simples publicidade e divulgação do livro, como nos textos mais longos em que há uma análise crítica voltada para o conteúdo de *Raízes*.

Em primeiro lugar, cumpre examinar o predomínio da associação de *Raízes do Brasil* a Gilberto Freyre, pois que em 50, das 77 publicações, o julgamento do título é feito de forma correlata à notoriedade e prestígio do autor de *Casa-grande & senzala*.

Frases como “[Gilberto Freyre] “símbolo de qualidade; o nome do diretor da coleção é garantia bastante da sua importância” (doc. 73); “garantia de qualidade da obra; O sociólogo que todo o Brasil conhece e admira” (doc. 06), se reproduzem por todos os demais impressos cotejados. Há um artigo (doc. 27), em que o espaço dedicado à apreciação de *Raízes do Brasil* é menor do que o texto dedicado a Gilberto Freyre – *Raízes* fica pequeno em face de Freyre, pois está totalmente associado à figura do autor de *Casa-grande & senzala*.

Consequentemente, é possível afirmar que o capital simbólico acumulado pelo cientista social pernambucano produziu efeitos na consagração e legitimação de *Raízes do Brasil* e de seu autor, além de oferecer, e praticamente determinar, os contornos para as futuras avaliações da obra<sup>41</sup>.

Em segundo lugar estão os pareceres, a respeito do título de estreia da coleção, que reproduzem e reforçam a adjetivação de Sérgio Buarque como produzida por Gilberto Freyre no Prefácio de *Raízes*. Dentre os 77 artigos pesquisados, 49 valorizam o lançamento com amparo na erudição, vasta cultura e competência de Sérgio Buarque; na sua mocidade e juventude (“jovem pesquisador, ávido por estudar o Brasil”); na renovação que ele representa (“nova geração de escritores; inquietação intelectual de compreender nosso próprio destino”) e no fato de Sérgio Buarque inaugurar a Coleção sendo publicado antes de outros autores já consagrados (Oliveira Vianna etc.).

Em terceiro lugar, com 48 manifestações ao longo das 77 publicações, aparecem as referências à Editora José Olympio no sentido da qualidade da impressão e da apresentação do livro, sua capa e material (“elegante feitura material”); no sentido da

---

<sup>41</sup> “O peso dessa função pré-classificatória fica demonstrado com primeiro volume da coleção *Documentos Brasileiro: Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. A primeira edição tinha sido prefaciada por Freyre. Uma vez que a autoridade de Freyre foi questionada no decorrer das décadas de 1940 e 1950, as reedições desse livro saíram sem seu prefácio. Em seu lugar, entrou a palavra orientadora do sociólogo e crítico literário Antonio Candido, um dos líderes intelectuais dos projetos universitários paulistas” (Sorá, 2010, pp. 193-194).

importância da coleção *Documentos Brasileiros* para a renovação do pensamento social brasileiro (qualidade dos títulos e autores que a compõem); e, por fim, relativamente ao peso e à garantia do seu editor José Olympio (“o nome do diretor da casa editora é garantia bastante da sua importância.” - doc. 73).

Abaixo seguem duas publicações bastante representativas do que foi até aqui exposto.

1-“RAIZES DO BRASIL” — SÉRGIO BUARQUE DE HOLLANDA — EDITORA JOSÉ OLYMPIO, RIO.

As novas directrizes que está tomando a intelligencia brasileira são bem differentes dos rumos seguidos, até ha pouco tempo pela maioria dos nossos intellectuaes. Ha, principalmente nos novos, um desejo sadio de pesquisar, de inquirir, de explicar racionalmente todos os múltiplos problemas que se apresentam aos seus olhos avidos de conhecimentos.

Sérgio Buarque de Hollanda situa-se entre os que mais efficientemente têm trilhado esse caminho. O livro: “Raizes do Brasil” que acaba de publicar, iniciando a collecção “Documentos Brasileiros” creada pela Livraria José Olympio Editora e dirigida pelo sociólogo Gilberto Freyre é o resultado de um acurado estudo, de uma paciente pesquisa, e diz bem da capacidade invulgar do seu auctor para esse genero de estudos.

Nos capitulos que começam esse ensaio, intitulados: “Fronteiras de Europa”, “Trabalho e aventura”, “O passado agrário”, “O homem cordial”, “Novos tempos” e “Nossa revolução”, o autor estuda a nossa evolução, desde os phenomenos caracteristicos do descobrimento e colonização, até o momento actual, provando possuir um vasto cabedal de conhecimentos e uma segura visão para distinguir e julgar com acerto.

Alliando a essas virtudes de pesquisador os méritos de prosador claro e elegante, consegue o auctor dar ao seu trabalho verdadeiramente valioso, uma feição agradável, tornando-se a sua leitura um requintado prazer espiritual.

Tambem a elegante feitura material dada pela Livraria José Olympio Editora a esse volume n. 1 da collecção “Documentos Brasileiros”, é digna de registro. Um trabalho sobrio, elegante, cuidadoso. Parabéns aos seus confeccionadores.

Jornal Minas Gerais (Belo Horizonte) de 31/10/1936<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Doc. 05 do QUADRO 1: Siarq/Unicamp, SBH-PT 176.

2-“RAIZES DO BRASIL” — SÉRGIO BUARQUE DE HOLLANDA —  
EDITORA JOSÉ OLYMPIO.

Acaba de aparecer o livro n. 1 da collecção “Documentos Brasileiros”, creada pela Livraria José Olympia Editora, sob a direcção de Gilberto Freyre, o sociologo que todo o Brasil conhece e admira. Esse livro é de autoria do conhecido escriptor paulista Sergio Buarque de Hollanda, tendo o titulo de “Raizes do Brasil”.

Trata-se de um estudo muito sério das nossas origens, dos aspectos mais significativos da nossa formação, e da interpretação desses factos de origem e os seus effeitos em nossa actualidade. Poucos conseguiriam dar a esse trabalho a amplitude, a profundidade e o brilho que lhe soube dar o autor de “Raizes do Brasil”.

Realmente poucos possuem como o jovem escriptor capacidade tão lúcida e analista, servida por uma solida cultura, o que lhe faculta a interpretação logica dos motivos que estuda. Assim vemos nesse livro que acaba de aparecer um panorama do Brasil, desde os factos do seu descobrimento, colonização, influencias mesologicas, fatores econômicos, fatores politicos, actuando todos dentro dos seus circulos, para o conjuncto geral, para dar o aspecto que hoje tem a nossa nacionalidade, muitas vezes desconcertantes, para os que teem o justo conhecimento das suas causas.

No livro de Sérgio Buarque de Hollanda não ha affirmação que não esteja firmemente documentada. O auctor não divaga, não arrisca conclusões. Registra o facto, exhibe o documento e conclue com segurança, com logica, com clareza. Isso feito com methodo, com precisão, da ao seu trabalho uma autoridade que não pode ser discutida.

É assim, uma grande realização da nossa cultura o livro: “Raizes do Brasil”.

Jornal *A Rua* (Rio de Janeiro) de 31/10/1936<sup>43</sup>.

Os artigos que avaliam *Raízes do Brasil* levando em consideração um, ou mais, dos três aspectos acima descritos, ou mesmo todos eles conjuntamente, integram um tipo de texto, curto e apócrifo, cuja ênfase é a propaganda da coleção e de seu volume de abertura.

Contudo, em outros escritos, esses aspectos aparecem acompanhados de uma análise e crítica, não só mais detidas, como também mais abrangentes, dos tópicos que compõem o ensaio. Na sua quase totalidade, esses textos possuem a autoria identificada.

Conforme o QUADRO 3, 35 artigos se destinam a tornar conhecida a coleção *Documentos Brasileiros* a partir, exclusivamente, das garantias de qualidade conferidas pela direção de Gilberto Freyre; pela edição a cargo da Editora José Olympio; pela

---

<sup>43</sup> Doc. 06 do QUADRO 1: Siarq/Unicamp, SBH-PT 176.

erudição, juventude e renovação de Sérgio Buarque de Holanda. Mas outros 31 textos, além de fazerem referência a esses elementos, também discutem e avaliam o conteúdo de *Raízes do Brasil*. Portanto, são 66 escritos em que a divulgação publicitária emerge acentuadamente.

Esta proliferação de publicações, especialmente entre 1936 e 1938 (51 entre out-dez/1936; 10 entre jan-nov/1937; duas em nov/1938; uma em jan/1943; uma em set/1945; em doze textos não consta a data) deveu-se, em grande medida, à “imitação” do que era impresso pelos, então considerados, inovadores jornais de Assis Chateaubriand, como afirma Sorá (2010, p. 192):

Os artigos de opinião política e crítica literária que saíam em algum órgão dos Diários Associados passavam a circular automaticamente em jornais de todo o país, dado o caráter monopolista da atividade jornalística exercida pelo grupo de Chateaubriand.

E, de fato, foi “O Jornal”, integrante dos Diários Associados, em 25/10/1936, o primeiro órgão a tornar pública a edição de *Raízes do Brasil*. Nesta ocasião, dentre aqueles periódicos que publicaram sobre o livro de Sérgio Buarque, participavam do grupo de Chateaubriand os impressos *O Jornal* (Rio de Janeiro); *Diário da Noite* (Rio de Janeiro); *Diário da Noite* (São Paulo); *O Estado de Minas* (Belo Horizonte); *O Monitor Campista* (Campos/RJ); a revista *O Cruzeiro* e a Rádio Difusora (São Paulo).

Merece especial realce a divulgação de *Raízes* pela revista *O Cruzeiro*, “principal publicação em seu gênero” e “cujas páginas eram disputadas pelos anunciantes” (De Luca, 2011, pp. 144-145), bem como através de uma transmissão da Rádio Difusora. Embora jornais e revistas fossem os veículos privilegiados para formação de opinião, o rádio, que se expandiu exatamente nas décadas de 1930 e 1940, atingia incomensurável importância diante da vastidão de um país com uma numerosa população analfabeta.

Como é sabido, a relevância dos negócios de Assis Chateaubriand, já naquela ocasião, decorria da abrangência e diversificação dos meios de comunicação que estavam sob seu controle, como jornais e emissoras de rádio nos principais centros urbanos do país; agências de notícias e revistas. Concomitantemente à formação do que viria a ser o maior conglomerado no setor das comunicações por várias décadas, desde

suas origens os *Diários Associados* mantiveram estreita vinculação com o campo político.

Portanto, esse conjunto de ações que a editora José Olympio pôs em curso para a apresentação de sua coleção e de seu primeiro título, conforme Sorá (2010), deixa transparecer as alianças intelectuais estabelecidas em torno do projeto editorial; as formas de valorização das obras que procurava construir; e, o tipo de autoridade editorial, atrelada ao perfil dos editores de vanguarda da época, que pretendia impor.

José Olympio buscava apresentar sua empresa como a mais moderna e, a ele mesmo, como aquele que tornou possível a publicação da obra. Voltado à formação e ampliação de um público leitor para a coleção *Documentos Brasileiros*, o editor buscou apoiar o reconhecimento de Sérgio Buarque de Holanda em Gilberto Freyre – um dos principais cientistas sociais do momento. A associação entre os dois autores amigos proporcionaria trunfos simbólicos para a editora.

Mas restava outro recurso para assegurar e reforçar a consagração de Sérgio Buarque de Holanda e de sua obra: fazer resenhar *Raízes do Brasil*. As opiniões críticas avalizavam as obras servindo como referência para o público e como estratégia de distinção. A rede de sociabilidade e de relações práticas de José Olympio o fazia um editor próximo da crítica<sup>44</sup>.

Com o início do Estado Novo, em 1937, o caráter autoritário e centralizador do regime de Getúlio Vargas aprofunda a repressão e a censura aos meios de comunicação. Almejando impedir que suas pretensões empresariais, e as pretensões culturais de seus autores, fossem prejudicadas pelo cerceamento da liberdade de expressão que o regime impunha, José Olympio enxerga a necessidade de, progressivamente, ampliar sua rede de relacionamentos em sentidos variados de modo a estreitar sua vinculação com o poder político e econômico.

---

<sup>44</sup> “A comunidade de amigos-escritores da época era extensa e continuava com críticos literários e ensaístas, entre eles Brito Broca, Nelson Werneck Sodré, Rodrigo Melo Franco de Andrade; professores da Universidade do Distrito Federal, como Hermes Lima, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre; os poetas Murilo Mendes e Adalgisa Nery etc.” (Sorá, 2010, p. 245).

As amizades com os grupos intelectuais de vanguarda, mas também em meios políticos e militares do governo, fizeram com que sua Livraria e Editora se constituíssem num entorno de segurança para seus escritores. Os poderes acumulados por José Olympio ampliavam e davam múltiplos sentidos à sua rede de relações práticas. Portanto, a crítica literária, e os críticos, não eram imunes à figura do editor.

A compreensão da posição de José Olympio como intermediário entre agentes dos espaços políticos e literário realiza-se na interseção dos planos que unem o trabalho comercial (condicionado pela evolução de um sistema de concorrências propriamente livreiro-editorial), a recepção crítica dos autores do selo como reveladores de uma literatura e um pensamento sociais genuinamente nacionais e a expansão de um Estado centralizador, em que a intervenção sobre a produção, a circulação e a apropriação de ideias chegou a ser exercida com variadas espécies de violência, e não apenas simbólica. **Como mestre das relações desse espaço social, o editor acumulou uma espécie de poder particular, consolidando uma figura patriarcal, um ser admirado (e questionado) como herói civilizador do Brasil** (Sorá, 2010, p. 214, grifos meus).

A recepção de *Raízes do Brasil* deveria traduzir o pertencimento de Sérgio Buarque ao grupo de autores da Livraria e Editora José Olympio enquanto mecanismo de diferenciação, pois “isso fazia parte de um processo de unificação simbólica e construção social de uma identidade dos escritores como grupo literário de vanguarda, no Rio de Janeiro da segunda metade da década de 1930”. Essa comunidade singular de intelectuais aspirantes seria responsável pela revelação de uma literatura e um pensamento social autenticamente brasileiros (Ibid., pp. 213-214).

Com o enfraquecimento, durante a década de 1920, do mecenato cultural mantido pelas oligarquias da república velha e cuja sustentação de poder foi particularmente abalada pela crise de 1929 e revolução de 1930, o papel dos críticos profissionais como avaliadores do discernimento estético ampliou-se e assumiu uma posição central no campo da cultura. Assim, nos anos 1930-1940, a circulação e apreensão de ideias escritas estavam submetidas aos rumos que lhes impunham as opiniões da crítica.

Dada a centralidade e autoridade da crítica literária, abria-se espaço para a imposição de um sistema de práticas culturais. Sem se restringirem à elaboração de resenhas para jornais e revistas, os críticos lançavam-se nas disputas por maior poder e prestígio mediante a fundação e/ou a direção de periódicos literários, livrarias e

editoras<sup>45</sup>. Esse sistema de práticas, embora com contornos pouco nítidos, explica aproximações, distanciamentos, alianças, e demais tensões entre os “juízes do gosto e da ação cultural”, deixando entrever os fundamentos de suas escolhas e julgamentos estéticos (Ibid., pp. 107-108).

Portanto, desde os primeiros anos do decênio de 1930, os árbitros do gosto dominante exerciam algum tipo de controle sobre todas as esferas relacionadas aos procedimentos de legitimação de suas apreciações. Para conseguirem fazer prevalecer determinados critérios para a maior valorização, prestígio e aceitação das obras e autores novos que despontavam no cenário cultural, utilizavam uma linguagem própria, muitas vezes agressiva, e direcionada

contra o salão, a oligarquia, o antigo, o simbolismo, a declamação, a poesia e outros símbolos da República Velha. Naturalismo, realismo, verdade, espelho eram os termos exatos para ir ao encontro de um país que ainda não tinha sido tratado literariamente. As mensagens eram recebidas como novos marcos morais da sociedade onde coube viver, a qual tinha que se ver para mudar. Esse efeito só poderia ser conseguido com a inauguração de um vocabulário: para um novo país, uma nova linguagem. [...] Os críticos iriam alinhavando os portadores da realidade nacional, os homens novos; um punhado de livros aos quais, por essa época, começava a ser sancionado o veredito de brasilidade (Sorá, 2010, pp. 108-110).

Para a elaboração e fixação do pertencimento de *Raízes do Brasil* e da coleção *Documentos Brasileiros* ao conjunto de estudos genuinamente nacionais e, da editora José Olympio, ao *locus* onde se processava a reflexão sobre um novo Brasil, os juízes da crítica utilizaram-se de um discurso e de uma estrutura textual comuns à maioria dos textos examinados nesta pesquisa.

O comentário redigido por Austregésilo de Athayde<sup>46</sup>, publicado no *Diário da Noite* (RJ) em 16/11/1936<sup>47</sup>, abaixo transcrito e comentado, oferece um exemplo

---

<sup>45</sup> “No início dos anos de 1930, essa força acumulada foi capitalizada por um conjunto de críticos de renome, que fundaram editoras. Entre essas, ressalto a fundação da Schmidt e da Ariel, dois selos do Rio de Janeiro, inseridos na mesma lógica de diferenciação da crítica, como autoridade central no sistema de produção simbólica” (Sorá, 2010, p. 113).

<sup>46</sup> Belarmino Maria Austregésilo Augusto de Athayde (Caruaru/PE, 25 de setembro de 1898 - Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1993), professor, jornalista, cronista, ensaísta e orador. Biografia completa no ANEXO B.

<sup>47</sup> Doc. 33 do QUADRO 1: Arquivo Siarq/Unicamp, SBH-PT 176.

completo dos recursos e esquemas mentais mobilizados por grande parte daqueles que se manifestaram sobre o livro que inaugurou a coleção em apreço.

Preambularmente, o articulista se dedica estabelecer as associações entre a temática discutida no ensaio (“a realidade nacional”, “a investigação dos nossos acontecimentos sociais e históricos”, “a verdade de um novo país”); a consulta a documentos e outras fontes “confiáveis” a amparar as teses ali desenvolvidas (“investigação sociológica séria e fundamentada”); o capital simbólico e o prestígio de Gilberto Freyre; e, a cultura de Sérgio Buarque de Holanda, muitas vezes representada pela sua participação no movimento modernista.

#### Raízes do Brasil

Ha neste momento entre os melhores intellectuaes brasileiros um raro esforço de penetração sociologica baseada rigorosamente nos dados da realidade nacional.

Depois dos grandes livros de Gilberto Freire, um mestre de consummada, capacidade, a respeito de quem ouvi os mais calorosos elogios entre os maiores professores americanos, apparece Sergio Buarque de Hollanda, com um livro magistral, em que a intelligencia dos acontecimentos sociaes e historicos, a cultura e a força do artista, se combinaram para produzir uma obra das mais notaveis que se têm publicado no Brasil.

São apenas sete capitulos, mas de tal sorte substanciosos, verdadeiros e pujantes, que o volume póde figurar d’oravante na pequena collectanea dos mais sérios e acabados estudos que já se fizeram entre nós.

Em seguida, o autor do parecer avança para o conteúdo do livro, elegendo um tópico para comentar. Entre abordagens mais extensas ou mais sintéticas, há os julgadores que se limitaram a elencar as proposições com as quais concordam ou discordam, bem como aqueles que se dedicaram a resenhar, criticamente ou não, a obra. Contudo, o enfoque das abordagens privilegia as sugestões que o livro contém para “a renovação do país”.

Não ha aqui o logar de uma critica sobre “Raizes do Brasil”. Apenas quero chamar a attenção dos leitores para a constatação de certos vicios brasileiros que constituem um peso hereditario, cuja extirpação deve ser um ponto de programma para os renovadores da vida brasileira.

Refiro-me á absurda tendencia aos titulos academicos, que ainda hoje se conserva no Brasil, a despeito dos postulados da vida moderna.

O sr. Sergio Buarque de Hollanda mostra como vem de longe, nao na colonia, mas na propria metropole, essa attracção dos moços para o bacharelado inutil.

E o escriptor relembra a passagem da “Arte de Furtar”, na qual o padre Vieira, ou quem a escreveu, assegura que em Coimbra todos os annos se doutoravam mais de cem estudantes, sem nunca terem estado na velha cidade universitaria. Adquiriam a ciencia á distancia, porque o essencial era obter a carta que lhes abria a entrada aos empregos publicos.

Para finalizar, o comentarista confere ênfase ao fato da obra ser muito oportuna no sentido de projetar rumos que o país devesse perseguir. Quando isso não ocorre, a conclusão ao menos sublinha a qualidade do livro e o esforço de Sérgio Buarque, nele traduzido, de refletir sobre os caminhos da nação.

O sociólogo faz as vezes do médico, que investiga as doenças, segue-lhes a etiologia e busca as suas causas profundas no organismo.

Esse conhecimento é fundamental para o trabalho da cura.

O sr. Buarque de Hollanda presta com seu livro um serviço transcendental ao país, explicando aos estadistas a origem dos nossos males para que os compreendam e tanto quanto possível adaptem; o processo terapêutico às condições psicológicas que eles revelam.

Austregésilo de Athayde era amigo de Sérgio Buarque e publicou seu artigo num periódico de Assis Chateaubriand, o *Diário da Noite*. Os três, ao lado de José Olympio, mantinham estreitos laços de amizade.

Mas comentaristas diversos, apesar da importância e renome não terem se projetado ao longo dos anos, publicaram seus textos em outros impressos e em sentido similar, inclusive sublinhando a relevante participação do editor e de sua empresa na formatação de um pensamento nacional.

Um dos efeitos da revolução de 1930 foi chamar a atenção dos nossos intelectuais para o estudo de problemas caracteristicamente brasileiros.

Começaram a prestar olhos ao que se passava no terreno de casa, em vez de ficarem de olho comprido para o que se desenrolava lá pelas Europas e Américas.

Certo é que, antes daquele movimento revolucionário, sociólogos e historiadores vinham já desbastando a *selva selvaggia* das nossas origens, das nossas instituições, dos nossos usos e costumes, do nosso caráter e da nossa civilização.

Mas eram raros e não conseguiam ser lidos pelo grande público. Só os especializados em certos assuntos os procuravam e liam.

Agora, porém, as coisas se modificaram. O interesse por esses estudos de caráter sociológico aumentou extraordinariamente.

Demonstra-o o aparecimento de coleções de livros, cujo tema é o Brasil, nos seus múltiplos aspectos geográficos e políticos. A Brasileira da Companhia Editora Nacional já anda perto duma centena de volumes e outras coleções deste gênero se anunciam.

Dentre estas, se realiza agora, com o seu volume inicial, a da Documentos Brasileiros, da Livraria Editora José Olympio. Dirige-a esse investigador da nossa vida social, minucioso e diligente, que é o sr. Gilberto Freyre, e anuncia uma farta série de livros sobre os mais variados assuntos brasileiros, desde a

biografia, as memórias, as viagens, até os estudos mais arduos da etnografia, do folk-lore, da antropologia e da sociologia.

Coube a estreia ao sr. Sergio Buarque de Holanda, um dos espíritos mais interessantes e mais vivos da geração que fez o movimento modernista de nossas letras.

(Oscar Mendes<sup>48</sup>, *Folha de Minas* - Belo Horizonte, 17/1/1937<sup>49</sup>)

A casa editora Jose Olympio, que excelentes serviços tem prestado às letras nacionais, deliberou, agora publicar uma coleção de documentos brasileiros. Essa coleção compreenderá trabalhos originaes e traducções de livros sobre a nossa terra. A Companhia Editora Nacional, com sede nesta capital, já nos tem dado alguns trabalhos desse genero, quasi todos magnificos. Bem é que a Livraria Jose Olympio venha colaborar com ella nessa obra meritória.

(Plínio Barreto<sup>50</sup> (articulista), periódico e data não conhecidos<sup>51</sup>)

Portanto, a legitimação simbólica de *Raízes do Brasil* resultou, em grande medida, das avaliações críticas cujos juízes, além de estabelecerem os critérios para sua análise e compreensão, fixaram seus contornos e associações conceituais (Sorá, 2010).

Entretanto, na ausência de instituições universitárias firmemente institucionalizadas e de uma prática científica sistematizada e profissionalizada, a recepção e julgamento crítico a que foi submetido o livro de Sérgio Buarque de Holanda encontravam-se despreparados para a abordagem de um ensaio histórico e sociológico no formato de *Raízes do Brasil*. Os cânones da crítica ainda eram predominantemente literários, inexistindo quem pudesse opinar a partir dos princípios de cientificidade que a obra comportava, ainda que no gênero ensaio<sup>52</sup>.

---

<sup>48</sup> Oscar Mendes (Recife, 25 de julho de 1902 - 4 de novembro de 1983), diplomado em Direito. Transferiu-se para Minas Gerais em 1926, onde foi promotor de justiça e juiz municipal. Biografia completa no ANEXO B.

<sup>49</sup> Doc. 54 do QUADRO 1: Arquivo Siarq/Unicamp, SBH-PT 176.

<sup>50</sup> Plínio Barreto (Campinas, 20 de junho de 1882 - 28 de junho de 1958), foi jornalista e político brasileiro. Formado na Faculdade de Direito de São Paulo, dedicou-se ao jornalismo, tendo trabalhado em diversos periódicos e sido um dos diretores d'*O Estado de S. Paulo*. Biografia completa no ANEXO B.

<sup>51</sup> Doc. 04 do QUADRO 1: Arquivo Siarq/Unicamp, SBH-PT 176.

<sup>52</sup> Talvez esta tenha sido a razão de, embora objeto de 35 resenhas críticas com autoria identificada, *Raízes* não ter contado com o parecer dos principais e mais consagrados (e temidos) críticos literários

O escrito de Menotti del Picchia<sup>53</sup> limita-se à combinação da avaliação da forma do texto (estilo e linguagem) com uma breve e genérica apresentação temática do seu conteúdo. O crítico privilegia a valorização de aspectos subjetivos do seu julgamento e relacionados à sua predileção pelo protagonismo econômico e político, à época, do estado de São Paulo; à origem bandeirante de sua população; à amizade com Octales Marcondes, editor da coleção *Brasiliana* e proprietário da editora Nacional, concorrente da editora José Olympio; além de sua amizade com Sérgio Buarque desde os tempos iniciais do movimento modernista. Certamente, não faltou lembrar a importância de Gilberto Freyre na dianteira da série.

Gilberto Freyre, essa discreta figura de sabio que já deu ao Brasil estudos magistraes, orientados por um rigoroso processo scientifico de pesquisa da realidade nossa, dirige a Collecção de Estudos Brasileiros que, com a "Collecção Brasiliana" lançada ao mercado pelo meu caro amigo Octales Marcondes, vem crear uma nova fonte de materiaes creoulos para um conhecimento systematizado e profundo das coisas do pais. O primeiro volume dessa nova serie de ensaios ficou a cargo de Sergio Buarque de Hollanda. "Raizes do Brasil" é o livro que inaugura a galeria de volumes que tanto virá enriquecer a cultura patricia.

Sergio Buarque de Hollanda não é apenas um espirito analytic. A analyse presupoe — quando feita honestamente — assimilado lastro de cultura. Esta não falta ao estudioso que, neste trabalho, se revela dos mais seguros observadores dos phenomenos sociaes que presidiram a formação da nacionalidade. Sergio é, tambem, um espirito dotado da visão de conjuncto. **Positivo, nada rhetorico, conciso e claro. Sergio poe a servico das suas investigações um estylo maleavel e rico, tornando seus escriptos attrahentes e de amoravel leitura.**

Vae certo por bons e largos caminhos este bandeirante que desbrava os complexos extractos da nossa crystalização social. Não se perde em narcisismos deante das pictorescas paizagens psychologicas que contempla, nem se descursa de fazer uma aguda critica ao levantar o mappa moral do nosso povo. Seu estudo é profundo e minucioso. Todos os factores sociaes da formação nacional são levados em conta, com objectividade e sereno sentido realistico. O livro pede, por certo, uma leitura lenta e meditada, porque o Brasil sem duvida um dos paizes de organização e formação mais complexas, dada a maneira pela qual foi colonizado, as influencias polygeneticas que reagem no seu plasma racial, sua vasta extensão territorial exposta aos mais variados climas e aos ambientes economicos os mais diversos. O estudo mais completo

---

Agripino Grieco, Gastão Cruls, Tristão de Atayde, Elói Pontes, Augusto Frederico Schmidt e João Ribeiro (Sorá, 2010).

<sup>53</sup> Paulo Menotti del Picchia (São Paulo, 20 de março de 1892 - São Paulo, 23 de agosto de 1988), foi poeta, jornalista, tabelião, advogado, político, romancista, cronista, pintor e ensaísta brasileiro. Com Graça Aranha, Oswald de Andrade, Mário de Andrade e outros, participou da Semana de Arte Moderna, de 11 a 18 de fevereiro de 1922. Com Cassiano Ricardo, Plínio Salgado e outros, realizou o movimento Verde Amarelo; depois, com Cassiano Ricardo e Mota Filho, chefiou o movimento cultural da Bandeira. Biografia completa no ANEXO B.

do Brasil somente poderá ser feito quando os pensadores nossos, dos varios Estados, puderem carrear o copioso material de observações necessárias ao grande espirito generalizador que surgirá e que se servirá delles para traçar as largas linhas do definitivo "retrato do Brasil."

(Menotti del Picchia, pseudônimo Helios. Diário da Noite – SP, em 12/11/1936<sup>54</sup>, grifos meus.)

Por meio do QUADRO 2 eu procurei oferecer uma sinopse dos julgamentos proferidos a respeito de *Raízes do Brasil*, primeira edição. Não obstante a multiplicidade de abordagens e de aspectos postos em evidência a respeito da obra, o tratamento dado a tais questões é, predominantemente, direcionado à verificação do procedimento literário adotado por Sérgio Buarque para a elaboração de seu texto. Os julgamentos das teses e ideias desenvolvidas em *Raízes* permanecem restritos à mera concordância ou não, desacompanhados de um debate fundamentado em parâmetros científicos. Ou seja, são poucos os artigos que dialogam com as referências, tanto bibliográficas como históricas, mobilizadas pelo ensaísta na articulação de suas proposições.

Os dados biográficos dos comentaristas que se manifestaram a respeito do livro de Sérgio Buarque, e que estão expostos no ANEXO B, confirmam a origem preponderante de sua formação intelectual e profissional nas áreas do direito, jornalismo e literatura.

No entanto, duas análises destoam sobremaneira do conjunto das apreciações. São as formuladas por Nelson Werneck Sodré<sup>55</sup> e Sérgio Milliet<sup>56</sup>. Por isso merecem atenção especial exigindo análise minuciosa.

---

<sup>54</sup> Doc. 28 do QUADRO 1: Arquivo Siarq/Unicamp, SBH-PT 176.

<sup>55</sup> Nelson Werneck Sodré (Rio de Janeiro, 27 de abril de 1911 - Itu, 13 de janeiro de 1999), foi militar e historiador. Sua estreia na grande imprensa ocorreu em 1929, com a publicação do conto "Satânia", premiado pela revista *O Cruzeiro*. Em outubro de 1934 começou a colaborar no *Correio Paulistano*. Dois anos depois tornou-se, em sua própria opinião, "um profissional da imprensa", passando a assinar o rodapé de crítica literária naquele periódico e a ser remunerado pelos artigos publicados. Biografia completa no ANEXO B.

<sup>56</sup> Sérgio Milliet da Costa e Silva (São Paulo, 20 de setembro de 1898 - São Paulo, 9 de novembro de 1966) foi um escritor, pintor, poeta, ensaísta, crítico de arte e de literatura, sociólogo e tradutor brasileiro. Foi também diretor de biblioteca, tendo dirigido a Biblioteca Mário de Andrade. Biografia completa no ANEXO B.

O primeiro, depois de, também, exaltar a iniciativa de José Olympio com a coleção *Documentos Brasileiros*; o primoroso feitio material da edição e a garantia de qualidade conferida pela participação de Gilberto Freyre à frente da série; soube conferir um tratamento mais sofisticado ao ensaio. Nelson Werneck Sodré problematizou não somente a interpretação conferida pelo ensaísta a alguns dos fatos históricos descritos no livro, como ao mesmo tempo apontou falhas no modelo utilizado para a respectiva análise. Nesse sentido, ele foi o único examinador da obra a perceber a pouca ênfase, concedida por Sérgio Buarque, às razões de natureza econômica a explicar alguns dos arranjos sociais na sociedade mercantilista portuguesa e espanhola da época dos descobrimentos.

Outra parte que merece reparos é aquella em que o autor afirma que, “bem antes de triumpharem no mundo as chamadas idéas revolucionarias, portuguezes e hespanhoes parecem ter sentido vivamente a irracionalidade especifica, a injustica social dos privilegios hereditarios.” Ora, os privilegios nascem da organização economica da sociedade do tempo, elles não são moraes ou immorales, justos ou injustos porque a moral não é padrão de julgamento do carater das sociedades. Si esses privilegios não foram acentuados na gente portugueza foi porque Portugal permaneceu sempre refractario ás influencias essenciaes do feudalismo, e permaneceu assim devido ás proprias características da sua organização nacional.

Demais, é preciso frisar sempre, em estudos sociaes e historicos é necessario separar em terrenos distinctos, e bem distinctos, a parte que toca á moral da parte que toca a economia, esta regendo todo o desenvolvimento das sociedades.

(Nelson Werneck Sodré, *Correio Paulistano*, São Paulo/SP, 8/11/1936<sup>57</sup>)

A Sérgio Milliet coube destacar o método historiográfico de Sérgio Buarque, relativamente inovador no período, em que a reconstituição histórica se processava em meio à revisão de todo o fato, assim recuperando seus vários sentidos: sociais, econômicos, políticos e culturais. Seguindo uma metodologia já adotada por historiadores nacionais anteriores a ele (especialmente Capistrano de Abreu), Sérgio Buarque distanciara-se da narração histórica enquanto cronologia dos grandes feitos.

Apresentando a nova coleção da livraria José Olympio, “Documentos brasileiros” cuja publicação se inicia com o livro de Sérgio Buarque de Hollanda, allude Gilberto Freyre “á ânsia de introspecção social que é um dos

---

<sup>57</sup> Doc. 16 do QUADRO 1: Arquivo Siarq/Unicamp, SBH-PT 176.

traços mais vivos da nova intelligencia brasileira”. Tocou o sociologo nortista no ponto sensível. Está de facto na preocupação dos escriptores mais moços a pesquisa dos acontecimentos historicos, do ponto de vista sociologico e economista. Já não lhes interessa apenas a exactidão das datas, mas, principalmente, a interpretação, a analyse á luz de uma philosophia, o estudo comparativo das occorrencias. A historia, tal como a entenderam ate bem pouco os nossos avos, morreu. E não podia, com effeito, substitui-la, indefinidamente, a chronologia. Talvez já o tivessem percebido nossos historiadores, mas, falhos de cultura geral, principalmente economica. Jamais lhes foi possivel ir alem da discussão do pormenor, do commentario puramente remissivo, a documentos e leituras, com que são incluidos os rodapés das obras mais importantes. Mesmo os que mais se afastaram, por temperamento, da chronologia arida, para ilustra-la com observações eruditas, nunca o fizeram em obediencia a um systema philosophico ou em vista de uma explicação economico-social. Reviver o passado parece ter sido seu intuito mais positivo, e revive-lo com saudade e devoção.

A historia assim compreendida tem muito de literario e de sentimental e em pouco, ou em nada, apaixona as novas gerações, avidas de ligar, ao menos pelo entendimento de seus phenomenos mais marcados, o passado ao presente.

Á excepção dos que compilaram com paciente curiosidade os dictionarios historico-geographicos de nossa terra, obras de incontestavel utilidade, poucos autores escaparam á atração da força centrifuga da chronologia. A Capistrano de Abreu, Paulo Prado, Alcantara Machado, e mais alguns outros, reservara sem duvida a posteridade o titulo de precursores da nova maneira, a qual só agora, desbastados, mais ou menos, os principaes archivados, se consagra a nova geração.

Gilberto Freyre, em que pese uma generalisação apressada, suggere não raro penetrantes soluções aos nossos problemas historicos, descortina, com abundancia de informações inéditas e explicações doutrinarias, novos pontos de vista sobre a chronologia avoenga. O mesmo acontece com Sergio Buarque de Hollanda, mais homogêneo, embora menos documentado.

(Sérgio Milliet, *O Estado de São Paulo*, São Paulo/SP, 18/11/1936<sup>58</sup>)

Sem a mesma qualidade de fundamentação que Nelson Werneck e Sérgio Milliet conseguiram dar às suas opiniões sobre o livro de Sérgio Buarque, outras duas abordagens valem ser comentadas e reproduzidas.

O crítico Jayme de Barros<sup>59</sup> sublinhou o predomínio dos aspectos culturais, em detrimento das influências do meio, no modelo teórico de análise que o ensaísta utilizou para a investigação da formação social brasileira.

O autor de “Raizes do Brasil” não empresta demasiada importância á influencia do meio, sem duvida poderosa. Logo na primeira pagina do livro

---

<sup>58</sup> Doc. 36 do QUADRO 1: Arquivo Siarq/Unicamp, SBH-PT 176.

<sup>59</sup> Sobre este articulista não localizei nenhuma informação biográfica.

encontramos a seguinte advertência: “Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar até a perfeição o tipo de cultura que representamos: o certo é que todo fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça participa fatalmente de um estilo ou de um sistema de evolução naturais a outro clima e a outra paisagem.”

Afirma-se, ali, a supremacia da lei da hereditariedade na formação do nosso agrupamento social; sujeito embora às surpresas de todas as transformações e ao milagre dos aperfeiçoamentos.

(Jayme de Barros, *Diário da Noite* – RJ, em 23/11/1936<sup>60</sup>)

E, Vieira de Mello<sup>61</sup>, destacou que o estudo de fenômenos sociais exige um método de pesquisa específico e diferenciado do das ciências biológicas, que ainda guardava um certo predomínio em decorrência do evolucionismo darwiniano.

Gostei de uma cousa entre muitas: — o Sr. Buarque de Hollanda não é caôlho, não soffre a doença dos exclusivismos unilateraes de methodos historicos.

Não e um desses diabos maniacos do determinismo, que querem reduzir os organismos sociaes a puras leis biologicas. Nem é um dos livre arbitristas, que submettem os acontecimentos a meras volições erradas ou certas das gerações successivas.

Feliz inteligência, a desse homem, sem rigidez de dogma, com o faro das essencias escondidas da psychologia collectiva, e servida por uma solida cultura, uma cultura sanguinea, bem absorvida, e bem respirada.

(Vieira de Mello, *A Nota* – RJ, 15/11/1936<sup>62</sup>)

No mais dos outros pareceres, prevalece uma variada gama de opiniões a respeito de aspectos não menos relevantes da obra, mas cujo desenvolvimento lógico, conferido pelo respectivo árbitro à sua proposição, é relativamente superficial.

Anos mais tarde, no *Jornal de São Paulo*, em 23/9/1945 (portanto antes de vir a público a segunda edição de *Raízes do Brasil*, o que aconteceria somente em 1948), o livro de Sérgio Buarque volta a ser comentado. Desta vez por Luís Washington<sup>63</sup>, um

---

<sup>60</sup> Doc. 40 do QUADRO 1: Arquivo Siarq/Unicamp, SBH-PT 176.

<sup>61</sup> Sobre este articulista não localizei nenhuma informação biográfica.

<sup>62</sup> Doc. 29 do QUADRO 1: Arquivo Siarq/Unicamp, SBH-PT 176.

<sup>63</sup> Luís Washington Vita (São Paulo/SP, 23 de Março de 1921 - 28 de Outubro de 1968). Concluiu os cursos de filosofia e de direito, respectivamente na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Exerceu a advocacia e ingressou no magistério superior em São Paulo. Biografia completa no ANEXO B.

analista integrado a instituições universitárias remodeladas e modernizadas, embora com formação em direito, mas também em filosofia, e que soube, de modo precursor, reconhecer e destacar a referência a Max Weber no texto de Sérgio Buarque.

<b>QUADRO 1 – Primeira edição – 1936</b>			
<b>JORNAL</b>	<b>CIDADE/ESTADO</b>	<b>DATA</b>	<b>AUTOR</b>
1- O Jornal		25/10/1936	
2- A Nação		25/10/1936	
3- Folha da Manhã	São Paulo/SP	28/10/1936	Rubens do Amaral
4-			Plínio Barreto
5- Minas Gerais	Belo Horizonte/MG	31/10/1936	
6- A Rua	Rio de Janeiro/RJ	31/10/1936	
7- Diário de Notícias	Rio de Janeiro/RJ	1/11/1936	N. L. (?)
8- Jornal do Comercio	Rio de Janeiro/RJ	1/11/1936	Múcio Leão
9-			Henry Leonardos
10- Monitor Campista	Campos/RJ	3/11/1936	
11- Diário da Noite	São Paulo/SP	3/11/1936	
12- Correio de São Paulo	São Paulo/SP	3/11/1936	
13- A Batalha	Rio de Janeiro/RJ	5/11/1936	
14- O Jornal do Brasil		7/11/1936	
15- O Cruzeiro	Rio de Janeiro/RJ	7/11/1936	
16- Correio Paulistano	São Paulo/SP	8/11/1936	Nelson Werneck Sodré
17-			Waldemar de Vasconcellos
18- O Diário Carioca	Rio de Janeiro/RJ	8/11/1936	
19- Diário da Manhã	Recife/PE	8/11/1936	
20-		Nov/1936	Pe. F. Domingues Carneiro
21- Diário da Bahia	Salvador/Bahia	9/11/1936	
22- A Tribuna	Santos/SP	9/11/1936	Alvaro Augusto Lopes

23- A Nota	Rio de Janeiro/RJ	9/11/1936	
24- Estado de Sergipe	Aracaju/SE	10/11/1936	
25- O Estado de São Paulo	São Paulo/SP	11/11/1936	
26- A Tarde	Salvador/BA	11/11/1936	
27- A Tarde	Salvador/BA	11/11/1936	Carlos Chiacchio
28- Diário da Noite	São Paulo/SP	12/11/1936	Hélio (Pseudônimo de Menotti del Picchia)
29- A Nota	Rio de Janeiro/RJ	15/11/1936	Vieira de Mello
30- Jornal de Alagoas	Maceió/AL	15/11/1936	
31- Correio do Povo	Porto Alegre/RS	15/11/1936	Waldemar Vasconcellos
32- A Imprensa	João Pessoa/PB	15/11/1936	
33- Diário da Noite	Rio de Janeiro/RJ	16/11/1936	Austregésilo de Athayde
34- Diário Popular	São Paulo/SP	17/11/1936	
35- A Nação	Rio de Janeiro/RJ	17/11/1936	
36- O Estado de São Paulo	São Paulo/SP	18/11/1936	Sérgio Milliet
37- A Federação	Porto Alegre/RS	18/11/1936	Reinaldo Moura
38- Correio da Manhã	Rio de Janeiro/RJ	20/11/1936	
39- Diário	Santos/SP	21/11/1936	Limeira Tejo
40- Diário da Noite	Rio de Janeiro/RJ	23/11/1936	Jayme de Barros
41- O Globo	Rio de Janeiro/RJ	24/11/1936	E. P. (?)
42- Diário da Manhã	Recife/PE	24/11/1936	
43- A Nação	Rio de Janeiro/RJ	25/11/1936	Gilberto Freyre
44- Diário da Tarde	Manaus/MA	26/11/1936	
45- Correio do Povo	Porto Alegre/RS	27/11/1936	
46- Beira Mar	Rio de Janeiro/RJ	28/11/1936	

47- O Jornal	Rio de Janeiro/RJ	30/11/1936	Hélio Vianna
48- Vanguarda		30/11/1936	Lemos Brito
49- O Tempo	Porto Alegre(?)/RS	7/12/1936	
50- O Jornal	Rio de Janeiro/RJ	8/12/1936	Octávio Tarquínio de Sousa
51- Gazeta do Povo	Curitiba/PR	9/12/1936	F. Albizu
52- Jornal do Comercio	Recife/PE	15/12/1936	Diocleciano Pereira Lima
53- Vamos Ler	Rio de Janeiro/RJ	24/12/1936	
54- Folha de Minas	Belo Horizonte/MG	17/1/1937	Oscar Mendes
55- Diário da Tarde	Florianópolis/SC	22/1/1937	
56- Estado de Minas	Belo Horizonte/MG	24/1/1937	
57- A Offensiva	Rio de Janeiro/RJ	3/2/1937	Alberto B. Cotrim Netto
58- Fon- Fon	Rio de Janeiro/RJ	27/2/1937	
59- A Tarde	Salvador(?)/BA	13/3/1937	
60- O Nordeste	Fortaleza/CE	19/4/1937	
61- Folha de Minas	Belo Horizonte/MG	14/5/1937	Octaviano Domingues
62- O Oeste Paulista	Santo Anastácio/SP	11/7/1937	
63- Diário da Tarde	Recife/PE	12/11/1937	Luiz Pandolfi
64-			Antonio Amorim
65-			Limeira Tejo
66- Departamento de Publicidade	João Pessoa/PA		
67- Jornal de Alagoas	Maceió/AL		
68- Gazeta do Povo	Curitiba/PR		
69- O Primeiro de Janeiro	Porto/Portugal	5/11/1938	Norton de Matos

70- O Primeiro de Janeiro	Porto/Portugal	12/11/1938	Norton de Mattos
71- Jornal do Comércio		17/1/1943	Manuela de Azevedo
72- Jornal de São Paulo	São Paulo/SP	23/9/1945	Luís Washington
73- Sem informações			
74- Sem informações			
75- Sem informações			
76- <b>Programa no rádio</b> (está transcrito):  Rádio Diffusora – S. Paulo S.A. (P.R.F. 3)  Programa “O livro do dia”		3/11/1936	
77- <b>Revista:</b> Seara Nova	Lisboa/Portugal		J. Alves Correia

## QUADRO 2 - Primeira edição *Raízes do Brasil* – 1936

Levantamento e identificação dos conteúdos dos artigos a respeito da primeira edição <i>Raízes do Brasil</i> - 1936 (75 publicados em jornais, um artigo publicado em revista e uma emissão no rádio, totalizando 77 textos).	Número de artigos que contém o tema identificado (e respectiva porcentagem com base em 77 textos)
<p><b>1. Ênfase nos elogios a Gilberto Freyre:</b></p> <p>Direção da Coleção Documentos Brasileiros a cargo de Gilberto Freyre, que consagra e legitima as respectivas publicações; Gilberto Freyre avaliza a Coleção: “símbolo de qualidade; o nome do diretor da coleção é garantia bastante da sua importância” (doc. 73); “garantia de qualidade da obra; O sociólogo que todo o Brasil conhece e admira” (doc. 06).</p> <p><u>Obs.:</u> Há um artigo (doc. 27) em que o espaço dedicado à apreciação de <i>Raízes do Brasil</i> é menor do que o texto dedicado a Gilberto Freyre – <i>Raízes</i> fica pequeno em face de Freyre – obra totalmente associada à figura de Gilberto Freyre.</p>	50 (65%)
<p><b>2. Ênfase nos elogios à Editora José Olympio:</b></p> <p>Importância da coleção <i>Documentos Brasileiros</i> para a renovação do pensamento social brasileiro; qualidade dos títulos e autores que a compõem; qualidade da impressão do livro: capa e material; “o nome do diretor da casa editora é garantia bastante da sua importância” (doc. 73); “elegante feitura material”.</p>	48 (62,34%)
<p><b>3. Referências a Sérgio Buarque de Holanda:</b></p> <p>Possuidor de erudição, vasta cultura, mocidade/juventude (jovem pesquisador, ávido por estudar o Brasil), renovação, competência. Sérgio Buarque de Holanda, com <i>Raízes</i>, inaugura a Coleção e é publicado antes de outros autores já consagrados, como Oliveira Vianna . Nova geração de escritores; inquietação intelectual de compreender nosso próprio destino.</p> <p><u>Obs.:</u> Sérgio Buarque de Holanda é novidade: jovem e erudito é o chamariz publicitário - item de novidade. Para atração de maior público, e um público novo/diferente, que quer novidades.</p>	49 (63,63%)

<p><b>4. Referência ao fato de Sérgio Buarque de Holanda ser paulista.</b></p> <p>Doc. 03: articulista reclama dos poucos autores paulistas na Coleção (só dois); menciona a importância e grandeza do Estado de São Paulo, sobretudo para o futuro do país.</p>	3 (3,90%)
<p><b>5. Conclusão de <i>Raízes</i> fraca e negativista; conclusões pouco claras.</b></p> <p>Doc. 54: articulista diz que Sérgio Buarque de Holanda não conclui a obra, não propõe soluções, é negativista e crítico.</p>	3 (3,90%)
<p><b>6. Resumo detalhado (ou não muito detalhado) da obra</b> (algumas vezes com equívocos, como o doc. 09).</p>	9 (11,69%)
<p><b>7. Simples nota de lançamento da obra</b> (com indicação da autoria, da editora e do prefaciador).</p>	4 (5,19%)
<p><b>8. <i>Raízes do Brasil</i> produz afirmações todas documentadas; texto de Sérgio Buarque de Holanda bem fundamentado e provado; estudo sério, profundo, amplo.</b></p> <p>Doc. 59: o estudo da História do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda emancipa-se.</p>	5 (6,49%)
<p><b>9. Menção a aspectos da “personalidade” e da vida profissional de Sérgio Buarque de Holanda até o lançamento da 1ª edição de <i>Raízes do Brasil</i>. Descrição de episódios vividos em comum (entre o crítico e Sérgio Buarque).</b></p> <p>Doc. 14: “capacidade de realizar coisas estranhas; pessoa estranha, curiosa”. O articulista descreve ainda, com muita ironia, as atividades profissionais de Sérgio Buarque anteriores ao livro.</p> <p>Doc. 39: Sérgio Buarque de Holanda é mais “humilde”.</p> <p>Doc. 52: o articulista descreve como conheceu Sérgio Buarque de Holanda durante a Semana de 1922; elogia o fato de Graça Aranha ter influenciado uma geração e moços, entre eles Sérgio Buarque; diz que está (o articulista) longe dos centros mais desenvolvidos do Sul/Sudeste; cita e concorda com um outro crítico, Hélio Vianna (cujo artigo é o doc. 47).</p> <p>Doc. 71: a articulista descreve como conheceu Sérgio Buarque de Holanda – conta que ele usava uma gravata amarela que a incomodava.</p>	4 (5,19%)

<p><b>10. Abordagem da posição política de Sérgio Buarque de Holanda.</b></p> <p>Doc. 14: já considerava tal análise “impossível”.</p> <p>Doc. 54: faz bom apanhado das posições políticas de Sérgio Buarque: contra o despotismo, contra o fascismo, comunismo e integralismo (mas elogiou o Império – Monarquia), também considera que, para Sérgio Buarque, a democracia liberal não “serve” para o Brasil.</p>	5 (6,49%)
<p><b>11. Descrição/menção aos aspectos que deveriam ser melhor tratados/abordados por SBH.</b></p>	5 (6,49%)
<p><b>12. Artigos que fazem a defesa do integralismo</b> (docs. 09 e 57).</p>	2 (2,60%)
<p><b>13. Salienta que na região Sul do país há uma “democracia pastoril”, como já mencionada por Oliveira Vianna</b> (doc. 17).</p>	1 (1,30%)
<p><b>14. Raízes do Brasil é uma obra para um leitor que gosta de leitura “substancial”, “gosto pelas boas letras”.</b></p> <p>Doc. 63: <i>Raízes</i> deve ser lido, boa, excelente iniciativa de Sérgio Buarque de Holanda.</p>	2 (2,60%)
<p><b>15. Expressão “homem cordial” é do escritor Ribeiro Couto.</b></p> <p>Docs. 16 e 20 questionam o uso da expressão; doc. 63: Tristão de Athayde teria abordado e esclarecido melhor a questão do “homem cordial”.</p>	3 (3,90%)
<p><b>16. Escritores de todas as regiões do Brasil deveriam fazer textos nos moldes de Raízes, para termos um panorama completo do retrato do Brasil.</b></p> <p>Doc. 28: articulista considera que o livro de Sérgio Buarque de Holanda não é extensivo a todo o país, não caracteriza todo o Brasil.</p>	1 (1,30%)
<p><b>17. Crítica ao fato de Sérgio Buarque de Holanda não propor alternativas, não indicar como fazer para sermos diferentes; atitude negativista de Sérgio Buarque</b> (Doc. 36).</p> <p>Doc. 54: considera <i>Raízes</i> fraco, superficial e com algumas contradições.</p> <p>Doc. 57: critica muito: obra e conteúdo fracos.</p>	3 (3,90%)

18. Os dois últimos capítulos de <i>Raízes</i> são os mais interessantes e “oportunos” (Doc. 38:).	1 (1,30%)
19. Artigo com linguagem bem coloquial (“jovem”, popular, fácil); elogia Monteiro Lobato e a atitude das editoras de publicarem bons livros facilitando o acesso aos livros para o leitor brasileiro (sem necessidade de comprar livros importados) (Doc. 37).	1 (1,30%)
20. Elogios à postura histórica de Sérgio Buarque de Holanda, no sentido de não somente engrandecer as vitórias, os grandes feitos (Doc. 39).  Doc. 54: elogia o fato de Sérgio Buarque de Holanda enfrentar as questões relativas à formação social do Brasil.  Doc. 72: Sérgio Buarque de Holanda nos dá fecunda colaboração para a compreensão do “nosso sentido” histórico e social.	3 (3,90%)
21. Doc. 50: <b>elogia linguagem seca e objetiva do texto</b> (em detrimento de colocações poéticas, emocionais).  Doc. 63: <i>Raízes</i> : linguagem fácil, sem poesia. Sérgio Buarque de Holanda: Mérito de prosador claro e elegante.	2 (2,60%)
22. Doc. 49: <b>Sérgio Buarque de Holanda tem fé no destino do Brasil.</b>	1 (1,30%)
23. Doc. 57: <b>Crítica à apresentação luxuosa, capa etc., editora importante, prefácio de Gilberto Freyre, a quem o articulista chama de “camarada”</b> (o artigo mostra como uma obra pode ficar famosa pela propaganda: prefaciador famoso, editora de renome e material luxuoso).	1 (1,30%)
24. Doc. 57: <b>defesa de Oliveira Vianna</b>	1 (1,30%)
25. <b>Exalta o papel e a influência portuguesa na colonização do Brasil (ênfatisa e sublinha só esse aspecto do livro); compara Angola e as demais colônias africanas de Portugal com o Brasil</b> (Docs. 69, 70 e 77).	3 (3,90%)
26. Doc. 72: <i>Raízes</i> se filia à escola weberiana do método da “compreensão” (primeiro texto jornalístico que fala sobre isso).	1 (1,30%)

<b>27. Doc. 71: obra de Stefan Zweig inferior à de Sérgio Buarque de Holanda (provavelmente se referindo a “Brasil, um país do futuro”).</b>	1 (1,30%)
<b>28. Doc. 71: <i>Raízes</i> não recebeu o clamor que merecia à época.</b>	1 (1,30%)
<b>29. Doc. 60: Ênfase na discussão que <i>Raízes</i> faz sobre a religiosidade e suas práticas no povo brasileiro.</b>	1 (1,30%)
<b>30. Doc. 61: Discute a miscigenação do ponto de vista biológico, afirmando que a sociologia deveria se valer da Biologia Genética – <i>Raízes</i> contém algumas imprecisões neste aspecto.</b>	1 (1,30%)

**QUADRO 3- Primeira edição *Raízes do Brasil* – 1936**

<p><b>Classificação dos artigos conforme análise produzida a respeito da primeira edição <i>Raízes do Brasil</i> - 1936 (75 publicados em jornais, um artigo publicado em revista e uma emissão no rádio, totalizando 77 textos).</b></p>	<p><b>Número de artigos e respectiva porcentagem com base em 77 textos.</b></p>
<p><b>1) SOMENTE ANÁLISE DE ASPECTOS EXTERNOS DA OBRA.</b></p> <p>Artigo não discute/analisa/critica o conteúdo de <i>Raízes do Brasil</i>, somente aborda a garantia de qualidade conferida pelo Prefácio de Gilberto Freyre; pela edição a cargo da Editora José Olympio; pela erudição e juventude (renovação) de Sérgio Buarque de Holanda.</p> <p>Ênfase na publicidade e divulgação do livro.</p>	<p>35 (45,45%)</p>
<p><b>2) SOMENTE ANÁLISE DE ASPECTOS INTERNOS DA OBRA (COM análise e crítica do conteúdo).</b></p> <p>Artigo somente aborda o conteúdo de <i>Raízes do Brasil</i> com análise extensa, minuciosa e crítica da obra.</p>	<p>10 (12,99%)</p>
<p><b>3) SOMENTE ANÁLISE DE ASPECTOS INTERNOS DA OBRA (SEM crítica do conteúdo).</b></p> <p>Artigo somente aborda o conteúdo de <i>Raízes do Brasil</i>, mas não há análise/critica. É feito um breve e objetivo resumo do conteúdo; menção aos títulos dos capítulos; temas principais; caracterização do livro como um estudo da nossa formação social/nossa origem.</p>	<p>1 (1,30%)</p>
<p><b>4) ANÁLISE DE ASPECTOS INTERNOS E EXTERNOS DA OBRA</b></p> <p>Artigo aborda/discute/analisa/critica o conteúdo de <i>Raízes do Brasil</i> e também os outros aspectos (Prefácio de Gilberto Freyre; edição a cargo da Editora José Olympio; erudição e juventude (renovação) de Sérgio Buarque de Holanda).</p>	<p>31 (40,26%)</p>

<b>QUADRO 4 – Primeira edição <i>Raízes do Brasil</i> – 1936</b>	
<b>Análise dos aspectos internos da obra com crítica do conteúdo.</b>	
<p><b>1) Concordâncias em termos de conteúdo:</b></p> <p>Doc. 22: Concorda com a postura anti-integralismo de Sérgio Buarque de Holanda; salienta o fato dele afirmar que aqui não prosperarão o fascismo nem o nazismo.</p> <p>Doc. 29: Destaca que Sérgio Buarque não adotou postura determinista reduzindo os organismos sociais às leis biológicas.</p> <p>Doc. 33: Elogia o tratamento dado, por Sérgio Buarque, à questão do “bacharelismo”.</p> <p>Doc. 36: Abordagem dos problemas/temas históricos do ponto de vista sociológico e econômico é uma qualidade do texto de Sérgio Buarque.</p> <p>Doc. 47: Concorda com o que Sérgio Buarque expõe sobre a democracia liberal, o fascismo, o integralismo e o bipartidarismo.</p>	
<p><b>2) Discordâncias em termos de conteúdo:</b></p> <p>Doc. 09: Falta a Sérgio Buarque de Holanda propor um regime de disciplina, já que ele afirma que o fascismo e comunismo não serviriam para o Brasil; diz que Sérgio, no Cap. I, faz consideração vagas; questiona o positivismo e a maçonaria que, conforme Sérgio, estariam presentes na República; não concorda com os ataques do ensaísta ao integralismo (daí o articulista começa a defender o integralismo).</p> <p>Doc. 20: Há teses “de que há de se discordar”.</p> <p>Doc. 29: Discorda do tratamento dado ao tema “americanismo”; faltou a Sérgio abordar melhor o índio e sua contribuição.</p> <p>Doc. 41: Não concorda com a figura do “homem cordial”, diz que Sérgio Buarque de Holanda teria outros aspectos mais “grandiosos” para estudar sobre o homem brasileiro.</p> <p>Doc. 47: Discorda de quase tudo: diz que Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre são “amigos das generalizações”.</p> <p>Doc. 54: Crítica muito o livro (discorda de quase tudo).</p>	

## Capítulo 3 – A segunda edição de *Raízes do Brasil*

Sérgio Buarque de Holanda, à medida que se beneficiava com a edição de *Raízes do Brasil* pela José Olympio (com o seu nome associado à prestigiada editora, com uma recepção crítica fortalecida por meio da coleção *Documentos Brasileiros* e pela sua aproximação à figura renomada de Gilberto Freyre), experimentou um processo de construção social da sua identidade enquanto ensaísta. Se, por um lado, passou a estar identificado com o grupo literário e do pensamento social de vanguarda, no Rio de Janeiro da segunda metade da década de 1930 (que se impunha a tarefa de refletir sobre o país), por outro passou a ser definitivamente reconhecido enquanto intelectual da área de humanidades e aproximado à história e sociologia (os campos ainda não estavam autonomizados). Dessa forma concluíra-se, para Sérgio, a transição iniciada em 1926, quando em meio às disputas no campo literário, afastara-se de sua rede de relacionamentos e fora “se esconder” em Cachoeiro do Itapemirim. A conversão para a história (sua primeira matriz intelectual), enquanto estratégia de diferenciação – que ainda iria exigir investimentos do autor, estava confirmada.

### 1.

Entre os lucros materiais e simbólicos auferidos por Sérgio com a publicação de *Raízes do Brasil*, o mais imediato foi o convite para dar aulas na Universidade do Distrito Federal, atividade que exerceu concomitantemente à função de redator-chefe da agência Associated Press<sup>64</sup>.

A Universidade Municipal do Distrito Federal foi criada como parte de um projeto bem mais amplo, o da reforma da instrução pública na cidade do Rio de Janeiro. Sob a liderança de Anísio Teixeira e sua equipe, entre 1931-1935, foi criada uma rede municipal de ensino da escola primária à universidade. Como seu primeiro reitor,

---

<sup>64</sup> Professor da Universidade do Distrito Federal entre 1936-1939 e redator-chefe da agência Associated Press entre 1937-1939 (Conforme Curriculum Vitae de Sérgio Buarque de Holanda – Arquivo Siarq/Unicamp SBH\_VP\_58/88).

Anísio Teixeira “trouxo para o Brasil uma leva de professores franceses”, além de ter sido o responsável por colocar na direção da Faculdade de Filosofia e Letras, Prudente de Moraes Neto, amicíssimo de Sérgio Buarque de Holanda (Nunes, 1999, p. 33).

Sendo assim, em 1936, convidado pelo diretor da Faculdade de Filosofia e Letras, seu “velho amigo” Prudente de Moraes Neto, Sérgio Buarque de Holanda tornou-se assistente de Henri Hauser na cadeira de História Moderna e Econômica.

Em entrevista a Richard Graham (1982, pp. 1176-1177) Sérgio relata como foram estabelecidas as relações com o historiador francês, bem como as influências que o convívio deixou:

Ele não me escolheu; eu o escolhi. [...] O diretor da Faculdade de Filosofia e Letras era o meu velho amigo Prudente de Moraes Neto. Ele pensou que todos os professores franceses precisariam de assistentes e perguntou-me com quem eu gostaria de trabalhar. A cadeira era História Moderna e Econômica. Com Pirenne, Hauser era então um dos grandes historiadores. [...] Aprendi muito com Hauser e comecei a aplicar os critérios que ele usava aos meus conhecimentos de estudos brasileiros, aos quais, de fato, tinha sempre me dedicado, embora com curiosidade dispersiva e mal dirigida.

Sérgio trabalhou com Hauser por cerca de um ano e meio, quando ele retornou para a França. Então, Sérgio tornou-se professor de história das Américas, mas a Universidade fechou em 1939 e ele não lecionou por muitos anos (Graham, 1982, pp. 1176-1177).

A criação de novas universidades no país, e a sua progressiva institucionalização, fomentou a demanda da elite local brasileira por quadros competentes e especializados, mas também estimulou um anseio generalizado por ilustração e modernização (Peixoto, 2001, p.483). As missões universitárias dos anos 30 chegam ao Brasil com o propósito de formatar o meio acadêmico<sup>65</sup> e Sérgio Buarque não sai imune desse intercâmbio. Como ele mesmo declarou em mais de uma oportunidade<sup>66</sup>, a assistência destinada a

---

<sup>65</sup> “Os franceses e a França estão *partout* na São Paulo dos anos 30. Os professores que vieram inaugurar a USP não destoam da vida cultural local ao darem suas aulas em francês, por exemplo. [...] A diferença é que no Rio este convite foi realizado por vias oficiais, com autorização direta de Vargas. Além disso, um requisito básico é exigido dos novos professores: que sejam ligados à Igreja” (Peixoto, 2001, p.484).

<sup>66</sup> Ao falar sobre seu interesse pelos estudos históricos, na Apresentação a *Tentativas de Mitologia*, Sérgio Buarque de Holanda mais uma vez relata: “Estudos que havia apurado depois no Rio de Janeiro, durante estreito convívio que ali mantive com Henri Hauser, um dos mais notáveis historiadores de seu

Henri Hauser forneceu ao autor de *Raízes do Brasil* os parâmetros iniciais para o exercício da atividade e pesquisa científicas de forma profissionalizada.

No transcorrer dos anos 1930, mormente após o golpe de 1937, ampliam-se as políticas públicas dirigidas às áreas social e cultural, bem como a intervenção do Estado (que se “agiganta”) para fazer predominar suas diretrizes políticas. Sendo assim, diversifica-se o campo de possibilidades oferecido aos intelectuais, literatos e afins.

O Estado Novo enxergava nas políticas culturais um instrumento para a organização de um consenso que assegurasse a legitimação do regime e a integração da nação. Paralelamente aos investimentos em repressão, o governo autoritário de Vargas empregou largos recursos para o estabelecimento de valores e ideias que, gradualmente, fossem sendo acolhidos e incorporados pela população.

Na época, as esferas da cultura e saúde integravam as políticas sociais prioritárias para o governo, por isso foram agrupadas no mesmo ministério. Consequentemente, o Ministério de Educação e Saúde, ao lado do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, formavam “o duplo bastião do que a Revolução de 30 trazia de novo do ponto de vista político e institucional”. Primeiro ministro da educação e da saúde, Francisco Campos foi sucedido por Gustavo Capanema, quando então o cargo ganharia maior prestígio e centralidade no governo. À frente do Ministério de Educação e Saúde por uma década, Gustavo Capanema “ocupou a pasta dirigindo a política educacional, transpondo eventos como o de novembro de 1937 e dando continuidade às orientações aí implantadas até 1945. Um ministro-intelectual, cercado de homens de alto nível e reconhecimento, do qual o mais famoso é o auxiliar de gabinete, Carlos Drummond de Andrade” (Gomes, 1999, pp. 11-12).

Destarte, as políticas públicas voltadas para a área de cultura contaram com grande diversidade, volume e sofisticação.

---

tempo, vindo da Sorbonne na leva dos 16 professores convidados a ir lecionar na efêmera Universidade do Distrito Federal por iniciativa de Anísio Teixeira [...]. Esse convívio, somado às obrigações que me competiam, de assistente junto à cadeira de História Moderna e Econômica, sob a responsabilidade de Hauser, **me haviam forçado a melhor arrumar, ampliando-os consideravelmente, meus conhecimentos nesse setor, e a tentar aplicar os critérios aprendidos ao campo dos estudos brasileiros, a que sempre me havia devotado, ainda que com uma curiosidade dispersiva e mal educada**” (Holanda, 1979, p. 14, grifo meu).

Apenas para se ter uma ideia do impacto produzido pela ação do Estado nessa área, pode-se registrar que é nesse período que é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Museu Imperial de Petrópolis e inúmeras sedes do Instituto Histórico e Geográfico nos Estados. É também nesse período que são dados subsídios financeiros para museus já existentes, como Museu Histórico Nacional, o próprio Museu da Quinta da Boa Vista e a Biblioteca Nacional. Há igualmente a intenção de apoiar uma série de publicações, tanto financeiramente, quanto institucionalmente, o que era feito diretamente pelo Ministério da Educação e Saúde. Esta é, sem dúvida, uma das razões do boom editorial que atravessou o Brasil: uma série de coleções de livros sobre estudos brasileiros, muitas delas de editoras particulares que mantinham vínculos com o governo, veiculando publicações quase oficiais.

São inúmeras as revistas então editadas. Podem-se citar várias, como as revistas do Instituto Histórico e Geográfico e da Biblioteca Nacional. E havia os livros didáticos evidentemente, que passam a ser seriados e a atender a um público de estudantes secundários crescente. É esse, inclusive, o momento da criação do Instituto Nacional do Livro.

Política cultural e educacional estão articuladas, com a expansão do número de alunos-leitores. Como veremos, é aí que o ensino secundário se implementa de uma maneira mais incisiva e se organiza o ensino industrial e comercial, com SENAI e o SENAC. Isto, sem falar na universidade, com a abertura e o fechamento da Universidade do Distrito Federal e com a Universidade do Brasil e a Universidade de São Paulo. Tudo muito delicado, envolvendo concepções diferenciadas de educação e muitas disputas políticas (Gomes, 1999, p. 13).

O processo de construção do aparato burocrático e das instituições de governo, entre 1930 e 1945, para além dos importantes Ministério da Educação e Saúde e Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, ambos criados em 1930, também contemplou a criação de outros relevantes gabinetes e de uma rede de autarquias, conselhos, departamentos e comissões especiais<sup>67</sup>. Sem permanecer restrito à esfera da administração direta, o crescimento da máquina governamental providenciou novos espaços de negociação com os diversos setores econômicos e outros grupos de interesse, resultando os vários institutos: do Café, do Açúcar e do Alcool, do Mate, do Pinho, do Sal, Conselho de Planejamento Econômico etc.

Tais espaços dispunham, via de regra, de atribuições predominantemente consultivas e operavam como frentes de legitimação para a crescente ingerência do Estado em domínios da realidade até então sob a tutela de outras frações da classe dominante. O circuito de aparelho sobre que se alicerçou tal processo veio proporcionar as condições necessárias à cristalização de uma

---

<sup>67</sup> Ministério da Aeronáutica (1941), Departamento Administrativo do Serviço Público (1938), Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP (1939), Conselho Federal do Comércio Exterior (1934), Conselho de Imigração e Colonização (1938), Conselho Nacional de Petróleo (1938), Conselho Nacional de Águas e Energia (1939), Conselho de Segurança Nacional etc. (Miceli, 2012, p. 199).

nova categoria social, o pessoal burocrático civil e militar (Miceli, 2012, p. 199).

Para o preenchimento dos novos quadros administrativos nos escalões superiores do serviço público, o regime Vargas intensificou o recrutamento de intelectuais. A continuidade do processo de centralização autoritária do governo, com a progressiva intervenção do Estado nos múltiplos setores da sociedade e das atividades econômicas, fez uso dos intelectuais nas variadas tarefas políticas e ideológicas de sustentação do poder central.

Com a ampliação dos mecanismos de cooptação dos profissionais oriundos das diversas esferas do campo do saber, o funcionalismo público passou a ser concebido e tratado de forma mais racionalizada e burocratizada. Não obstante, o emprego dos intelectuais “ao longo do período Vargas continuou, como antes, a depender amplamente do capital de relações sociais dos postulantes aos cargos – vale dizer, caudatário de “pistolões” cuja rentabilidade poderia sobrepujar aquela proporcionada pelos títulos escolares ou pelas aptidões profissionais [...]” (Miceli, 2012, p. 198).

Com a criação do Instituto Nacional do Livro – INL, em 1937, Getúlio Vargas convida Augusto Meyer<sup>68</sup> para dirigi-lo. Originário de Porto Alegre, onde estava à frente da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Augusto Meyer muda-se para o Rio de Janeiro com um grupo de intelectuais gaúchos. Ato contínuo convoca Sérgio Buarque de Holanda para dirigir a seção de publicações do referido e recém-criado INL, posição que assume e mantém de 1939 a 1944 (Curriculum Vitae de Sérgio Buarque de Holanda – Arquivo Siarq/Unicamp SBH\_ VP\_58/88).

---

<sup>68</sup> Augusto Meyer (Porto Alegre, 24 de janeiro de 1902 — Rio de Janeiro, 10 de julho de 1970) foi um jornalista, ensaísta, poeta, memorialista e folclorista brasileiro. Foi membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Filologia.

Colaborou em diversos jornais do Rio Grande do Sul, especialmente no *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*, escrevendo poemas e ensaios críticos. Estreou na literatura em 1920. Foi diretor da Biblioteca Pública do Estado, em Porto Alegre. Convidado por Getúlio Vargas para organizar o Instituto Nacional do Livro, transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1937, junto a um grupo de intelectuais gaúchos. Foi diretor do INL durante cerca de trinta anos.

Em entrevista a Richard Graham (1982, p. 1177), Sérgio Buarque relata a respeito do período em que trabalhou no INL:

Vários intelectuais de grande vigor, como Mário de Andrade, Chico (Francisco de Assis) Barbosa, Eneida (de Moraes) e José Honório Rodrigues trabalhavam no Instituto. Nessa época, tornei-me amigo, ainda mais chegado, do historiador Octávio Tarquínio de Souza.

## 2.

Sérgio Buarque, cuja introdução nos aparelhos do Estado ocorrera por meio de uma curta experiência como membro da Comissão de Teatro do Ministério da Educação, em 1937, assume a direção da Divisão de Publicações do Instituto Nacional do Livro, de 1939-1944 e, em seguida, a direção da Divisão de Consultas da Biblioteca Nacional, entre 1944-1946 (Curriculum Vitae de Sérgio Buarque de Holanda – Arquivo Siarq/Unicamp SBH\_ VP\_58/88).

Para compreensão da sua presença nesse espaço institucional, criado e fortalecido durante o regime Vargas, utilizei amplamente o texto de Sérgio Miceli, *Intelectuais à brasileira* (2012), referência maior para o estudo do lugar dos intelectuais no interior das políticas culturais daquele período.

O primeiro aspecto que resulta da análise de Miceli, e que se aplica à inserção do ensaísta no serviço público, diz respeito aos resultados materiais de que ele passa a usufruir. O governo central, preocupado em garantir condições materiais e de status atraentes para o sucesso dos mecanismos de cooptação de intelectuais, cuja presença nas várias instâncias do aparato burocrático funcionaria não apenas como elemento de legitimação para sua política intervencionista, mas também se converteria numa das bases sociais para a sustentação política do regime, ao longo dos anos 1930 providenciou o reescalonamento salarial dos postos da administração pública.

Embora as medidas direcionadas à reorganização dos quadros administrativos, essas constituídas por um conjunto articulado de direitos estatuídos em leis especiais, tivessem atingido todo o funcionalismo público federal, civil e militar, foram os

membros das profissões liberais e a maioria dos intelectuais que dispunham de postos no serviço público, alguns dos principais beneficiados pela Lei do Reajustamento<sup>69</sup>.

Apesar da referida norma legal fixar, como requisito para o ingresso nos quadros de carreira, a seleção do postulante mediante concurso público de provas, concomitantemente estabeleceu “um conjunto de posições independentes, sob a designação de *cargos isolados*, cujo acesso dispensava exames e que poderiam ser preenchidos *ad hoc* a critério do Poder Executivo”, dessa maneira preservando canais privilegiados para a inserção dos portadores de diplomas universitários nos postos da administração central. Dependendo da espécie de capital social e da rede de influências que o agente fosse capaz de mobilizar, se agregados a um título superior, o profissional contava com um “trunfo decisivo para ingresso nos quadros do funcionalismo, em especial nos escalões médios e superiores, que tendiam a monopolizar os privilégios” (Miceli, 2012, pp. 202-203).

O Estado passou a interferir nos padrões de avaliação e de rentabilidade dos títulos escolares à medida que determinava as oportunidades de emprego para as diversas categorias de profissionais portadores de diplomas. Embora o reescalamento salarial levado a efeito no decênio de 1930 tivesse estipulado os padrões de vencimentos correspondentes às diferentes classes de cada carreira, o que levava a crer que tivessem sido utilizados tão somente parâmetros objetivos e impessoais na análise da qualificação escolar e profissional, para determinadas categorias funcionais, especialmente os cargos de confiança e de assessores, importavam os trunfos escolares para a diferenciação salarial. Assim, paulatinamente, os intelectuais foram assumindo os postos melhor remunerados e aos quais era destinada uma série de gratificações, subsídios pecuniários e rendimentos indiretos que majoravam o rendimento final recebido pelos escalões

---

<sup>69</sup> Para dirimir os problemas de classificação e remuneração no serviço público, foi promulgada a lei nº 284, de 28 de outubro de 1936, publicada no Diário oficial da União, de 30 de outubro do mesmo ano, reajustando os quadros e os vencimentos do funcionalismo público civil da União e estabelecendo demais providências. Esta legislação resulta da escolha de Vargas, entre outras propostas, por “um reajuste geral baseado na criação de uma carreira ao nível de cada ministério, **sendo que o pagamento estaria vinculado ao desempenho e as promoções correriam por conta da qualificação**” (grifo meu), o que forneceria ao processo de cooptação dos intelectuais uma aparência impessoal e racionalizada (Lawrence S. Graham, *Civil service reform in Brazil (Principles versus practice)*. Austin, University of Texas Press/Institute of Latin American Studies, 1968, p. 25. Apud Miceli, 2012, pp. 268-269).

superiores. Além dos vencimentos elevados, outras regalias e vantagens integravam os lugares reservados aos intelectuais no serviço público, como “as viagens de estudo e especialização no exterior, as possibilidades de acumular cargos e vencimentos, a designação para trabalhos extraordinários, a participação em comissões e toda sorte de expedientes que complementavam os salários de base” que, reguladas por leis especiais, contemplavam exclusivamente algumas categorias funcionais (Ibid., p. 207).

A movimentação de Sérgio Buarque, enquanto integrante dos quadros administrativos do poder central, reflete o ambiente acima descrito. Em decorrência da estabilidade e segurança profissional conferidas pelo posto ocupado, o autor de *Raízes do Brasil* contou com circunstâncias materiais e institucionais que lhe permitiram dar continuidade a seus projetos intelectuais, ao mesmo tempo que desempenhava seus encargos no serviço público. As pesquisas históricas e demais consultas relativas, que deram origem não somente a dois emblemáticos textos de Sérgio Buarque nesta área de estudos à época, quais sejam *Caminhos e fronteiras* (originalmente publicado na *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, março/1939) e *Monções* (Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945), mas também a vários outros artigos e estudos publicados em jornais e revistas do período<sup>70</sup>, não foram interrompidas. Sérgio pôde, inclusive em 1940, retomar a atividade de crítico literário, no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, em substituição a Mário de Andrade<sup>71</sup>. Em 1941 esteve nos Estados Unidos a convite da Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado norte-americano, através da embaixada no Rio de Janeiro, onde proferiu palestras, participou de congresso, mesas-redondas e cursos em diferentes universidades. Esteve em New York, Washington, Chicago e Wyoming. Dois anos mais tarde (1943) foi nomeado membro da comissão encarregada da publicação das obras completas de Rui Barbosa e, no seguinte (1944), Diretor da Divisão de Consulta da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1946.

---

<sup>70</sup> Estas publicações encontram-se reunidas, parte em *O espírito e a letra. Estudos de crítica literária I (1920-1947)*, com Organização, Introdução e Notas de Antonio Arnoni Prado, e parte em *Escritos coligidos (Livro I – 1920-1949)*, com Organização de Marcos Costa. Ambos integram a bibliografia desta dissertação.

<sup>71</sup> Os ensaios que escreveu para o *Diário de Notícias* e para o *Diário Carioca* foram reunidos e publicados em 1944 sob o título *Cobra de Vidro*.

Relativamente aos demais efeitos decorrente da cooptação de Sérgio Buarque pela máquina estatal, são esses de natureza simbólica.

Como anteriormente exposto, a criação do Instituto Nacional do Livro – INL, que ocorreu no âmbito do Ministério de Educação, em dezembro de 1937, juntamente com outras iniciativas semelhantes<sup>72</sup>, demonstrava a intenção do Estado Novo de expandir seu controle para o terreno ideológico-cultural, cabendo ao Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP<sup>73</sup>, vinculado diretamente ao Poder Executivo, o exercício do controle através da força policial. A concepção dos Ministérios do Trabalho e de Educação e Saúde, acompanhados de uma legislação inovadora de modo a uniformizar a educação secundária com a exigência de formação sistemática dos professores em faculdades de filosofia e letras; além da regulação de ofícios e profissões através dos sindicatos e demais corporações, foi sucedida pela inauguração de diversos institutos (como o do café, do álcool, do petróleo etc.) tendo em vista garantir ao governo de Getúlio Vargas o controle do espaço econômico nacional e a possibilidade de nele intervir.

Alocado na Biblioteca Nacional, “um templo literário enraizado na mística imperial”, era da competência do INL, enquanto órgão supervisor, exercer um controle sobre os livros que poderiam ser publicados ou importados; compor e manter atualizado um rol dos novos livros editados no país; e, “promover o desenvolvimento das bibliotecas públicas e a organização de um registro coerente de todos os livros historicamente escritos sobre o Brasil” (Ribeiro, 1943, p. 52. Apud Sorá, 2010, pp. 339-340). No conjunto das políticas públicas voltadas para a formação (e formatação) de uma sociedade leitora, levando em consideração o governo intervencionista que as geria, ao Instituto cabia listar a bibliografia autorizada e referendada pelo Estado. Para tanto, o INL contava com as seções de bibliotecas públicas, de enciclopédia e dicionário, e de publicações.

---

<sup>72</sup> “Entre outros organismos de cultura oficiais, criados na época, contam-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dirigido durante décadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade, e o Conselho Nacional de Cultura (1938)” (Sorá, 2010, p. 339).

<sup>73</sup> O Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP foi um instrumento de censura e propaganda do Estado Novo, criado em dezembro de 1939, por Getúlio Vargas, em substituição ao Departamento Nacional de Propaganda – DNP, para aperfeiçoar e ampliar as atividades desse.

A primeira delas tinha a incumbência de listar as bibliotecas existentes no território nacional; aperfeiçoar e coordenar critérios catalográficos zelando pela qualificação técnica dos bibliotecários; e, providenciar e manter o acervo destas bibliotecas de modo a conter os livros recomendados pela seção de publicações do Instituto, essa dirigida, no período, por Sérgio Buarque de Holanda. Este segmento será abordado de forma mais detida, mas cabe desde já sublinhar que a listagem dos títulos indicados para comporem a bibliografia nacional básica correspondia a quarenta livros, os quais viriam a se tornar clássicos da literatura ou do pensamento social, entre eles *Raízes do Brasil*, *Sobrados e Mucambos*, de Gilberto Freyre e *A Cultura Brasileira*, de Fernando de Azevedo (Sorá, 2010, p. 340).

A seção de enciclopédia e dicionário, dirigida por Américo Facó, intelectual que integrava a rede de sociabilidade de Sérgio Buarque tendo sido diretor da revista *O Espelho*, tinha a tarefa de dar concretude a um desejo de Vargas, ou seja, compor e editar uma enciclopédia e um dicionário nacional, inspirados em obra semelhante que o governo de Mussolini finalizara na mesma época. Como o empreendimento demandava muito tempo para ser concluído, as funções desta seção acabaram sendo transmitidas ao DIP, órgão que possuía mais afinidade com as tarefas de propaganda.

Por fim, à seção de publicações, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda, competia primeiramente definir uma bibliografia mínima indispensável para a cultura nacional. A publicação pelo INL destas obras serviria para compor o acervo básico das bibliotecas públicas do país, o que acabou reverberando na concepção do conjunto de obras consideradas essencialmente brasileiras. Dessa forma, Estado e editoras privadas passaram a competir pela definição das brasilianas. Para os autores selecionados, preponderantemente nomes de destaque no modernismo, a chancela oficial reforçava o seu papel de genuínos representantes do pensamento nacional.

Em segundo lugar, a seção possuía a incumbência de organizar uma listagem anual de todas as publicações nacionais do período, providência que também produziu impacto no mercado editorial, posto que, naquele período, já circulava o *Anuário Brasileiro de Literatura – ABL*, uma publicação privada destinada ao registro e difusão

da bibliografia nacional<sup>74</sup>. Dessa maneira, mais uma vez Estado e editoras privadas se defrontaram na disputa pelo domínio sobre a totalidade das obras lançadas anualmente no país, reforçando a interferência do INL na articulação dos interesses dos agentes e empresas envolvidos no mercado nacional de livros.

Com relação a Sérgio Buarque, se ele, nos termos do que discute Miceli (2012, pp. 215-218), guardava algum tipo de dilema por, através de suas atividades funcionais, ser partícipe do soerguimento das instituições de um regime autoritário, o seu álibi autoindulgente possuía consistência, pois Sérgio estava de fato incumbido de gerir o “espólio cultural da nação”<sup>75</sup>. O tipo de serviço prestado pelo ensaísta em seu posto no INL se misturava ao trabalho intelectual, o que lhe permitia compatibilizar, “no plano das representações”, as exigências de sua atividade no serviço público com aquelas resultantes do campo do saber, naquele momento em intenso processo de autonomização e diferenciação. Servindo a uma instituição cultural, Sérgio Buarque podia ver a si mesmo como trabalhando pela afirmação da cultura brasileira em duas frentes: tanto durante o expediente formal dedicado ao poder público, como mediante sua produção intelectual particular.

Mas, retornando a atenção para o conjunto dos intelectuais envolvidos com a gestão das políticas culturais do regime, o controle que exerciam sobre os respectivos recursos, concessões públicas de serviços e demais ações de implementação, fez aumentar o peso

---

<sup>74</sup> “[...] No mesmo ano de criação do INL, não por acaso, registra-se o aparecimento do *ABL*, uma publicação anual feita por editores e, em última instância, para editores.

Publicados pela editora-gráfica Pongetti Irmãos, até 1941, e por Zélio Valverde nas versões de 1942 e 1943-1944, esses volumes foram a primeira forma de expressão sistemática dos editores como categoria coletiva” (Sorá, 2010, p. 342).

<sup>75</sup> “Diante dos dilemas de toda ordem com que se debatiam por força de sua filiação ao regime autoritário que remunerava seus serviços, [os intelectuais] buscaram minimizar os favores da cooptação lhes contrapondo uma produção intelectual fundada em álibis nacionalistas. Pelo que diziam, o fato de serem servidores do Estado lhes concedia melhores condições para a feitura de obras que tomassem o pulso da nação e cuja validade se embebia dos anseios de expressão da coletividade e não das demandas feitas por qualquer grupo dirigente. Dando sequência à postura inaugurada pelos modernistas, esses intelectuais cooptados se auto-definem como porta-vozes do conjunto da sociedade, passando a empregar como crivos de avaliação de suas obras os indicadores capazes de atestar a voltagem de seus laços com as primícias da nacionalidade. Vendo-se a si próprios como responsáveis pela gestão do espólio cultural da nação, dispõem-se a assumir o trabalho de conservação, difusão e manipulação dessa herança, aferrando-se à celebração de autores e obras que possam ser de alguma utilidade para o êxito dessa empreitada” (Miceli, 2012, pp. 215-218).

e a importância de seus pareceres no universo da produção cultural, concorrendo com o mercado privado na manipulação dos mecanismos de validação e reconhecimento da produção intelectual.

Consequentemente, em face da posição central que o Estado passou a ocupar na atribuição de legitimidade intelectual aos bens culturais, contar com a chancela oficial implicava chances seguras de consagração e projeção para o rol dos expoentes da cultura brasileira, além de conferir garantia de sucesso em esferas mais autônomas do campo intelectual.

Nas palavras de Raymundo Faoro, o brasileiro que se distingue há de ter prestado sua colaboração no aparelhamento estatal, não na empresa particular, no êxito dos negócios, nas contribuições à cultura, mas numa ética confuciana do bom servidor, com carreira administrativa e *curriculum vitae* aprovado de cima para baixo. [...]

Nesse sentido, a gestão Capanema erigiu uma espécie de território livre refratário às salvaguardas ideológicas do regime, operando como paradigma de um círculo de intelectuais subsidiados para a produção de uma cultura oficial (Miceli, 2012, pp. 215-218).

Entre os lucros simbólicos que resultaram da participação de Sérgio Buarque no estamento burocrático do Estado, em primeiro lugar houve o reforço de sua condição de membro da elite cultural e de “modelo de excelência social da classe dirigente da época”, o que acentuou a legitimidade intelectual de suas obras e demais escritos. Em segundo lugar, o renome ali alcançado valeu-lhe um convite da Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado dos Estados Unidos para, em 1941, proferir palestras, participar de congresso, mesas-redondas e cursos em diferentes universidades e regiões como New York, Washington, Chicago e Wyoming.

### 3.

A viagem de Sérgio Buarque aos Estados Unidos insere-se num contexto marcado pela tentativa de aproximação do Estado norte-americano com os demais países do Continente.

O discurso de posse de Franklin Roosevelt, em 4 de março de 1935, marcará o início da “Política de Boa Vizinhança” e, em abril, dia 14, dia do pan-americanismo, o presidente americano restringia a expressão às nações do Novo Mundo. Nesses anos, uma nova geração de políticos norte-americanos, os *new dealers*, entra em cena procurando reestruturar as relações dos Estados Unidos com os países do Hemisfério, onde, ao menos desde a intervenção no Caribe, em fins do século XIX, os Estados Unidos vinham tendo uma imagem de intervencionistas (Wegner, 2000, p. 72).

Os países de colonização ibérica progressivamente se tornaram objeto de pesquisa e investigação para os estudiosos norte-americanos, exigindo que as Universidades abrissem departamentos específicos para abrigar tais estudos. Com o incremento do relacionamento e do intercâmbio cultural entre os intelectuais do continente, além do aumento do interesse pelo aprendizado das línguas espanhola e portuguesa, foi nesse período que surgiram os intelectuais especializados em estudos latino-americanos e brasileiros.

De acordo com Wegner (2000, p. 75), em relação aos estudos históricos, em 1918 já havia sido fundada a *The Hispanic American Historical Review*, mas foi em 1939 que ocorreu a inauguração da Fundação Hispânica na Biblioteca do Congresso norte-americano, o que fortaleceu sobremaneira os estudos latino-americanos no período e a aproximação entre os historiadores do continente.

À época da ida de Sérgio Buarque para os Estados Unidos, os nomes de proa dos estudos históricos americanos com ênfase no Brasil eram Rubens Borba de Moraes<sup>76</sup> e William Berrien, editores do *Handbook of Brazilian Studies*. Nas investigações cujo destaque era a América Latina, a referência era Lewis Hanke, editor do *Handbook of Latin American Studies*, entre 1936 e 1940, e diretor da Fundação Hispânica a partir de 1951, quando também ingressou como docente na Universidade do Texas, em Austin. (Ibid., p. 76)

A introdução de Rubens Borba no meio acadêmico norte-americano decorreu de uma bolsa de estudos recebida da Fundação Rockefeller, em 1939, para ali estudar biblioteconomia e cumprir estágio subsequente. Inserido num ambiente intelectual em

---

<sup>76</sup> Rubens Borba de Moraes (Araraquara/SP, 1899 - São Paulo/SP, 1986). Bibliófilo, bibliógrafo, bibliotecário e ensaísta. Faz sua graduação em letras na Universidade de Genebra, concluída em 1919. Biografia completa no ANEXO B.

que o interesse pelo Brasil, em conjunto com os demais países do Continente, vinha aumentando progressivamente, Rubens Borba aproxima-se de William Berrien, professor da Universidade de Harvard, e passa a colaborar com a organização do *Handbook of Brazilian Studies*. A obra foi publicada no Brasil como *Manual bibliográfico de estudos brasileiros* (Rio de Janeiro: Souza, 1949, 895 páginas) e, em seu prefácio, Berrien justifica o projeto como uma tentativa de reunir uma “bibliografia crítica e seletiva que pudesse servir de guia introdutório aos estudos brasileiros” (William Berrien, no prefácio do *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Apud Wegner, 2000, p. 233, Nota 1).

Portanto, com o objetivo de fixar o rol de autores que integrariam a publicação, o professor norte-americano esteve no Brasil (em São Paulo e no Rio de Janeiro) no ano de 1941, período em que Sérgio Buarque é então convidado a colaborar com o compêndio escrevendo um de seus capítulos.

A aproximação de Sérgio Buarque junto aos pesquisadores norte-americanos voltados aos estudos históricos com centralidade no Brasil e países latino-americanos contou com a mediação importante de seu amigo Rubens Borba de Moraes. Não apenas com relação a William Berrien houvera a intercessão do bibliotecário, mas também o conhecimento de Lewis Hanke ocorrera por força daquele. Em 1940, quando o historiador viera ao Brasil, Rubens Borba escreveu ao autor de *Raízes* solicitando que recebesse Lewis Hanke no Rio de Janeiro, como demonstra a carta a seguir transcrita.

S. Paulo, 26/6/40

Sérgio,

O Lewis Hanke, editor do Handbook of Latin America, diretor da Hispanic Foundation está aqui em S. Paulo e vai para o Rio amanhã. Ele estará aí no hotel Gloria, 4.feira. Quer muito ver V., o Mario e o Meyer. Eu te peço o favor de telefonar a ele (ele deve chegar pelas 3 horas da tarde) e levá-lo ao Instituto do Livro.

V. sabe que o Hanke é hoje um dos homens mais cotados nos Est.Un. nesses negócios de relações com o Brasil.

Precisamos tratar bem dele.

Conto com V. para isso

Logo escreverei + longamente

Um abraço do

Rubens.

(Arquivo Siarq/Unicamp, Cp 44 P6. Também em Wegner, 2000, p. 76)

Estes episódios foram construindo e articulando a indicação de Sérgio Buarque para a viagem aos Estados Unidos. Portanto, quando a Divisão Cultural do Departamento de Estado norte-americano, em cumprimento às diretrizes políticas de aproximação exterior, propôs a Sérgio a participação no programa de intercâmbio cultural entre acadêmicos do Continente, ele já era um nome conhecido dos estudiosos sobre o Brasil.

A programação das atividades que Sérgio Buarque deveria cumprir durante os três meses que duraria a sua permanência nos Estados Unidos, estivera a cargo de Lewis Hanke. Sendo assim, seu primeiro compromisso, em junho de 1941, foi em Laramie, Wyoming, com William Berrien, responsável por um curso intensivo de português, idioma do qual era professor. Para proporcionar aos seus alunos uma “imersão” nos estudos sobre o Brasil e na língua portuguesa, Berrien havia organizado uma série de conferências com palestrantes brasileiros, ficando a cargo do autor de *Raízes* falar sobre história do Brasil. Na Universidade de Chicago, em agosto, Sérgio Buarque integrou uma mesa-redonda sobre economia da América Latina e participou de debates sobre relações políticas e econômicas interamericanas. O historiador brasileiro ainda esteve em Nova York e Washington (Ibid., pp. 76-77).

A estadia de Sérgio Buarque em território norte-americano<sup>77</sup> interessa a este trabalho à medida que o contato com aquele ambiente intelectual, situação que por si só estimularia novas reflexões, se deu justamente num momento em que o Brasil e demais países vizinhos recebiam especial atenção. Portanto, identificar as possíveis redefinições do pensamento do ensaísta brasileiro implica conhecer o seu impacto na segunda edição de *Raízes do Brasil*.

---

<sup>77</sup> Wegner (2000) investiga mais profundamente em que medida o ambiente intelectual americano do período, marcado pelo crescente interesse que o Brasil, ao lado de outros países do Continente, vinha suscitando, influenciaram as redefinições da reflexão de Sérgio Buarque.

Dois artigos de Sérgio Buarque, publicados quando recém-chegado dos Estados Unidos, traduzem muito significativamente as reformulações por que passaram algumas de suas ideias. O primeiro texto foi *Considerações sobre o Americanismo* (publicado originalmente no *Jornal do Commercio* em 28/9/1941, in Holanda, 2012, pp. 23-27) e após *Americanismo e letras* (publicado originalmente no *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 5/10/1941, in Holanda, 2011, pp. 243-247).

A primeira mudança de enfoque a ser destacada emerge já nos parágrafos iniciais do escrito divulgado pelo *Jornal do Commercio*. A prevenção de Sérgio Buarque relativamente a uma maior aproximação cultural como os Estados Unidos, facilitadora que seria de uma nova forma de colonização, posto que de ideias, é flexibilizada pela percepção de que “o comércio espiritual” não implicaria “pura aquiescência”, de forma subalterna, aos valores americanos. Para que um intercâmbio cultural entre os dois países se expandisse mais despreocupadamente, sem representar, como antes imaginava o ensaísta, um “perigo mortal para nossas tradições mais autênticas, nosso caráter nacional, nosso ritmo de vida”, seria necessário que o Brasil se reconhecesse como uma nação americana, irmanada aos demais países do Continente.

[...] Lusismo e americanismo parecem-nos frequentemente duas noções incompatíveis e entre as quais é indispensável optar. Talvez ainda seja muito cedo para vencermos completamente essa dualidade, para realizarmos uma síntese entre aqueles elementos contraditórios de que nos falava Joaquim Nabuco, entre nosso sentimento brasileiro e nossa fantasia europeia (Holanda, 2012, p. 24).

A segunda metamorfose no pensamento de Sérgio Buarque decorre do diálogo mantido com o historiador norte-americano Lewis Hanke, quando o historiador brasileiro passa a reconhecer que as singularidades dos diferentes povos americanos não eliminam uma experiência pregressa comum.

O indiscutível é que, apesar de tudo quanto nos distingue dos anglo-saxões da América, ainda restam zonas de coincidência nascidas já nas primeiras épocas da colonização e que o tempo não apagou. Delas resultam fatores de solidariedade ou, pelo menos, terrenos de possível entendimento, que podem ser alargados. É por esse aspecto que uma vitória sobre certas incompreensões recíprocas deverá ser interpretada por nós como um enriquecimento. Ela nos dará maiores energias e melhores instrumentos para enfrentar nossos próprios problemas e nos fará admitir com menos hesitações o que há de inelutável na condição de povo americano. **Porque em nosso continente, não obstante todas as diversidades étnicas e culturais, existem de norte a sul feições sociais com raízes idênticas, geradas da aplicação de velhas instituições e velhas ideias a uma terra nova e livre. Nesse sentido pode-se mesmo dizer**

**que, como o Oeste do historiador Frederick Jackson Turner, a América é antes uma forma de sociedade do que uma área geográfica. Ostentando, embora, muitos traços diferentes e em certos casos antagônicos entre si, essa forma de sociedade traduz-se em problemas particulares, determinados por uma experiência comum e, que nenhum dos nossos países partilha no mesmo grau com qualquer nação de outro hemisfério. (Holanda, 2012, pp. 26-27. Grifo meus.)**

No artigo posterior, *Americanismo e letras*, Sérgio Buarque realça o fato de ter encontrado, nos Estados Unidos, um interesse generalizado pela literatura brasileira. A posição singular que o Brasil, segundo o autor de *Raízes do Brasil*, ocuparia entre os países ibero-americanos, atraía a atenção de sociólogos, historiadores e demais intelectuais norte-americanos. Sérgio Buarque desfaz a ideia de que entre os dois países havia um abismo e que o Brasil encontrar-se-ia em posição desvantajosa. Diante do prestígio que a produção literária brasileira vinha conquistando na América do Norte, o contato mais estreito entre ambas as nações seria mutuamente proveitoso.

Não faltam outros exemplos igualmente significativos do decidido interesse que o Brasil começa a ter, não apenas para homens de negócios e políticos, mas agora também para a inteligência norte-americana. Há nisso uma promessa de compreensão moral e espiritual (Holanda, 2011, p. 247).

Por fim, ainda no mesmo artigo, Sérgio Buarque evidencia as atuações competentes de Rubens Borba de Moraes, ao lado de William Berrien, no incremento das relações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos.

A importância das reflexões contidas nesses dois escritos do historiador brasileiro reside na demonstração de que a sua passagem pelos Estados Unidos não ficou restrita à aproximação de outros intelectuais do Continente. O contato com a historiografia americana em voga naquele momento, representada particularmente por Lewis Hanke, provocou no ensaísta brasileiro a percepção de que o modelo europeu de estudos históricos sobre a colonização portuguesa e espanhola, em solo americano, não deveria eliminar as referências norte-americanas para tais pesquisas. Assim, inaugura-se para Sérgio Buarque, se não um processo de “substituição da Europa pelos Estados Unidos como principal referencial externo para os estudos da historiografia colonial hispano-americana”, ao menos um movimento de reposicionamento da historiografia norte-

americana de modo a ocupar maior centralidade em suas pesquisas históricas sobre o Brasil (Wegner, 2000, p. 74).

Robert Wegner (2000), para quem são fortes os indícios que sugerem uma importância acentuada de Lewis Hanke nessa fase da carreira de Sérgio Buarque, explorou melhor e mais profundamente o contato mantido pelo brasileiro com a historiografia americana, o seu diálogo com Hanke e o clima americanista do ambiente em que ambos conviveram.

Para a finalidade da presente pesquisa, é suficiente saber que o projeto historiográfico de Lewis Hanke buscava estudar o Continente Americano a partir de suas semelhanças, conduta diversa das interpretações até então predominantes que realçavam os aspectos não coincidentes entre as nações. Ou seja, naquele momento os historiadores da América estavam envolvidos numa ampla discussão que priorizava a investigação histórica do Novo Mundo a partir de suas experiências comuns em detrimento dos caminhos divergentes. Este programa de estudos históricos estava em consonância com o objetivo norte-americano de reverter o seu isolacionismo e buscar uma “alternativa para a oposição corrente entre a anglo-América e a ibero-América, em que a primeira representava o moderno, enquanto a segunda o tradicional e o atraso” (Ibid., p. 78).

As marcas deixadas por este debate em Sérgio Buarque, na proporção em que reverberaram na segunda edição de *Raízes do Brasil*, serão discutidas mais à frente. Não obstante, cumpre fazer notar que ao retornar à sua terra natal, o historiador chegava cômico da importância de fazer rentabilizar a competência cultural recém-adquirida. A Universidade de São Paulo, naquele momento perto de completar dez anos de fundação, começava a atraí-lo como possibilidade de inserção profissional. Nessa direção teria que se afirmar como historiador especializado.

O principal resultado de minha primeira visita aos Estados Unidos foi trazer para o Brasil obras de ciências sociais, especialmente da “Escola de Chicago” de Sociologia, e também sobre o assim chamado “Neocriticismo”. Eu estava então capacitado a dar a mim mesmo um curso rápido e a surpreender meus amigos pelo que eu sabia. Tudo isto graças à relativa facilidade com que o superei. Digo relativa porque trabalhei duro, até tarde da noite, lendo e relendo freneticamente; mas parte do desafio era não deixar que ninguém soubesse como eu tinha chegado lá. Assim, evitei sobrecarregar o que escrevi com nomes e citações de autores pouco conhecidos, sabendo que servem sobretudo apenas para dar força aos inseguros e impressionáveis (Graham, 1982, p. 1181).

Assim, nos anos 1940, dedicando-se principalmente às pesquisas históricas, Sérgio Buarque inicia “um projeto único na historiografia brasileira: vasculhar os desvãos da história do Brasil, os personagens secundários, os fatos inusitados e aparentemente sem importância, os costumes, os modos de vida, a cultura etc., temas e objetos que, nesse período, estavam há anos luz de fazer parte do rol de interesses dos historiadores do Brasil e do mundo” (Costa, 2011, p. xviii). Esse projeto iria confluir inicialmente no livro *Monções*<sup>78</sup>, publicado em 1945, e conformar definitivamente sua identidade e atuação como historiador.

#### 4.

Na passagem da década de 1930 para 1940 o universo das editoras estava mais especializado, a função editorial tinha se diferenciado e a concorrência acentuara-se. Esse espaço de disputas mais acirradas envolvendo todos os seus agentes, desde editores, escritores e também intelectuais, progressivamente formatou as modalidades

---

<sup>78</sup> Conforme Wegner (2000), a questão da fronteira na historiografia americana, que Sérgio Buarque conheceu na viagem aos Estados Unidos, está presente na obra *Monções*, cuja ênfase está nas entradas no sertão, por meios fluviais e terrestres, e muitas vezes ambos, sendo que a sua escrita se iniciara após retorno ao Brasil.

A tese da fronteira, de Frederick Jackson Turner,

constituía-se numa explicação **situacional** na medida em que – embora concebida especificamente para os Estados Unidos -, ao contrário de salientar os valores puritanos e individualistas vindos da Europa, enfatizava o que havia de novo no país graças à sua dinâmica particular.

[...]

Até a formulação da tese de Frederick Turner, de maneira geral, predominava na historiografia americana uma explicação **genética**. Nesta linha, os Estados Unidos teriam sido o resultado do estabelecimento de valores puritanos e individualistas em uma terra nova, sem passado feudal. O Novo Continente corresponderia a uma folha em branco a ser preenchida. Opondo-se a tal concepção, Turner imprimiu uma dinâmica à nova terra, e defendeu que a singularidade americana “era mais fruto da dinâmica da fronteira do que do puritanismo e dos valores trazidos da Europa. A tese da fronteira continha um forte aspecto de “americanização” dos traços europeus (Ibid., p. 81, grifos meus).

de escrita e edição que passaram a ser reconhecidas segundo critérios técnicos e, os gêneros impressos, distinguidos com maior clareza.

Considerando que foi a editora José Olympio a responsável pela segunda edição de *Raízes do Brasil*, publicada em 1948, mais uma vez se faz necessário conhecer a movimentação dessa empresa no cenário do livro no período e, assim, os interesses que envolveram tal reedição.

Duas foram as principais alterações na relação de forças entre editoras, enfrentadas pela José Olympio, no segmento de livros acadêmicos no início dos anos 1940.

Por um lado, São Paulo voltou a protagonizar os projetos intelectuais e editoriais de vanguarda. A Universidade de São Paulo e o Departamento Municipal de Cultura, instituições jovens e dinâmicas que se consolidavam vigorosamente, constituíram-se nos principais centros de onde se originavam importantes empreendimentos culturais.

Por outro, os cursos superiores de sociologia e filosofia não contavam com uma editora nacional especializada na respectiva bibliografia técnica. Embora cursos tradicionais como direito e medicina possuíssem fácil acesso a seus livros especializados por meio das bem estabelecidas editoras Saraiva e Guanabara, respectivamente, a bibliografia dos cursos de sociologia e filosofia precisava ser importada, o que passou a ser providenciado pela Livraria Martins Importadora<sup>79</sup>, sediada em São Paulo.

José de Barros Martins, em 1940, tendo decidido ingressar na atividade editorial, instituiu um departamento específico para tanto sob a condução de Edgard Cavalheiro<sup>80</sup>, lançando inicialmente duas coleções de grande valor, sobretudo pelo prestígio de seus organizadores. A primeira delas foi uma brasileira, a coleção *Biblioteca Histórica*

---

<sup>79</sup> José de Barros Martins era escriturário do Banco do Brasil e estudante da Faculdade de Filosofia da USP, curso que não concluiu para ingressar na Faculdade de Direito. Enquanto aluno de Filosofia, Martins importava a bibliografia exigida pelo curso, tanto para si mesmo como para alguns amigos. Em 1937 decidiu se desligar do Banco e abrir sua própria livraria, em São Paulo. Inicialmente, a Livraria Martins era voltada à importação de livros raros e de luxo, originário da França, Inglaterra e Estados Unidos (Pontes, 2001, p. 441).

<sup>80</sup> Edgard Cavalheiro (Espírito Santo do Pinhal/SP, 06 de julho de 1911 — São Paulo/SP, 30 de junho de 1958) foi um escritor, editor, crítico literário, jornalista e biógrafo brasileiro. É considerado o mais importante biógrafo de Monteiro Lobato (<http://casadoescritorpinhalenseedca.blogspot.com.br> – consulta em 24/6/2016).

*Brasileira*, dirigida por Rubens Borba de Moraes, diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo e renomado bibliófilo. A outra foi a *Biblioteca de Ciências Sociais*, conduzida pelo sociólogo Donald Pierson (Sorá, 2010, pp. 366-367).

Para se diferenciar das demais editoras concorrentes no segmento, a editora Martins privilegiou uma edição luxuosa, de qualidade, e um catálogo de raridades e escolhas seletas para publicação em escala comercial, embora desprovido de diversidade suficiente para atingir o grande público.

Outras duas coleções de estudos brasileiros também lançadas pela Martins, a *Pensamento vivo de grandes homens do Brasil* e a *Biblioteca Histórica de São Paulo*, essa dirigida por Afonso d'Esgragnolle Taunay, reforçaram a penetração da editora entre as elites de São Paulo e nas suas instituições culturais. Os autores publicados pela Martins passaram a figurar entre os principais e mais prestigiados “agentes produtores de categorias universais, impossível de serem publicadas na década anterior” (Sorá, 2010, 376).

Com o deslocamento do espaço de prestígio editorial do Rio de Janeiro para São Paulo – notadamente em razão dos bem sucedidos empreendimentos de mecenato cultural oficial e privado ao longo dos anos 1930 e pelos intelectuais introduzidos no ambiente cultural do país a partir das instituições universitárias de São Paulo – e diante da exitosa inserção da Martins no cenário editorial de modo a ocupar a dianteira entre as concorrentes no segmento de livros especializados, a centralidade e liderança da editora José Olympio foram abaladas<sup>81</sup>.

Consequentemente, para assegurar e manter sua posição dominante no polo cultural do espaço editorial, a editora José Olympio, ainda que restasse seguramente associada a um pensamento social genuinamente nacional, “optou pela diversificação de seu catálogo em direção a um leque de gêneros com mais rentabilidade econômica do que simbólica, pelo barateamento dos livros, por um conjunto de estratégias de produção e divulgação orientadas a um crescimento econômico sustentado” (Ibid., pp. 359-360).

---

<sup>81</sup> No catálogo da editora, “‘Rio de Janeiro’ e o endereço ‘Rua do Ouvidor, 110’ não apareceram mais associados, necessariamente, ao nome José Olympio. A livraria e a cidade perderam peso como mediações simbólicas de reconhecimento dos projetos editoriais” (Sorá, 2010, pp. 403-404).

Um dos novos recursos de publicidade e publicação postos em ação pela José Olympio foi a reedição de sua consagrada brasileira. Embora os estudos de interpretação do Brasil viessem gradativamente perdendo espaço, diante dos projetos editoriais que privilegiavam os recentes modelos explicativos da realidade introduzidos pela afirmação da sociologia enquanto disciplina científica, a coleção *Documentos Brasileiros* ainda usufruía de significativo prestígio cultural.

Em face da editora Martins conter em seu catálogo as obras produzidas pela intelectualidade dominante em São Paulo<sup>82</sup> na época, categoria simbólica essa que ganhara força em detrimento da categoria “nordeste” associada a uma literatura e a um pensamento social brasileiros de qualidade, a editora José Olympio escolhera o historiador Otávio Tarquínio de Sousa<sup>83</sup> para dirigir o relançamento da coleção *Documentos Brasileiros*, cabendo a ele aproximar o perfil da série ao ambiente cultural em evidência.

Assim, em 1948, *Raízes do Brasil* inaugura mais uma vez a já consagrada coleção da editora José Olympio. E, mais uma vez, pesa sob Sérgio Buarque de Holanda não somente a responsabilidade de garantir o sucesso de estreia do relançamento, mas de assegurar que a editora José Olympio continuasse disputando, de forma exitosa, o mercado de livros entre a pujante elite de São Paulo.

## 5.

Como discutido anteriormente, a editora José Olympio, ao longo dos anos 1940, sustentava sua posição e reconhecimento, outrora sem iguais no mercado editorial nacional, com menor exclusividade. Nesse mesmo período o campo editorial já contava com uma bem estruturada hierarquia de agentes representativos, como autores, editores, livreiros, bibliotecários, censores e leitores; com formas de classificação de problemas,

---

<sup>82</sup> “Os colaboradores tiveram um peso importante no êxito da Martins. Compunham o que se pode chamar hoje de *staff* da editora. Vários deles eram professores da Universidade de São Paulo ou integrantes do Departamento de Cultura, como Sérgio Milliet, Mário de Andrade, João Cruz Costa, Eurípedes Simões de Paula, Herbert Baldus, Pierre Monbeig, e os já mencionados Rubens Borba de Moraes e Donald Pierson” (Pontes, pp. 444-445).

<sup>83</sup> “O historiador Octavio Tarquinio de Sousa (1889-1959) e sua esposa, a crítica literária Lúcia Miguel Pereira, eram amigos diletos de Sérgio Buarque” (Monteiro, 2012, Nota 10, p. 163).

gêneros, movimentos, autoridades; e, com a diferenciação das práticas de modo a orientar os sentidos da apropriação e do uso dos livros.

Por outro lado, o movimento inicial de institucionalização das ciências sociais permitiu que o tratamento dado a *Raízes do Brasil*, por ocasião de sua reedição, fosse efetuado por especialistas, enquanto agentes que disputavam os critérios de autoridade do mundo editorial e cultural especializado, não mais geral.

Portanto, embora os jornais e revistas tenham dedicado menor número de publicações a respeito do relançamento do livro de Sérgio Buarque, em comparação com a edição anterior, o enfoque literário cedeu lugar a abordagens mais sistemáticas.

Conforme discriminado no QUADRO 5, que segue incluso ao final deste capítulo, localizei apenas seis publicações a respeito da segunda edição de *Raízes*. Cinco artigos integram o Fundo Sérgio Buarque de Holanda, mantido pelo Arquivo Central do Sistema de Arquivos (Área de Arquivo Permanente) da Universidade Estadual de Campinas – Siarq/Unicamp<sup>84</sup>, e o sexto é uma resenha elaborada por Florestan Fernandes para a *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*<sup>85</sup>.

Esses textos, diferentemente dos comentários à primeira edição, não conferem valor à obra em razão de sua editora e da coleção à qual integra. Desta feita o livro saiu sem o prefácio de Gilberto Freyre, e tampouco o nome do segundo organizador da coleção, Octávio Tarquínio, foi lembrado pelos críticos que avaliaram a edição.

Entre os comentários à edição de 1948, apenas dois textos, os documentos 01 e 03 do QUADRO 5, constituem-se de pequenas notas a respeito do relançamento de *Raízes do Brasil*. Não obstante, o documento 03 refere-se ao livro de Sérgio Buarque como obra “fundamental para o estudo e a compreensão do nosso passado”. As demais publicações puderam dialogar com as ideias desenvolvidas em *Raízes do Brasil*, bem como com as referências bibliográficas e documentais utilizadas por Sérgio Buarque.

---

<sup>84</sup> Artigos relativos a *Raízes do Brasil* – 2ª edição – 1948: SBH PT 60; PT 178; PT 179; Lista Complementar SBH-DC-2004\_58.

<sup>85</sup> Fernandes, Florestan. *Raízes do Brasil*. Revista do Arquivo Municipal (CXXII), Prefeitura do Município de São Paulo – Departamento Municipal de Cultura, 1949, pp. 222-224.

O texto publicado em 11/4/1948, na seção *Através dos livros* e sem indicação da autoria (documento 04), apesar de curto, discorda da afirmação de Sérgio Buarque de que a superação da doutrina democrática só seria efetivamente possível entre nós quando tivesse sido vencida a antítese caudilhismo-liberalismo. Para o articulista, o caudilhismo era fenômeno local, americano, e o grande inimigo universal do liberalismo seriam os totalitarismos.

O artigo de Cândido Motta Filho<sup>86</sup> (publicado no *Diário de São Paulo*, pertencente aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand - doc. 02) faz, inicialmente, uma apresentação elogiosa da obra examinada, como abaixo transcrita, para, em seguida, dedicar-se a uma exposição abreviada de todo o conteúdo do ensaio de Sérgio Buarque.

Leio, pela segunda vez o com o mesmo agrado, o livro de Sérgio Buarque de Holanda – *Raízes do Brasil*. Trata-se de um ensaio sociológico feito com uma visão segura dos acontecimentos e arquitetado por mãos de mestre que lida com o material que utiliza com discreta familiaridade.

O crítico encerra a sua apreciação assegurando que o estudo de Sérgio Buarque, embora não totalizante, é bastante acertado:

Por certo que este ensaio não apanha todas as ramagens das raízes do Brasil, que estão ocultas por entre antagonismos e que pedem explicação e estudos. Porém, com o presente ensaio, Sérgio Buarque de Holanda fez muito mais do que outros que se dizem os donos das verdades brasileiras.

Tributárias das transformações disseminadas com a institucionalização e fortalecimento dos cursos universitários no país, especialmente das ciências sociais, a partir dos anos 1930, as avaliações de Osmar Pimentel<sup>87</sup> (doc. 05) e Florestan Fernandes<sup>88</sup> (doc. 06) expõem a sua familiaridade com os recém-introduzidos princípios acadêmicos de produção do conhecimento. Tendo em vista a formação especializada de Florestan, o seu artigo destaca-se pelo rigor e objetividade da forma expressiva nele

---

<sup>86</sup> Cândido Motta Filho (São Paulo/SP, 16 de setembro de 1897 - Rio de Janeiro/RJ, 4 de fevereiro de 1977) foi advogado, professor, jornalista, ensaísta e político. Biografia completa no ANEXO B.

<sup>87</sup> Osmar Muniz Pimentel (Rio de Janeiro, 1912 - ?) foi bacharel em direito, jornalista, escritor e crítico literário. Biografia completa no ANEXO B.

<sup>88</sup> Florestan Fernandes (São Paulo, 22 de julho de 1920 – 10 de agosto de 1995) foi sociólogo e ensaísta. Foi deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores. Biografia completa no ANEXO B.

empregada. Tanto que a publicação de seu texto não ocorreu em um jornal, mas numa revista cultural e científica, qual seja a *Revista do Arquivo Municipal*, publicada pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo.

Assim, a distância entre os críticos da segunda edição de *Raízes do Brasil*, e aqueles da primeira, é dada pela configuração do pensamento sociológico no campo do saber.

Através das faculdades de direito, curso que agregava as disciplinas humanísticas, a reflexão sociológica foi introduzida no ambiente cultural do país. Inicialmente através das ideias positivistas de Auguste Comte e, mais tarde, por meio da moderna Ciência Social francesa de Émile Durkheim, a sociologia veio associada à cultura bacharelesca, à literatura e com um caráter de “ponto de vista”.

Embora o movimento modernista tivesse impulsionado a elaboração de novos modelos para a apreensão e estruturação do conhecimento sobre a realidade, dessa maneira possibilitando a adequação da produção literária “às novas exigências da sensibilidade e do saber”, bem como o desenvolvimento “embrionário da sociologia, da história social, da etnografia, do folclore, da teoria educacional, da teoria política” (Almeida, 2001, 226), foi somente na passagem do decênio de 1930 para os anos 1940, com o progressivo desenvolvimento das ciências sociais como saber especializado e disciplina universitária, com a introdução dos critérios de cientificidade de modo a padronizar as normas e a linguagem do sistema intelectual, que as reflexões consideradas “rigorosas e científicas” foram opostas àquelas doravante consideradas “impressionistas e arbitrárias” (Arruda, 2001, p. 206).

Desse modo, por ocasião da primeira edição de *Raízes do Brasil*, predominava, ainda entre os críticos do período, uma erudição de tipo literário.

Por sua vez, os críticos da segunda edição de *Raízes*, sobretudo Florestan Fernandes, refletem a oposição que começa a ser estabelecida entre ensaio e ciência, “relação complexa, em torno da qual se diferenciavam personagens e grupos, mais ou menos envolvidos no projeto de opor a sociologia como ciência ao ensaio. Isso porque ninguém (na Universidade) poderia fugir a essa orientação geral, decorrente do processo abrangente de legitimação das ciências sociais no período” (Jackson, 2007, p. 35).

Se as análises de Osmar Pimentel e Florestan Fernandes coincidem na perspectiva de julgamento, ou seja, ambas têm por pressuposto o requisito da cientificidade como fator responsável pela qualidade do ensaio de Sérgio Buarque, para o primeiro as reflexões do ensaísta foram consideradas adequadamente rigorosas e científicas, mas, para Florestan, estavam aquém de um padrão de criação intelectual em molde científico e profissional.

Osmar Pimentel inicia sua apreciação através de uma comparação de *Raízes do Brasil* com a obra de Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, para evidenciar que a abordagem de Sérgio Buarque se lastreava em critérios objetivos, diferentemente do outro escrito.

Nossa vida intelectual nutre-se de paradoxos às vezes edificantes. Há vinte anos, aparecia *Retrato do Brasil*, um ensaio de Paulo Prado sobre o que ele entendia chamar de “tristeza brasileira”. Tratava-se, como se sabe, de uma espécie de libelo afetivo e desesperado contra a validade até espacial da civilização brasileira. E o livro foi um sucesso de crítica, “um caso sério”, como se dizia na época. [...]

Anos depois, publicou-se o livro, ora em segunda edição, que tentarei analisar neste artigo. Aparecia modestamente, embora inaugurando uma coleção de livros sérios, destinada a estudos brasileiros originais. Vinha, porém, [...] quase envergonhado de querer disputar, a outros irmãos favorecidos pela curiosidade das emoções do público, alguns olhares distraídos que lhe pudessem lançar leitores mais condescendentes com as virtudes do recato literário. E, no entanto, *Raízes o Brasil* é bem mais que aquele *Retrato*, uma das análises mais imparcialmente pessimistas, ainda escritas sobre a evolução da civilização brasileira. Em Paulo Prado, ainda era possível adivinhar o observador agudo, mas previamente desencantado diante de nossa realidade histórica e social; o analista literário e psicológico de nossas instituições sociais, **mas sem aquela intimidade com a metodologia e a informação científica que poderia habilitá-lo a tratar do tema complexo – com menos “brilho”, talvez, mas com maior verdade humana. É que pelo eixo Buquira-Paris – a Buquira do Jeca, de Lobato, e a Paris das nostalgias civilizadas de Paulo Prado – não passava, por certo, o meridiano da ciência. Em Sérgio Buarque de Holanda, porém, nenhum desencanto preliminar; nenhuma vontade de desespero contra o Brasil, como consequência daquela má vontade que parece ter nossa evolução cultural de sujeitar-se à análise de esquemas doutrinários racionalistas e apriorísticos. A crítica desenvolvida no ensaio [...] era metódica e implacável, mesmo porque a informava uma tentativa de compreensão objetiva, isto é, impessoal, do que se poderia chamar – com algum exagero, evidentemente - de anarquia da civilização brasileira** (Arquivo Siarq/Unicamp SBH\_PT\_60 (1-4), doc. 05 do QUADRO 5, grifos meus).

Quanto à apreciação crítica de Florestan Fernandes, não obstante haver o reconhecimento da qualidade literária do livro de Sérgio Buarque (o que é exposto por Florestan com certo sarcasmo), a generalidade e extensão da interpretação ali

desenvolvida não teriam suporte em dados empíricos e recursos analíticos suficientemente robustos.

**[...] Em conjunto, pode-se dizer que as modificações introduzidas enriquecem a obra, tanto do ponto de vista literário, quanto do ponto de vista da documentação coligida e de sua elaboração.**

Mas isso significa também que as principais virtudes do ensaio foram mantidas **juntamente com alguns dos seus defeitos**. O ensaísta revelou-se de uma maestria e de uma penetração inigualáveis na sugestão de problemas. [...] Na reconstrução de um processo histórico-social tão complexo, como é o desenvolvimento do Brasil, **contudo, nem sempre consegue superar, com a mesma felicidade e equilíbrio, as limitações impostas pelos insuficientes conhecimentos que ainda hoje dispomos de nosso passado**. Toda tentativa de síntese é empolgante e fecunda; **mas os riscos são tanto maiores quanto mais inconsistente se revela a base empírica e analítica sobre a qual se constrói**. Doutro lado, o especialista em ciências sociais poderia fazer certos reparos, embora de pequena importância, tomando-se em consideração a natureza e a finalidade do ensaio. [...] Observa-se, igualmente, uma ênfase excessiva nos aspectos da cultura. Isso traduz, provavelmente, a influência da abundante literatura etnológica conhecida pelo autor. Mas tem vários inconvenientes, já que leva a subestimar os efeitos e determinações da organização social. Muitos dos problemas encarados apenas da perspectiva da cultura, como os que dizem respeito à situação do contato com o Brasil colonial (século XVI, especialmente) ou os resultados da secularização da cultura e da urbanização, poderiam ser discutidos de um ponto de vista sociológico, único capaz de por em evidência a atuação dos processos sociais subjacentes aos ajustamentos e às mudanças culturais. A própria natureza e amplitude da obra compensam e neutralizam, no entanto, as pequenas insuficiências desta ordem, e a tornam tão indispensável ao sociólogo quanto ao historiador cultural (Fernandes, 1949, pp. 223-224, grifos meus).

Para Jackson (2007, pp. 34-35), a manifestação de Florestan relativamente à segunda edição de *Raízes do Brasil* deve ser compreendida como parte do processo de institucionalização das ciências sociais e legitimação de seu discurso, pelo o que a tentativa de ruptura com o ensaísmo implicaria não apenas o distanciamento da forma cultivada de exposição, mas ao mesmo tempo possibilitaria a diferenciação das gerações passadas e um movimento de “distinção do leigo em relação ao especialista” (Arruda, 2001, pp. 195-196).

A consolidação das instituições universitárias no Brasil, especialmente em São Paulo, ao estabelecer novos modelos de reflexão, alterou também a noção de trabalho intelectual à época. A Universidade de São Paulo e a Escola Livre de Sociologia e Política possibilitaram não somente que os saberes universitários, notadamente as ciências sociais, se constituíssem sob novas bases, mas ao formar especialistas, a

universidade conformava o perfil deste profissional ao mesmo tempo que organizava e tensionava o espaço de sua atuação (Arruda, 2001, pp. 191-193).

A institucionalização da sociologia alterou o crivo de avaliação do intelectual, doravante profissional, que passou a amparar-se nos pressupostos do saber científico. Portanto, o julgamento a que foi submetida a segunda edição de *Raízes do Brasil* se insere num contexto muito mais amplo, cujo movimento, iniciado com o fortalecimento da Universidade de São Paulo, provocara a elaboração de novos padrões de sociabilidade no campo acadêmico.

A própria trajetória profissional de Sérgio Buarque de Holanda, particularmente a partir de meados dos anos 1940, reflete os influxos do processo de profissionalização do cientista social vinculado a uma saber universitário.

Após o seu retorno dos Estados Unidos, Sérgio Buarque retoma seu lugar na coluna de crítica literária no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, função que havia assumido em 1940 em substituição a Mário de Andrade. Também prossegue como diretor da Divisão de Publicações do Instituto Nacional do Livro, não obstante até 1944, quando passa a ser diretor da Divisão de Consultas da Biblioteca Nacional, onde permanecerá até 1946 ao lado de Rubens Borba de Moraes. Em parceria com Otávio Tarquínio de Sousa publicou uma obra didática, *História do Brasil*. Ainda em 1944, tendo em vista reunir seus textos de crítica literária num único volume, Sérgio publicou o livro *Cobra de vidro*.

Em 1945, Sérgio participou do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, em São Paulo, tendo sido signatário da declaração de princípios contra a ditadura do Estado Novo que daquele encontro resultou. Nessa mesma ocasião foi eleito Presidente da secção do Distrito Federal da Associação Brasileira de Escritores e colaborou com a fundação da Esquerda Democrática, à qual se filiou. Por fim, seu livro *Monções* sai do prelo.

Mas com São Paulo à frente da modernização brasileira, liderando os projetos e iniciativas de âmbito cultural, além de abrigar o principal e mais dinâmico polo universitário do país, faltava a Sérgio se inserir no ambiente intelectual que se formava naquela cidade.

A amizade que o autor de *Raízes do Brasil* mantinha com Afonso d'Escrangolle Taunay favoreceu a sua nomeação, em 25 de janeiro de 1946, para dirigir o Museu Paulista em razão da aposentadoria daquele, posição em que se manteve até 1956.

Diante do seu retorno com a família para São Paulo, Nogueira (1988) avalia o impacto ocasionado em seu círculo de amizades no Rio de Janeiro:

Após vinte e cinco anos Dr. Sérgio, em razão dessa nomeação, voltou a São Paulo. Isto, entretanto, desgostou seus amigos cariocas. José Lins do Rego não se conformou: “Para nós, aqui do Rio, o caso se afigura como o de um verdadeiro saque. Sérgio já era nosso, apesar de todo o seu paulistismo de quatrocentos anos. Aqui Sérgio se criara literalmente. E a sua autoridade em nossos meios era a de um chefe de geração”<sup>89</sup>.

Em São Paulo estava em curso um processo de construção social dos valores e representações do profissional acadêmico, conformando-se a sua identidade de grupo. Com a dignidade profissional amparada nos pressupostos do saber científico, os professores universitários passaram a usufruir de uma posição social diferenciada, pois “o estilo acadêmico da cultura formava um estilo de vida”. Conseqüentemente, o profissional universitário passou a contar com uma significativa retribuição simbólica no campo social e no mercado de postos (Arruda, 2001, pp. 194-196).

Portanto, Sérgio Buarque, que voltava a São Paulo com reconhecido prestígio cultural, consegue adaptar-se rapidamente aos novos padrões de sociabilidade no campo acadêmico paulista. Sobretudo quando, em 1947, passa a dar aulas na Escola de Sociologia e Política, assumindo a disciplina de história econômica do Brasil, anteriormente sob a responsabilidade de Roberto Simonsen, onde permanece até 1955.

A segunda edição de *Raízes do Brasil*, em 1948, encontra Sérgio Buarque já à frente do Museu Paulista, ocupando uma cátedra universitária, introduzido nas redes de relacionamento do convívio acadêmico e cuja identidade, diante da diferenciação das práticas profissionais e das disputas internas ao campo, firmara-se também como historiador (além de escritor). Dessa forma, a reedição do ensaio, gênero que perdia valor e reconhecimento em face da institucionalização da linguagem sociológica, não estremeceu a trajetória profissional de Sérgio Buarque de Holanda, naquele momento

---

<sup>89</sup> Rego, José Lins do. *A ausência de Sérgio Buarque de Holanda*. Correio Paulistano, São Paulo, 22/mar/1946. Apud Nogueira, 1988.

praticamente consolidada. Ao contrário, o relançamento da obra pela ainda muito consagrada editora José Olympio, e como parte da mesma respeitadíssima coleção *Documentos Brasileiros*, confirmou, se não acentuou, o reconhecimento e prestígio intelectual de seu autor.

<b>QUADRO 5 - 2ª edição</b> <i>Raízes do Brasil.</i>			
<b>JORNAL</b>	<b>CIDADE/ESTADO</b>	<b>DATA</b>	<b>AUTOR</b>
1- <i>São Paulo nas letras e nas artes</i> (Seção)		14/3/1948	Alcântara Silveira
2- Diário de São Paulo		4/4/1948	Cândido Motta Filho
3-		11/4/1948	
4- <i>Através dos livros</i> (Seção)	Rio de Janeiro/RJ	11/4/1948	
5-			Osmar Pimentel
6- Revista do Arquivo Municipal (CXII)	São Paulo/SP	1949	Florestan Fernandes

**QUADRO 6 - Segunda edição *Raízes do Brasil* – 1948**

1. <b>Reprodução de trechos do prefácio de Sérgio Buarque de Holanda à 2ª edição, onde justifica as alterações realizadas no texto</b> (Docs. 03 e 04).	2
2. <b>Referência a <i>Raízes do Brasil</i> como obra fundamental para o estudo e a compreensão do nosso passado</b> (Docs. 03 e 05).	2
3. <b>Conta “casos” relacionados à publicação de <i>Raízes do Brasil</i> e a Sérgio Buarque de Holanda</b> (Doc. 01).	1
4. <b>Resumo da obra</b> (Docs. 02 e 05).	2
5. <b>Elogios à obra</b> (Doc. 02).	1
6. <b>Concordâncias em termos de conteúdo.</b>  Doc. 04: concorda com o que Sérgio Buarque fala a respeito do comunismo.	1
7. <b>Discordâncias em termos de conteúdo</b> (Docs. 02, 04 e 05):  Doc. 04: discorda que caudilhismo <i>versus</i> liberalismo sejam antíteses e que ofereçam superação da doutrina democrática.	3

## Capítulo 4 – O confronto das edições

Com a publicação, em 1936, de *Raízes do Brasil*, encerrava-se para Sérgio Buarque de Holanda um processo de concepção, planejamento e elaboração iniciado anos antes daquela data.

Se a objetivação da obra na escrita iniciou-se quando Sérgio estava na Alemanha, com a sua *Teoria da América*, texto aperfeiçoado no seu retorno ao país, especialmente através do artigo *Corpo e alma do Brasil: ensaio de psicologia social*, divulgado pela revista *O Espelho* e, finalmente, para a publicação na coleção *Documentos Brasileiros* como *Raízes do Brasil*, a intuição fundamental que o conduziu na composição de seu livro começou a tomar forma em período muito anterior.

Como tentei demonstrar mais detidamente nos capítulos iniciais desta dissertação, Sérgio Buarque é oriundo de família tradicional do Nordeste do país, sabidamente quanto à ascendência paterna. Seu pai, Christovam, enquanto estudante no Rio de Janeiro e mesmo posteriormente já exercendo atividade profissional na mesma cidade, pôde operar com sucesso a reconversão do seu capital de origem, notadamente através da sua diplomação como farmacêutico. Tendo percorrido uma trajetória ascendente que lhe permitiu atingir posição de maior prestígio e reconhecimento no espaço social, ao chegar a São Paulo, Christovam e sua esposa, embora migrantes (ele pernambucano, ela carioca), lograram se inserir nos círculos de sociabilidade da fração culta das elites paulistas do alvorecer do século XX.

Dessa forma, Sérgio Buarque cresceu numa São Paulo europeizada, centro da economia nacional, em pleno processo de urbanização e crescimento demográfico resultantes da cafeicultura, industrialização e imigração. O ambiente familiar e escolar, próprio das elites paulistas da época, impôs a Sérgio uma forte disposição para a aprendizagem e aquisição de cultura, além de um estilo de vida que possibilitou o seu acesso aos meios de convívio e às redes de sociabilidade que compunham o *modus vivendi* daquelas camadas abastadas. A participação de Sérgio num circuito de lazer e cultura que incluía cinemas, clubes, parques, cafés, livrarias, revistas ilustradas e jornais de circulação diária lhe forneceram amplas condições de ingresso no âmbito da

produção e reprodução desse universo culturalmente legítimo e dominante (Guimarães, 2008, pp. 38-39).

Além desses aspectos, que correspondem às experiências sociais vividas por Sérgio Buarque em São Paulo, e suas correspondentes categorias de percepção do mundo social, o discernimento que está na origem de *Raízes do Brasil* guarda, ainda, a sua experiência de aprendizagem racional da profissão de jornalista, escritor e crítico literário, práticas essas que compunham a identidade profissional de Sérgio Buarque quando da primeira edição do livro, e que foram moduladas pelas disputas e tensões inerentes à sua rede de sociabilidade e ao campo intelectual no qual estava inserido no Rio de Janeiro da década de 1930.

A aquisição de disposições para o exercício de uma profissão no campo intelectual, na época, foi possibilitada a Sérgio Buarque através da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e, concomitantemente, pela sua ativa participação no movimento modernista. Por meio do curso jurídico Sérgio pôde se inserir num “círculo de sociabilidade no mundo das letras e artes, com toda sua boêmia e vínculos com a imprensa”, percurso necessário para quem pretendia seguir a carreira intelectual no período. Por sua vez, a militância modernista de Sérgio permitiu-lhe atuar como crítico literário em diferentes jornais e revistas do eixo Rio – São Paulo, destacadamente nas revistas *Klaxon* e *Estética* (Guimarães, 2008, p. 42).

O trânsito de Sérgio Buarque pelos circuitos da boêmia intelectual do Rio de Janeiro e São Paulo, além dos contatos e laços profissionais no jornalismo, lhe propiciaram um ambiente cosmopolita de convivência onde o debate e a ação no mundo da cultura brasileira estavam marcados pela reflexão obstinada sobre o país. A elite intelectual do período se imbuíu da missão, para a qual se julgava naturalmente qualificada, de explicar a realidade nacional e de propor projetos e soluções para o futuro. Desse modo, a inserção no campo da produção de cultura e saber no início do século XX, com ganhos de reconhecimento e prestígio, demandava do pretendente abraçar tal problemática. Se, inicialmente, Sérgio Buarque debruçou-se sobre o país a partir das questões estéticas instituídas pelo movimento modernista, paulatinamente alterou o rumo de sua atuação profissional com vistas a usar a história como instrumento de explicação do Brasil.

## 1.

Conforme Waizbort (2011), a reflexão desenvolvida por Sérgio Buarque em seu livro de 1936, origina-se num ângulo de abordagem que busca conjugar estrutura da personalidade e estrutura social. Portanto, o objetivo central do texto buarquiano seria a compreensão dessas estruturas, sua articulação, transformações e ajustes, o que implicava uma discussão histórico-sociológica. O levantamento histórico forneceria os fundamentos e argumentos para a modelação da estrutura da personalidade e, o seu enquadramento sociológico, o desenho da estrutura da sociedade e da organização política a ela correspondentes.

Essa concepção cognitiva, chamada mais sucintamente por Waizbort de psicogênese e sociogênese, derivava do contexto de discussão alemão do qual Sérgio Buarque se aproximara enquanto correspondente do *O Jornal*, de Assis Chateaubriand.

[...] Pois, no período que vai da virada para o século XX até o início do período nacional-socialista na Alemanha, a discussão acerca dos nexos de psico e sociogênese é um dos núcleos fortes em torno do qual gravitavam os debates acerca da interpretação histórico-cultural-social, debate esse difuso por toda a plêiade das humanidades.

Especialmente a sociologia de então procurou desenvolver esse problema, que pode ser facilmente rastreado no arco que vai de Georg Simmel, Max Weber, Ernst Troeltsch e Werner Sombart a Hans Freyer, Karl Mannheim e Norbert Elias, para nomear apenas alguns (Waizbort, 2011, p. 41).

O escrito que antecede e compõe *Raízes do Brasil* evidencia, já em seu título e subtítulo, *Corpo e alma do Brasil: ensaio de psicologia social*, a importância que Sérgio Buarque conferia à necessidade de compreensão das relações que se estabelecem entre estrutura da personalidade e estrutura da sociedade. Em seu interior, o pequeno ensaio introduz já no início o desencontro entre, de um lado o “caráter nacional”, a “ética de fundo emocional” e, de outro, a “aptidão para o social”, para a “organização coletiva”, o que nos imporá um “acentuado estatismo” em razão de ser a legislação o principal requisito de toda disciplina social. Esse descompasso revelaria a inaptidão do povo brasileiro para a convivência sob regras de instituições democráticas, cujo trecho emblemático figura já neste ensaio preambular, como a seguir transcrito.

O fato é que a ideologia impessoal e antinatural do liberalismo democrático, com as suas maiúsculas impressionantes e com as suas fórmulas abstratas, jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até o ponto em que coincidam com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, em que confirmavam nosso instintivo horror às hierarquias e em que nos permitiam tratar com familiaridade aos governantes. **A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido.** Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodar-se como pôde aos seus preceitos que tinham sido justamente a bandeira de combate da burguesia europeia, e isso somente porque esses preceitos pareciam os mais acertados para os tempos e eram exaltados nos livros e nos discursos. O pecado original dessa atitude livresca nunca mais se apagou de nossa vida pública. Pusemo-nos a viver fervorosamente contra nós mesmos a vida pelo espírito e não pelo sangue. Perdemos toda capacidade de experiência real. Como Plotino de Alexandria, que sentia vergonha do próprio corpo, procuramos esquecer tudo quanto fizesse pensar em nossa riqueza emocional, a única realidade criadora que ainda nos restava, para nos submetermos à palavra escrita, à gramática, à retórica e ao Direito abstrato. Por pouco não seguiríamos o ideal daqueles revolucionários pernambucanos que queriam impor o tratamento de “cidadão” inclusive na vida privada dos indivíduos (Holanda, 2011, pp. 66-67).

Para a edição de 1936, Sérgio Buarque mantém essa passagem, embora faça alguns acréscimos com o fito de reforçar a argumentação (Holanda, 1936, pp. 122-126).

De qualquer maneira, tanto em *Corpo e alma do Brasil* como em *Raízes*, nesse último através de uma exposição mais prolongada, Sérgio Buarque procedeu a uma articulação entre sociogênese e psicogênese de modo evidenciar um desajustamento entre a estrutura da personalidade e uma estrutura social de caráter democrático. Considerando que entre nós preponderava uma forma de convívio humano de base emocional, enfaticamente abordada ao longo de todo o livro, resultava que a imposição de leis abstratas, não gestadas organicamente e nem em consonância com o domínio psicogenético, parecia-nos uma estrutura estranha, “uma aberração”. A tensão que essa inadequação produz seria o fio condutor de *Raízes do Brasil*, confluindo, na edição de 1936, para a incompatibilidade entre o que Sérgio Buarque “entende ser o ‘temperamento nacional’ e a ‘espontaneidade nacional’, de um lado, e as formas democrática ou liberal-democráticas, de outro” (Waizbort, 2011, p. 42).

Contudo, o período que permeou a concepção e elaboração do ensaio de estreia de Sérgio Buarque foi marcado pelo insucesso das democracias liberais ocidentais em se recuperarem do colapso econômico do entreguerras; de darem uma resposta eficiente às demandas trabalhistas e, de uma forma geral, de conseguirem dirimir conflitos sociais e econômicos acentuados pela Grande Depressão. Com o profundo impacto sofrido pela

economia capitalista e de livre mercado, os efeitos sobre a política e sobre o pensamento público foram dramáticos. Conforme Hobsbawm (2012, p. 108):

Infeliz o governo por acaso no poder durante o cataclismo, fosse ele de direita, como a presidência de Herbert Hoover nos EUA (1928-32), ou de esquerda, com os governos trabalhistas na Grã-Bretanha e Austrália. A mudança nem sempre foi tão imediata quanto na América Latina, onde doze países mudaram de governo ou regime em 1930-1, dez deles por golpe militar.

Diante do fracasso do liberalismo clássico, segundo o mesmo historiador, os Estados iam se articulando, intelectual e politicamente, a partir de três alternativas. Uma delas era o comunismo marxista, pois a Rússia parecia imune à catástrofe. A outra opção seria a moderada social-democracia de movimentos trabalhistas não comunistas. Inicialmente como proposta muito frágil e de demorada implementação, foi mostrar-se mais efetiva somente após a Segunda Guerra Mundial. Por último havia o fascismo, cujo avanço e crescimento deveu-se, em grande medida, ao fato de Adolf Hitler ter se tornado chanceler da Alemanha em 1933. Chamado de nacional-socialismo, o fascismo alemão contou com o incentivo da tradição intelectual alemã avessa às teorias neoclássicas do liberalismo econômico. Tendo sido bem sucedida na recuperação do desemprego e da depressão econômica da década anterior, a experiência alemã de abandono da democracia liberal tornou-se uma tendência mundial, de modo que as nações passaram a privilegiar o dirigismo estatal e os governos fascistas.

No Brasil, a situação não era diferente e, conforme Machado (2008, pp. 172-173), “liquidava-se o pensamento liberal e o país se encaminhava para uma política de classes. O debate nacional versava sobre a organização nacional e o restabelecimento da ordem, com o fortalecimento da autoridade.” O Estado Novo de Getúlio Vargas se aproximava e com ele, o Estado totalitário.

Em face do contexto político marcado pela forte crítica ao liberalismo, o projeto de um regime autoritário soava como uma alternativa política moderna, inovadora e promissora. Nesse sentido afirma Gomes (1999, pp. 10-11):

O autoritarismo estava então em monta e era defendido como uma nova e positiva *saída* política, especialmente para os países *atrasados* e *explorados* pelo sistema de trocas internacionais. Autoritarismo estava associado a nacionalismo e a progresso em todos os sentidos. Portanto, o regime autoritário, que rejeitava as práticas liberais-democráticas, e em especial seu modelo de representação via partido, eleições e parlamentos, propondo uma

comunicação direta entre o governo e o povo, era conotado como avançado e virtuoso. Isso porque, tal comunicação recorria a um outro e mais adequado modelo de representação. Um modelo que comportava uma organização de tipo corporativo, fundada, ao mesmo tempo nos sindicatos de empregados e empregadores – no *povo* trabalhador – e na figura pessoal do Presidente, ele mesmo identificado ao Estado Nacional.

Portanto, em conformidade com os critérios políticos prevalecentes no período, sobretudo entre os países da Europa Ocidental, seria remota a possibilidade do autor de *Raízes do Brasil* se manter fiel a um regime liberal sem sucumbir à onda autoritária que atingia Estados “muito mais desenvolvidos social e economicamente” (Gomes, 1999, p. 10). Autoritarismo e a figura carismática de um líder compunham as referências políticas internacionais que se mostravam mais habilitadas a conduzir a moderna sociedade de massas. As elites nacionais não poderiam (nem conseguiriam) se furtar a esses já consagrados modelos políticos.

Sérgio Buarque justificaria a sua crítica antiliberal expondo o artificialismo de um regime democrático destituído de bases sociais convergentes. No Estado liberal o mundo das formas vivas seria precedido por um mundo de fórmulas e conceitos escorados em concepções abstratas, “como os famosos Direitos do Homem” (Holanda, 1936, p. 146).

Superestimaram-se as ideias, que usurparam decididamente um lugar excessivo na existência humana. Julgou-se que um formalismo rígido e compreensivo de todas as ações individuais é o máximo de perfeição e de apuro a que pode aspirar uma sociedade. Esse engano só agora se dissipa lentamente.

[...] Em verdade o racionalismo excedeu os seus limites somente quando ao erigir em regra suprema os conceitos assim arquitetados, separou-os irremediavelmente da vida e criou com eles um sistema lógico, homogêneo, a-histórico (Holanda, 1936, pp. 146-147).

Para reforçar seu argumento, o ensaísta faz referência ao professor Carl Schmitt, “conhecido teórico do Estado Totalitário” e “ilustre professor de Direito Público da Universidade de Bonn”, para quem o liberalismo “**não estabeleceu ‘nenhuma teoria positiva do Estado**, mas buscou tão somente associar a Política à Ética e subordiná-la à Economia; elaborou uma tese da divisão e do equilíbrio dos ‘poderes’, portanto um sistema de freios e controles do Estado **que não pode se designar de teoria do Estado ou princípio político de construção**” (Holanda, 1936, p. 155, Nota 52, grifos meus).

Além disso, dada a intimidade de Sérgio Buarque com o pensamento alemão, Machado (2008, p. 173) destaca a presença, em *Raízes do Brasil*, da “tradição cultural alemã de compreender “povo” como “espírito” – *Volksgeist*. Ou como cultura”. Waizbort (2011, p. 42), no mesmo sentido, acrescenta ainda que a noção de “povo”, central no livro de Sérgio Buarque, deve ser entendida no sentido de coletivo genérico, não como um estrato social particularizado<sup>90</sup>.

Como para o nosso povo, para sua “alma”, o impulso natural à sua personalidade é o personalismo, nossa organização social e política só prosperará afinada com suas lógicas. Nesse sentido poder-se-ia afirmar que Sérgio Buarque, sem pretender vincular-se à ditadura e, tampouco à anarquia, propõe o regime oligárquico, marcado por lideranças pessoais, como aquele mais habilitado a identificar e expressar os sentimentos do povo de modo a articular a nação como organismo social.

O argumento cresce em importância diante do diagnóstico apresentado por Sérgio Buarque no capítulo inicial de *Raízes*. O controle da “nossa desordem” e da “nossa anarquia” só seria possível através de força externa e impositiva. Predominando, entre nós, o indivíduo autárquico e a personalidade individual exaltada, mas com forte propensão à obediência, dado que seria essa, para os ibéricos, a “virtude suprema entre todas” e “para eles o único princípio político verdadeiramente forte”, a sociedade correspondente viabilizar-se-ia enquanto garantida “por meio da força e do temor” (Waizbort, 2011, p. 46).

Daí a defesa que Sérgio Buarque faz, no encerramento e conclusão de seu ensaio (capítulo VII), da tirania como princípio de autoridade e dominação capaz de organizar e conduzir a sociedade.

---

<sup>90</sup> Para Machado (2008, p. 173), o sentido de “povo” que Sérgio Buarque faz uso em sua obra, está escorado no projeto político-filosófico de Hegel. Tendo como pressuposto o homem total, Hegel criticara “o pensamento da Ilustração e da Revolução Francesa porque o homem político aí concebido era apenas uma fração do homem real. Nesse fragmento de homem é que se apoiava o Estado liberal. Era o *citoyen* revolucionário, incapaz de preservar a liberdade sem conduzir ao Terror”. Por sua vez, Waizbort (2011, Nota 7, p. 58) da mesma forma entende que o sentido que Sérgio Buarque confere a “povo” está relacionado ao uso que dele faz o pensamento conservador alemão. Contudo, reconhece em Sérgio Buarque a influência de Kracauer, um intelectual seu contemporâneo que ao formular a noção de “povo” destacou o caráter romântico da concepção dessa noção e sua oposição às doutrinas liberais.

Com a cordialidade, a bondade, não se criam os bons princípios. É necessário um elemento normativo, sólido, inato na alma do povo, ou implantando pela tirania para que possa haver cristalização social. A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas invenções fraudulentas da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar (Holanda, 1936, pp. 156-157).

Se o capítulo primeiro se dedica à caracterização do nosso padrão de personalidade que, de origem ibérica, é marcado pela aversão a tudo que implique cerceamento à sua exaltada autonomia e valor próprio, os capítulos seguintes, enriquecendo a fundamentação histórica e ampliando a argumentação, refletem sobre as formas de organização políticas aptas a garantir a convivência humana e a corrigir a tibieza das formas coletivas de vida social em terras brasileiras.

Dessa maneira, Sérgio Buarque, ao explorar e aprofundar outros aspectos da “alma nacional”, o temperamento e os costumes daí derivados, de modo a contrapô-los aos modelos importados e estranhos ao sentimento do povo, apresenta vários desdobramentos do problema central: a disjunção entre estrutura da personalidade e estrutura social<sup>91</sup>.

Diante do peso da estrutura familiar na composição do nosso modo de ser, seríamos contrários ao ideário e às práticas do Estado democrático, choque do qual resultaria a oposição e incompatibilidades entre ambos no Brasil. A ordem doméstica, tão concreta e corpórea, não foi capaz de se adaptar à impessoalidade e abstração do Estado moderno. Esse desajuste impossibilitou a formação de um aparelhamento estatal saudável e íntegro.

Essa situação em que o domínio rural constitui uma unidade autônoma e suficiente, produzindo tudo ou quase tudo quanto consome, não é, aliás, um privilégio do Brasil colonial. Ela tem se manifestado em todas as épocas e nos mais diversos países. [...] Mas em nosso domínio rural do tempo da colônia é o tipo de família organizada dentro das normas do velho direito romano-canônico, mantido na península ibérica através das gerações, que prevalece como centro e base de toda essa vasta estrutura. Os escravos das plantações e das casas, e não apenas os escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e com ele a autoridade imensa do pater-famílias. [...] “Pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados”, eis como Capistrano de Abreu nos descreve

---

<sup>91</sup> Sallum Jr. (2012), considera simplificadora interpretação de Waizbort no sentido de pensar o processo histórico em função da tensão entre psicogênese e sociogênese. Contudo, em face dos desdobramentos dessa questão ao longo da obra, considero que a interpretação de Waizbort se sustenta e dá conta de toda a reflexão de Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil*.

a família colonial. Sempre imerso em si mesmo, impermeável a toda influência exterior, não tolerando nenhuma pressão de fora, o núcleo familiar mantém-se imune de qualquer abalo ou restrição. Essa situação de privilégio tem por si o consenso geral e preserva-se independentemente de qualquer outra salvaguarda além de sua força própria. Em seu recatado isolamento, a família assim compreendida ignora qualquer princípio superior que procure perturbá-la ou oprimi-la.

Nesse ambiente a autoridade do pátrio poder é virtualmente ilimitada e não existem peias para a sua tirania. [...]

**A contiguidade que se estabelece no âmbito doméstico entre os membros de uma família desse tipo tem seu correlativo psicológico bem determinado. O quadro familiar é, nesse caso, tão poderoso e exigente, que acompanha aos indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre neles a entidade pública.** A nostalgia desse quadro compacto, único e intransferível, onde prevalecem sempre e necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, deixou vestígios patentes em nossa sociedade, em nossa vida política, em todas as nossas atividades. Representando – como já notamos, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da submissão. Resultava dessa circunstância um predomínio quase exclusivo, em todo o mecanismo social, dos sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e anti-política, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela Família. **Explicam-se largamente, com isso a nossa adaptação difícil ao princípio do Estado democrático,** de que se trata adiante e também os obstáculos já assinalados ao início do capítulo precedente, **que se ergueram contra a formação de um aparelhamento burocrático eficiente entre nós.** (Holanda, 1936, pp. 86-89. Grifos meus)

Em outra formulação da questão relativa à imposição de algo que não nos é espontâneo e não coaduna com a nossa “originalidade nacional”, Sérgio Buarque confere ênfase à crise suscitada pela necessidade de superação da ordem doméstica que o nascimento do Estado impõe à estrutura social da ex-colônia. Nesse caso, o desequilíbrio ocorre por conta da necessidade de suplementação da lei particular pela geral, sendo que, no Brasil, a lei particular não consegue renunciar a seus direitos e privilégios, pois integra profundamente a estrutura psicogenética. Portanto, o processo de modernização do país, ao ser desfavorecido pelas condições sociais que o circundam, não consegue deslanchar de forma plena (prossegue tolhido e com dificuldade, obstruído, freado). A implantação do Estado moderno e de suas correspondentes instituições exigiria, na esfera econômica, o advento do “moderno sistema industrial”.

Só pela superação da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e é que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável ante as leis da cidade. [...]

[...] Em todas as culturas, o processo pelo qual a lei geral suplanta a lei particular, faz-se acompanhar de crises mais ou menos graves. E prolongadas, que podem afetar profundamente a estrutura das sociedades.

[...] A crise de adaptação dos indivíduos ao mecanismo social é, assim, especialmente sensível nos tempos atuais, com o decisivo triunfo de certas virtudes anti-familiares por excelência, como são, sem dúvida, aquelas que repousam no espírito de iniciativa pessoal e na concorrência entre os cidadãos. [...]

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares, que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. (Holanda, 1936, pp. 93-101)

Portanto, no mesmo sentido do que sugere Waizbort (2011, p. 49-52), considero plausível que a questão que teria mobilizado Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* traduz a busca de seu autor em identificar, a partir da especificidade nacional, a “nossa força criadora” e a “forma política madura” que ela poderia assumir. Logo, as soluções que não possuíssem afinidade com a estrutura da personalidade, que fossem estranhas à “alma do povo”, não seriam respostas de sucesso, permanecendo um “mal-entendido” tal como a democracia. Nesse sentido, Sérgio Buarque teria proposto que o regime político adequado ao nosso personalismo, portanto espontâneo e não estranho ao temperamento nacional, seria a oligarquia e a formação de elites.

Contudo, o ensaísta sugere a possibilidade de transformação da estrutura da personalidade nacional, conforme tematiza no capítulo que encerra *Raízes do Brasil*.

Para Sérgio Buarque, na primeira edição de sua obra, a “grande revolução brasileira” foi um processo demorado que se alongou por três quartos de século (75 anos). Tendo vivido seus momentos mais tensos por ocasião da chegada da família real portuguesa; com a Independência política, Abolição e a República, este “lento cataclismo” estava longe de atingir o desenlace final, mas já havia sido transposta sua fase aguda. As ressonâncias do que o ensaísta considerava ser “uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos em toda nossa vida

nacional” se referem à transferência dos domínios rurais para os centros urbanos. Com o declínio dos centros de produção agrária, ou seja, com a diminuição da importância da lavoura de cana-de-açúcar durante a segunda metade do século XIX e a sua substituição pela do café (planta democrática em relação à cana e ao algodão, pois prescindia do braço escravo), desapareciam as formas tradicionais do mundo rural em detrimento da hipertrofia urbana. Esse conjunto de transformações vinha favorecendo, conforme acreditava o ensaísta, o “aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura” e a “inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano” (Holanda, 1936, pp. 135-161). Sendo assim, nesta primeira edição, embora ainda de forma pouco enfática (na segunda edição o tom será outro), Sérgio Buarque parece sugerir que os princípios democráticos serão possivelmente incorporados pela nossa cultura quando o personalismo for superado, o que ocorrerá de forma lenta mediante a superação do “iberismo” e do “agrarismo”.

“[...] No dia em que o mundo rural se achou desagregado e começou a ceder rapidamente à invasão impiedosa do mundo das cidades, entrou também a decair para um e outro, todo o ciclo das influências ultramarinas específicas de que foram portadores os portugueses.

[...]

Um grande passo foi dado no sentido do desaparecimento dessas formas tradicionais com a diminuição da importância da lavoura do açúcar durante a segunda metade do século passado e a sua substituição pela de café. A existência de tipos de produção colonial tendentes a incentivar a criação de aristocracias e de outros, menos suficientes, que ao contrário atuam para o maior nivelamento da sociedade, foi observado no Brasil por Handelman precisamente a propósito desses dois produtos” (Holanda, 1936, pp. 137-138).

Mas se era longínquo o advento de uma sociedade, entre nós, em que a democracia deixasse de ser um mal-entendido, restava afastar qualquer solução exógena e estranha à “alma do povo” de modo a estabelecer uma forma política afim ao nosso personalismo, qual seja, segundo entendimento de Waizbort (2011, p. 52), a oligarquia e a formação de elites.

Contudo, diversa é a concepção de Antonio Candido, cuja interpretação a respeito do pensamento político e social de Sérgio Buarque, em *Raízes do Brasil* de 1936, resultou num marco a sugerir e direcionar a compreensão da obra, marcadamente a partir do texto de apresentação à edição de 1967.

A leitura que Antonio Candido faz do ensaio, como exposta no citado “Prefácio” e também no artigo *A visão política de Sérgio Buarque de Holanda* (1998, pp. 81-88), considera que Sérgio Buarque, especialmente através do capítulo VII de seu livro em primeira edição, teria concluído sua reflexão de natureza política sugerindo “uma solução de cunho democrático popular” para os dilemas nacionais. Candido fundamenta sua interpretação baseado em dois aspectos que identifica na argumentação do ensaísta: o primeiro seria a tentativa de Sérgio de “extrair do passado uma lição que evite as posições conservadoras no presente” e, o segundo aspecto, a defesa do autor referentemente à “entrada das massas populares na vida nacional em concorrência com elites” (Ibid., p. 86).

Não obstante, alguns trechos de *Raízes*, posteriormente excluídos para a segunda edição, reiteram o entendimento de Waizbort (2011) de modo a enfraquecer a compreensão exposta por Candido (1998). Essas passagens, como abaixo transcritas, sugerem que Sérgio Buarque enxergava, no voto secreto e na pretensa infalibilidade do voto da maioria, fórmulas democráticas incompatíveis com a nossa fecunda propensão para a formação de elites governantes. Em negrito, a seguir, estão os excertos que foram retirados para a edição de 1948 (pp. 276-279), sendo que todo o mais permaneceu sem alteração significativa.

A verdade é que, como nossa adesão a todos os formalismo denuncia apenas uma ausência de forma espontânea, assim também a nossa confiança na excelência das fórmulas teóricas mostra simplesmente que somos um povo pouco especulativo. Podemos organizar campanhas, formas facções, armar motins, se preciso for, em torno de uma ideia nobre. **Todos estamos lembrados do enorme poder de sugestão que até a bem pouco tempo exerceu sobre muitos homens de boa fé e de boa vontade o principio do voto secreto. Houve mesmo quem demonstrasse, acenando com o exemplo de outros povos mais felizes, que esse principio não só nos asseguraria o respeito devido ao sufrágio popular, como ainda a prosperidade material, a paz, o bem estar econômico e muitas outras coisas inapreciáveis.** Quem ignora, porém, que o aparente triunfo de um principio jamais significou no Brasil – como no resto da America Latina – mais do que o triunfo de um personalismo sobre outro?

**Entre nós, já o dissemos, o personalismo é uma noção positiva – talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos.** Ao seu lado todos os lemas da democracia liberal são conceitos puramente decorativos, sem raízes profundas na realidade. Isso explica bem como nos países latino americanos, onde o personalismo – ou mesmo a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as resistências da demagogia liberal, acordando os instintos e os sentimentos mais vivos do povo, tenha assegurado, com isso, uma estabilidade política que de outro modo não teria sido possível. **A formação de elites de governantes em torno de personalidades prestigiosas tem sido, ao menos por enquanto, o principio**

**político mais fecundo em nossa América.** O Chile teve os decênios mais felizes de sua história sob o regime inaugurado por Diego Portales, que soube arrancar o país do perigo das ditaduras ou da anarquia, mediante um poder acentuadamente oligárquico. Ainda hoje a maior estabilidade e a relativa prosperidade da pequena república da Costa Rica entre as suas bulhentas irmãs da América Central, explica-se largamente pelos mesmos motivos. A ideia de uma entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo aos seus destinos é dificilmente inteligível para a mentalidade dos povos da América Latina.

**De tudo isso resulta uma confirmação do que se vem dizendo aqui sobre a adoção das formulas democráticas no Brasil e em outros países do continente, a saber que ela resultou simplesmente de um mal entendido.**  
[..]

[...] O ideal humanitário, que na melhor das hipóteses ela predica, é paradoxalmente impessoal; sustenta-se na ideia **absurda** de que o maior grau de amor está por força no amor ao maior número de homens e, **por isso mesmo, insiste na excelência, na infalibilidade, na intangibilidade do voto da maioria** (“o povo não era”, pretendem os declamadores liberais), subordinando assim, subrepticamente, os ideais qualitativos à quantidade (Holanda, 1936, pp. 151-156).

Como para Sérgio Buarque, naquele momento, afigurava-se longínqua qualquer possibilidade de transformação da nossa estrutura de personalidade, é possível considerar que ele propugnava uma estrutura de sociedade de aspecto conservador no sentido de maior afinidade política com a “alma do povo” enquanto coletivo genérico, e não as “massas populares” como propõe Antonio Candido. E, as formas políticas em sintonia com o temperamento nacional, segundo Sérgio Buarque, são a oligarquia e a formação de elites.

## 2.

Prosseguindo mais uma vez com amparo em Hobsbawm (2012, pp. 139-143), necessário fazer constar que por ocasião da segunda edição do ensaio buarquiano, embora ninguém previsse ou esperasse a sério seu renascimento no pós Segunda Grande Guerra, a forma de governo democrático fez “um retorno triunfante em 1945”. Com a prosperidade norte-americana, acompanhada progressivamente pelos países em reconstrução após o armistício, restou facilitada a negociação de acordos consensuais, especialmente em torno da aceitabilidade de seu Estado pela maioria dos cidadãos. No Brasil, após a queda de Getúlio Vargas em outubro de 1945, com a instauração de uma

forma democrática de Governo a partir das eleições de dezembro de 1945 e a promulgação de uma Constituição liberal em 1946, estreitavam-se as relações com os Estado Unidos (Fausto, 2007, pp. 75-76).

A tendência política global, ao menos prevalecente no Ocidente, priorizava os valores democráticos cujo porta-voz principal era a nação norte-americana. Com a retomada da orientação liberal, com algumas variações – como liberal-democracia, social-democracia etc. –, “mas, em todo caso, envolvendo a extensão da cidadania, com maior intervenção do Estado no domínio econômico e social, com políticas keynesianas de proteção ao emprego, e assim por diante”, as alterações empreendidas por Sérgio Buarque em seu texto apontam para a inflexão sofrida pelo pensamento do ensaísta em razão do movimento de redemocratização em plano nacional e internacional (Sallum Jr., 2012, pp. 52-53).

Sem permanecer adstritas ao contexto diverso, as revisões realizadas por Sérgio Buarque para a edição de 1948 de *Raízes do Brasil* também revelam outro aspecto, qual seja aquele relativo às transformações na sua forma de pensar o Brasil que se devem a determinadas experiências que, vividas pelo autor, orientaram suas escolhas em razão das disputas e tensões que foram se articulando internamente ao campo intelectual do período.

Por um lado, o fortalecimento das instituições universitárias com a consequente profissionalização e sistematização da prática científica introduziram mecanismos diferentes de reconhecimento do intelectual e legitimação de suas obras. De outro, o deslocamento do polo de maior efervescência cultural e pujança econômica para São Paulo acentuou a importância simbólica e fixou a permanência de uma temática cara aos paulistas: as bandeiras e a expansão das fronteiras nacionais a partir de seu Planalto.

Ainda que tivesse retomado a atividade de crítica literária entre 1940-1941, no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro em substituição a Mário de Andrade e, novamente, em 1948 junto ao mesmo periódico, Sérgio Buarque já se voltara definitivamente para a pesquisa histórica. A publicação de *Monções*, em 1945<sup>92</sup>, revela um trabalho de

---

<sup>92</sup> *Monções* foi publicado pela Casa do Estudante do Brasil, organização benemerita, na *Coleção de Estudos Brasileiros*.

pesquisa sistemática em documentos inéditos ou livros raros em diversas instituições, como o Arquivo da Diretoria de Engenharia do Ministério da Guerra, o arquivo Público do Estado de São Paulo, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Instituto Nacional do Livro<sup>93</sup>.

Além de ser indicada, por diversos estudiosos, como uma obra que divisa o ensaísta do historiador<sup>94</sup>, *Monções* localiza-se na gênese de grande parte das alterações produzidas por Sérgio Buarque na segunda edição de *Raízes*, já avizinhando transformações na reflexão de seu autor sobre o país. Embora o tratamento inovador, para a época, afastasse Sérgio Buarque dos historiadores nacionais que eram referência nesses estudos, Souza (2014-A, p. 19) sublinha que “não cabe dúvida quanto à preocupação histórica subjacente à escolha do recorte: o passado das populações paulistas, sua lida no sertão, seja à cata de metais e pedras preciosas, seja às voltas com a preação de índios, seja – assunto central do livro – na atividade do comércio fluvial rumo ao Centro-Oeste, **capaz de exercer efeito disciplinador sobre os aventureiros da véspera**” (grifo meu). *Monções* apresenta uma concepção de Sérgio Buarque, ainda embrionária nesse livro, mas que será progressivamente acentuada em suas obras futuras e que pode ser discretamente percebida no novo texto de *Raízes do Brasil*, no sentido de que através das entradas das bandeiras, das monções e dos tropeiros rumo ao Oeste brasileiro operou-se uma colonização em padrão diverso daquela transcorrida ao longo do litoral do país. Os homens que alargaram as fronteiras nacionais o fizeram com certo cálculo e planejamento (enquanto atividade racional, conscientemente organizada, que prioriza o resultado almejado e consistente em menoscabo ao lucro fácil da pilhagem). Fizeram o negócio predominar sobre o ócio.

Ainda que Sérgio Buarque tivesse mantido, para a segunda edição de seu ensaio, o mesmo enquadramento teórico-analítico da publicação de 1936, ou seja, o desencontro entre as ideias e a estrutura da personalidade nacional, a tensão que esse distanciamento

---

<sup>93</sup> Holanda, Sérgio Buarque. *Monções*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Organização Laura de Mello e Souza. Nota à primeira edição, pp. 13-14.

<sup>94</sup> Conforme Souza, Prefácio in Holanda, *Monções*, 2014 (A), p. 19, que cita também, neste mesmo sentido, Maria Odila Leite da Silva Dias, José Sebastião Witter e Eduardo Henrique de Lima Guimarães, aos quais eu acrescento Robert Wegner (2000).

provoca é atenuada no escrito de 1948 de modo a sugerir um amálgama possível e promissor. A partir do tratamento da fronteira e seu movimento sob a perspectiva dos historiadores norte-americanos<sup>95</sup> com quem Holanda mantivera contato na viagem de 1941 aos Estados Unidos, a tradição ibérica passou a ser vista não mais como legado fixo e imutável, mas em transformação continuada e permanente processo de adaptação às condições específicas do Continente americano<sup>96</sup>.

Por meio do cotejo entre a primeira e segunda edição de *Raízes do Brasil*, cujo texto comparativo com todas as modificações segue ao final desta dissertação, em APÊNDICE<sup>97</sup>, pude constatar que as metamorfoses empreendidas pelo seu autor foram predominantemente de duas ordens. A primeira delas diz respeito à inclusão de extensos e enriquecedores trechos destinados ao detalhamento de fatos históricos. Considero que tal procedimento foi consequência não apenas das pesquisas efetuadas por Sérgio Buarque para *Monções*, mas também da necessidade de conferir maior legitimidade simbólica ao ensaio publicado pela editora José Olympio. A construção de sua identidade e carreira profissional como historiador exigia, naquele momento, a adaptação do texto ao rigor da comprovação e documentação científicas. Sérgio Buarque, que vivenciara a atividade acadêmica profissionalizada quando, em 1936, ingressou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (foi contratado para o cargo de Professor-Assistente da Cadeira de História Moderna e Contemporânea, da qual era titular o Professor Henri Hauser; da de Literatura Comparada, do Professor Trouchon e, em 1938 foi nomeado Professor-Adjunto da segunda secção didática), posteriormente, em 1941, esteve nos Estados Unidos a convite da Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado norte-americano (quando proferiu palestras, participou de congresso, mesas-redondas e cursos em diferentes universidades. Esteve em New York, Washington, Chicago e Wyoming) e, finalmente, quando, em 1947, iniciou suas atividades junto à Escola de Sociologia e Política, onde permaneceu até 1955,

---

<sup>95</sup> Lewis Hanke e a tese da fronteira, de Frederick Jackson Turner.

<sup>96</sup> Remeto a Wegner (2000), que trata mais profunda e fundamentadamente deste aspecto.

<sup>97</sup> Por meio de comparação metódica, localizei todas as modificações efetuadas por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, edição de 1936. Através do APÊNDICE A que segue acostado, apresento as alterações através de colunas comparativas. Somente deixei de fazer constar as pequenas alterações de estilo e as formais. Exceção feita ao capítulo VII, que foi bastante alterado. Sendo assim, esse capítulo segue transcrito por completo, tanto na versão de 1936, como naquela de 1948.

responsabilizou-se pela Cadeira de História Econômica do Brasil, anteriormente regida por Roberto Simonsen. Necessário ainda enfatizar que a sua nomeação para o cargo de Diretor do Museu Paulista, em 1946, em substituição a Afonso de E. Taunay, exerceu forte peso para o seu compromisso com a pesquisa acadêmica em moldes científicos. A esse respeito utilizo novamente a contribuição de Souza (2014-A, p. 22):

Sob sua gestão, o museu deixou de ser uma espécie de câmara ardente da memória do bandeirismo paulista e se voltou para a etnografia e a etnoantropologia, guinada expressa na contratação de Herbert Baldus e Harald Schultz. **Foi ainda graças à iniciativa de Sérgio que se retomou, em 1947, a publicação da *Revista do Museu Paulista*, suspensa em 1938 e, uma vez reativada, importante espaço de divulgação para textos dessa especialidade, tanto nacionais quanto internacionais, em ambos os casos destacando-se os de etnologia indígena. Ali se publicou na íntegra, pela primeira vez, *A função social da guerra na sociedade tupinambá, de Florestan Fernandes, (1952)*, bem como “Índios e mamelucos, da expansão paulista” (1949), que mais tarde integrou a primeira parte de *Caminhos e fronteiras, (1957)* (Grifo meu).**

A segunda ordem de alterações é relativa à recolocação da questão das entradas e bandeiras tendo em vista oferecer uma solução diferente, e mais consoante ao movimento de redemocratização global, para a superação do desencontro entre o acentuado personalismo do legado ibérico e a estrutura sociopolítica abstrata e impessoal do liberalismo.

Em face do término da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo, as questões políticas mobilizavam grande parte dos interesses dos intelectuais brasileiros, particularmente aquelas associadas às causas democráticas (Costa, 2011, p. xii; Bastos, 2016, p. 406). Em meio a essa conjuntura, Sérgio Buarque, em 1945, participou como um dos fundadores da Esquerda Democrática e da subsequente fundação, em 1947, do Partido Socialista Brasileiro, concorrendo, inclusive, como candidato a vereador. Participou, ainda em 1945, do Primeiro Congresso de Escritores realizado em São Paulo, quando foi eleito Presidente da secção do Distrito Federal da Associação Brasileira de Escritores. Durante sua gestão conseguiu a primeira sede própria para a Associação. Figurou como um dos signatários da Declaração de Princípios elaborada naquele Congresso e que, lida nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, posicionou-se contra a ditadura (Nogueira, 1988, pp. 22-23).

Concomitantemente à aproximação de Sérgio Buarque das causas de natureza política, o eixo da sua reflexão e atividade profissional fixava-se no âmbito da análise sócio-histórica direcionando-se, paulatinamente, para a compreensão do lugar de São Paulo na formação brasileira e na modernização em curso. Segundo Guimarães (2008, p. 37) a compreensão da obra do historiador há de considerar seu interesse crítico e historiográfico pelos assuntos paulistas, pois, “mais que um gentílico, um afeto passional ou um abjeto de ofício, o ser paulista no século XX é traço marcante da trajetória do homem e do entendimento da obra de Sérgio Buarque de Holanda”.

A definição do Planalto de Piratininga, com sua rede expansiva da colonização, começa a se desenhar como foco espacial e temporal através do artigo “Caminhos e fronteiras”, de 1939, publicado na *Revista do Brasil* e que daria origem ao importante livro de 1957. Essa preparação inicial prosseguiu não somente com outros dois escritos, como indicado por Guimarães (2008, p. 47), “Colônias de parceria”, publicado em 1940 na *Revista do Brasil*, e “Capelas antigas de São Paulo”, artigo de 1941 publicado na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* do Rio de Janeiro<sup>98</sup>, mas notadamente a partir de inúmeros outros textos produzidos durante os anos 1940<sup>99</sup>. Alguns deles vieram a ser posteriormente incluídos na segunda edição de *Raízes do Brasil*, como “A língua geral em São Paulo I, II e III”, escritos publicados originalmente pelo *O Estado de S. Paulo* em 11 de maio, 18 de maio e 13 de junho de 1946 (Costa, 2011, pp. 294-309). Contudo, conclui Guimarães (2008, p. 47), “o trajeto para o entendimento dos caminhos históricos que levaram São Paulo a se tornar o principal núcleo modernizador do Brasil foi realmente iniciado em *Monções* (1945), seu primeiro livro claramente histórico em termos teórico-metodológicos”.

A retomada da orientação liberal pelos países Ocidentais, a conjuntura nacional alterada do ponto de vista político e o comprometimento de Sérgio Buarque com as questões democráticas, somados ao alargamento e sofisticação de suas pesquisas sobre

---

<sup>98</sup> Segundo Guimarães (2008, p. 47), “Colônias de parceria” é estudo de economia e mentalidades no processo de quebra de um dos pilares da colonização, resultado direto da tradução do Diário de Thomas Davatz, e “Capelas antigas de São Paulo” é um texto no qual Holanda se atém aos monumentos, testemunhos de uma das maiores forças fundadoras.

<sup>99</sup> Costa, 2011, pp. 93-574.

o avanço das bandeiras, monções e dos tropeiros pelo interior do país, confluíram, na segunda edição de *Raízes do Brasil*, de modo a atenuar o impacto de sua afirmação: “o personalismo é uma noção positiva – talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos” (Bastos, 2016, p. 410).

Por meio de alguns expurgos e inclusões na edição de 1948 de *Raízes*, lidos em conjunto com *Monções* e demais escritos do período, Sérgio Buarque deixa entrever, ainda que não de maneira explícita naquele ensaio, que o disciplinamento do sertanista paulista pôde exercer influência transformadora nos hábitos de vida patriarcais.

Os trechos abaixo transcritos comparativamente indicam que, na segunda edição, o autor preocupou-se em romper com a imagem heroica e mitológica do bandeirante, valorizando senão os aspectos materiais (as ações e práticas cotidianas) do seu adentrar pelo Oeste brasileiro.

*Raízes do Brasil*. 1ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

[...]. Quando hoje se fala em “interior”, pensa-se, como no século XVI, em região pouco povoada e apenas atingida pela cultura urbana, A obra **grandiosa** das bandeiras paulistas não pode ser bem compreendida em toda a sua extensão, se não a destacarmos um pouco do esforço português, como um empreendimento que encontra em sim mesmo a sua explicação, embora ainda não use desfazer-se de seus vínculos com a metrópole europeia, e que, desafiando todas as leis e todos os perigos, vai dar ao Brasil a sua atual silhueta geográfica.

[...]

No planalto de Piratininga nasce em verdade um momento novo de nossa história nacional. Ali, pela primeira vez, a inércia difusa da população colonial adquire forma própria e encontra uma voz articulada. A expansão dos *pioneers* paulistas, **entre os quais se destacam figuras monumentais, como a desse extraordinário Antonio Raposo Tavares**, não tinha as suas raízes do outro lado do oceano, podia dispensar o estímulo da metrópole, e fazia-se frequentemente contra a vontade e contra os interesses imediatos desta. Mas ainda esses audaciosos caçadores de índios, farejadores e exploradores de riquezas, foram, antes do mais, puros aventureiros – só quando as circunstâncias forçavam é que se faziam colonos. **Acabadas as expedições, quando não acabavam mal, tornavam geralmente à sua vila e às suas terras. Nem eles, nem os povoadores dos currais de gado da margem do São Francisco e dos sertões do nordeste, realizaram obra colonizadora, senão esporadicamente e de passagem** (Holanda, 1936, pp. 72-73, grifos meus).

*Raízes do Brasil*. 2ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948.

[...]. Quando hoje se fala em “interior”, pensa-se, como no século XVI, em região escassamente povoada e apenas atingida pela cultura urbana, A obra das bandeiras paulistas não pode ser bem compreendida em toda a sua extensão, se não a destacarmos um pouco do esforço português, como um empreendimento que encontra em sim mesmo a sua explicação, embora ainda não use desfazer-se de seus vínculos com a metrópole europeia, e que, desafiando todas as leis e todos os perigos, vai dar ao Brasil a sua atual silhueta geográfica.

[...]

No planalto de Piratininga nasce em verdade um momento novo de nossa história nacional. Ali, pela primeira vez, a inércia difusa da população adquire forma própria e encontra voz articulada. A expansão dos *pioneers* paulistas não tinha suas raízes do outro lado do oceano, podia dispensar o estímulo da metrópole e fazia-se frequentemente contra a vontade e contra os interesses imediatos desta. Mas ainda esses audaciosos caçadores de índios, farejadores e exploradores de riquezas, foram, antes do mais, puros aventureiros – só quando as circunstâncias forçavam é que se faziam colonos. **Acabadas as expedições, quando não acabavam mal, tornavam eles geralmente à sua vila e aos seus sítios da roça. E assim, antes do descobrimento das minas, não realizaram obra colonizadora, salvo esporadicamente** (Holanda, 1948, pp. 141-142, grifos meus).

Observa-se que na edição de 1948 foram suprimidos o adjetivo “obra grandiosa das bandeiras paulistas”, bem como a frase que exalta os bandeirantes: “A expansão dos *pioneers* paulistas entre os quais se destacam figuras monumentais como desse extraordinário Antonio Raposo Tavares”. Necessário também fazer constar que, na segunda edição, Sérgio Buarque passou a reconhecer a obra colonizadora das bandeiras cujo início ocorreria, com maior efetividade, a partir da descoberta das minas de ouro: “E assim, antes do descobrimento das minas, não realizaram obra colonizadora, salvo esporadicamente”.

Através da incorporação, na edição modificada, da série “A língua geral em São Paulo I, II e III”, divulgada pelo *O Estado de S. Paulo* em 1946, seu autor deixa transparecer sua preocupação em colocar em evidência o papel do mameluco como intermediário entre dois mundos. Ao explorar os aspectos materiais específicos da língua falada em São Paulo ao longo do avanço das bandeiras, o historiador descreveu como elementos da cultura indígena e europeia se compuseram de modo a favorecer a adaptação dos portugueses ao novo ambiente. Dessa forma, Sérgio Buarque afastava-se da historiografia dominante, pois privilegiava o movimento e o dinamismo que resultavam do amálgama entre aqueles povos, em detrimento dos conceitos fixos e estáticos da análise que partia da perspectiva exclusiva de raça. Ao eclipsar personagens e heroísmos, Sérgio Buarque conferia ênfase às ações e às práticas cotidianas<sup>100</sup>.

Esse conjunto de modificações que o historiador levou a efeito tendo em vista a nova edição de seu livro, reverberaram com maior intensidade no Capítulo VII de *Raízes do Brasil*, onde se encontram as alterações mais significativas no sentido de abrandar o nosso personalismo e oferecer uma alternativa menos autoritária à tensão que resulta da sua dificuldade de associação coletiva.

---

<sup>100</sup> A esse respeito, ver Souza, Prefácio in Holanda, 2014 (A), especialmente pp. 20-21.

*Raízes do Brasil. 1ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.*

Entre nós, já o dissemos, o personalismo é uma noção positiva – talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos. Ao seu lado todos os lemas da democracia liberal são conceitos puramente decorativos, sem raízes profundas na realidade. Isso explica bem como nos países latino americanos, onde o personalismo – ou mesmo a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as resistências da demagogia liberal, acordando os instintos e os sentimentos mais vivos do povo, tenha assegurado, com isso, uma estabilidade política que de outro modo não teria sido possível. **A formação de elites de governantes em torno de personalidades prestigiosas tem sido, ao menos por enquanto, o princípio político mais fecundo em nossa América.** O Chile teve os decênios mais felizes de sua história sob o regime inaugurado por Diego Portales, que soube arrancar o país do perigo das ditaduras ou da anarquia, mediante um poder acentuadamente oligárquico. Ainda hoje a maior estabilidade e a relativa prosperidade da pequena república da Costa Rica entre as suas bulhentas irmãs da América Central, explica-se largamente pelos mesmos motivos. A ideia de uma entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo aos seus destinos é dificilmente inteligível para a mentalidade dos povos da América Latina.

**De tudo isso resulta uma confirmação do que se vem dizendo aqui sobre a adoção das formulas democráticas no Brasil e em outros países do continente, a saber que ela resultou simplesmente de um mal entendido.** É frequente imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais quando em realidade lutamos por um personalismo ou contra outro. [...] (Holanda, 1936, pp. 152-153, grifos meus).

*Raízes do Brasil. 2ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948.*

É inegável que em nossa vida política o personalismo pode ser em muitos casos uma força positiva e que ao seu lado os lemas da democracia liberal parecem conceitos puramente ornamentais ou declamatórios, sem raízes fundas na realidade.

Isso explica como, entre nós e, em geral, nos países latino-americanos, onde quer que o personalismo – ou a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as resistências liberais, assegurou-se, por essa forma, uma estabilidade política aparente, mas que de outro modo não seria possível. Para os chilenos, os três decênios do regime inaugurado por Diego Portales, que arrancou o país do perigo da anarquia mediante um poder acentuadamente oligárquico, ainda passam por ser os mais ditosos de sua história. E ainda hoje, a maior estabilidade da pequena República de Costa Rica entre suas bulhentas irmãs da América Central explica-se largamente pelos mesmos motivos. **A existência de tais situações, em verdade excepcionais, chega a fazer esquecer que os regimes discricionários, em mãos de dirigentes “providenciais” e irresponsáveis, representam, no melhor caso, um disfarce grosseiro, não uma alternativa, para a anarquia.** A ideia de uma espécie de entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo os seus destinos, é dificilmente inteligível para os povos da América Latina.

É frequente imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais quando, em realidade, lutamos por um personalismo ou contra outro. [...] (Holanda, 1948, pp. 275-276, grifos meus).

A respeito dos trechos excluídos por seu autor, necessário sublinhar que tais expurgos fizeram resultar um texto em que o peso do personalismo na dimensão psicogenética nacional é atenuado. Sérgio Buarque, inclusive, chama a atenção para a excepcionalidade dos governos de uma única liderança forte através do segmento que inclui na edição de 1948: “A existência de tais situações, em verdade excepcionais, chega a fazer esquecer que os regimes discricionários, em mãos de dirigentes “providenciais” e irresponsáveis, representam, no melhor caso, um disfarce grosseiro, não uma alternativa, para a anarquia.”

Também neste capítulo, através das inovações ali introduzidas, Sérgio Buarque acentua a sua percepção de que a herança ibérica não correspondia a um legado fixo e imutável, mas, diferentemente, sofria um processo, ainda em andamento, de amalgamação cuja dinâmica, resultado da expansão paulista para além de seu Planalto, estava fazendo nascer uma nação mais americana e menos europeia. Isso fica claro por meio da localização temporal e da concepção do historiador a respeito da revolução em curso. Como o título indica, o tema da seção é “Nossa revolução”. Mas, na primeira edição, essa revolução já teria ocorrido, seria fato pretérito. Na edição revisada e alterada, a revolução estava ocorrendo.

**Raízes do Brasil. 1ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.**

Se a data da Abolição marca no Brasil o fim do predomínio agrário, o quadro político instituído no ano seguinte quer responder á conveniência de uma forma adequada para a nova composição social. Existe um elo secreto estabelecendo com esses dois acontecimentos e numerosos outros uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional. **Processou-se**, é certo, sem o grande alarde de algumas convulsões de superfície, que os historiadores exageram frequentemente em seu zelo minucioso e fácil de compendiar as transformações exteriores da existência dos povos. Perto dessa revolução, a maioria de nossas agitações do período republicano, como as suas similares das nações da América Espanhola, parecem simples desvios na trajetória da vida política legal do Estado, comparáveis a essas “revoluções palacianas”, familiares aos conhecedores da história europeia. Houve quem observasse, e talvez com justiça, que tais movimentos, no fundo, têm o mesmo sentido e a mesma utilidade das eleições presidenciais na América do Norte; o abalo por eles produzido na sociedade não deve ser mais profundo do que o resultante destas. “Segundo todas as probabilidades – refere um autor norte-americano – essas revoluções não prejudicam mais aos negócios do que nossos pleitos presidenciais nos Estados Unidos, nem custam tão caro quanto estes”.

A grande revolução brasileira não **foi** um fato que se pudesse assinalar em um instante preciso; **foi** antes um processo demorado e que **durou** pelo menos três quartos de século. **Os seus pontos culminantes – a transmissão da família real portuguesa, a independência política, a Abolição e a Republica – associam-se como acidentes diversos de um mesmo sistema orográfico.** Se em capítulo anterior se tentou fixar a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar os freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável. Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, o marco visível entre duas épocas.

E efetivamente, daí por diante estava preparado o terreno para o novo sistema, com sua sede não já nos domínios rurais, mas nos centros urbanos. Se a **revolução** que, através de todo o Império, não cessou de subverter as bases em que assentava nossa sociedade ainda está longe, talvez, de ter atingido o desenlace final, parece indiscutível, porém, que **já foi transposta a sua fase aguda.** [...] (Holanda, 1936, pp. 135-137, grifos meus).

**Raízes do Brasil. 2ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948.**

Se a data de Abolição marca no Brasil o fim do predomínio agrário, o quadro político instituído no ano seguinte quer responder à conveniência de uma forma adequada à nova composição social. Existe um elo secreto estabelecendo entre esses dois acontecimentos e numerosos outros uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional. **Processa-se**, é certo, sem o grande alarde de algumas convulsões de superfície, que os historiadores exageram frequentemente em seu zelo, minucioso e fácil, de compendiar as transformações exteriores da existência dos povos. Perto dessa revolução, a maioria de nossas agitações do período republicano, como as suas similares das nações da América espanhola, parecem simples desvios na trajetória da vida política legal do Estado comparáveis a essas antigas “revoluções palacianas”, tão familiares aos conhecedores da história europeia.

Houve quem observasse, e talvez com justiça, que tais movimentos, no fundo, têm o mesmo sentido e a mesma utilidade das eleições presidenciais da América do Norte; o abalo por eles produzido na sociedade não deve ser mais profundo do que o resultante destas. “Segundo todas as probabilidades”, refere um autor norte-americano, “essas revoluções não prejudicam mais aos negócios do que os nossos pleitos presidenciais dos Estados Unidos, nem custam tão caro”.

A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que **vem durando** pelo menos há três quartos de século. **Seus pontos culminantes associam-se como acidentes diversos de um mesmo sistema orográfico.** Se em capítulo anterior se tentou fixar a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável. Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, o marco mais visível entre duas épocas.

E efetivamente daí por diante estava melhor preparado o terreno para um novo sistema, com seu centro de gravidade não já nos domínios rurais, mas nos centros urbanos. Se o **movimento** que, através de todo o Império, não cessou de subverter as bases em que assentava nossa sociedade ainda está longe, talvez, de ter atingido o desenlace final, parece indiscutível que **já entramos em sua fase aguda.** [...] (Holanda, 1948, pp. 253-255, grifos meus).

Se, na edição de 1936, como um dos desdobramentos daquele desajuste entre estrutura da personalidade coletiva e estrutura social, o capítulo VII abordava as fortes mudanças políticas, econômicas e sociais ocasionadas com a transição do domínio do mundo rural para o urbano, movimento esse temporalmente situado entre a transmissão da família real portuguesa, a independência política, a Abolição e a República, sendo que o seu momento de maior tensão já havia sido ultrapassado; na publicação de 1948, a gênese destas transformações foram descoladas daqueles episódios da história nacional e, principalmente, o movimento transformador da sociedade ainda se operava. A revolução assume outro caráter, pois passa a comportar os aspectos da possível adaptação do temperamento nacional a um formato de estrutura social com correspondência mais orgânica. Ou seja, a revolução em curso estaria elaborando uma forma política em consonância com o peso das virtudes e dos feitos pessoais, tanto quanto com a força do aspecto emocional que caracteriza o homem cordial.

Waizbort (2011, p. 52) reconhece esse novo tom que Sérgio Buarque confere ao fenômeno abordado na seção em questão, assim considerando:

Apesar disso, não está descartada a possibilidade de uma transformação de longa duração na estrutura da personalidade, quem sabe uma superação do personalismo e a abertura para a possibilidade de uma sociedade na qual a democracia deixe de ser um mal-entendido. De todo modo, estamos falando de uma longa e “nossa revolução”, de lenta maturação. (...) É por essa razão que estamos condenados a viver uma “crise de adaptação” que a curto prazo não se deixa simplesmente resolver.

Se o tratamento dado, em 1948, por Sérgio Buarque ao “processo revolucionário a que vamos assistindo” (Holanda, 1948, p. 270) for lido em conjunto à inclusão que faz, na mesma edição, do texto “A língua-geral em São Paulo” nas Notas ao capítulo IV, resulta evidente o protagonismo das bandeiras e de seu mameluco (predominantemente paulista) no movimento de americanização<sup>101</sup>, ou seja, de aproximação do temperamento nacional a uma estrutura política, social e cultural em correspondência mais autêntica e orgânica com seus instintos e sentimentos mais vivos.

---

<sup>101</sup> Aqui, mais uma vez remeto a Wegner (2000).

Neste escrito, o historiador aborda a língua-geral em São Paulo em face do avanço dos bandeirantes, que se valiam do idioma tupi, preponderantemente, no seu relacionamento civil e doméstico com os indígenas: “[...] os paulistas da era das bandeiras se valiam do idioma tupi em seu trato civil e doméstico, exatamente como os dos nossos dias se valem do português” (Holanda, 1948, p. 179). Repleto de dados históricos do cotidiano minuciosamente descritos, com os nomes dos personagens envolvidos e dos locais respectivos bem discriminados, com várias notas ricas em referências a consultas à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; à Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; à Revista do Arquivo Municipal etc., além de mencionar um documento manuscrito que lhe comunicou o “mestre Afonso de Taunay” (Ibid., p. 188), este texto aponta para uma herança colonial que, em contato com o dinamismo da expansão fronteiriça e paulista, resulta em algo diferente daquilo que fincou raízes na faixa litorânea e açucareira do país.

O excerto que segue demonstra o alegado.

Para vencer tamanhas contrariedades impunha-se a caça ao índio. As grandes entradas e os descimentos tinham aqui objetivos bem definidos: assegurar a mesma espécie de sedentarismo que os barões açucareiros do Norte alcançavam sem precisar mover o pé dos seus engenhos. Por estranho que pareça, a maior mobilidade, o dinamismo, da gente paulista, ocorre, nesse caso, precisamente em função do mesmo ideal de permanência e estabilidade que, em outras terras, pudera realizar-se com pouco esforço desde os primeiros tempos da colonização.

Mas se é verdade que, sem o índio, os portugueses não poderiam viver no planalto, com ele não poderiam sobreviver em estado puro. Em outras palavras, teriam de renunciar a muitos dos seus hábitos hereditários, de suas formas de vida e de convívio, de suas técnicas, de suas aspirações e, o que é bem mais significativo, de sua linguagem, E foi, em realidade, o que ocorreu.

O que ganharam ao cabo, e por obra de seus descendentes mestiços, foi todo um mundo opulento e vasto, galardão insuspeitado ao tempo do Tratado de Tordesilhas. [...] (Ibid., pp. 191-192).

Por fim, reafirmo que a compreensão e interpretação mais acertadas das principais transformações empreendidas por Sérgio Buarque no capítulo “Nossa revolução” é aquela oferecida por Wegner (2000). Na edição de 1948, notadamente no excerto que consta acima, Sérgio Buarque sugere que a América Latina vivia um processo de dinamização do legado ibérico para além do simples desfrute e da ação aventureira. O

historiador esboça, na segunda edição, um processo de americanização da cultura adventícia a caminho de possibilitar que o legado colonial resultasse em algo mais compatível com a modernização em curso, quiçá com suas correspondentes instituições democráticas.

### 3.

Sérgio Buarque de Holanda registrou, em depoimento público, o legado dominador que restou de seu pai ao dele falar nos seguintes termos:

O que sou hoje acho que é uma reação contra a lembrança deste autoritarismo<sup>102</sup>.

Se, para o autor de *Raízes do Brasil*, a memória paterna seguia cravada pela ascendência controladora, sua obra de estreia, da mesma forma, guarda traços do ambiente familiar de convívio, especificamente da origem social herdada de seu pai<sup>103</sup> que revela ter sido, Sérgio Buarque, um homem marcado pelo declínio da grande propriedade rural açucareira oriunda do período colonial e, ao mesmo tempo, pelo alto investimento familiar em capital cultural enquanto mecanismo de reconversão social.

A ênfase que conferi à reconstituição da biografia de Sérgio Buarque de Holanda explica-se pela minha opção, ora reforçada, por compreender *Raízes do Brasil*, e subsequentes alterações empreendidas para a segunda edição, a partir da reconstrução das forças formadoras de hábitos e disposições que, incorporadas pelo autor, acredito estarem na gênese da sua obra. Portanto, embora eu também tenha procurado articular, ao longo de toda a trajetória profissional e intelectual de Sérgio Buarque aqui descrita, elementos da interpretação interna e externa do texto de *Raízes*, isso ocorreu de modo a privilegiar a identificação e compreensão das tomadas de posição de Sérgio Buarque (enquanto escolhas dentre as possíveis) em relação à sua posição mesma no campo

---

<sup>102</sup> Andrade, Jorge. *Labirinto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 177. Apud Nogueira, 1988, p. 19.

<sup>103</sup> Sobre os antepassados de Sérgio Buarque pelo tronco materno, não foi possível localizar nenhuma informação, a não ser o nome dos padrinhos que criaram e educaram sua mãe, que era órfã e nascida em Niterói/RJ, como já mencionado no início desta pesquisa e no incluso ANEXO A.

social e intelectual, bem como em relação às tensões e disputas a ela inerentes durante o interregno aqui estudado (período que se encerra em 1948, com a segunda edição de *Raízes do Brasil*). Tendo em vista que “esse espaço de possíveis, que transcende os agentes singulares, funciona como uma espécie de sistema comum de coordenadas que faz com que, mesmo que não se refiram uns aos outros, os criadores contemporâneos estejam objetivamente situados uns em relação aos outros” (Bourdieu, 2014, p. 54), minha proposta metodológica concentrou-se na tentativa de reconstrução das redes de sociabilidade e de influências de Sérgio Buarque, essas constituídas em torno de livrarias, revistas literárias, jornais, editoras, instituições do Poder Público e universidades.

Este enfoque permitiu que eu reconhecesse no esforço de Sérgio Buarque em participar do debate em torno dos problemas nacionais através de *Raízes do Brasil*, a referência a um passado e a determinadas tradições que compunham, de forma praticamente idêntica, as de sua própria família.

Como já dito, os antecedentes de Sérgio Buarque eram grandes proprietários rurais numa região que atualmente integra, majoritariamente, o Estado de Alagoas (conforme melhor e mais detalhadamente descrito no Anexo 1). O historiador Bartolomeu Buarque de Holanda (2007), cuja pesquisa histórico-genealógica embasa parte desta dissertação, ao contar de alguns antepassados de Sérgio Buarque de Holanda, assim descreve Maceió entre os anos 1817-1818:

Neste período, Maceió era um pequeno vilarejo com meia dúzia de famílias enriquecidas na lavoura. Os núcleos principais dessas oligarquias, instaladas na província, em grandes propriedades e extensões de terras, já haviam firmado sua riqueza na lavoura, na cana-de-açúcar. Era em torno de Porto Calvo, Porto de Pedras, Maragogi, São Miguel, Anadia e Alagoas que se concentrava a maior parte dessa oligarquia (Holanda, 2007, p. 113).

Esse é o ambiente espaço-temporal que Sérgio Buarque transporta para *Raízes*, local e época em que o universo rural predominava sobre as cidades, algumas poucas significantes. Ambiente de dominância familiar e patriarcal, onde a Coroa Portuguesa mal se fazia sentir. A amplitude da esfera de influência do senhor de engenho para além

dos limites de suas propriedades tornava indistinta a natureza de sua autoridade, se privada ou pública.

Nesse sentido, a genealogia da avó materna de Sérgio Buarque demonstra a participação de vários de seus antepassados diretos em funções e cargos representativos do poder da metrópole colonial portuguesa concomitantemente à administração de suas extensões de terra.

**Maria Magdalena Paes de Hollanda Cavalcanti**, nascida em 22/7/1835, no **Engenho Maragá**, falecida em 3/4/1924, em Porto Calvo, AL. Filha de José Luís Paes de Melo (...), **Alferes do Regimento de Milícia da Freguesia de Sirinhaém; cavaleiro fidalgo da Casa Imperial**, e de Luísa Izabel de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. Neta paterna de Francisco Xavier Paes de Melo Barreto, **Capitão do Terço Auxiliar da Vila de Sirinhaém, Fidalgo cavaleiro da Casa Imperial; Ordem do Cruzeiro**, e de Maria Rita Wanderley. Neta materna do cel. Christovam de Hollanda Cavalcanti e de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Bisneta paterna de José Luís Paes de Melo, **mestre de campo da Vila de Sirinhaém** e de Ana Florência Conceição Wanderley. Bisneta paterna do **general Francisco Xavier Paes de Melo Barreto I, comandante da Freguesia do Una, capitão da 3ª Cia. Auxiliar de Sirinhaém**, e de Ana Rita Maurício Wanderley (**descendente de João Paes Velho Barreto, Morgado do Cabo**). Bisneta materna de Antonio de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, **1º tenente-coronel do Regimento da Cavalaria da Vila de Sirinhaém e 12º cel. do Regimento da Cavalaria de Sirinhaém**, e de Maria Manuela de Melo, **proprietários e fundadores do Engenho Marrecas**. Bisneta materna de Christovam de Hollanda Cavalcanti, **capitão da Nova Cia. De Ordenança de Tracunhaém, e tenente-cel. do distrito de Igarassu**, e de Ana Maria José de Melo. **Descendentes de Arnau de Hollanda e Brites Vasconcelos, que chegaram em Pernambuco por volta de 1535 em companhia do primeiro donatário da Capitania**. Sendo Christovam e Antonio de Hollanda Cavalcanti filhos de Christovão de Holanda Cavalcanti e de sua prima Paula Cavalcanti de Albuquerque, **moradores e proprietários do Engenho Monjope, Igarassu, Pernambuco** (Holanda, 2007, pp. 180-182, grifos meus).

Para reforçar o peso social e político da unidade familiar, em detrimento de outra fonte de autoridade, qual seja o poder da Coroa Portuguesa à época e, posteriormente, em menosprezo ao incipiente ordenamento jurídico de origem estatal, os casamentos funcionavam como recurso de integração, nos termos da narrativa de Holanda (2007, p. 127) ao descrever algumas gerações de sua família.

Havia na família muitos nomes repetidos, muitos casamentos entre membros da mesma família, primos com primas, tios com sobrinhas, pois que o círculo de convívio era muito restrito, principalmente entre parentes de propriedades vizinhas, prevalecendo os interesses econômicos. [...] Os casamentos também

ocorriam quando viúvo ou viúva casava-se com cunhada ou cunhado, ou tios como sobrinhas.

Esses elementos são incorporados em *Raízes do Brasil*, embora não exclusivamente. Vários outros autores recorreram ao passado e às tradições ibéricas para a composição de suas interpretações do país.

Brasil Pinheiro Machado (In Monteiro, Eugênio (organização), 2008, pp. 169-173) explica que a historiografia social do país, desde Antonil, com o livro *Cultura e opulência do Brasil*, publicado em 1711, já vinha tratando a sociedade brasileira como uma estrutura global nos seguintes termos:

O centro de dominação é o senhor de engenho, descrito não como um burguês envolvido em problemas de produção e de transações comerciais, mas como um fidalgo. Ao redor desse fidalgo, e dependente dele, estruturam-se uma família senhorial dominadora; a propriedade do latifúndio que lhes confere o *status*; os escravos; os homens não-escravos, mas sem autonomia; os lavradores de partido, verdadeiros clientes, homens livres, mas dependentes do estatuto da propriedade territorial, presos ao senhor pela obrigação da cana cativa; a igreja, representada pelo capelão, simples funcionário do latifúndio; a população das vilas, governadas pelo senhor de engenho por meio da posse do poder político da Câmara Municipal (Machado, 2008, p. 169).

Essa individualidade histórica<sup>104</sup> “constitui o chão nativo” a partir do qual os historiadores e pensadores sociais refletiram sobre Brasil, fornecendo inclusive o modelo de sociedade utilizado nos enredos dos romances do tempo do Império.

Particularmente em Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, em suas obras de interpretação do país, conforme Machado (2008, p. 170), esta imagem das relações estruturais da sociedade brasileira está presente de modo a fixar “seu caráter, sua ética e o tipo de solidariedade social em mais de três séculos de vida agrária colonial e dentro de um sistema familiar abrangente”.

---

<sup>104</sup> “Decorre do método weberiano que o objeto do conhecimento histórico não se dá ao historiador. Ele tem de ser construído. A construção implica escolha de dados da realidade da experiência do historiador que permitam o agrupamento conceptual das conexões da realidade em um todo. A esse todo, cuja realidade é assegurada pela sua significação cultural, Weber denominou ‘individualidade histórica’” (Machado, 2008, pp. 168-169).

Em igual direção, Bastos (2016, pp. 406-407) afirma que “o lugar ocupado pelas tradições ibéricas na constituição da sociedade brasileira é lugar comum” nas análises de interpretação do país.

Mas é em Sérgio Buarque que o recurso ao passado colonial e ao “lugar ocupado pelas tradições ibéricas na constituição da sociedade brasileira” parece soar autobiográfico, pois *Raízes do Brasil* sugere a incorporação de recordações e reminiscências de sua vida privada. Essa proposição considera, primeiramente, que os episódios singularmente vividos pelo ensaísta e que conferem especificidade à sua vida e à sua trajetória individual (Winkin, 1999, pp. 14-15), conduziram Sérgio Buarque a reproduzir, em *Raízes do Brasil*, sua percepção particular do mundo social. Mas também leva em conta, sobretudo e em segundo lugar, o fato desta investigação indicar que o historiador paulista, em seu livro de estreia, reproduziu marcadamente a posição que ocupava na estrutura social.

Como as experiências sociais de Sérgio Buarque, que são constitutivas da sua conformação de classe, correspondem a uma origem social impactada pelo declínio da aristocracia rural açucareira de Pernambuco e Alagoas, e correlata perda de prestígio, poder e de posições de influência nas esferas social, econômica e política, os iberismos, notadamente o caráter personalista da base psicogenética herdada (estrutura psicológica) do colonizador, foram associados, pelo ensaísta, à “tensão presente nas sociedades de base ibérica [...]” (Bastos, 2016, p. 409). Ou ainda, como propõe Waizbort (2011), a autarquia do indivíduo e o domínio da família, imperativos categóricos de nosso povo e que pautam nossa organização política e social, em *Raízes do Brasil* são a fonte do desajuste às instituições introduzidas pelo Estado republicano, que posteriormente se pretendeu democrático e moderno.

A concepção cognitiva que orientou Sérgio Buarque em sua tentativa de compreensão e explicação da constituição da sociedade brasileira, cingida pela experiência de insucesso e falência de seus antepassados mais próximos, cresce em evidência se comparada à análise elaborada por Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala*.

Segundo Bastos (2016, p. 407), ambos desenvolvem sua argumentação a partir da análise dos efeitos da “cultura da personalidade” presente na sociedade ibérica tendo em vista demonstrar sua incompatibilidade com uma hierarquia social rígida. “Mas as consequências e os efeitos político-sociais desse perfil são vistos de forma radicalmente diferente na obra de cada um”.

Para o autor pernambucano, que também recorre às tradições ibéricas para demonstrar os “particularismos do país”, o personalismo “garantiria uma convivência social marcada pela harmonia, característica de uma ‘democracia social’”. A presença da família patriarcal ao longo da história do Brasil teria assegurado a ordem e a estabilidade da estrutura social, proporcionando o equilíbrio de antagonismos e atenuando a emergência de conflitos. O personalismo teria sido o elemento que conferiu à família patriarcal seu caráter conciliador e seu papel ordenador da sociedade. Sendo a unidade social básica, é ela que torna a sociedade autorregulável, pois a “família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio é, desde o século XVI, o grande fator colonizador do Brasil” (Ibid., pp. 407-409).

Diferentemente, o historiador paulista localiza na nossa estrutura da personalidade, em tudo avessa ao que tolhe ou ultrapassa a autarquia do indivíduo e a sua exaltação extrema, a fonte do agudo atrito em relação à penetração do ideário e da prática liberal. Essa incompatibilidade inviabilizaria uma estrutura social de caráter democrático. O domínio da ordem familiar e doméstica, “naturalmente particularista e antipolítica”, acentuaria aquela disjunção ao permitir uma “invasão do público pelo privado, do Estado pela Família”, sendo um equívoco considerar o Estado como ampliação do círculo familiar. Ao contrário, a família deveria ser “transgredida” para que o Estado pudesse nascer saudável, íntegro, e o indivíduo se fazer cidadão. Nessa direção, continua Bastos (2016, pp. 409-410), “desde a primeira edição de *Raízes do Brasil* está presente a visão do autor da necessidade de superação da cultura personalista para a configuração de uma sociedade moderna. Em outras palavras, desde 1936 a posição de

Holanda se alinha com a necessidade de formação de instituições reguladoras, e ele não crê nas possibilidades de autogestão da sociedade [...].”<sup>105</sup>

Portanto, em Sérgio Buarque, as crises que acompanham o processo pelo qual a lei geral suplanta a lei particular tem um peso mais significativo, pois elas podem ser “mais ou menos graves e prolongadas”, podendo “afetar profundamente a estrutura das sociedades” (Holanda, 1936, p. 94). Waizbort (2011) amplia o alcance desta formulação ao sublinhar que no entendimento do ensaísta a lei particular, estando profundamente entranhada na estrutura psicogenética nacional, não se mostra disposta a abdicar de seus direitos. Tal relutância mantém o descompasso entre uma estrutura da personalidade hostil ao liberalismo, à igualdade e ao bem comum, impedindo que a modernização nacional encontre ambiente adequado para implementação. Sérgio Buarque não prevê uma saída a curto prazo para tal situação, pois “todas as soluções que não forem afins à estrutura da personalidade permanecerão mal-entendidos, como é o caso da democracia. A solução sugerida em *Raízes do Brasil* é a procura de uma estrutura da sociedade afim ao personalismo, ao mesmo tempo em que uma transformação lenta e gradual dessa mesma estrutura da personalidade” (Waizbort, 2011, pp. 48-50). A argumentação desenvolvida pelo ensaísta, bem como sua conclusão, contém um tom negativista que não é encontrado em *Casa grande & Senzala*. O pessimismo de Sérgio Buarque contrasta com a perspectiva otimista de Gilberto Freyre, o que reforça a circunstância de que a arquitetura cognitiva do historiador paulista, em *Raízes do Brasil*, é plasmada por disposições incorporadas (cujas forças formadoras de hábitos, essenciais para a compreensão de sua obra, foram aqui reconstituídas) e correspondentes à experiência de declínio social e econômico de seus antecedentes mais próximos.

Retornando à biografia de Sérgio Buarque e dando prosseguimento à sua análise, é possível também identificar a presença, na gênese de *Raízes do Brasil*, de uma primeira matriz intelectual que reforça sua conformação de classe.

---

<sup>105</sup> “[...]o que não significa propor o controle de ‘nossa anarquia’ com medidas de inspirações totalitárias” (Bastos, 2016, pp. 409-410). Como anteriormente discutido, acredito ter havido, da parte de Sérgio Buarque de Holanda e nos termos do que já fora circunstancialmente exposto, a defesa de medidas autoritárias em *Raízes do Brasil*, primeira edição.

A família do ensaísta, e particularmente seu pai, Christovam Buarque de Hollanda Cavalcanti, investiu fortemente num processo de reconversão social através da aquisição de capital cultural, objetivado na aquisição de um diploma universitário, e subsequente profissionalização numa área de grande distinção e valor simbólico na época: ciências médicas e farmacêuticas atreladas à política de higienização que vigorava no país. Além da importância que a aquisição de capital cultural possuía para Sérgio Buarque e sua família, direcionando práticas e escolhas, o fato de seus pais terem migrado para São Paulo fez surgir, para eles, a necessidade de serem introduzidos nos círculos de sociabilidade da elite paulista. Dessa maneira, a família de Sérgio Buarque realizou significativo esforço para a sua inserção progressiva em São Paulo.

Portanto, quando Afonso D'Escragnolle Taunay, professor de história de Sérgio Buarque no Colégio São Bento e detentor de grande prestígio social e cultural à época, intermedeia, a pedido de Christovam, pai do jovem estudante, a publicação de um artigo do rapaz no *Correio Paulistano*<sup>106</sup>, não apenas contribui para conformar a vocação de historiador do aluno que se manifestará posteriormente – pois o apadrinhamento reforça um relacionamento emocional intenso entre ambos de modo que as atitudes de Taunay provocariam forte impacto na formação e na incorporação de atitudes e valores por parte do jovem –, como sobretudo privilegia Sérgio Buarque com uma estratégia de promoção social que lhe abrirá uma rede de relações pessoais decisiva para sua movimentação futura no campo de produção do saber.

Wilma Peres Costa (2011, pp. 99-121), ao resenhar a obra máxima de Afonso D'Escragnolle Taunay, *A História geral das bandeiras paulistas*<sup>107</sup>, conta,

---

<sup>106</sup> O título do artigo é *Originalidade literária*, tendo sido originalmente publicado no jornal *Correio Paulistano* (SP), em 22 de abril de 1920 (Prado, 1996, pp. 35-41). Sobre o pedido feito pelo pai de Sérgio Buarque de Hollanda a Afonso D'Escragnolle Taunay, ver Barbosa (1988, p. 30).

<sup>107</sup> Segundo Wilma Peres Costa (2011, pp. 99-100), “A *História geral das bandeiras paulistas*, de Afonso D'Escragnolle Taunay (1876-1958), foi, como o próprio autor nos indica no seu subtítulo, ‘escrita à vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros, portugueses e espanhóis’. **A obra é, sob todos os aspectos, fruto de um trabalho monumental e consolidado, de forma não superada até hoje, o estado dos conhecimentos factuais sobre o tema do bandeirismo entre os séculos XVI e XVIII.** Em seus onze extensos volumes, publicados ao longo de 27 anos (1924 a 1950), estão incorporadas as contribuições dos cronistas coloniais bem como dos estudiosos contemporâneos a Taunay – Alfredo Ellis Jr., Washington Luís, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Orville Derby, Teodoro Sampaio. Além disso, Taunay sumariza na *História geral* seus próprios trabalhos anteriores sobre o assunto. O estudo

preambularmente, que seu pai fora o grande intelectual e político do Império, Alfredo d'Escragolle Taunay, o visconde de Taunay, e que presidia a província de Santa Catarina quando nasceu o historiador, em 1876. Afonso Taunay (o filho), tanto quanto seu pai, guardava grande erudição, tendo se dedicado sobretudo ao serviço público.

**Ele ocupou praticamente todas as posições institucionais estratégicas para a intelectualidade paulista de sua época, tendo-se beneficiado dos aplausos e incentivos do mundo político e acadêmico, tão significativamente interligados nas primeiras décadas do século. [...].** Formado pela Politécnica do Rio de Janeiro [...], a partir de 1908 dedicou-se à pesquisa histórica incentivado, principalmente pelo historiador Capistrano de Abreu e pelo geógrafo Alfredo Moreira Pinto (Costa, 2011, p. 102, grifo meu).

Portanto, possível considerar que o professor de história de Sérgio Buarque, Afonso Taunay, pertencia a um “grupo de referência subjetivo” para o rapaz, a elite intelectual paulista e seu estilo de vida (Winkin, 1999, p. 53). Não obstante, a produção historiográfica de Taunay também foi uma referência intelectual para o historiador paulista. Sua influência sobre a obra de Sérgio Buarque foi sendo reforçada à medida que o ensaísta definia como seu objeto principal de interesse acadêmico a “força expansiva” do bandeirante, do monçoeiro e do tropeiro (Wegner, 2000, p. 181).

---

fundamenta-se sobre uma impressionante quantidade de documentos: os arquivos relativos à vida da comunidade paulista durante o período colonial, a coleção de inventários e testamentos dos sertanistas, os testemunhos jesuíticos sobre o assédio dos paulistas às reduções. A esse acervo, que também tinha sido visitado pelos estudiosos que o precederam, Taunay acrescentou uma documentação nova e inexplorada até então: os arquivos ultramarinos, em particular os espanhóis.

A extensão e o caráter exaustivo da obra seriam em si mesmos surpreendentes, não fosse ela produto daquele que foi, possivelmente, o mais prolífico historiador brasileiro. No momento da publicação da edição abreviada da *História geral das bandeiras*, Taunay havia produzido nada menos de 24 títulos de história do Brasil, entre os quais os quinze volumes da sua *História do café*, sob encomenda do Departamento Nacional do Café, cuja publicação (1927-1937) correu, em parte, paralelamente à *História das bandeiras*. Contava ainda com 23 títulos sob a rubrica história de São Paulo, destacando-se a *História seiscentista da vila de São Paulo* (quatro volumes) e a *História da cidade de São Paulo* (cinco volumes), além de incontáveis artigos escritos principalmente nas revistas do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e do *Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*. O conjunto de seus artigos publicados ao longo de trinta anos no *Jornal do Commercio* abarca mais de sessenta volumes. **A vastidão de seus interesses espalhou-se pelas áreas mais variadas, da linguística ao romance histórico, passando pela história da ciência e da arte no Brasil**” (grifos meus)

A presença da influência intelectual de Taunay em *Raízes do Brasil* se revelará, com mais vigor e evidência, na sua segunda edição, notadamente com a introdução do texto “A língua-geral em São Paulo” nas notas ao capítulo 4.

Um primeiro aspecto desta ascendência (cujo levantamento a seguir não se pretende exaustivo e se refere somente a *Raízes do Brasil*, posto que outros aspectos do diálogo mantido entre os dois historiadores aparecem mais abundantemente em *Monções e Caminhos e fronteiras*) é a sugestão feita a Sérgio Buarque no sentido de seguir a direção da historiografia brasileira consolidada por Capistrano de Abreu.

Wilma Peres Costa esclarece que “é consensual localizar-se Afonso Taunay na escola historiográfica conhecida como ‘revisão histórica’, inaugurada por Capistrano e inspirada na ideia de revisão e atualização da história geral do Brasil de Adolfo Varnhagen”.

“Revisionismo” é certamente um termo insuficiente para caracterizar o que foi realizado pelo grande historiador cearense e seus discípulos. Mais do que uma mera “revisão”, eles operaram uma verdadeira mudança de direção na historiografia brasileira. A orientação imprimida aos estudos históricos no século XIX, influenciada pela obra de Varnhagen, valorizava sobretudo a herança ibérica e a obra administrativa e centralizadora da coroa imperial, induzindo a uma forma de pesquisar e escrever sobre os temas históricos fortemente calcada nos fatos políticos. **A partir de Capistrano, essa orientação daria lugar a uma nova concepção historiográfica, interessada nos processos econômicos e na forma como a cultura material moldou os tipos humanos e suas experiências. Ganhavam espaço os temas que seriam caros à história econômica – a ocupação, o povoamento, a penetração do território, as ações anônimas dos agrupamentos humanos.**

Para Capistrano, os inventários bandeirantes do sertão, que havia no Arquivo do Estado, eram muito mais importantes do que as cartas régias. **“Enverede por ali”, teria dito Capistrano a Taunay, “não desperdice tempo com Capitães-Generais e Vice-Reis”** (Costa, 2011, pp. 102-103, grifos meus).

Não bastasse Sérgio Buarque declarar, em momentos posteriores à publicação da segunda edição de *Raízes do Brasil*, a importância de Capistrano de Abreu para os estudos históricos nacionais<sup>108</sup>, a introdução do texto “A língua-geral em São Paulo”,

---

<sup>108</sup> Wegner (2000, p. 91) faz referência à grande admiração que Sérgio Buarque nutria por Capistrano de Abreu, fazendo constar o depoimento de José Honório Rodrigues, concedido em 1982 para a *Hispanic American Historical Review*, “no qual o historiador carioca comenta sua convivência com Sérgio Buarque e conta que ‘quando voltei dos Estados Unidos fui trabalhar com Sérgio Buarque de Holanda, diretor da seção de publicações do Instituto Nacional do Livro, cujo diretor era Augusto Meyer, [...]’. **De Sérgio**

nas notas ao capítulo 4 da segunda edição de *Raízes do Brasil*, revela a ênfase que Sérgio Buarque passou a conferir à cultura material e cotidiana como base e fonte para a reconstrução do passado histórico. Neste escrito o ensaísta discute a responsabilidade do bandeirante, maior do que a do indígena, na introdução de uma extraordinária riqueza de topônimos de origem tupi. Para demonstrar as situações no trato civil e doméstico em que “os paulistas da era das bandeiras se valiam do idioma tupi” em detrimento do português (Holanda, 1948, p. 179), Sérgio Buarque, após já ter descrito alguns episódios e mencionado documentos onde o predomínio do tupi era corrente, conta ainda sobre Domingos Jorge Velho, “o vencedor dos Palmares e desbravador do Piauí”:

[...]. Na ascendência do grande régulo parnaibano o elemento português predomina francamente, embora, para acompanhar a regra, não isento de mestiçagem com o gentio pois, se não falham os genealogista, foi tetraneto, por um lado, da filha de Piquerobi e, por outro, da tapuia anônima de Pedro Afonso.

Não deixa, assim, de ser curioso que, tendo de tratar com o bispo de Pernambuco no sítio dos Palmares, em 1697, precisasse levar intérprete, “porque nem falar sabe”, diz o bispo. E junta: “nem se diferencia do mais barbaro Tapuia mais que em dizer que he Christão, e não obstante o haver se casado de pouco lhe assistem sete Indias Concubinas, e daqui se pode inferir como procede no mais” (Holanda, 1948, p. 184).

Outra influência sentida em *Raízes do Brasil* é que, em *História geral das bandeiras*, prepondera um tema caro a Taunay, ou seja, o protagonismo que coube aos sertanistas da capitania de São Paulo na incansável exploração que resultou na conquista de extensa porção do território da colônia portuguesa que, de outra forma, teria sido espanhol em razão do Tratado de Tordesilhas. Em “defesa da importância de seu objeto, Taunay contrapõe-se aos historiadores que o antecederam e que, no estudo do século XVII, estiveram preocupados apenas com a expulsão dos holandeses ou com tediosas questões administrativas, fazendo uma ‘história da costa’, uma ‘história litorânea, omitindo a conquista do sertão onde se operava persistente e silenciosa construção da

---

**aprendi a ser um admirador incondicional de Capistrano de Abreu”**. Em nota a este parágrafo, Wegner (2000, Nota 60, capítulo III, p. 237) acrescenta que a **“importância de Capistrano de Abreu para a historiografia brasileira, com sua manifesta ênfase para o estudo do sertão, foi abordada por Sérgio Buarque em texto publicado originalmente em 1951 e republicado, traduzido para o inglês, em *Perspectives on Brazilian history* (Holanda, *Historical thought in twentieth-century Brazil*, especialmente pp. 181-183)”** (Grifos meus).

futura nação” (Costa, 2011, p. 113). Nesse mesmo sentido Sérgio Buarque, no já referido artigo “A língua-geral em São Paulo”, descreve a respeito da valorização do papel dos colonos e sertanistas paulistas na expansão territorial do Brasil:

O que ganharam ao cabo, e por obra de seus descendentes mestiços, foi todo um mundo opulento e vasto, galardão insuspeitado ao tempo do Tratado de Tordesilhas. O império colonial lusitano foi descrito pelo historiador R. H. Tawney como “pouco mais do que um linha de fortalezas e feitorias de 10 mil milhas de comprimento.” **O que seria absolutamente exato se se tratasse apenas do império português da era quinhentista, era em que, mesmo no Brasil, andavam os colonos arranhando as praias como caranguejos. Mas já no século XVIII a situação mudará de figura, e as fontes de vida do Brasil, do próprio Portugal metropolitano, se transferem para o sertão remoto que as bandeiras desbravaram.** [...] (Holanda, 1948, pp. 191-192, grifo meu).

O terceiro aspecto é o tema da cordialidade, que já aparecia em Taunay. Conforme Costa (2011), o historiador, ao tratar do tema da restauração da Coroa portuguesa em 1640 e da crise a ela sucedida, afirma que a fidelidade a Portugal naquele momento “ganha ainda maior importância porque Taunay, ao comparar as duas formas de colonização ibérica, inclina-se vivamente pela superioridade da colonização portuguesa, encarecendo nela a maior tendência ao acordo e à cordialidade, enquanto as dissensões seriam mais próprias do sangue espanhol”:

Em suma os caracteres diferenciadores da conquista espanhola e portuguesa são, de um lado, entre os castelhanos, terríveis dissensões entre os conquistadores que se digladiam e se exterminam com uma ferocidade terrível, **ao passo que entre os portugueses, como em toda parte do mundo, aliás, praticaram, há muito mais acordo de vistas, incomparavelmente mais disciplina e cordialidade** (Afonso D’Escragnolle Taunay, “Epígrafe”, em *História geral das bandeiras paulistas*, tomo III, p. 49. Apud Costa, 2011, p. 110).

Na direção do Museu Paulista de 1917 a 1946, Afonso D’Escragnolle Taunay dedicou-se com afinco à procura, ao levantamento e ao exame de documentação relativa às bandeiras e aos bandeirantes, tal como inventários, testamentos, certidões, biografias, cartografia e crônicas, tendo mandado copiar “valiosíssimos documentos nos arquivos ultramarinos de Portugal e da Espanha” (Costa, 2011, p. 105).

Por algumas vezes, a descoberta de documento novo foi compartilhada com Sérgio Buarque, como demonstra sua declaração em *Raízes do Brasil*, no já referido “A língua geral em São Paulo”:

Em que época, aproximadamente, principia a desaparecer, entre moradores do planalto paulista, o uso corrente da língua tupi? [...]

Nos primeiros tempos da era setecentista ainda aparecem, é certo que menos numerosas, referências precisas ao mesmo fato. Em 1709, **segundo documento manuscrito que me acaba de ser amavelmente comunicado pelo mestre Afonso de Taunay**, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho teve ocasião de surpreender uma conversa, entre cabos de forças paulistas acampadas perto de Guaratinguetá, [...] (Holanda, 1948, pp. 187-188, grifo meu).

Tal episódio, certamente um entre vários outros, dá conta da consistência de um relacionamento acadêmico e intelectual com vários desdobramentos: Sérgio Buarque de Holanda, “casado e já com quatro filhos, apesar da queda nos rendimentos, intenta e consegue a nomeação para a direção do Museu Paulista e, assim, muda-se de volta para São Paulo” (Guimarães, 2008, p. 48), sucedendo a Afonso Taunay na gestão da instituição. Taunay fora, ainda, o primeiro catedrático de história do Brasil da recém-fundada Universidade de São Paulo, mantendo esse cargo com a direção do Museu Paulista até 1937, quando necessitou optar por uma das duas posições.

A cátedra de história do Brasil da Universidade de São Paulo foi ocupada, em seguida, por outro importante historiador do bandeirismo, Alfredo Ellis, também oriundo do Instituto Histórico, que nela permaneceu entre 1937 e 1956. Em 1956 passou a Sérgio Buarque de Holanda (1956-1971), que, junto com uma profunda renovação metodológica, manteve e desenvolveu o interesse pelo estudo da ocupação territorial e da saga paulista (Costa, 2011, p. 105).

A segunda fonte de inspiração para Sérgio Buarque, marcadamente importante enquanto outra matriz que conduz sua conformação científica, foi a rede de sociabilidade estabelecida em razão do seu ingresso em redações de jornais e da sua subsequente cooptação pelo movimento modernista.

O peso deste grupo intelectual na socialização e evolução do jovem Sérgio pode ser bem auferido por meio de uma declaração sua concedida em entrevista ao professor Richard Graham, como abaixo transcrita:

RICHARD GRAHAM: Estamos interessados em saber de sua formação como historiador, seu currículo, ambiente familiar e desenvolvimento profissional.

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: [...]. Com a ajuda de Taunay, publiquei meu primeiro artigo no *Correio Paulistano*, quando tinha dezoito anos. Comecei então a escrever com frequência em suas colunas literárias e conheci muitos dos líderes do nascente Movimento Modernista, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Sérgio Milliet, Menotti del Picchia e Rubens Borba de Moraes. Naquele tempo, encontrei também Monteiro Lobato e Yan (J.F.) de Almeida Prado (Graham, 1982, p. 1175).

Este círculo de sociabilidade, inicialmente constituído em São Paulo e ampliado no Rio de Janeiro<sup>109</sup> – quando sua família muda-se para a Capital Federal e Sérgio ingressa na Faculdade de Direito, faz eco à sua conformação de classe e às marcas deixadas pela sua escolarização e socialização primária, notadamente pelo seu professor de história Afonso D’Esgragnolle Taunay, à medida que é um grupo composto pela elite intelectual do país. Sérgio Buarque conviveu, desde muito cedo, com grandes nomes da literatura e do jornalismo, personalidades nacionalmente conhecidas, cuja referência aparecia regularmente nos principais periódicos do país e que protagonizaram os grandes marcos culturais da época. As revistas e jornais onde o rapaz publicava seus textos compunham o *nec plus ultra* do país. Sérgio estava no centro da cena cultural nacional (com base em Winkin, 1999).

Esse quadro fornece mais uma chave para a compreensão da intuição fundamental que está na base de *Raízes do Brasil*.

---

<sup>109</sup> O círculo de convivência mais próximo reunia Prudente de Moraes Neto, Ronald de Cavalho, Raul Bopp, Manuel Bandeira, Cícero Dias, Di Cavalcanti, Guilherme de Almeida, Afonso Arinos de Melo Franco, Graça Aranha e Gilberto Freyre. “Frequentavam o Café Nice, o Restaurante Lamas e botecos do centro do Rio de Janeiro, locais nos quais conheceram Pixinguinha, Sinhô e Ismael Silva, dentre outros músicos renovadores da tradição popular do samba e do erudito choro” (Guimarães, 2008, p. 42).

João Kennedy Eugênio (2008, pp. 425-459) ao analisar a produção intelectual de Sérgio entre 1920 e 1935, percebe uma linha de continuidade entre motivos temáticos:

A distinção entre portugueses e espanhóis, tradição ibérica e tradição anglo-saxônica, a valorização da singularidade das culturas, a crítica à racionalização da vida e ao mimetismo cultural, o elogio à monarquia, o pleito por uma ciência do particular, a ênfase na espontaneidade – todos esses motivos se mostram, de forma recorrente, nos artigos do jovem Sérgio. Alguns vão ressurgir em *Raízes do Brasil* a sugerir um “horizonte de autenticidade” que exprime a positividade do singular, da espontaneidade e da experiência concreta, delineando uma visão organicista de sociedade.

Este *corpus* intelectual, que segundo o mesmo autor surpreende pela “coerência interna do conjunto”, exprime um estilo de pensamento da tradição romântica cujo prolongamento, sob vários aspectos, deu-se através do Modernismo. Outro analista destes primeiros textos de Sérgio Buarque, Guimarães (2008, p. 41), de igual maneira constata na pauta central do Modernismo, e nos textos do jovem literato, a continuidade de um mesmo eixo temático do Romantismo, ou seja, “a busca da excelência na cultura erudita do mundo das letras como expressão da originalidade nacional”.

[...] Aliás, da relação entre Romantismo e vanguarda, afirma Octavio Paz (1984, p. 133) que “ambos são rebeliões contra a razão, suas construções e seus valores. (...) Os futuristas, os dadaístas, os ultraístas, os surrealistas, todos sabiam que sua negação do Romantismo era um ato romântico, que se inscrevia na tradição do Romantismo”.

A experimentação formal, por si mesma, não distanciou as vanguardas do Romantismo, pois “o formalismo da arte moderna é uma negação do naturalismo e do humanismo da tradição greco-romana [que] continua e acentua a tendência iniciada pelo Romantismo: opor outras tradições à tradição greco-romana” (Paz, 1984, p. 173). A literatura moderna desde o Romantismo tem sido uma negação apaixonada da época moderna, tanto entre os poetas do *modernism* anglo-americano quanto entre as vanguardas da Europa e América-Latina. “Embora os primeiros fossem reacionários e os segundos revolucionários, ambos foram anticapitalistas” (Paz, 1984, p. 140) (Eugênio, 2008, p. 436).

Não obstante fosse este o eixo temático que aglutinasse, preponderantemente, as reflexões do rapaz até 1935 – vale dizer, até a publicação de *Raízes do Brasil*, o que singulariza a produção intelectual dos primeiros escritos de Sérgio, aqueles anteriores a 1922, é um estilo de escrita marcado pelo rebuscamento formal e pelo uso de

estrangeirismos, bem como a manifestação de sua simpatia monarquista<sup>110</sup>. Afeição essa que a partir da experiência vivida no interior do Modernismo, com a sua introdução nas malhas de sociabilidade do movimento, vai sendo modulada de modo que a abordagem organicista<sup>111</sup> da realidade brasileira pudesse conjugar simpatia monarquista e engajamento modernista. “De fato, é possível afirmar que uma mesma atitude básica levou Sérgio Buarque à simpatia monarquista e ao modernismo, combinando, de forma surpreendente, a valorização da cultura nacional com experiências de vanguarda, iconoclastia com apego à tradição” (Eugênio, 2008, p. 436). Os traços estilísticos foram posteriormente abandonados e até combatidos, mas as questões temáticas se prolongaram e a busca por uma identidade nacional nas expressões culturais recebeu um novo enquadramento em face do movimento modernista (Guimarães, 2008, p. 41).

Os artigos juvenis de Sérgio Buarque que demonstram, de forma direta, seu apreço pela experiência monárquica no país, são *Ariel* e *Viva o Imperador*. Estes escritos revelam, por um lado, a defesa de instituições enraizadas na história e tradição formativa de um país e, de outro, a crítica ao transplante mecânico de instituições, ao

---

<sup>110</sup> “A produção intelectual do jovem Sérgio tem sido dividida implicitamente em duas partes: a modernista e a anterior a 1922, cuja memória é recalçada. O testemunho de um amigo íntimo sugere a participação do próprio historiador paulista nessa operação e recalque: ‘Sérgio procurava sempre evitar que se falasse em publicar os artigos de iniciação’ (Barbosa, 1988a, p. 12). Por esse motivo, quando Leonardo Arroyo reproduziu, na *Revista do Arquivo Municipal*, diversas crônicas de Sérgio, publicadas originalmente em 1923, n’*O Mundo Literário*, ‘essa exumação arqueológica desagradou a Sérgio, com surpresa de Arroyo’ (Barbosa, 1988a, p. 12).

[...]

Acerca das simpatias monarquistas de Sérgio Buarque pesa um silêncio constrangido. [...]

A primeira alusão às simpatias monarquistas de Sérgio Buarque de Holanda deve-se a Rodrigo M.F. de Andrade. Por ocasião do cinquentenário do amigo, ele escreveu no *Diário Carioca* de 11 de junho de 1952: ‘Assim foi sempre, desde muitos anos: diverso e autêntico. Há quem o recorde ao chegar ao Rio, adolescente louro e monarquista maurrasiano, de monóculo. Depois, já de óculos, prócer destacado do movimento modernista’ (Andrade, 1987, pp. 86-87). A segunda alusão deve-se ao próprio Sérgio: ‘Naquela época [a juventude] eu tinha uma certa inclinação monarquista’ (*O Estado de S. Paulo*, 19 de maio de 1977. Suplemento Literário, nº 877)” (Eugênio, 2008, pp. 426-428).

<sup>111</sup> Sobre o prisma organicista de sociedade, Eugênio (2008) esclarece que sob esse enfoque as instituições de um país devem estar enraizadas na sua história e tradição formativa, considerando funestos os resultados de transplantes mecânicos de instituições, pois, como todos os organismos vivos, as nações devem se reformar de dentro para fora, a partir de sua própria substância. Neste sentido, Sérgio Buarque compartilharia o pensamento de Eduardo Prado, organicista, monarquista e crítico do imperialismo (Eugênio, 2008, pp. 429-430).

imperialismo norte-americano e ao caráter posiço da República brasileira, pugnando pela autenticidade na política e na cultura (com base em Eugênio, 2008, p. 429).

Em *Ariel*<sup>112</sup>, o moço fala nos seguintes termos:

[...] Um outro fator que influiu sobremodo para o desenvolvimento do utilitarismo no povo brasileiro e dessa nossa tendência natural para imitar tudo que é estrangeiro, foi a importação do regime republicano. A Strauss não passou despercebida a superioridade da monarquia sobre a república, na formação e no desenvolvimento intelectual de uma nacionalidade (Holanda, 1996, p. 43).

Em *Viva o Imperador*<sup>113</sup>, o entusiasmo de Sérgio pelo regime monárquico se manifesta como abaixo:

Era esse o estado de espírito da nação, quando Pedro II assume as rédeas do poder. Novas aclamações, novos aplausos, assinalam a passagem do país para um novo período que todos aguardam com ansiedade. Vida nova era o lema da pátria. E, pela segunda vez, partiu de todos os peitos, amistoso e sincero o “Viva S. M. Imperador!”. Passaram-se os tempos e os mais otimistas viam cumprirem-se, com fulgor nunca prenunciado, suas profecias. O príncipe, que tanto dera que pensar aos patriotas nos dias que antecederam a seu reinado, identificara-se agora com a própria pátria, com ela palpitava, participando de todas as suas vicissitudes e de todas as suas glórias. Deu-lhe o que de melhor podia dar, deu-lhe a liberdade.

[...]

De mãos dadas à liberdade, pompeava, no Império, o progresso, e o prêmio que pelo seu devotamento à pátria merecia Dom Pedro II, não tardou que recebesse, e foi a estima dos brasileiros, sincera e única. A afeição ao imperador tornou-se então um sentimento profundamente nacional. Nela, como dizia o Visconde de Taunay, nada havia de condicional; nada desses intuitos que prendem o soberano à nação; nada dos deslumbramentos de poder supremo; nada dos hábitos de servilismo das praxes tão caras à índole dos cortesãos; nada interesseiro a bem da divisão em castas ou desses, não raros até em genuínas repúblicas. E o “Viva o Imperador!” continuou a ser repetido a cada um dos arroubos de glória da pátria que os eram também do soberano.

[...]

Um homem de tantas virtudes e que tanto fez pelo seu país bem merecia dos brasileiros um parêntesis nas paixões políticas e uma justa homenagem, cuja realização já vai tardando (Holanda, 2011, pp. 4-6).

---

<sup>112</sup> Artigo originalmente publicado na *Revista do Brasil* (SP), v (53), vol. XIV: 85-87, maio de 1920.

<sup>113</sup> Artigo originalmente publicado na revista *A Cigarra*, São Paulo, junho de 1920.

Sérgio era muito rapaz quando esses escritos vieram a público: somente com dezessete anos – completaria dezoito em julho do mesmo ano. Destarte, o seu pendor monárquico poderia ter sido apenas um primeiro exercício de reflexão, púbere e precoce, a ser posteriormente abandonado. De fato, com seu engajamento modernista, Sérgio Buarque diversifica a temática que mobiliza sua atenção e curiosidade, afastando-se de questões que expusessem sua simpatia monarquista. Contudo, o tema reaparece em *Corpo e alma do Brasil – ensaio de psicologia social*<sup>114</sup>:

É notório que no tempo da Monarquia, no Brasil, os jornais e o povo criticavam com muito mais aspereza a Câmara dos Deputados, eleita pelo povo, do que o Senado, cujos membros eram escolhidos pelo Imperador. A República, embora fizesse o país pulsar em uníssono com o resto do continente, não melhorou os hábitos políticos que dominavam. No vocabulário dos seus propagandistas trai-se com frequência o sentido íntimo das suas aspirações: o Brasil ia entrar em um novo rumo porque “se envergonhava” de si mesmo, de sua realidade *biológica*. Aqueles que pugnavam por uma vida nova representavam a ideia de que um país não pode nascer das suas próprias entranhas: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer que “os outros” lhe deem sua sanção e seu aplauso. [...] O princípio do Poder Moderador, chave de toda organização política e aplicação da ideia do *pouvoir neutre*, em que Benjamin Constant definiu a verdadeira posição do chefe do Estado constitucional, representava, até o ponto, a ideia da monarquia tutelar, tão em harmonia com o regime agrário e patriarcal que compunha o esqueleto de nossa organização; a divisão política em dois partidos, menos representativos de ideologias que de personalidades e de famílias, satisfazia nossa necessidade fundamental de solidariedade e de luta; finalmente, o próprio parlamento tinha uma importante missão a cumprir dentro do quadro da vida nacional, dando uma imagem visível dessa solidariedade e dessa luta. **Assim, a monarquia brasileira trazia em si alguns elementos verdadeiramente afirmativos e construtivos, e havia certa grandeza no ideal que se propôs. Hoje somos apenas um povo endomingado. Uma periferia sem um centro** (Holanda, 2011, pp. 77-78, grifo meu).

E é reafirmado em *Raízes do Brasil* por meio de uma construção textual que contrapõe o modelo republicano à experiência monárquica no Brasil. Ao tratar do desajuste entre nossos “preceitos” e a “vida brasileira” (Holanda, 1936, p. 122), o ensaísta mantém parte do texto de *Corpo e alma do Brasil*, como abaixo transcrito;

A verdade é que, nesse ponto, a nossa república ainda foi além da monarquia. Quando se fez a propaganda do novo regime, julgou-se, é certo, introduzir um sistema mais acorde com as supostas aspirações da nacionalidade: o país ia

---

<sup>114</sup> Texto originalmente publicado na revista *Espelho*, Rio de Janeiro, em março de 1935.

viver finalmente por si, sem precisar exhibir, só na América, formas políticas caprichosas e antiquadas; na realidade, porém, foi ainda um incitamento negador o que animou os propagandistas: O Brasil devia entrar em novo rumo, porque “se envergonhava” de si mesmo, de sua realidade *biológica*. Aqueles que pugnavam por uma vida nova representavam, talvez, ainda mais do que os seus antecessor, a ideia de que um país não pode crescer pelas suas próprias forças naturais: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer a aprovação dos outros. E justamente a esse respeito não é exagero dizer-se que nossa república foi além do Império. Neste o princípio do Poder Moderador, chave de toda organização política, e aplicação da ideia do *pouvoir neutre*, em que Benjamin Constant, o suíço, definia a verdadeira posição do chefe do Estado constitucional, corrompeu-se bem cedo, graças à inexperiência do povo, servindo de base para a nossa monarquia tutelar, bem compreensível em um regime agrário e patriarcal. A divisão política, segundo o modelo inglês, em dois partidos menos representativos de ideologias que de personalidades e de famílias, satisfazia nossa necessidade fundamental de solidariedade e de luta. Finalmente, o próprio parlamento tinha uma função precípua a cumprir dentro do quadro da vida nacional, dando uma imagem visível dessa solidariedade e dessa luta (Holanda, 1936, pp. 130-131).

Aduzindo no capítulo final:

O Estado, entre nós, de fato, não precisa e não deve ser despótico – o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio – mas necessita de pujança e de compostura, de grandeza e de solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar como a virtude suprema entre todas. Ele pode conquistar por esse meio, e só por ele, uma força verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional. Mas é indispensável que as peças de seu mecanismo funcionem com certa harmonia e com garbo. **O Império Brasileiro realizou isso em grande parte. A aureola que ainda hoje o cinge, apesar de tudo, para os nossos contemporâneos, resulta quase exclusivamente do fato de ter encarnado um pouco esse ideal. A imagem de nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros não se pode desligar muito do espírito do Brasil imperial; a concepção de Estado figurada nesse ideal não somente é válida para a vida interna da nacionalidade como ainda não nos é possível conceber em sentido muito diverso nossa projeção maior na vida internacional.** Ostensivamente ou não, a ideia que de preferência formamos para nosso prestígio no estrangeiro é a de um gigante cheio de bonomia superior para com todas as nações do mundo. Aqui, principalmente, o Segundo Império antecipou tanto quanto pôde tal ideia, e sua política entre os países platinos dirigiu-se insistentemente nesse rumo (Holanda, 1936, pp. 142-143).

Nesse discurso, tipicamente organicista segundo Eugênio (2008, pp. 433-436), estão implicados determinados conceitos, como autenticidade, enraizamento e adaptabilidade – de ideias, instituições e práticas políticas, que permitem a Sérgio Buarque propor que a prática política, sob o regime monárquico, adaptava ideias e

instituições liberais ao meio social, “entranhando a política no substrato da nacionalidade”. O reiterado contraste entre monarquia e república, com ênfase positiva na primeira em detrimento da segunda, ocorre porque Sérgio “considerava o liberalismo republicano uma cópia mecânica de instituições estrangeiras, fruto da ignorância de que leis transplantadas produzem efeitos diversos fora do ambiente que as originou, enquanto o liberalismo sob a monarquia teria sido adaptativo, vale dizer, orgânico”.

Essa estima à monarquia resultava de um “romantismo visceral” que procurava compor a existência de uma personalidade nacional genuinamente estruturada – pois Sérgio enxergava as culturas como totalidades orgânicas – e a dificuldade da sua conformação a teorias exógenas e abstratas. Ao se integrar aos modernistas, ao espírito iconoclasta das vanguardas de 1922 e ao seu correspondente microcosmo social e literário, Sérgio Buarque modula, sofisticada e aprimora seu discurso de crítica ao estabelecido. Fortemente comprometido com a tentativa de realização da “arte nacional mediante a insurgência contra as convenções caducas que atravancavam o caminho da auto-expressão cultural no Brasil”, teria sido o romantismo radical de Sérgio Buarque que o levava ao Modernismo, e não o inverso.

No âmago do Modernismo, esse “romantismo do Sérgio modernista” vai sendo articulado ao longo da década de 1920 através de escritos que se debruçam sobre a busca de sintonia com a nação e que expõem o inconformismo que conduz o rapaz a novos experimentos estéticos. Mas longe de representar uma opção mecânica em razão da voga modernista, a integração de Sérgio à vanguarda do movimento de 1922, comprometendo-se com seu ideário, sumariamente representado pela demolição dos preconceitos, foi ao mesmo tempo resultado de um investimento intelectual e de uma escolha do autor, consciente ou não, tendo em vista aumentar seu capital simbólico e conferir maior legitimidade à sua produção intelectual.

Fazer parte da nascente vanguarda modernista e ter sua produção literária a ela associada implicava estar na linha de frente do melhor da cultura nacional naquele momento. O peso simbólico e grande distinção que Sérgio conferia às realizações culturais dos movimentos vanguardistas podem ser constatados por meio do artigo *O*

*gênio do século*<sup>115</sup>. Ao contrapor o futurismo ao romantismo, seu autor não somente fixa a oposição entre vanguarda consagrada e nova vanguarda, como expõe as disputas que ainda se travavam entre o autores consagrados e os pretendentes a tanto.

Há muito quem diga e creia que o período do romantismo foi o mais notável na literatura do último século; [...]. Nós lembramos antes esse tão debatido *fin-de-siècle*, como o mais esquisito na sua originalidade e o mais interessante em sua esquisitice. [...]

Sob esse ponto de vista é legítima e louvável a aspiração futurista. O próprio sr. Marinetti o sanciona, dizendo, como disse há tempos, entrevistando por um jornalista francês, que a nova escola “é apenas a exaltação da originalidade e da personalidade”. A estética apregoada é possível e provável que não vingue, mas a reação terá o efeito de despertar os artistas do ramerrão habitual. No terreno da literatura de ficção, por exemplo, muito já fez e os contemporâneos podem orgulhar-se de obras-primas como o *Código de Perelà*, [...] que demonstram o grau adiantado a que alguns escritores de pulso têm feito subir a literatura contemporânea.

Resta entretanto muito ainda que fazer. Resta combater toda sorte de imbecilidades que continuam a infestar a Arte moderna, como sejam o realismo, o naturalismo, o vulgarismo, o pedantismo, a fim de que se possa erguer bem alto o monumento que simbolizará a Arte do futuro e no qual se verá, escrito em caracteres de fogo, o seu programa: *Liberdade estética – Fantasia ilimitada* (Holanda, 1996, pp. 108-112).

Na esteira daquele nacionalismo cultural e do rompimento com convenções cristalizadas na arte e na literatura, as reflexões de Sérgio Buarque avançam na direção da crítica ao mecanicismo e ao utilitarismo, ou seja, o moço enfrenta também uma temática anti-racionalista, prolongamento do Romantismo posto que negação apaixonada da época moderna.

Através dos escritos *O homem-máquina*<sup>116</sup>, *Perspectivas*<sup>117</sup>, e da entrevista concedida ao *Correio da Manhã* em conjunto com Prudente de Moraes Neto<sup>118</sup>, o jovem

---

<sup>115</sup> Texto originalmente publicado na revista *A Cigarra*, VIII (167), em 1º de setembro de 1921.

<sup>116</sup> Holanda, 2011, pp. 15-18. Artigo originalmente publicado na revista *A Cigarra*, São Paulo, 1º março de 1921.

<sup>117</sup> Holanda, 1988, pp. 65-69. Artigo originalmente publicado na revista *Estética*, nº 3, ano II, vol. 1, abril-junho de 1925.

<sup>118</sup> Fundo Sérgio Buarque de Holanda, mantido pelo Arquivo Central do Sistema de Arquivos (Área de Arquivo Permanente) da Universidade Estadual de Campinas – Siarq/Unicamp, SBH\_VP\_192.

Sérgio, num registro discursivo diferente que extrapola os limites da temática de âmbito nacional para fazer uma crítica à civilização, deixa transparecer a presença do vitalismo em seu pensamento. A ideia do triunfo do espírito sobre a vida é central para essa vertente da filosofia da vida, de pendor irracionalista e conservador, bastante presente no contexto das primeiras décadas do século XX, e que cumpriu também o papel de reação, de origem romântica e conservadora, a processos de transformação e modernização social de variado espectro<sup>119</sup>.

---

<sup>119</sup> Nesse mesmo sentido, ver Eugênio, 2008, pp. 437-444; Waizbort, 2011, pp. 56-57, que tratam do tema mais profundamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim e em rápidas linhas, *Raízes do Brasil* parece ter sido escrito na confluência de concepções herdeiras dos movimentos antirracionaisistas, românticos e conservadores, para quem a “vida” possuía centralidade e era fundamento da dinâmica histórica. A relevância desses elementos, para Sérgio Buarque, foi modulada através de sua experiência modernista nos anos 1920, de modo que o seu livro de estreia, em 1936, guarda essa terminologia e essa concepção geral. “Vida, que é fluxo e espontaneidade, e sua cristalização em formas (ou instituições), que a sufocam, exaurem, ordenam: esse é o arcabouço expressivo de *Raízes do Brasil*” (Waizbort, 2011, pp. 56-57).

E é justamente essa crítica de Sérgio ao racionalismo que sugere o seu afastamento de um comprometimento firme com qualquer sistema de pensamento fazendo com que, nos anos 1920, direcionasse sua ação à expansão da liberdade artística e, na década seguinte, transferindo sua reflexão para o campo sócio histórico, compusesse *Raízes do Brasil*. Com efeito, é esse destaque, “às custas do conceito, que encontramos em *Raízes do Brasil*. Critica-se o caráter abstrato de uma racionalização que tolhe progressivamente os elementos, as dimensões e a riqueza própria da ‘vida’, em termos políticos do ‘povo’ e da ‘nação’” (Ibid., p. 55).

Com seu ensaio de estreia, Sérgio Buarque buscava fixar preceitos para equacionar os problemas nacionais. E diferente não poderia ser, pois, como propõe Eugênio (2008, p. 452), “se o horizonte de Sérgio Buarque era organicista, por que haveria ele de propor qualquer fórmula para solucionar os problemas do país? Não seria mais coerente apontar os elementos artificiais e estranhos ‘ao nosso próprio ritmo espontâneo’, em vez de querer impor a esse ritmo ‘um compasso mecânico e uma harmonia falsa’?”.

Essa perspectiva ilumina profundamente o sentido da conclusão de *Raízes do Brasil*. Sérgio Buarque sugere mais de uma alternativa para a nossa lenta e gradual revolução e, sem se comprometer com qualquer uma delas, produz um texto ambíguo que desconcerta seus intérpretes.

Sérgio Buarque conjugaria a interpretação do processo de formação nacional, a partir da força dos instintos, dos sentimentos, das raízes e da espontaneidade, revelando

“seu engaste na linhagem do pensamento conservador” (Waizbort, 2011, p. 56) com a militância modernista e seu “horizonte de autenticidade” voltado para a auto-expressão original da cultura nacional (Eugênio, 2008, p. 452).

Ou, nas palavras de Pedro Meira Monteiro, “ao apontar a desordem, sugerindo inclusive que ela fosse a base de qualquer transformação, o historiador invertia os termos habituais com que se pensava a política. Não caberia transformar o ‘povo’, segundo os moldes bem talhados nas mentes ilustradas. As cabeças bem pensantes é que deveriam adequar-se à desordem, em que se incluíam todos elites e massas, trabalhadores manuais ou intelectuais. Esta, a nossa tradição” (Monteiro, 1999, p. 269).

## ANEXO A<sup>120</sup> - Genealogia de Sérgio Buarque de Holanda

CORONEL MANUEL BUARQUE DE JESUS, nascido por volta de 1740, provavelmente em São Bento, Alagoas. Senhor dos engenhos Samba e Concórdia, localizados em Porto Calvo, Alagoas. Seus descendentes se entrelaçaram com quase todas as famílias do norte de Alagoas e tiveram forte influência no povoamento de Porto Calvo, Jundiá, Jacuípe, Novo Lino, Colônia Leopoldina, Ibatiguara, São José da Laje, Joaquim Gomes, Flexeiras, São Luís do Quitunde, Barra de Santo Antonio, Maragogi, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, Marechal Deodoro e Maceió. (...) Casado com MARGARIDA LUÍSA GONÇALVES DE MACEDO, filha de Antônio Gonçalves de Macedo e Francisca Izabel Gonçalves de Macedo. Pertenceu à Ordem 3<sup>a</sup> de São Francisco, professando em 14/7/1783. Faleceu em 21/12/1812, deixando dez filhos (entre eles José Ignácio Buarque de Macedo) (Holanda, 2007, pp. 113-115).

---

<sup>120</sup> Integralmente baseado em HOLANDA, Bartolomeu Buarque de. *Buarque: uma família brasileira. Ensaio histórico-genealógico*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

A respeito da grafia dos nomes de família, esclarece Holanda (2007, p. 13):

A pesquisa documental mostra como era variável a grafia dos prenomes e dos sobrenomes em família. Ela variava conforme o local, a época e o escrivão. Ao longo do tempo, várias modificações de grafia foram introduzidas após reformas ortográficas que substituíram, por exemplo, os dígrafos ll, tt e ph por l t e f, respectivamente. Contudo, algumas famílias continuaram registrando os seus nomes com a antiga grafia, ou por considerar que a reforma ortográfica não se aplicava a nomes próprios, ou por apego às tradições familiares. Assim, o fato de um sobrenome ser escrito com a grafia antiga ou nova não caracteriza, de forma alguma, tratar-se de famílias diferentes. (...) Há casos onde pais e até mesmo irmãos assinam com a grafia diferente.

**Pais de:**

JOSÉ IGNÁCIO BUARQUE DE MACEDO, nascido em 18/11/1765 em São Bento, AL. Falecido em 12/2/1839, no Engenho Macaco, Porto Calvo, AL. Pertenceu à Ordem 3ª de São Francisco, professando em 27/11/1838. Foi um dos mais poderosos proprietários de terra daquela região, senhor do Engenho Samba e de parte dos engenhos São Pedro, Ferricoza, Horta, Macaco, Utinga, Prazeres, Mangebura, Massangano, Itabaiana e Concórdia. Casado em 4/5/1797, no Engenho Samba, com MARIA JOSÉ LIMA, nascida em 4/4/1780, em passo de Camaragibe, AL. De origem modesta por via materna, filha natural de Pedro Crisólogo de Gusmão Lima e Rita Maria da Conceição Lima. (...) Neta paterna de José Ignácio de Lima, familiar do Santo Ofício, e bisneta paterna do dr. Domingos Felipe de Gusmão, médico pela Universidade de Coimbra, tendo vindo de Portugal para o Brasil em companhia de seu primo o desembargador André Leitão de Melo, no ano de 1694.

De sua união com José Ignácio Buarque, nasceram 12 filhos, dos quais nove sobreviveram. O casamento só foi oficializado em 1817, quando José Ignácio veio a adoecer e Maria José necessitou assumir o comando dos engenhos (Ibid., pp. 127-128; 179-180).

**Pais de:**

ANA SIMPLÍCIA DE JESUS BUARQUE DE MACEDO, nascida em 7/7/1799, no Engenho Samba, Maragogi, AL. Falecida em 1861, no Engenho São Pedro, Porto Calvo, AL.. Casada em 2/4/1821, no Engenho Macaco, Porto de Pedras, AL, com JOSÉ THEODOR PEREIRA CAMELLO, nascido em 14/3/1796, no Engenho Macaco, falecido em 24/3/1868, no Engenho São Pedro, Porto Calvo, AL. Filho de Francisco Martins Neves e de Joana Maria da Conceição, neta paterna de João Rodrigues Neves, da Freguesia de Santa Maria Nova, e de Ana Maria do Espírito Santo, neta materna de Manuel Pereira Camello, natural da Freguesia do Braga, Portugal, e de Ana Maria da Conceição (Ibid., 2007, p. 180).

**Pais de:**

MANUEL BUARQUE DE GUSMÃO LIMA, nascido em 18/4/1823, no Engenho Macaco, falecido em 17/5/1906, em Porto Calvo, AL. Casado em 5/9/1850, no Engenho Marrecas, Maragogi, AL, com MARIA MAGDALENA PAES DE HOLLANDA CAVALCANTI, nascida em 22/7/1835, no Engenho Maragá, falecida em 3/4/1924, em Porto Calvo, AL. Filha de José Luís Paes de Melo (...), alferes do Regimento de Milícia da Freguesia de Sirinhaém; cavaleiro fidalgo da Casa Imperial, e de Luísa Izabel de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. Neta paterna de Francisco Xavier Paes de Melo Barreto, Capitão do Terço Auxiliar da Vila de Sirinhaém, Fidalgo cavaleiro da Casa Imperial; Ordem do Cruzeiro, e de Maria Rita Wanderley. Neta materna do cel. Christovam de Hollanda Cavalcanti e de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Bisneta paterna de José Luís Paes de Melo, mestre de campo da Vila de Sirinhaém e de Ana Florência Conceição Wanderley. Bisneta paterna do general Francisco Xavier Paes de Melo Barreto I, comandante da Freguesia do Una, capitão da 3ª Cia. Auxiliar de Sirinhaém, e de Ana Rita Maurício Wanderley (descendente de João Paes Velho Barreto, Morgado do Cabo). Bisneta materna de Antonio de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, 1º tenente-coronel do Regimento da Cavalaria da Vila de Sirinhaém e 12º cel. do Regimento da Cavalaria de Sirinhaém, e de Maria Manuela de Melo, proprietários e fundadores do Engenho Marrecas. Bisneta materna de Christovam de Hollanda Cavalcanti, capitão da Nova Cia. De Ordenança de Tracunhaém, e tenente-cel. do distrito de Igarassu, e de Ana Maria José de Melo. Descendentes de Arnau de Hollanda e Brites Vasconcelos, que chegaram em Pernambuco por volta de 1535 em companhia do primeiro donatário da Capitania. Sendo Christovam e Antonio de Hollanda Cavalcanti filhos de Christovão de Holanda Cavalcanti e de sua prima Paula Cavalcanti de Albuquerque, moradores e proprietários do Engenho Monjope, Igarassu, Pernambuco (Ibid., pp. 180-182).

**Pais de:**

CHRISTOVAM BUARQUE DE HOLLANDA CAVALCANTI, nascido em 8/2/1861, em Rio Formoso, PE, falecido em 13/2/1932, Rio de Janeiro, RJ. Diplomado em 1/6/1888, em Farmácia, cursou Medicina até o 4º ano, transferindo-se para a Escola de

Farmácia quando aprovado num concurso para químico do Laboratório da Alfândega do Rio de Janeiro. Foi diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, criando o Laboratório de Análises do mesmo. Um dos fundadores da Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo, hoje pertencente á USP. Casado em 26/6/1901, São Paulo/SP, com HELOÍSA DE ARAÚJO, nascida em 7/7/1868, falecida em 16/1/1957, Rio de Janeiro, RJ. Fora criada pelos padrinhos Eduardo Gonçalves Moreira e Philomena de Castro Neves (Ibid., p. 210).

**Pais de:**

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA.

## **ANEXO B – Biografia dos críticos de *Raízes do Brasil* (primeira e segunda edição)**

### **1. Rubens do Amaral (<https://pt.wikipedia.org/> - consulta em 2/5/2016)**

Estanislau Rubens do Amaral (São Carlos, 14 de março de 1890 - São Paulo, 1964).

Jornalista e escritor. Ocupou a cadeira 9 da Academia Paulista de Letras.

Foi um dos fundadores da Folha da Manhã e diretor da mesma até 1947, além de redator chefe do Diário da Noite (São Paulo), no tempo de Plínio Barreto, e do Diário de São Paulo. Foi deputado estadual em São Paulo, em 1947, e vereador da cidade de São Paulo em várias legislaturas pelo partido União Democrática Nacional - UDN.

### **2. Plínio Barreto (<https://pt.wikipedia.org/> - consulta em 2/5/2016)**

Plínio Barreto (Campinas, 20 de junho de 1882 - 28 de junho de 1958), foi jornalista e político brasileiro.

Formado na Faculdade de Direito de São Paulo, dedicou-se ao jornalismo, tendo trabalhado em diversos periódicos e sido um dos diretores d'O Estado de S. Paulo.

Foi chefe do governo provisório do estado de São Paulo durante 21 dias após a Revolução de 1930. Após o Estado Novo foi eleito deputado federal pela União Democrática Nacional - UDN.

### **3. Múcio Leão (<http://www.academia.org.br> – consulta em 2/5/2016)**

Múcio Carneiro Leão (Recife, 17 de fevereiro de 1898 - Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1969), jornalista, poeta, contista, crítico, romancista, ensaísta e orador,

Quarto ocupante da Cadeira 20, eleito em 19 de setembro de 1935.

Fez os estudos secundários em Recife, no Instituto Ginásial Pernambucano, de Cândido Duarte. Bacharelou-se em Direito, em 1919, e logo a seguir transferiu-se para o Rio de Janeiro, vindo a ser redator do Correio da Manhã. Logo depois era colaborador da

primeira coluna daquela folha, publicando ali seus primeiros artigos de apreciações críticas. Em 1923 deixou o Correio da Manhã, transferindo-se para o Jornal do Brasil. Na coluna de crítica do Correio da Manhã foi substituído por Humberto de Campos a quem ele, por sua vez, haveria de substituir em 1931.

Em 1934, por morte de João Ribeiro, substituiu-o na coluna de crítica do Jornal do Brasil. Em 1941 fundou, com Cassiano Ricardo e Ribeiro Couto, o matutino A Manhã, onde criou o suplemento literário Autores e Livros, que dirigiu desde então, e que se transformou numa vasta história da literatura brasileira (11 volumes de 1941 a 1950).

Múcio Leão exerceu os seguintes cargos públicos ou comissões: oficial de gabinete do Ministro da Fazenda (1925); fiscal geral das Loterias (1926); agente fiscal do Imposto de Consumo (1926); presidente da Comissão do Teatro do Ministério da Educação (1939); professor do curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

#### **4. Nelson**

#### **Werneck**

#### **Sodré**

([https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson\\_werneck\\_sodre](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson_werneck_sodre) - consulta em 3/5/2016)

Nelson Werneck Sodré (Rio de Janeiro, 27 de abril de 1911 - Itu, 13 de janeiro de 1999), foi militar e historiador .

Nelson Werneck Sodré, após estudar em escolas públicas e em alguns internatos, ingressou no Colégio Militar do Rio de Janeiro, em 1924, e na Escola Militar do Realengo, em 1930. Concluído o curso em 1933, fez a 'declaração de aspirantes' em janeiro de 1934 e logo em seguida foi designado para servir no Regimento de Artilharia de Itu, o tradicional Regimento Deodoro.

Sua estreia na grande imprensa ocorreu em 1929, com a publicação do conto "Satânia", premiado pela revista O Cruzeiro. Em outubro de 1934 começou a colaborar no Correio Paulistano. Dois anos depois tornou-se, em sua própria opinião, "um profissional da imprensa" , passando a assinar o rodapé de crítica literária naquele periódico e a ser remunerado pelos artigos publicados.

Entre 1938 e 1945 publicou algumas centenas de artigos e sete livros: História da Literatura Brasileira, em 1938; Panorama do Segundo Império, em 1939; a segunda edição de História da Literatura Brasileira, em 1940; Oeste, em 1941; Orientações do Pensamento Brasileiro, em 1942; Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil, em 1943; Formação da Sociedade Brasileira, em 1944 e O que se Deve Ler para Conhecer o Brasil, em 1945.

Até o início da década de 1950, Nelson Werneck Sodré teve uma brilhante carreira militar: chegou a ser instrutor na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, onde lecionava História Militar. Em 1951, foi desligado da Escola de Estado-Maior devido às posições políticas que assumiu publicamente: por participar da diretoria do Clube Militar, empenhada na luta pelo monopólio estatal da pesquisa e lavra do petróleo no Brasil, e pela publicação, sob pseudônimo, de um artigo na Revista do Clube Militar, claramente identificado com as posições sustentadas à época pelo PCB, em que combatia a participação do Brasil na Guerra da Coreia.

Apesar de suas ligações com o então Ministro da Guerra, general Newton Estillac Leal, que presidira o Clube Militar durante a Campanha do Petróleo, Nelson Werneck Sodré teve de conformar-se em postos de pouco relevo: como oficial de artilharia numa guarnição em Cruz Alta, interior do Rio Grande do Sul, e numa Circunscrição de Recrutamento no Rio de Janeiro (lotação considerada punitiva, à época).

Em 25 de agosto de 1961, Sodré foi promovido, por antiguidade, a coronel, no Exército. Em consequência, foi designado para o Quartel General da 8ª Região Militar, em Belém (Pará). Em sinal de protesto, solicitou a sua passagem para a reserva.

Durante a crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros, Nelson Werneck Sodré ficou preso por 10 dias por se opor à tentativa do golpe que pretendia impedir a posse do vice-presidente eleito, João Goulart. Com a posse de Goulart, sob o regime parlamentarista, seu pedido de passagem à reserva foi despachado, anulado e, mais uma vez, Sodré foi classificado para servir na capital do Pará: agora, numa Circunscrição Militar.

Pela segunda vez, requereu seu afastamento do serviço ativo do Exército e consumou a sua exclusão das fileiras militares.

**5. Carlos Chiacchio (<http://ilustresdabahia.blogspot.com.br/> - consulta em 3/5/2016)**

Carlos Chiacchio (Januária, Minas Gerais, no ano de 1884 - Salvador, no dia 17 de julho de 1947), médico, ensaísta, poeta, crítico de arte, professor e jornalista.

Transferiu-se, ainda cedo, para a capital baiana onde estudou nos colégios Spencer e Carneiro Ribeiro e na Faculdade de Medicina (pela qual recebeu o grau de doutor em medicina, em 1910, depois de defender tese sobre “A dor”),

Foi médico da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, do Lloyd Brasileiro e da Comissão Federal de Estudos da Construção da Estrada de Ferro Machado Portela-Carinhanha.

Foi professor de Filosofia no Colégio 15 de Novembro, de Estudos Brasileiros na Escola de Belas Artes e de Estética na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia.

Como intelectual, fundou duas agremiações literárias (a “Ala das Letras e das Artes” e a “Nova Cruzada”), liderou o movimento de renovação intelectual da Bahia, promoveu o “Salão de Belas Artes” (várias edições), publicou livros e revistas, fez crítica literária, lutou contra o analfabetismo e se comportou como verdadeiro animador da vida artística e cultural do Estado.

De sua iniciativa foram vários encontros culturais, mostras de arte, festivais, torneios e jogos florais, bem como alguns projetos de museus e a editoração de livros e revistas.

Como jornalista, colaborou durante dezoito anos (1918-1946) no jornal “A Tarde”, de Salvador, “em cujas colunas manteve, semanalmente, a secção de crítica intitulada “Homens e Obras”, constituindo um registro constante e praticamente completo de tudo o que de mais significativo aconteceu na Bahia, nas áreas da literatura e arte” (Gutemberg Moura). Segundo a mesma fonte, Carlos Chiacchio em “Homens e Obras”, de 24 de janeiro de 1928 a 4 de setembro de 1946, publicou 954 rodapés e inúmeras

biografias de escritores, poetas e artistas desaparecidos. No jornal “O Imparcial”, sustentou uma secção denominada “Ala das Letras e das Artes”, onde organizou os chamados “Salões de Ala”, reunindo Presciliano Silva, Alberto Valença, Emídio Magalhães, Mendonça e Filho, Jayme Hora, Raimundo Aguiar, Oséas, e tantos outros, bem como os primeiros modernistas Mário Cravo Júnior, Carlos Bastos, Genaro de Carvalho, e outros.

**6. Menotti Del Picchia (pseudônimo Hélios)**  
**(<http://educacao.uol.com.br/biografias/menotti-del-picchia.htm> - consulta em 3/5/2016)**

Paulo Menotti Del Picchia (São Paulo, 20 de março de 1892 - São Paulo, 23 de agosto de 1988), foi poeta, jornalista, tabelião, advogado, político, romancista, cronista, pintor e ensaísta brasileiro.

Filho de Luiz del Picchia e Corina del Corso del Picchia, fez os estudos primários em Itapira (SP) e os ginasiais em Campinas (SP). Diplomou-se em Ciências e Letras em Pouso Alegre (MG). Também cursou a Faculdade de Direito de São Paulo.

Foi agricultor e advogado em Itapira (SP), onde dirigiu o jornal "Cidade de Itapira" e fundou o jornal político "O Grito". Lá escreveu os poemas "Moisés" e "Juca Mulato", ambos publicados em 1917. Passou a residir em São Paulo, onde foi redator em diversos jornais, entre os quais "A Gazeta" e o "Correio Paulistano".

Fundou o jornal "A Noite" e dirigiu, com Cassiano Ricardo, os mensários "São Paulo" e "Brasil Novo". Colaborou assiduamente no "Diário da Noite", onde, por muitos anos, manteve uma seção diária sob o pseudônimo de Hélios, seção que ele criara, em 1922, no "Correio Paulistano", através da qual divulgou as notícias do Movimento Modernista.

Com Graça Aranha, Oswald de Andrade, Mário de Andrade e outros, participou da Semana de Arte Moderna, de 11 a 18 de fevereiro de 1922. Com Cassiano Ricardo, Plínio Salgado e outros, realizou o movimento Verde Amarelo; depois, com Cassiano Ricardo e Mota Filho, chefiou o movimento cultural da Bandeira.

Além de jornalista, exerceu inúmeros cargos públicos. Foi o primeiro diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado de São Paulo; deputado estadual em duas legislaturas; membro da Constituinte do Estado e deputado federal por São Paulo, em três legislaturas. Presidiu a Associação dos Escritores Brasileiros, seção de São Paulo.

Foi poeta, jornalista, político, romancista, contista, cronista e ensaísta. Sua obra que mais se destacou foi o poema "Juca Mulato" (1917), considerado precursor do Movimento Modernista. No entanto, sua origem estética ainda está no Parnasianismo, evidente em sua poesia pela grandiloquência e floreios verbais. Em 1982, foi proclamado Príncipe dos Poetas Brasileiros, título que pertenceu anteriormente a Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e Olegário Mariano.

#### **7. Austregésilo de Athayde (<http://www.academia.org.br/> - consulta em 3/5/2016)**

Belarmino Maria Austregésilo Augusto de Athayde (Caruaru/PE, 25 de setembro de 1898 - Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1993), professor, jornalista, cronista, ensaísta e orador.

Formou-se em direito, trabalhou como escritor e jornalista, chegando a dirigente dos Diários Associados, a convite de Assis Chateaubriand. Em 1948, participou da delegação brasileira na III Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Paris, e integrou a Comissão Redatora da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Colaborador do jornal A Tribuna e tradutor na agência de notícias Associated Press, formou-se (1922) em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do antigo Distrito Federal e ingressou no jornalismo.

Foi diretor-secretário de A Tribuna e colaborador do Correio da Manhã. Assumiu a direção de O Jornal (1924), órgão líder dos Diários Associados. Sua declarada oposição à revolução de 1930 e o apoio ao movimento constitucionalista de São Paulo (1932) levou-o a prisão e exílio na Europa e depois na Argentina.

Permaneceu muitos meses em Portugal, Espanha, França e Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e de lá se dirigiu a Buenos Aires, onde residiu por dois anos (1933-1934).

De volta ao Brasil reiniciou nos Diários Associados como articulista e diretor do Diário da Noite e redator-chefe de O Jornal, do qual foi o principal editorialista, além de manter a coluna diária Boletim Internacional. Com a queda do Estado Novo, passou a pedir a abertura de inquérito policial e administrativo para apurar os crimes e as alegadas malversações de dinheiro público no regime deposto.

Tomou parte como delegado do Brasil na III Assembleia da ONU, em Paris (1948), tendo sido membro da comissão que redigiu a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em cujos debates desempenhou papel decisivo.

Também escreveu semanalmente na revista O Cruzeiro e, por sua destacada atividade jornalística, recebeu (1952), na Universidade de Columbia, EUA, o Prêmio Maria Moors Cabot.

Diplomado na Escola Superior de Guerra (1953), passou a ser conferencista daquele centro de estudos superiores. Após a morte (1968) de Assis Chateaubriand, passou a integrar o condomínio diretor dos Diários Associados. Em 1951, ingressou na Academia Brasileira de Letras, a qual presidiu de 1958 até sua morte, no Rio de Janeiro, em 1993.

A 17 de Maio de 1958 foi feito Comendador da Ordem Militar de Cristo, a 20 de dezembro de 1960 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, a 16 de Junho de 1965 foi elevado a Grã-Cruz daquela Ordem de Portugal e a 26 de Novembro de 1987 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada de Portugal.

Foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 9 de agosto de 1951, para a cadeira 8, sucedendo a Oliveira Viana, e foi recebido em 14 de novembro de 1951 pelo acadêmico Múcio Leão.

Recebeu em 1991 o título de Doutor Honoris Causa, concedido pelo professor Paulo Alonso, Diretor da Faculdade da Cidade do RJ.

Tornou-se presidente da instituição em 1959, tendo sido reeleito para dirigi-la por 34 anos, até o fim de sua vida.

#### **8. Sérgio Milliet (<https://pt.wikipedia.org/> - consulta em 3/5/2016)**

Sérgio Milliet da Costa e Silva (São Paulo, 20 de setembro de 1898 - São Paulo, 9 de novembro de 1966) foi um escritor, pintor, poeta, ensaísta, crítico de arte e de literatura, sociólogo e tradutor brasileiro. Foi também diretor de biblioteca, tendo dirigido a Biblioteca Mário de Andrade.

Ficou órfão de mãe aos dois anos de idade e, quando adquiriu alguma maturidade, foi levado à Suíça para estudar humanidades em Genebra. Isso aconteceu quando mal havia completado doze anos. Coursou também ciências econômicas e sociais na Escola de Comércio, concluindo seus estudos na Universidade de Berna.

Sérgio Milliet permaneceu na Suíça de 1912 a 1920, portanto exatamente no período em que a Europa se via envolvida na primeira Grande Guerra. A Suíça se manteve neutra e por isso lá se refugiaram vários expoentes da intelectualidade européia. Milliet pode, assim, conhecer e conviver com escritores, poetas e artistas plásticos que já tinham renome internacional.

Em Genebra escreveu e editou seus primeiros livros de poesia usando a língua francesa que dominava bem: *Par le Sentier*, em 1917, e *Le Depart sous la Pluie* dois anos após.

Em 1920 retorna ao Brasil e logo integra-se no acanhado meio intelectual e artístico de São Paulo. Pouco depois iria participar da Semana de Arte Moderna, mas como ainda não falasse e escrevesse corretamente a língua pátria, apresentou no Teatro Municipal um poema em francês, lido por um amigo genebrino. Por suas ligações e amizades formadas na Europa e uma liderança que lhe foi atribuída naturalmente, sem que ele procurasse por isso, pelos homens e mulheres que formavam a intelectualidade paulista, Milliet tornou-se o homem-ponte entre os dois mundos, um com sua cultura já sedimentada, o outro tentando fugir do estilo provinciano e acomodado que o caracterizava. Curioso o depoimento de Di Cavalcanti sobre essa ligação exercida por Sérgio Milliet na primeira metade do século XX (publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* de 24 de outubro de 1998): Quando Sérgio Milliet em 1923 voltou para a Europa,

fui atrás. Naquele tempo, enquanto Oswald de Andrade gastava o dinheiro do pai do modo mais provinciano e burguês possível e Mário de Andrade era um moço de igreja, que adorava procissões, eu conheci a dureza da sobrevivência por conta própria; arranjei um emprego na revista *Monde* e, como jornalista, sem contar a ninguém que era pintor, entrei em contato com Braque, Picasso e toda a vanguarda francesa, sempre levado e guiado pela mão de Sérgio Milliet. E foi homenageado com seu nome em várias escolas do Brasil.

Por sua vivência na Europa, naturalmente, Milliet entrou em contato com as técnicas cubistas e futuristas, as quais empregou em sua poesia. Observa-se "falta quase total de pontuação, superposição de idéias e imagens em lugar da seqüência lógica, técnica analógica, simultaneidade, versos elíticos, independentes, dando idéia de descontinuidade", conforme Leodegário A. de Azevedo Filho.

#### **9. Reinaldo Moura ([www.literaturabrasileira.ufsc.br](http://www.literaturabrasileira.ufsc.br) – consulta em 3/5/2016)**

Reinaldo Moura (Santa Maria, 1900 - Porto Alegre, 1965) foi escritor.

Foi sócio-fundador da Associação Rio-Grandense de Imprensa.

Era diretor da Biblioteca Pública de Porto Alegre, quando aconteceu o Golpe de 1964. Foi preso logo em seguida, acusado de ter publicado um manifesto mimeografado contra a ditadura, porém foi logo libertado.

#### **10. Limeira Tejo (<http://www.jornalvanguarda.com.br/> - consulta em 3/5/2016)**

Aurélio de Limeira Tejo (Caruaru, em 1908).

A origem abastada de uma família de proprietários de terra que migrara com sucesso para os negócios do algodão lhe permitiu ter professor particular em Caruaru e, logo em seguida, estudar no Recife, onde participou de movimentos estudantis e estabeleceu contato com intelectuais diversos. Despertou muito cedo o gosto pela literatura e passou a colaborar ainda jovem para jornais estudantis e em seguida para imprensa de Caruaru. Sua personalidade e sua escrita em muitos momentos lhe trouxeram alguns contratemplos. Assim, não foi à toa que ainda muito jovem ele teve que abandonar Caruaru e logo depois o Recife por razões políticas. Estabeleceu-se inicialmente no Rio

de Janeiro para depois radicar-se em Porto Alegre. No Sul do país foi colaborador de vários jornais, como O Jornal, O Diário e Correio do Povo. Foi também correspondente internacional e chegou a prestar serviços a organismos da ONU. Dos anos 30 aos anos 60, o escritor publicou vários trabalhos, com destaque para Brejos e Carrascais do Nordeste (1937); Por Trás da Cortina do Dólar (1945); Retrato Sincero do Brasil (1950); Enéias: memórias de uma geração ressentida (1956); Jango: debate sobre a crise dos nossos tempos (1957); Brasil Potência Frustrado (1968), além de crônicas, contos, e romance.

Fonte: Veridiano Santos, professor de História (veridianosan@ig.com.br)

### **11. Gilberto Freyre (<https://pt.wikipedia.org/> – consulta em 3/5/2016)**

Gilberto de Mello Freyre (Recife, 15 de março de 1900 — Recife, 18 de julho de 1987). Como escritor, dedicou-se à ensaística da interpretação do Brasil sob ângulos da sociologia, antropologia e história.

Foi também autor de ficção, jornalista, poeta e pintor.

Gilberto Freyre inicia seus estudos frequentando, em 1908, o jardim da infância do Colégio Americano Batista Gilreath, que seu pai havia ajudado a fundar.

Aos dezoito anos, com bolsa da igreja batista, vai estudar na Universidade Baylor no Texas, onde se formou bacharel em artes liberais.

Freyre estudou na Universidade de Columbia nos Estados Unidos, onde conheceu Franz Boas, referência intelectual para ele. Em 1922 publica sua tese de mestrado *Social life in Brazil in the middle of the 19th century* (Vida social no Brasil nos meados do século XIX), dentro do periódico *Hispanic American Historical Review*, volume 5. Com isto obteve o título *Masters of Arts*.

Em 1930, após a tomada do poder por Getúlio Vargas, Freyre viaja aos Estados Unidos e Portugal, onde trabalhou no manuscrito de *Casa Grande & Senzala*, publicado no ano de 1933.

Ocupou a cadeira 29 da Academia Pernambucana de Letras em 1986.

## **12. Hélio Vianna (<https://pt.wikipedia.org/> – consulta em 3/5/2016)**

Hélio Viana (Belo Horizonte, 5 de novembro de 1908 – Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1972) foi jornalista, professor e historiador brasileiro.

Chegou ao Rio de Janeiro no fim da década de 1920 para cursar Direito, obtendo o Bacharelado pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, atual Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1932. Ainda como estudante participou, em 1931, da reunião convocada por Plínio Salgado para organizar uma corrente em defesa das ideias integralistas. Passou a integrar a chamada "ala intelectual" da Ação Integralista Brasileira, ministrando o curso de História do Brasil, escrevendo nos veículos do movimento e publicando textos de história política e social do Brasil.

Com o golpe de 1937 e a dissolução da AIB, afastou-se da atividade militante para dedicar-se à prática docente e à pesquisa histórica. Em 1939 tornou-se o primeiro catedrático de História do Brasil, na Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), assumindo ainda a cátedra de História da América na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Nesta fase, durante a década de 1940, associou-se a diversas instituições de pesquisa histórica, aos institutos militares de formação e à academia diplomática brasileira, quando se intensificou a sua produção intelectual. Desse modo, tornou-se membro da Comissão de Estudos de Textos da História do Brasil, do Ministério das Relações Exteriores e da Comissão Diretora de Publicações da Biblioteca do Exército. Foi ainda membro da Academia Portuguesa de História.

Formou-se pela Faculdade Nacional de Filosofia em 1946. No ano seguinte, um curso ministrado na Escola de Estado-Maior do Exército permitiu a publicação, em 1948, da obra História das Fronteiras do Brasil, e do qual resultaria, dez anos mais tarde, a consagrada História Diplomática do Brasil.

Como jornalista, foi redator da revista Hierarquia, de tendência radical de direita, juntamente com Lourival Fontes e Francisco San Tiago Dantas (1931). Foi secretário do jornal A Ofensiva, e escreveu ainda no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro.

Após a sua morte, a sua biblioteca e demais documentos foram divididos entre diversas universidades brasileiras.

Foi autor de clássicos da historiografia brasileira, muitos deles adaptados como livros didáticos para o ensino médio. A sua área de especialidade era o Brasil Império.

**13. Otávio Tarquínio de Sousa (<http://www.dec.ufcg.edu.br/> – consulta em 3/5/2016)**

Otávio Tarquínio de Sousa (Rio de Janeiro/RJ, 7 de setembro de 1889 — Rio de Janeiro/RJ, 22 de dezembro de 1959) foi escritor.

Historiador e biógrafo brasileiro, especialista em biografias de personalidades que se destacaram no movimento pela Independência. Formado em direito, fez carreira no serviço público até tornar-se procurador, ministro e, por fim, presidente do Tribunal de Contas da União, cargo no qual se aposentou (1946). Iniciou a carreira literária colaborando em jornais e revistas e publicando o livro de ensaios *Monólogo das coisas* (1914). Foi colaborador de *O Estado de S. Paulo* e crítico literário de *O Jornal*, do Rio de Janeiro. Dirigiu a *Revista do Brasil*, em sua terceira fase, e, com Afonso Arinos de Melo Franco, a *Revista do Comércio*. Assumiu a presidência da Associação Brasileira de Escritores (1943). Publicados de início esparsamente, seus textos biográficos foram depois publicados em *História dos fundadores do império do Brasil* (1957), uma obra em dez volumes, retratando os aspectos políticos, econômicos e sociais, onde apareciam nomes como José Bonifácio, D. Pedro I, Diogo Antônio Feijó, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Evaristo da Veiga. Morreu no Rio de Janeiro, RJ, juntamente com sua mulher, a escritora Lúcia Miguel Pereira, em um desastre de avião.

**14. Diocleciano Pereira Lima (<http://www.onordeste.com>)**

Diocleciano Pereira Lima (Triunfo/PE, 7/2/1903 - Recife, 30/5/1962), Médico. Tribuno famoso e deputado Estadual em 3 legislaturas, também presidente da Assembleia Legislativa (vice-governador de Pernambuco, logo após a morte de Agamenon Magalhães). Fez doutorado na Universidade de Medicina do Rio de Janeiro,

concluente 1932. Foi ainda autor de três livros além de escrever regularmente para diversos jornais. (Fonte: Genealogia Pernambucana)

**15. Oscar Mendes (<http://www.anenet.com.br/> - consulta em 3/5/2016)**

Oscar Mendes (Recife, 25 de julho de 1902 - 4 de novembro de 1983), diplomado em Direito.

Transferiu-se para Minas Gerais em 1926, onde foi promotor de justiça e juiz municipal. Mudou-se para Brasília em 1966.

Pertenceu à Academia Mineira de Letras e à Associação Nacional de Escritores.

Professor universitário, conferencista, crítico literário, tradutor. Colaborou em periódicos.

**16. Alberto B. Cotrim Neto (<http://historiaehistoria.com.br/> - consulta em 2/5/2016)**

Jurista e militante intelectual do Integralismo.

**17. Manuela Saraiva de Azevedo (<https://pt.wikipedia.org/> – consulta em 3/5/2016)**

Lisboa, 31 de agosto de 1911, é uma jornalista e escritora portuguesa.

Passou pela redação do “Vida Mundial”, “Diário de Lisboa” – onde assinou dezenas de reportagens –, “O Dia” e, finalmente, “Diário de Notícias” – onde terminou a carreira profissional, aos 80 anos, destacando-se na reportagem e na crítica teatral.

No jornal "República", trabalhou como redatora e na revista "Vida Mundial" foi chefe de redação no período de 1942 a 1945. Entre Novembro de 1945 e Novembro de 1956, foi redactora do Diário de Lisboa. Viria a ingressar no Diário Ilustrado durante um breve período, antes de ser contratada pelo Diário de Notícias, jornal que serviu até à reforma como redatora cultural e crítica teatral.

(<http://www.ensayistas.org/filosofos/brasil/vita/introd.htm> - consulta em 3/5/2016)

(São Paulo/SP, 23 de Março de 1921 - 28 de Outubro de 1968). Concluiu os cursos de filosofia e de direito, respectivamente na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Exerceu a advocacia e ingressou no magistério superior em São Paulo. Em 1960 assumiu as funções de secretário da Revista Brasileira de Filosofia, devendo ser-lhe atribuída a feição que essa publicação veio a adquirir. Imaginou um amplo programa de inventário de nosso passado filosófico e trabalhou incansavelmente na sua realização. Começou publicando “trechos escolhidos” na RBF, organizou uma ampla antologia mas o que se propunha fazer somente conseguiu realizar no tocante à obra filosófica de Sílvio Romero, publicação que nos ficou como primoroso modelo. Juntamente com Miguel Reale, concebeu uma colecção dedicada à história das ideias no país e outra que deveria reunir a parcela fundamental da obra de nossos principais filósofos. A par disto, com a tenacidade que sempre o caracterizou, bateu-se pela introdução da disciplina Filosofia no Brasil nos cursos de filosofia. Tendo falecido prematuramente, a 28 de Outubro de 1968, aos 47 anos de idade, seu legado foi assumido por representativo grupo de estudiosos que tem conseguido levar a bom termo o programa que imaginou para a definitiva preservação das tradições filosóficas nacionais.

**19. José Norton de Matos (<https://pt.wikipedia.org/> – consulta em 3/5/2016)**

José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos (Ponte de Lima, Ponte de Lima, 23 de Março de 1867 — Ponte de Lima, 2 de Janeiro de 1955) foi um general e político português.

**20. Rubens Borba de Moraes (<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/> - consulta em 13/6/2016)**

(Araraquara/SP, 1899 - São Paulo/SP, 1986). Bibliófilo, bibliógrafo, bibliotecário e ensaísta. Faz sua graduação em letras na Universidade de Genebra, concluída em 1919. De volta ao Brasil, é um dos organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922, mas

acaba não participando do evento por estar doente nos dias sua realização. Colabora ainda para a criação de algumas das revistas literárias mais expressivas do período: a Revista Klaxon, de 1922, e a Revista de Antropofagia, de 1928. Publica, em 1924, seu primeiro livro de ensaios, Domingo dos Séculos. Já em 1935, assume o cargo de diretor da atual Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, permanecendo no cargo até 1943. Durante sua gestão, coloca em prática seu plano de estabelecer uma rede de bibliotecas na cidade de São Paulo. Participa da fundação do Departamento de Cultura de São Paulo, atual Secretaria Municipal. Atua como professor e organiza, em 1936, curso de biblioteconomia, que oferece respaldo para organização e documentação do acervo do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Funda, dois anos depois, a Associação Paulista de Bibliotecários. Em 1939, ganha bolsa da Fundação Rockefeller e vai estudar biblioteconomia nos Estados Unidos, onde também faz estágios na área. Em 1945, é nomeado diretor da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, cargo que ocupa até 1947, e exerce uma administração de destaque no que diz respeito à organização e à metodologia da instituição. Assume então o cargo de vice-diretor da Biblioteca da Organização das Nações Unidas - ONU, em Nova York, entre 1948 e 1949, quando é nomeado diretor do Centro de Informações da ONU, o que o leva residir em Paris, até o ano de 1954. De volta a Nova York, retorna também à Biblioteca da ONU, agora como diretor, quando por fim se aposenta compulsoriamente, em 1959. Entre 1963 e 1970, trabalha como professor na Universidade de Brasília. Morre em São Paulo, em 1986, deixando seu vasto acervo de livros para a Biblioteca José Mindlin.

**21. Cândido Motta Filho (<http://www.academia.org.br/> - consulta em 11/7/2016)**

Cândido Motta Filho (São Paulo/SP, 16 de setembro de 1897 - Rio de Janeiro/RJ, 4 de fevereiro de 1977) foi advogado, professor, jornalista, ensaísta e político.

Era filho de Cândido Nanzianzeno Nogueira da Mota e de Clara do Amaral Mota. Seu pai foi advogado e professor de Direito Penal na Faculdade de Direito de São Paulo, deputado, senador e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura do Estado de São Paulo. Fez seus estudos primários na Escola-Modelo Caetano de Campos e no Grupo Escolar do Arouche, e o secundário no Colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro, e no

Ginásio Nogueira da Gama, em São Paulo. Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo onde, em 1919, após um curso brilhante, colou grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, dedicando-se à advocacia, ao jornalismo, à política e ao magistério.

Iniciou sua vida jornalística no Correio Paulistano, como encarregado da coluna judiciária e da página literária. Colaborou no Comércio de São Paulo e, com o pseudônimo de Paulo Queiroga, figurou nas crônicas diárias do São Paulo Jornal, do qual foi diretor de 1929 a 1930, quando o jornal foi empastelado com o movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís. Foi ainda redator-chefe da Folha da Manhã e, afinal, crítico literário dos Diários Associados. Dirigiu, com outros escritores, as revistas Klaxon e Política. Com Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia, René Thiollier e Oswald de Andrade, tomou parte na Semana de Arte Moderna, fazendo pelos jornais o estudo crítico do Modernismo. Depois, com Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, promoveu o Movimento Verde-Amarelo, que procurava imprimir novos rumos à literatura brasileira. Tendo por alguns anos feito crítica impressionista (as “Notas de um constante leitor” foram publicadas originalmente no Diário de São Paulo e no Correio Paulistano), reagiu sempre contra o excesso de naturalismo no romance e do formalismo parnasiano na poesia. Seu estudo crítico do Modernismo constitui páginas válidas até o presente momento.

Na política, logo após a formatura em Direito, Cândido Mota Filho foi eleito juiz de paz no bairro paulistano de Santa Cecília e fez parte de diretórios do Partido Republicano. Depois de 1930, fundou, com Alcântara Machado, Abelardo César e Alarico Caiuby, a Ação Nacional do P.R.P., com programa inspirado no pensamento de Alberto Torres. Foi oficial de gabinete do Secretário da Agricultura no Governo Altino Arantes, em São Paulo e, em 1933, do prefeito da Capital paulista. Foi também deputado estadual pelo Partido Constitucionalista, fazendo parte da Constituinte de São Paulo.

Participou da Revolução Constitucionalista, no gabinete do Governador Pedro de Toledo, juntamente com Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia. Em 1934, com Antônio de Alcântara Machado, integrou o Escritório Técnico da bancada paulista, destinado a coordenar os dados para a elaboração da Constituição Federal. Durante o Estado Novo, sucedeu a Cassiano Ricardo no Departamento de Imprensa e Propaganda

e, após o período de adaptação constitucional, foi chefe de gabinete do Ministro Honório Monteiro e, a seguir, Ministro do Trabalho do Governo Gaspar Dutra. Depois da morte de Getúlio Vargas, com o Governo Café Filho, ocupou o cargo de Ministro da Educação e Cultura. Foi presidente nacional do Partido Republicano, sucedendo a Artur Bernardes.

**22. Florestan Fernandes ([http://www.e-biografias.net/florestan\\_fernandes/](http://www.e-biografias.net/florestan_fernandes/) - consulta em 11/7/2016)**

Florestan Fernandes (São Paulo, 22 de julho de 1920 – 10 de agosto de 1995) foi político, sociólogo e ensaísta. Foi deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores.

Em 1941 ingressou na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, concluindo o curso de Ciências Sociais.

Em 1945 trabalhou como assistente do professor Fernando de Azevedo, na cadeira de Sociologia II. Na Escola Livre de Sociologia e Política, com a dissertação "A Organização Social dos Tupinambás" (1949), obteve o título de mestre. Em 1951 defendeu, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, a tese de doutoramento "A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá", posteriormente consagrado como clássico da etnologia brasileira.

**23. Osmar Muniz Pimentel**  
(<http://olharlorenense.blogspot.com.br/2013/10/aria-orfica-osmar-pimentel-por-pericles.html> - consulta em 14/7/2016)

Osmar Muniz Pimentel (Rio de Janeiro, 1912 - ?) foi bacharel em direito, jornalista, escritor e crítico literário.

Quando tinha um ano de idade, sua família mudou-se para Lorena/SP, onde fez os cursos primário e secundário, frequentando, depois, a Faculdade de Direito do Largo de S. Francisco, onde se bacharelou em 1937.

Crítico notável, dos maiores que o Brasil já conheceu, seus primeiros trabalhos literários foram publicados na Revista do Centro Acadêmico Onze de Agosto e, os demais, na

Folha da Manhã, no Jornal da Manhã, no Jornal de São Paulo e no jornal O Estado de São Paulo.

Foi eleito para a Academia Paulista de Letras.

## DOCUMENTOS CONSULTADOS

1. Fundo Sérgio Buarque de Holanda, mantido pelo Arquivo Central do Sistema de Arquivos (Área de Arquivo Permanente) da Universidade Estadual de Campinas – Siarq/Unicamp.

Produção de terceiros – artigos sobre Sérgio Buarque de Holanda em jornais, revistas e programas de rádio (texto transcrito).

- Artigos relativos a *Raízes do Brasil* – 1ª edição – 1936: SBH PT 176 (Álbum dona Cecília) e Lista Complementar SBH DC 2004\_58 (dois artigos de Luís Washington e Manuela Azevedo).
- Artigos relativos a *Raízes do Brasil* – 2ª edição – 1948: SBH PT 60; PT 178; PT 179; Lista Complementar SBH-DC-2004\_58 (com quatro artigos).

## BIBLIOGRAFIA

1. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, sítio: [www.academia.org.br](http://www.academia.org.br) (consulta em 13/6/2015)
2. ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
3. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro*. In MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. I. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.
4. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
5. \_\_\_\_\_. *Pensamento brasileiro e sociologia da cultura – questões de interpretação*. Tempo Social – USP, jun/2004, p. 107-118.
6. BARBOSA, Francisco de Assis. *Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda. Ensaio sobre sua formação intelectual até Raízes do Brasil*. In NOGUEIRA, Arlinda Rocha; PACHECO, Floripes de Moura; PILNIK, Marcia; HORCH, Rosemarie Erika (Comissão Organizadora). *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo do Estado: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.
7. BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006.
8. \_\_\_\_\_. *Um livro entre duas Constituintes*. In HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil: edição crítica* (Posfácio). Organização Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz; estabelecimento de texto e notas Mauricio Acuña e Marcelo Diego – São Paulo: Companhia das Letras, 2016, pp. 405-410.
9. BERGER, Peter L. e BERGER, Brigitte. *Socialização: como ser um membro da sociedade*. In FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza (organizadores), *Sociologia e sociedade – Leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1984, pp. 220 a 214.
10. BOTELHO, André. *Passado e futuro das interpretações do país*. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – V. 22, nº 1 (junho 2010) – São Paulo, SP: USP, FFLCH.
11. BOURDIEU, Pierre. *Estruturas sociais e estruturas mentais*. In *Teoria & Educação*, 3, 1991.
12. \_\_\_\_\_. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
13. \_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
14. \_\_\_\_\_. *Miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011-A.
15. \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 15ª ed. – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011-B.
16. \_\_\_\_\_. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 2011-C. 11ª edição.
17. \_\_\_\_\_. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras.

18. CÂNDIDO, Antônio. *Entre duas cidades*. In MARRAS, Stelio (Org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 2012.
19. \_\_\_\_\_. *A sociologia no Brasil*. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 1, jun/2006, p. 271-301.
20. \_\_\_\_\_. *O significado de Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
21. CÂNDIDO, Antônio (Organizador). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
22. COLÉGIO SÃO BENTO, sítio: <http://bibliotecadomosteiro.com.br/sao-bento-e-a-educacao-110-anos-do-colegio-de-sao-bento-de-sao-paulo/> (consulta em 11/6/2015).
23. COSTA, Marcos (org.). HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Escritos coligidos (Livro I – 1920-1949)*. São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011.
24. COSTA, Wilma Peres. *História geral das bandeiras paulistas – Afonso d’Escragnoille Taunay*. In MOTA, Lourenço Dantas (organizador). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac, 2011, 3ª edição.
25. DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
26. DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006 (Paradidáticos. Cultura)
27. DE LUCA, Tania Regina. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
28. DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (organizadoras). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
29. DIAS, Maria Odila Leite da Silva (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1985.
30. EUGÊNIO, João Kennedy. *Um horizonte de autenticidade. Sérgio Buarque de Holanda: monarquista, modernista, romântico (1920-1935)*. In MONTEIRO, Pedro Meira e EUGÊNIO, João Kennedy (organização). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.
31. FARIA, Luiz de Castro. *Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói: o autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.
32. FAUSTO, Boris (direção). *História geral da civilização brasileira. Tomo III. O Brasil republicano, volume 11: economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, 4ª ed..
33. FERNANDES, Florestan. *Raízes do Brasil*. Revista do Arquivo Municipal – CXXII. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento Municipal de Cultura, 1949, pp. 222-224.
34. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 51ª ed. rev. – São Paulo: Global, 2006-A.
35. \_\_\_\_\_. *Sobrados e mucambos*. 16ª ed. – São Paulo: Global, 2006-B.

36. GARCIA, Afrânio e SORÁ, Gustavo. Prefácio: FARIA, Luiz de Castro. *Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói: o autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.
37. GRAHAM, Richard. In *Hispanic American Historical Review*, 62(1): 3-17, fev/1982. Entrevista realizada pelo prof. Dr. Richard Graham do Departamento de História da Universidade do Texas (Austin), em São Paulo, maio/1981. Publicada no Brasil em *Ciência e Cultura*, 34(9): 1175-1182, set/1982.
38. GOFFMAN, Erving. *Os momentos e os seus homens. Textos escolhidos e apresentados por Yves Winkin*. Lisboa/Portugal: Relógio D'Água Editores, 1999.
39. GOMES, Ângela Castro. *O Estado Novo e os intelectuais da educação brasileira*. In FREITAS, Marcos Cezar de (Organizador). *Memória intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco/EDUSF, 1999.
40. GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. *A modernidade brasileira reconta as tradições paulistas*. In MONTEIRO, Pedro Meira e EUGÊNIO, João Kennedy (organização). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.
41. HEY, Ana Paula; CATANI, Afrânio Mendes. *Bourdieu e a educação*. Cult, Dossiê Pierre Bourdieu. São Paulo: Bregantini, n. 128, ano II, set/2008, p.62-64.
42. HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
43. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Primeira Ed. – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.
44. \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 26. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
45. \_\_\_\_\_. *Tentativas de Mitologias*, São Paulo, Perspectiva, 1979.
46. \_\_\_\_\_. *Cobra de vidro*, 2. ed. São Paulo, Perspectiva, 2012.
47. \_\_\_\_\_. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. BARBOSA, Francisco de Assis. Organização e introdução. Rio de Janeiro: Rocco, 1988
48. \_\_\_\_\_. *O espírito e a letra. Estudos de crítica literária I (1920-1947)*. PRADO, Antonio Arnoni. (Organização, Introdução e Notas). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
49. \_\_\_\_\_. *Escritos coligidos (Livro I – 1920-1949)*. COSTA, Marcos (org.). São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011.
50. \_\_\_\_\_. *Monções*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Organização SOUZA, Laura de Mello e.
51. HOLANDA, Bartolomeu Buarque de. *Buarque: uma família brasileira. Ensaio histórico-genealógico*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
52. JACKSON, Luiz Carlos. *Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970)*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 22, nº 65, outubro/2007, pp. 33-49.
53. LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1983 (4ª Edição).

54. MACHADO, Brasil Pinheiro. “*Raízes do Brasil*”: uma releitura. In MONTEIRO, Pedro Meira e EUGÊNIO, João Kennedy (organização). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.
55. MARRAS, Stelio (Org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 2012.
56. MICELI, Sérgio. *Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais*. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. 2ª Ed. - São Paulo: Editora Sumaré, 2001, v. I, p. 91-133.
57. \_\_\_\_\_. *Introdução*. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
58. \_\_\_\_\_. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 – 2ª reimpressão
59. MONTEIRO, Pedro Meira. (Org.) *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: correspondência*. São Paulo: Companhia das Letras: Instituto de Estudos Brasileiros: Edusp, 2012.
60. \_\_\_\_\_. *A correspondência entre Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda (1922-1944)*. In MARRAS, Stelio (Org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 2012.
61. \_\_\_\_\_. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em ‘Raízes do Brasil’*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
62. \_\_\_\_\_. *As raízes do Brasil no espelho de próspero*. In Novos Estudos – CEBRAP, n. 83, São Paulo, mar/2009.
63. MORAES NETO, Prudente de. (Pseudônimo: Pedro Dantas). Em comemoração ao cinquentenário da revista *Estética* foram publicados, numa edição fac-similada, os seus três únicos números. A esta publicação, em 1974, Pedro Dantas (Prudente de Moraes Neto) integrou uma *Apresentação* intitulada *Vida da Estética e não estética da vida*, onde relata todo o percurso da revista, desde a sua idealização e concepção, até respectiva extinção.
64. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Editora 34, 2014 (4ª Edição).
65. NICODEMO, Thiago Lima. *Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições culturais no Brasil 1930-1960*. In MARRAS, Stelio (Org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 2012.
66. NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *Sérgio Buarque de Holanda, o homem*. In NOGUEIRA, Arlinda Rocha; PACHECO, Floripes de Moura; PILNIK, Marcia; HORCH, Rosemarie Erika (Comissão Organizadora). *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo do Estado: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.
67. NOGUEIRA, Arlinda Rocha; PACHECO, Floripes de Moura; PILNIK, Marcia; HORCH, Rosemarie Erika (Comissão Organizadora). *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo do Estado: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

68. NUNES, Clarice. *O Estado Novo e o debate educacional nos anos trinta*. In FREITAS, Marcos Cezar de (Organizador). *Memória intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco/EDUSF, 1999.
69. OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SILVA, Virgínia Ferreira da. “*Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação*”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 244-259.
70. PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)*. In MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. I. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.
71. PINHEIRO, Paulo Sérgio [et al]. *O Brasil republicano*, v. 9: sociedade e instituições (1889-1930). 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
72. PONTES, Heloísa. *Retratos do Brasil: Editores, editoras e “Coleções Brasileiras” nas décadas de 30, 40 e 50*. In MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. I. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.
73. PRADO, Antonio Arnoni. Organização, introdução e notas: *Sérgio Buarque de Holanda. O espírito e a letra – Estudos de crítica literária. Vol. I. 1920-1947*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
74. \_\_\_\_\_. *Sérgio e Mário: um diálogo entre críticos*. In MARRAS, Stelio (Org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 2012.
75. \_\_\_\_\_. “*Raízes do Brasil*” e o modernismo. In CÂNDIDO, Antônio (Organizador). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
76. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2008-A.
77. \_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008-B.
78. RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.
79. ROCHA, João Cezar de Castro. ‘*Raízes do Brasil*’: *Biografia de um livro-problema*. In MARRAS, Stelio (Org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 2012.
80. SALLUM JR., Brasília. *Sobre a noção de democracia em ‘Raízes do Brasil’*. In MARRAS, Stelio (Org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 2012.
81. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. Coleção comunicação FAMECOS/PUCRS; 46
82. SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a Gênese do Mercado Editorial Brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com-Arte, 2010.
83. SOUZA, Laura de Mello e. *Estrela da vida inteira*. Prefácio in HOLANDA, Sérgio Buarque. *Monções*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 (A).
84. \_\_\_\_\_. *Sinfonia inacabada*. Prefácio in HOLANDA, Sérgio Buarque. *Capítulos de expansão paulista*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 (B).

85. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
86. \_\_\_\_\_. *Sérgio Buarque de Holanda e essa tal de “cordialidade”*. IDE, psicanálise e cultura, São Paulo, 2008, 31(46), pp. 83-89.
87. WACQUANT, Loïc. *Esclarecer o habitus*. In: *Educação & Linguagem*, ano 10, nº 16, pp. 63-71, jul-dez 2007.
88. WAIZBORT, Leopoldo. *O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Hollanda, “Raízes do Brasil”, 1936*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 26 nº 76, junho/2011.
89. WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
90. WINKIN, Yves. *Erving Goffman: Retrato do sociólogo enquanto jovem*. In GOFFMAN, Erving. *Os momentos e os seus homens. Textos escolhidos e apresentados por Yves Winkin*. Lisboa/Portugal: Relógio D’Água Editores, 1999.

**APÊNDICE A –**  
***RAÍZES DO BRASIL:***  
**COMPARAÇÃO**  
**ENTRE AS EDIÇÕES**  
**DE 1936 E 1948**

*Raízes do Brasil.* 1ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

**Capítulo I: Fronteiras da Europa**

E não é estranhável que essa obediência – obediência cega, e que difere do ideal **germânico** e feudal da lealdade – tenha sido até agora para eles o único princípio político verdadeiramente forte (1936, p. 14).

*Raízes do Brasil.* 2ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948.

**Capítulo I: Fronteiras da Europa**

E não é estranhável que essa obediência – obediência cega, e que difere fundamentalmente dos princípios **medievais** e feudais da lealdade – tenha sido até agora para eles o único princípio político verdadeiramente forte (1948, p. 30).

Nessa sociedade, o princípio nivelador partiu sempre das próprias classes privilegiadas, não precisou vir da burguesia. Mas cumpre ter em mente que o acesso às condições privilegiadas podia ser garantido a quem o tivesse merecido por suas virtudes. E é claro que o círculo de virtudes capitais para a gente hispânica se relaciona diretamente com o sentimento da própria dignidade de cada **homem**. Ideal comum a nobres e plebeus, ele corresponde, sem embargo, a uma ética de fidalgos, não de vilãos. No tempo de Montesquieu, em que já luziam os albos de uma era nova, ele podia ser ridicularizado. Para o caráter ibérico, porém, os valores que oferece são universais e permanentes (1936, pp. 10-11).

Se semelhantes característicos predominaram com notável constância entre os povos ibéricos, não vale isso dizer que provenham de alguma inelutável fatalidade biológica ou que, como as estrelas do céu, pudessem subsistir à margem e à distância das condições de vida terrena. Sabemos que, em determinadas fases de sua história, os povos da península deram provas de singular vitalidade, de surpreendente capacidade de adaptação a novas formas de existência. Que especialmente em fins do século XV puderam mesmo adiantar-se aos demais Estados europeus, formando unidades políticas e econômicas de expressão moderna. Mas não terá sido o próprio bom êxito dessa transformação súbita, e talvez prematura, uma das razões da obstinada persistência, entre eles, de hábitos de vida tradicionais, que explicam em parte sua originalidade?

No caso particular de Portugal, a ascensão, já ao tempo do mestre de Avis, do povo dos mesteres e dos mercadores citadinos pôde encontrar menores barreiras do que nas partes do mundo cristão onde o feudalismo imperava sem grande estorvo. Por isso, porque não teve excessivas dificuldades a vencer, por lhe faltar apoio econômico onde se assentasse de modo exclusivo, a burguesia mercantil não precisou adotar um modo de agir e pensar absolutamente novo, ou instituir uma nova escala de valores, sobre os quais firmasse permanentemente seu predomínio. Procurou, antes de associar-se às antigas classes dirigentes, assimilara muitos dos seus princípios, guiar-se pela tradição, mais do que pela razão fria e calculista. Os elementos aristocráticos não foram completamente alijados e as formas de vida herdadas da Idade Média conservaram, em parte, seu prestígio antigo.

Não só a burguesia urbana mas os próprios labregos deixavam-se contagiar pelo resplendor da existência palaciana com seus títulos e honrarias.

*Cedo não há de haver vilão: todos d'el Rei,  
todos d'el Rei,*

exclamava o pajem da *Farsa dos almocreves*. Por estranho que pareça, a própria ânsia exibicionista dos brasões, a profusão de nobiliário e livros de linhagem constituem, em verdade, uma das faces da

incoercível tendência para o nivelamento das classes, que ainda tomam por medida certos padrões de prestígio social longamente estabelecidos e estereotipados. A presunção de fidalguia é requerida por costumes ancestrais que, em substância, já não respondem a condições do tempo, embora persistam nas suas exterioridades. A verdadeira, a autêntica nobreza já não precisa transcender ao indivíduo; há de depender das suas forças e capacidades, pois mais vale a eminência própria do que a herdada. A abundância dos bens da fortuna, os altos feitos e as altas virtudes, origem e manancial de todas as grandezas, suprem vantajosamente a nobreza de sangue. E o círculo de virtudes capitais para a gente ibérica relaciona-se de modo direto com o sentimento da própria dignidade de cada **indivíduo**. Comum a nobres e plebeus, esse sentimento corresponde, sem embargo, a uma ética de fidalgos, não de vilãos. Para espanhóis e portugueses, os valores que ele anima são universais e permanentes (1948, pp. 24-26).

***Raízes do Brasil. 1ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.***

## **Capítulo II: Trabalho & Aventura**

*Hi postquam in una moenia convenere, dispari genere, dissimili lingua, alius alio more viventes, incredibile memoratu est quam facile coaluerint.*

Sallustio

***Raízes do Brasil. 2ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948***

## **Capítulo II: Trabalho & Aventura**

- 1) Citação foi retirada na 2ª edição
- 2) Ao final do capítulo, introdução de “Nota ao Capítulo II: Persistência da lavoura de tipo predatório” (pp. 79-85).

[...] Não é certo que a forma particular assumida pelo grande domínio agrícola fosse uma espécie de manipulação original, fruto de uma vontade criadora e um pouco arbitrária. A verdade é que ela nos veio pronta e acabada do Reino. Aqui apenas se apurou devido a condições peculiares como a abundância de terra, a escassez dos gêneros, a necessidade de vigilância contínua contra o inimigo. Nos campos e florestas, quando à caça do índio ou em busca de pedras e metais preciosos, esses mesmos abriram picadas como os naturais da terra e, como eles, construíram canoas de cascas de árvore para vencerem os rios. Nos latifúndios sertanejos, onde o gado importado prosperara, constituíam em pouco tempo um mundo característico, formando, como disse Capistrano de Abreu, uma verdadeira “época do couro”. “De couro duro era a porta das cabanas, o rude leite aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o moci para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal; para os açudes, o material do aterro era levado em couros puxados por juntas de bois, que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz” (1936, p. 26).

Não é certo que a forma particular assumida entre nós pelo latifúndio agrário fosse uma espécie de manipulação original, fruto da vontade criadora um pouco arbitrária dos colonos portugueses. Surgiu, em grande parte, de elementos adventícios e ao sabor das conveniências da produção e do mercado. Nem se pode afiançar que o sistema de lavoura, estabelecido, aliás, com estranha uniformidade de organização, em quase todos os territórios tropicais e subtropicais da América, tenha sido, aqui, o resultado de condições intrínsecas e específicas do meio. Foi a circunstância de não se achar a Europa industrializada ao tempo dos descobrimentos, de modo que produzia gêneros agrícolas em quantidade suficiente para seu próprio consumo, só carecendo efetivamente de produtos naturais dos climas quentes, que tornou possível e fomentou a expansão desse sistema agrário.

É instrutivo, a propósito, o fato de o mesmo sistema, nas colônias inglesas da América do Norte, ter podido florescer apenas em regiões apropriadas às lavouras do tabaco, do arroz e do algodão, produtos tipicamente “coloniais”. Quanto às áreas do centro e às da Nova Inglaterra, tiveram de contentar-se com uma simples agricultura de subsistência, enquanto não e abria passo à expansão comercial e manufatureira, fundada quase exclusivamente no trabalho livre. O clima e outras condições físicas peculiares a regiões tropicais só contribuíram, pois, de modo indireto para semelhante resultado.

Aos portugueses e, em menor grau, aos castelhanos, coube, sem dúvida, a primazia no emprego do regime que iria servir de modelo à exploração latifundiária e monocultora adotada depois por outros povos. E a boa qualidade das terras do Nordeste brasileiro para a lavoura altamente lucrativa da cana-de-açúcar fez com que essas terras se tornassem o cenário onde, por muito tempo, se elaboraria em seus traços mais nítidos o tipo de organização agrária mais tarde característico das colônias europeias situadas na zona tórrida. A abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção. Cumpria apenas resolver o problema do trabalho. E verificou-se,

frustradas as primeiras tentativas de emprego do braço indígena, que o recurso mais fácil estaria na introdução de escravos africanos.

Pode dizer-se que a presença do negro representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais. Os antigos moradores da terra foram, eventualmente, prestimosos colaboradores na indústria extrativa, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação do gado. Dificilmente se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. Sua tendência espontânea era para atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos. Versáteis ao extremo, eram-lhes inacessíveis certas noções de ordem, constância e exatidão, que no europeu formam como uma segunda natureza e parecem requisitos fundamentais da existência social e civil. O resultado eram incompreensões recíprocas que, de parte dos indígenas, assumiam quase sempre a forma de uma resistência obstinada, ainda quando silenciosa e passiva, às imposições da raça dominante. Nisto assemelhavam-se àqueles aruaques das Antilhas, dos quais diziam os colonos franceses, comparando-os aos negros: “Regarder un sauvage de travers c’est le battre c’est le tuer – battre un nègre c’est le nourrir”.

Numa produção de índole semicapitalista, orientada sobretudo para o consumo externo, teriam de prevalecer por força critérios grosseiramente quantitativos. Em realidade, só com alguma reserva se pode aplicar a palavra “agricultura” aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país com os engenhos de cana. Nessa exploração, a técnica europeia serviu apenas para fazer ainda mais devastadores os métodos rudimentares de que se valia o indígena em suas plantações. Se tornou possível, em certos casos, a fixação do colono, não cabe atribuir tal fato a esse zelo carinhoso pela terra, tão peculiar ao homem rústico entre povos genuinamente agricultores. A verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da

agricultura. Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável.

O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas a riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma, em suma, que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos. Os lucros que proporcionou de início, o esforço de plantar a cana e fabricar o açúcar para mercados europeus, compensavam abundantemente esse esforço – efetuado, de resto, com as mãos e os pés dos negros -, mas era preciso que fosse muito simplificado, restringindo-se ao estrito necessário às diferentes operações.

Não foi, por conseguinte, uma civilização tipicamente agrícola o que instauraram os portugueses no Brasil com a lavoura açucareira. Não o foi, em primeiro lugar, porque a tanto não conduzia o gênio aventureiro que os trouxe à América; em seguida, por causa da escassez da população do reino, que permitisse emigração em larga escala de trabalhadores rurais, e finalmente pela circunstância de a atividade agrícola não ocupar então, em Portugal, posição de primeira grandeza. No mesmo ano de 1535, em que Duarte Coelho desembarcava em sua donataria pernambucana, o humanista Clenardo, escrevendo de Lisboa a seu amigo Latônio, dava notícia das miseráveis condições em que jaziam no país as lides do campo: “Se em algum lugar a agricultura foi tida em desprezo”, dizia, “é incontestavelmente em Portugal. E antes de mais nada, ficai sabendo que o que faz o nervo principal de uma nação é aqui de uma debilidade extrema; para mais, se há algum povo dado à preguiça sem ser o português, então não sei onde ele exista. Falo sobretudo de nós outros que habitamos além do Tejo e que respiramos de mais perto o ar da África”. E algum tempo mais tarde, respondendo às críticas dirigidas por Sebastião Münster aos habitantes da península hispânica, Damião de Góis admitia que o labor agrícola era menos atraente para seus compatriotas do que as aventuras marítimas e as glórias da guerra e da conquista.

Quando lamentamos que a lavoura, no Brasil, tenha permanecido tão

longamente aferrada a concepções rotineiras, sem progressos técnicos que elevassem o nível da produção, é preciso não esquecer semelhantes fatores. E é preciso, além disso, ter em conta que o meio tropical oferece muitas vezes poderosos e inesperados obstáculos à implantação de tais melhoramentos. Se a técnica agrícola adotada aqui pelos portugueses representou em alguns casos, comparada às da Europa, um retrocesso, em muitos pontos verdadeiramente milenar, é certo que para isso contribuíram as resistências da natureza, de uma natureza distinta da europeia, não menos do que a inércia e a passividade dos colonos. O escasso emprego do arado, por exemplo, em nossa lavoura de feição tradicional, tem sua explicação, em grande parte, nas dificuldades que ofereciam frequentemente ao seu manejo os resíduos da pujante vegetação florestal. É compreensível assim que não se tivesse generalizado esse emprego, muito embora fosse tentado em épocas bem anteriores àquelas que costumam ser mencionadas em geral para sua introdução.

Há notícia de que, entre senhores de engenho mais abastados do Recôncavo baiano, era corrente o uso do arado em fins do século XVIII. Cumpre considerar, em todo o caso, que esse uso se restringe unicamente à lavoura canavieira, onde, para se obterem safras regulares, já se faz necessário um terreno previamente limpo, destocado e arroteado. Sem embargo disso, sabemos por depoimentos da época que, para puxar cada arado, era costume, e entre fazendeiros, empregarem juntas de dez, doze ou mais bois, o que vinha não só da pouca resistência desses animais no Brasil, como também de custarem as terras mais a abrir pela sua fortaleza.

A regra era ir buscar os lavradores novas terras e lugares de mato dentro, e assim raramente decorriam duas gerações sem que uma mesma fazenda mudasse de sítio, ou de dono. Essa transitoriedade, oriunda, por sua vez, dos costumes indígenas, servia apenas para corroborar o caráter rotineiro do trabalho rural. Como a ninguém ocorria o recurso de revigorar os solos gastos por meio de fertilizantes, faltava estímulo a melhoramentos de qualquer natureza. A noção de que o trabalho de saraquá ou enxada é o único que as nossas terras suportam ganhou

logo crédito. Em São Paulo, onde, como em outros lugares do Brasil, o emprego de processos menos rudimentares chegara a ser tentado desde o segundo século da colonização, se não antes – em inventário datado de 1637 já se assinala “hum ferro de arado” entre os deixados por certo lavrador da zona de Parnaíba -, a força dessa convicção logo contagiava os filhos do reino, conforme o atesta em 1766 um capitão-general, em carta ao então conde de Oeiras. Todos, dizia, sustentam que a terra, no Brasil, só tem substância na superfície, “que se não pode usar arado, que alguns já usaram dele, que tudo se lhes perdeu; e finalmente todos falam pela mesma boca”.

Que assim sucedesse com relação aos portugueses não é de admirar, sabendo-se que, ainda em nossos dias, os mesmo métodos predatórios e dissipadores se acham em uso entre colonos de pura estirpe germânica, e isso, não só no meio tropical que constituem as baixadas espírito-santenses, mas também em regiões de clima relativamente temperado como as do Rio Grande do Sul. Deve-se, em todo caso, considerar que a origem principalmente mercantil e citadina da maioria desses colonos, seu número não muito considerável, os limitados recursos materiais de que dispunham ao se transplantarem do velho Mundo explicam em grande parte, a docilidade com que se sujeitaram a técnicas já empregadas por brasileiros de ascendência lusitana. Na economia agrária, pode dizer-se que os métodos maus, isto é, rudimentares, danosos e orientados apenas para o imoderado e imediato proveito de quem os aplica, tendem constantemente a expulsar os bons métodos. Acontece que, no Brasil, as condições locais quase impunham, pelo menos ao primeiro contato, muitos daqueles métodos, “maus” e que, para suplantá-los era mister uma energia paciente e sistemática.

O que, com segurança, se pode afirmar dos portugueses e seus descendentes é que jamais se sentiram eficazmente estimulados a essa energia. Mesmo comparados a colonizadores de outras áreas onde viria a predominar uma economia rural fundada, como a nossa, no trabalho escravo, na monocultura, na grande propriedade, sempre se distinguiram, em verdade pelo muito que

pediam à terra e o pouco que lhe davam em retribuição. Salvo se encarados por um critério estritamente quantitativo, os métodos que puseram em vigor no Brasil não representam nenhum progresso essencial sobre os que antes deles, já praticavam os indígenas do país.

O contraste entre as condições normais da lavoura brasileira, ainda na segunda metade do século passado, e as que pela mesma época prevaleciam no sul dos Estados Unidos é bem mais apreciável do que as semelhanças, tão complacentemente assinadas e exageradas por alguns historiadores. Os fazendeiros oriundos dos estados confederados, que por volta de 1866 emigraram para o Brasil, e a cuja influência se tem atribuído, com sem razão, o desenvolvimento do emprego de arados, cultivadores, rodos e grades nas propriedades rurais paulistas, estiveram bem longe de partilhar da mesma opinião. Certos depoimentos da época refletem, ao contrário, o pasmo causado entre muitos deles pelos processos alarmantemente primitivos que encontraram em uso. Os escravos brasileiros, diz um desses depoimentos, plantam algodão exatamente como os índios norte-americanos plantam o milho.

O princípio que, desde os tempos mais remotos da colonização, norteava a criação da riqueza no país não cessou de valer um só momento para a produção agrária. Todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios. Ou, como já dizia o mais antigo dos nossos historiadores, queriam servir-se da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, “só para a desfrutarem e a deixarem destruída” (1948, pp. 42-52).

A isso atribui ele o fato dos indígenas da África Oriental os considerarem quase como iguais e de os respeitarem muito menos de que aos outros **européus**. [...]

Também nesse caso o Brasil não foi cenário de nenhuma novidade. A **mestiçagem** teve início em larga escala na própria metrópole. Já se disse acima como o negro ia sendo utilizado cada vez mais no Reino antes de 1500 para substituir ao jornaleiro nas fainas agrícolas. No século do descobrimento, Manoel Severim de Faria, citado por João Lucio de Azevedo, lamentava o fato de se servirem os mais dos lavradores de escravos de Guiné e de mulatos. Os mestiços nados provavelmente, nos próprios lugares, comenta o erudito historiador das Épocas de Portugal Economias. Ainda em fins do século XVII, a célebre procissão do Senhor dos Passos, em Lisboa, oferecia um espetáculo bem digno de uma cidade brasileira, dentre aquelas onde o influxo de sangue africano foi mais notável. Um visitante estrangeiro diz que dessa procissão participavam entre “quatro e cinco mil almas, sendo que a maior parte constituída de negros, de mulatos, de negras e de mulatas” (1936, pp 28-29).

A isso atribui o fato de os indígenas da África Oriental os considerarem quase como seus iguais e de os respeitarem muito menos de que aos outros **civilizados** [...].

Neste caso o Brasil não foi teatro de nenhuma grande novidade. A **mistura com gente de cor** tinha começado amplamente na própria metrópole. Já antes de 1500, graças ao trabalho de pretos trazidos das possessões ultramarinas, fora possível, no reino, estender a porção de solo cultivado, desbravar matos, dessanhar pântanos e transformar charnecas em lavouras, como que se abriu passo à fundação de povoados novos. Os benefícios imediatos que de seu trabalho decorriam fizeram com que aumentasse incessantemente a procura desses instrumentos de progresso material, em uma nação onde se menoscabavam cada vez mais os ofícios servis.

As lamentações de um Garcia de Resende parecem refletir bem, por volta de 1536, o alarma suscitado entre homens prudentes por essa silenciosa e sub-reptícia invasão, que ameaçava transtornar os próprios fundamentos biológicos onde descasava tradicionalmente a sociedade portuguesa:

*Vemos no reino meter,*

*Tantos cativos crescer,*

*E irem-se os naturais*

*Que se assi for, serão mais*

*Eles que nos, a meu ver.*

A já mencionada carta de Clenardo a Latônio revela-nos, pela mesma época, como pululavam os escravos em Portugal. Todo o serviço era feito por negros e mouros cativos, que não se distinguiam de bestas de carga, senão na figura. “Estou em crer”, nota ele, “que em Lisboa os escravos e escravas são mais que os portugueses.” Dificilmente se encontraria habitação onde não houvesse pelo menos uma negra. A gente mais rica tinha escravos de ambos os sexos, e não faltava quem tirasse bons lucros da venda dos filhos de escravos. “Chegarme a parecer”, acrescenta o humanista, “que os criam como quem cria as pombas para ir ao mercado. Longe de se ofenderem com as ribaldias das escravas, estimam até que tal suceda, por que *o fruto segue a condição do ventre*: nem ali o padre vizinho, nem eu sei lá que cativo africano o podem reclamar.”

Embora os cálculos estatísticos acerca da introdução de negros no reino fossem, em geral, escassos e vagamente aproximativos, é de notar que, em 1541, defendendo o bom nome dos portugueses e espanhóis contra as críticas de Münster, Damião de Góis estimasse em 10 a 12 mil os escravos da Nigéria que entravam anualmente em seu país. E que um decênio depois, conforme o *Sumário* de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, Lisboa contava 9950 escravos para o total de 18 mil vizinhos. Isso significa que formavam cerca de uma quinta parte da população. A mesma proporção ainda se guardava mais para fins do século, a julgar pelos informes de Filippo Sassetti, que andou em Portugal entre os anos de 1578 e 1583.

Com o correr do tempo não deve ter diminuído essa intrusão de sangue exótico, que progredia, ao contrário, e não só nas cidades [...] (1948, pp. 54-56).

[...] Mas as resoluções como essa – resultante direta da conjuração dos negros e mulatos, anos antes, em Minas Gerais – estavam condenadas a ficar no papel e não perturbavam seriamente a tendência da população para um abandono de todas as barreiras sociais políticas e econômicas entre brancos e homens de cor, entre livres e escravos.

O próprio sistema da escravidão, aliado à hipertrofia da lavoura na economia colonial, opunha-se a qualquer esboço de cooperação entre as outras atividades produtoras, sob forma corporativa e gremial como sucedia em outros países, inclusive nos da América espanhola. [...] (1936, pp.29-30).

[...] Mas resoluções como essa – decorrente, ao que consta, da conjuração dos negros e mulatos, anos antes, naquela capitania – estavam condenadas a ficar no papel e não perturbavam seriamente a tendência da população para um abandono de todas as barreiras sociais políticas e econômicas entre brancos e homens de cor, livres e escravos.

A própria Coroa não hesitou, ocasionalmente, em temperar os zelos de certos funcionários mais infensos a essa tendência. Assim, ocorreu, por exemplo, quando a um governador de Pernambuco se expediu ordem, em 1731, para que desse posse do ofício de procurador ao bacharel nomeado, Antônio Ferreira Castro, apesar da circunstância alegada de ser o provido um mulato. Porque, diz a a ordem de d. João V, “o defeito de ser pardo não obsta para este ministério e se repara muito que vós, por este acidente, excluísseis um bacharel formado provido por mim para introduzirdes e conservardes um homem que não é formado, ao qual nunca o podia ser por lei, havendo bacharel formado”.

É preciso convir em que tais liberalidades não constituíam lei geral; de qualquer modo, o exclusivismo “racista”, como se diria hoje, nunca chegou a ser, aparentemente, o fator determinante das medidas que visavam reservar a brancos puros o exercício de determinados empregos. Muito mais decisivo do que semelhante exclusivismo teria sido o labéu tradicionalmente associado aos trabalhos vis a que obriga a escravidão e que não infamava apenas quem os praticava, mas igualmente seus descendentes. A esta, mais do que a outras razões, cabe atribuir até certo ponto a singular importância que sempre assumiram, entre portugueses, as habilitações *de genere*.

Também não seria outra a verdadeira explicação para o fato de se considerarem aptos, muitas vezes, os gentios da terra e os mamelucos, a ofícios de que os pretos e mulatos ficavam legalmente excluídos. O reconhecimento da liberdade civil dos índios – mesmo quando se tratasse simplesmente de uma liberdade “tutelada” ou “protegida”, segundo a sutil discriminação dos juristas – tendia a distanciá-los do estigma social ligado à escravidão. É curioso notar como

algumas características ordinariamente atribuídas aos nossos indígenas e que os fazem menos compatíveis com a condição servil – sua “ociosidade”, sua aversão a todo esforço disciplinado, sua “imprevidência”, sua “intemperança”, seu gosto acentuado por atividades antes predatórias do que produtivas – ajustam-se de forma bem precisa aos tradicionais padrões de vida das classes nobres. E deve ser por isso que, ao procurarem traduzir para termos nacionais a temática da Idade Média, própria do romantismo europeu, escritores do século passado, como Gonçalves Dias e Alencar, iriam reservar ao índio virtudes convencionais de antigos fidalgos e cavaleiros, ao passo que o negro devia contentar-se, no melhor dos casos, com a posição de vítima submissa ou rebelde.

Longe de condenar os casamentos misto de indígenas e brancos, o governo português tratou, em mais de uma ocasião, de estimulá-los, e é conhecido o alvará de 1755, determinado que os cônjuges, nesses casos, “não fiquem com infâmia alguma, antes muito hábeis para os cargos dos lugares onde residirem não menos que seus filhos e descendentes, os quais até terão preferência para qualquer emprego, honra ou dignidade, sem dependência de dispensa alguma, ficando outrossim proibido, sob pena de procedimento, dar-se-lhes o nome de caboclos, ou outros semelhantes, que se possam reputar injuriosos”. Os pretos e descendentes de pretos, esses continuavam relegados, ao menos em certos textos oficiais, a trabalhos de baixa reputação. Os *negro jobs*, que tanto degradam o indivíduo que os exerce, como sua geração. Assim é que, em portaria de 6 de agosto de 1771, o vice-rei do Brasil mandou dar baixa do posto de capitão-mor a um índio, porque “se mostrara de tão baixos sentimentos que casou com uma preta, manchando o seu sangue com esta aliança, e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto”.

Uma das consequências da escravidão e da hipertrofia da lavoura fundiária na estrutura de nossa economia colonial foi a ausência, praticamente, de qualquer esforço sério de cooperação nas demais atividades produtoras, ao oposto do que sucedia em outros países, inclusive nos da América espanhola. [...] (1948, pp. 57-60).

No Brasil a experiência corporatista, que se insinuou, aliás, desde o primeiro século, com a organização de grêmios e mesmo com representação destes nas Câmaras Municipais, teve os seus efeitos frustrados em grande parte, pelas condições dominantes: a preponderância absorvente do trabalho escravo, a indústria familiar, capaz de garantir relativo conforto aos ricos, entretendo, por outro lado, o comércio, e, finalmente, a escassez notável, nas insignificantes vilas e povoados de oficiais mecânicos livres, que pudessem concorrer com a mão de obra africana. Os nossos grêmios e corporações coloniais, tão mal estudados e de que nos resta tão pouca notícia, nunca passaram de organizações incipientes e mais ou menos efêmeras, que não suportavam confronto com o que ocorria na América espanhola, conforme o exemplo assinalado. Foram e eram estimulados pelas autoridades, que viam nelas o melhor instrumento repressivo da ganância dos negociantes. Nem assim lograram resistir às forças contrárias do ambiente e só vagamente sabemos hoje de sua existência.

Nossa sociedade era, assim, um organismo amorfo e invertebrado, apenas revolvido aqui e ali, frequentemente, pelas lutas entre facções, entre regionalismos e entre famílias poderosas, que se disputavam a proeminência ou que tinham contas a ajustar. Nesses casos havia agregação fundada em emoções e sentimentos comuns, mas que desapareciam prontamente, apenas se tornassem supérfluos os laços que associavam momentaneamente os homens, assim, o peculiar da vida brasileira por essa época parece ter sido uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do passional, do irracional, e uma estagnação, ou antes um afrouxamento correspondente das qualidades ordenadoras, discriminadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que poderia convir a uma população em vias de se organizar politicamente, de acordo com os conceitos modernos.

A influência dos negros, sensível nessa sociedade, não somente como negros, mais ainda, e sobretudo, como escravos, foi decisiva a tal respeito. Uma

No Brasil, a organização de ofícios segundo moldes trazidos do reino, teve seus efeitos perturbados pelas condições dominantes: preponderância absorvente do trabalho escravo, indústria caseira, capaz de garantir relativa independência aos ricos, entretendo, por outro lado, o comércio, e, finalmente, escassez de artífices livres na maior parte das vilas e cidades.

São frequentes, em velhos documentos municipais, as queixas contra mecânicos que, ou transgridem impunemente regimentos de seu ofício, ou se esquivam aos exames prescritos, contando para isso com a proteção de juízes benévolos. Uma simples licença com fiador era, em casos tais, o bastante para o exercício de qualquer profissão, e desse modo se abriam malhas numerosas na disciplina só aparentemente rígida das posturas. Os que conseguiam acumular algum cabedal, esses tratavam logo de abandonar seus ofícios para poderem desfrutar das regalias ordinariamente negadas a mecânicos. Assim sucede, por exemplo, a certo Manuel Alves, de São Paulo, que deixa em 1639 sua profissão de seleiro para subir à posição de “homem nobre” e servir os cargos da República.

Por vezes, nem tal cautela se torna imprescindível: muitos eram os casos de pessoas consideradas nobres que se dedicavam, como meio de vida, a serviços mecânicos, sem perderem as prerrogativas pertinentes à sua classe. Contudo não seria essa a lei geral: é plausível admitir que constituísse antes um abuso reconhecido como tal, embora largamente tolerado, pois do contrário não se compreende que um Martim Francisco, já em começo do século passado, se admirasse de que muitos moradores de Itu, sendo “todos pelo menos nobres”, se dedicassem a ofícios mecânicos, “pois que pelas leis do reino derogam a nobreza”.

Embora a lei não tivesse cogitado em estabelecer qualquer hierarquia entre as diferentes espécies de trabalho manual, não se pode negar que existiam discriminações consagradas pelos costumes, e que uma intolerância maior prevaleceu constantemente com relação aos ofícios de mais baixa reputação social. Quando, em 1720, Bernardo Pereira de Berredo, governador do estado do

suavidade dengosa e açucarada invadiu, desde muito cedo, quase todas as esferas de nossa vida colonial. A “moral das senzalas”, sinuosa até na violência e no crime, negadora de todas as virtudes sociais, contemporizadora e narcotizante de qualquer energia realmente produtiva, imperou na política, na economia e na religião dos homens desse tempo. A própria criação do mundo teria sido entendida por eles como uma espécie de abandono, um languescimento de Deus.

O sucesso de um tipo de colonização como o dos holandeses poderia fundar-se justamente na organização de um sistema eficiente de defesa para a sociedade dos conquistadores, contra princípios tão dissolventes. Mas seria praticável semelhante sistema? O que faltava em plasticidade aos holandeses, sobrava-lhes, sem dúvida, em espírito de empreendimento metódico e coordenado, em capacidade de trabalho e em coesão social. Apenas o tipo de colonos que eles nos puderam enviar, durante todo o tempo de seu domínio nas terras do nordeste brasileiro, era o menos adequado a um país em formação. Recrutados entre aventureiros de toda espécie, de todos os países da Europa, “homens cansados de perseguições”, eles vinham apenas em busca de fortunas impossíveis, sem imaginarem sequer criar raízes na terra. As condições econômicas na Holanda tinham tomado tal incremento, que ofereciam várias possibilidades a todos os homens aptos ao trabalho, de modo que só se anunciavam nos escritórios da Companhia das Índias Ocidentais, à procura de passagens para a América do Sul, soldados licenciados que tinham ficado sem pátria, em virtude da guerra dos 30 anos, os “germanorum profugi” de Barlaeus, pequenos artesãos, aprendizes, comerciantes (na sua maioria judeus de ascendência portuguesa), taberneiros, mestres-escolas, bacharéis-médicos, mulheres do mundo e “outros tipos perdidos”, informa-nos o mais recente e mais erudito dentre os historiadores do Brasil holandês Hermann Wätjen. O exército da Companhia, que lutava em Pernambuco, constava principalmente de alemães, franceses, ingleses, irlandeses e neerlandeses. Entre os seus generais mais famosos, um era o nobre polaco Christoph Artichowsky, que fora obrigado a fugir de

Maranhão, mandou assentar praça de soldado a certo Manuel Gaspar, eleito almotacé alegando que “bem longe de ter nobreza, havia sido criado de servir”, conformou-se logo o senado com a decisão e, ainda por cima, anulou a eleição de outro indivíduo, que “vendia sardinhas e berimbaus”.

Nos ofícios urbanos reinavam o mesmo amor ao ganho fácil e a infixidez que tanto caracterizam, no Brasil, os trabalhos rurais. Espelhava bem essas condições o fato, notado por alguém, em fins da era colonial, de que nas tendas de comerciantes se distribuía as coisas mais disparatadas deste mundo, e era tão fácil comprarem-se ferraduras a um boticário como vomitórios a um ferreiro. Poucos indivíduos sabiam dedicar-se a vida inteira a um só mister sem se deixarem atrair por outro negócio aparentemente lucrativo. E ainda mais raros seriam os casos em que um mesmo ofício perdurava na mesma família por mais de uma geração, como acontecia normalmente em terras onde a estratificação social alcançara maior grau de estabilidade.

Era esse um dos sérios empecilhos à constituição, entre nós, não só de um verdadeiro artesanato, mas ainda de oficiais suficientemente habilitados para trabalhos que requerem vocação decidida e longo tirocínio. Outro empecilho vinha, sem dúvida, do recurso muito ordinário aos chamados “negros de ganho” ou “moços de ganho”, que trabalhavam mediante simples licenças obtidas pelos senhores em benefício exclusivo destes. Assim, qualquer pessoa com fumaças de nobreza podia alcançar proveitos derivados dos trabalhos mais humildes sem degradar-se e sem calejar as mãos. Spix e Martius tiveram ocasião de assinalar a radical incompatibilidade existente entre esse hábito e o princípio medieval das corporações de mesteres, ainda bem vivo em muitos lugares da Europa ao iniciar-se o século passado.

Da tradição portuguesa, que mesmo em território metropolitano jamais chegara a ser extremamente rígida nesse particular, pouca coisa se conservou entre nós que não tivesse sido modificada ou relaxada pelas condições adversas do meio. Manteve-se melhor do que outras, como é fácil imaginar, a obrigação de irem

sua pátria, onde – diz o historiador Netscher – “on le persécutait pour ses principes sociniens et anti jésuitiques”, e o outro, o alemão Sigismund von Schkopp sobre cujos antecedentes nada se sabe ao certo, até hoje (1936, pp. 31-34).

os ofícios embandeirados, com suas insígnias, as procissões reais, o que se explica simplesmente pelo gosto do aparato e o dos espetáculos coloridos, tão peculiar à nossa sociedade colonial.

O que sobretudo nos faltou para o bom êxito desta e de tantas outras formas de labor produtivo foi, seguramente, uma capacidade de livre e duradoura associação entre os elementos empreendedores do país. Trabalhos de índole coletiva espontaneamente aceitos podiam ocorrer nos casos onde fossem de molde a satisfazer certos sentimentos e emoções coletivos, como sucede com os misteres relacionados de algum modo ao culto religioso. Casos, por exemplo, como o da construção da velha matriz de Iguape, em fins do século XVII, em que colaboraram os homens notáveis e o povo da vila, carregando pedras desde a praia até ao lugar onde ficava a obra, ou o da velha matriz de Itu, erigida em 1679 com auxílio dos moradores, que de longa distância levavam à cabeça, em romaria, a terra de pedregulhos com que foram pilados os muros. Não é difícil distinguir, em tais casos, uma sobrevivência de costumes reinóis, cuja implantação no Brasil data pelo menos dos tempos de Tomé de Sousa e da edificação da cidade do Salvador.

Outros costumes, com o do muxirão ou mutirão, em que os roceiros se socorrem uns aos outros nas derrubadas de mato, nos plantios, nas colheitas, na construção de casas, na fiação do algodão, teriam sido tomados de preferência ao gentio da terra e fundam-se, ao que parece, na expectativa de auxílio recíproco, tanto quanto na excitação proporcionada pelas ceias, as danças, os descantes e os desafios que acompanham obrigatoriamente tais serviços. Se os homens se ajudam uns aos outros, notou um observador setecentista, fazem-no “mais animados do espírito da *caninha* do que do amor ao trabalho”. É evidente que explicações semelhantes são exatas apenas na medida em que patenteiam o que há de excêntrico e mais ostentoso na verdade: realismo do traço grosso e da caricatura.

Por outro lado, seria ilusório pretender relacionar a presença dessas formas de atividade coletiva a alguma

tendência para a cooperação disciplinada e constante. De fato o alvo material do trabalho em comum importa muito menos, nestes casos, do que os sentimentos e inclinações que levam um indivíduo ou um grupo de indivíduos a socorrer o vizinho ou amigo precisado de assistência.

Para determinar o significado exato desse trabalho em comum seria preciso recorrer à distinção que recentes estudos antropológicos, depois de examinados e confrontados os padrões de comportamento de vários povos naturais, permitiram estabelecer entre a genuína “cooperação”, e a “prestância” (*helpfulness*). Distinção que se aparenta, de certo modo, à que investigações anteriores já tinham fixado entre “competição” e “rivalidade”.

Tanto a competição como a cooperação são comportamentos orientados, embora de modo diverso, para um objetivo material comum: é, em primeiro lugar, sua relação com esse objetivo o que mantém os indivíduos respectivamente separados ou unidos entre si. Na rivalidade, ao contrário, como na prestância, o objetivo material comum tem significação praticamente secundária: o que antes de tudo importa é o dano ou o benefício que uma das partes possa fazer à outra.

Em sociedade de origens tão nitidamente personalísticas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente.

A influência dos negros, não apenas como negros, mas ainda, e sobretudo, como escravos, essa população não tinha como oferecer obstáculos sérios. Uma suavidade dengosa e açucarada invade, desde cedo, todas as esferas da vida colonial. Nos próprios domínios da arte e da literatura ela encontra meios de exprimir-se, principalmente a partir do Setecentos e do rococó. O gosto do exótico, da sensualidade brejeira, do chichisbeísmo, dos caprichos sentimentais, parece fornecer-lhe um providencial terreno de eleição, e permite que, atravessando o oceano, vá exhibir-se em Lisboa, com os lundus e modinhas do mulato Caldas Barbosa:

*Nós lá no Brasil*

*A nossa ternura*

*A açúcar nos sabe,*

*Tem muita doçura.*

*Oh! se tem! tem.*

*Tem um mel mui saboroso*

*É bem bom, é bem gostoso.*

.....

*Ah nhanhã, venha escutar*

*Amor puro e verdadeiro,*

*Com preguiça doçura,*

*Que é Amor de Brasileiro.*

Sinuosa até na violência, negadora de virtudes sociais, contemporizadora e narcotizante de qualquer energia realmente produtiva, a “moral das senzalas” veio a imperar na administração, na economia e nas crenças religiosas dos homens do tempo. A própria criação do mundo teria sido entendida por eles como uma espécie de abandono, um languescimento de Deus.

O sucesso de um tipo de colonização como o dos holandeses poderia fundar-se, ao contrário, na organização de um sistema eficiente de defesa para a sociedade dos conquistadores contra princípios tão dissolventes. Mas seria praticável entre nós

semelhante sistema? O que faltava em plasticidade aos holandeses sobrava-lhes, sem dúvida, em espírito de empreendimento metódico e coordenado, em capacidade de trabalho e em coesão social. Apenas o tipo de colonos que eles nos puderam enviar, durante todo o tempo de seu domínio nas terras do Nordeste brasileiro, era o menos adequado a um país em formação. Recrutados entre aventureiros de toda espécie, de todos os países da Europa, “homens cansados de perseguições”, eles vinham apenas em busca de fortunas impossíveis, sem imaginar criar fortes raízes na terra.

O malogro de várias experiências coloniais dos Países Baixos no continente americano, durante o século XVII, foi atribuído em parte, e talvez com justos motivos, à ausência, na mãe-pátria, de descontentamentos que impelisses à migração em larga escala. Esse malogro representou, em realidade, conforme nota o historiador H.J. Priestley, o testemunho do bom êxito da República holandesa como comunidade nacional. E, com efeito, as condições econômico-políticas das Províncias Unidas tinham alcançado tamanho grau de prosperidade, após as lutas de independência, que nos escritórios da Companhia das Índias Ocidentais só se anunciavam, à procura de passagens, soldados licenciados, que tinham ficado sem lar em virtude da Guerra dos Trinta Anos, os *germanorum profugi* de Barlaeus, pequenos artesãos, aprendizes, comerciantes (em parte judeus de ascendência portuguesa), taberneiros, mestres-escolas, mulheres do mundo e “outros tipos perdidos”, informa-nos um pesquisador da história do Brasil holandês. O exército da Companhia, que lutava em Pernambuco, constava principalmente de alemães, franceses, ingleses, irlandeses e neerlandeses.

Entre seus generais mais famosos, um era o fidalgo polonês Cristóvão Arciszewski, que fora obrigado a deixar sua pátria, onde, segundo consta, era perseguido devido à suas ideias socinianas e antijesuíticas, outro o alemão Sigismundo von Schkopp, sobre cujos antecedentes nada se sabe de certo até hoje (1948, pp. 62-71).

O insucesso da experiência holandesa no Brasil é, em verdade, mais uma justificativa para a opinião hoje generalizada entre **antropólogos eminentes**, de que os europeus do Norte são incompatíveis com as regiões tropicais. O indivíduo isolado – **observa, e provavelmente com razão, uma das maiores autoridades no assunto** – pode adaptar-se a tais regiões, mas a raça, essa decididamente não; à própria Europa do sul, ela já não se adapta. Ao contrário do que sucedeu com os holandeses, o português entrou em contato íntimo e frequente com a população de cor. Mais do que nenhum outro povo da Europa, ele cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros. Americanizava-se ou africanizava-se, conforme fosse preciso. *Tornava-se negro*, segundo a expressão consagrada da Costa da África. E o importante, além disso, é que a própria língua portuguesa e a religião católica parecem ter encontrado uma disposição particularmente simpática, entre esses homens rudes. Disso souberam bem cedo os holandeses. Os religiosos que trouxeram, verificaram, com melancolia, que uma instrução da religião reformada, e em língua holandesa, prometia escasso êxito entre os negros e os índios. Eram enormes, praticamente intransponíveis, as dificuldades que reservava o holandês aos africanos. Os negros velhos ao contrário, era-lhes familiar. A experiência demonstrou, ao cabo, que a utilização da língua portuguesa nos sermões e prédicas daria resultados muito mais eficientes. E assim serviram-se **frequentemente** do idioma dos vencidos no trato com os negros e com os **selvagens da terra**, quase como os jesuítas se serviram da “língua geral” para a catequese dos índios, mesmos tapuias. Além dessa vantagem inestimável, tinham os portugueses por si a ausência já aludida de qualquer orgulho de raça, e, em consequência disso, a mestiçagem, que foi, sem dúvida, um notável elemento de fixação ao solo tropical, não representou, entre eles, um fenômeno esporádico, mas antes um processo normal. Graças a esse processo, em grande parte, puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma nova pátria, longe da sua (1936, pp. 37-39).

O insucesso da experiência holandesa no Brasil é, em verdade, mais uma justificativa para a opinião hoje generalizada entre **antropologistas**, de que os europeus do Norte são incompatíveis com as regiões tropicais. O indivíduo isolado – **observa uma autoridade no assunto** – pode adaptar-se a tais regiões, mas a raça, essa decididamente não; à própria Europa do sul, ela já não se adapta. Ao contrário do que sucedeu com os holandeses, o português entrou em contato íntimo e frequente com a população de cor. Mais do que nenhum outro povo da Europa, cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros. Americanizava-se ou africanizava-se, conforme fosse preciso. *Tornava-se negro*, segundo a expressão consagrada da Costa da África.

A própria língua portuguesa parece ter encontrado, em confronto com a holandesa, disposição particularmente simpática em muitos desses homens rudes. Aquela observação, formulada séculos depois por um Martius, de que, para nossos índios, os idiomas nórdicos apresentam dificuldades fonéticas praticamente insuperáveis, ao passo que o português, como o castelhano, lhes é muito mais acessível, puderam fazê-la bem cedo os invasores. Os missionários protestantes, vindos em sua companhia, logo perceberam que o uso da língua neerlandesa na instrução religiosa prometia escasso êxito, não só entre os africanos como entre o gentio da terra. Os pretos velhos, esses positivamente não o aprendiam nunca. O português, ao contrário, era perfeitamente familiar a muitos deles. A experiência demonstrou, ao cabo, que seu emprego em sermões e prédicas dava resultados mais compensadores. E assim serviram-se, **às vezes**, do idioma dos vencidos no trato com os pretos e os **naturais da terra**, quase como os jesuítas se serviram da língua-geral para catequizar índios, mesmo tapuias.

Importante, além disso, é que, ao oposto do catolicismo, a religião reformada, trazida pelos invasores, não oferecia nenhuma espécie de excitação aos sentidos ou à imaginação dessa gente, e assim não proporcionava nenhum terreno

de transição por onde sua religiosidade pudesse acomodar-se aos ideais cristãos.

Desses calvinistas holandeses é impossível dizer-se, como se disse, por exemplo, dos puritanos da América do Norte, que, animados pela inspiração bíblica, se sentiam identificados com o povo de Israel a ponto de assimilarem os indivíduos de outra casta, de outro credo e de outra cor, estabelecidos na Nova Holanda, aos cananeus do Antigo Testamento que o Senhor entregara à raça eleita para serem destruídos e subjugados. É bem notório, ao contrário, que não faltaram entre eles esforços constantes para chamar a si os pretos e indígenas do país, e que esses esforços foram, em grande parte, bem-sucedidos. **O que parece ter faltado em tais contatos foi a simpatia transigente e comunicativa que a Igreja católica, sem dúvida mais universalista ou menos exclusivista do que o protestantismo,** sabe infundir nos homens, ainda quando as relações existentes entre eles nada tenha, na aparência, de impecáveis.

Por isso mesmo não parecem ter conseguido, para sua fé, tantos prosélitos, ou tão dedicados, como os conseguiam, sem excessivo trabalho, os portugueses, para a religião católica. Disso foram testemunhas alguns colonizadores das Antilhas, aos quais os holandeses estabelecidos no Brasil iam vender índios aprisionados e escravizados. “É fácil”, diz um depoimento da época, “distinguirem-se os que foram convertidos à fé pelos portugueses daqueles que permaneceram no Recife com os holandeses, pela piedade e devoção que mostram nas igrejas, pela sua assiduidade ao serviço divino e pelo seu exterior, muito mais recatado e modesto.

A essas inestimáveis vantagens acrescente-se ainda, em favor dos portugueses, a já aludida ausência, neles, de qualquer orgulho de raça. Em resultado de tudo isso, a mestiçagem que representou, certamente, notável elemento de fixação ao meio tropical não constituiu, na América portuguesa, fenômeno esporádico, mas, ao contrário, processo normal. Foi, em parte, graças a esse processo que eles puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma pátria nova longe da sua (1948, pp. 74-78).

***Raízes do Brasil. 1ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.***

***Raízes do Brasil. 2ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948.***

### **Capítulo III: O passado agrário**

É curioso observar que todos os demais Estados americanos tiveram desses momentos decisivos, que se assinalam pelo começo da predominância dos grandes centros urbanos, e que podem ser designados com datas fixas. Na Argentina, por exemplo, 1852 – o ano da batalha de Cáceres e da queda de Rosas – marca para Buenos Aires, praticamente, o fim da era colonial. É a partir desse ano que se inicia na metrópole platina um surto demográfico extraordinário e vertiginoso, durante o qual nela se centralizam, aos poucos, todas as energias da República. Sua população, de setenta e seis mil almas, eleva-se ao dobro uma década mais tarde. Em 1975 sobe a duzentos e trinta mil habitantes; em 1887 é de quatrocentos e trinta e sete mil, em 1904 de novecentos e setenta e nove mil.

No caso dos Estados Unidos já é mais arriscado fixar-se uma data precisa correspondente, dada a extrema desuniformidade na vida econômica das diversas regiões que compõem o país. Ainda assim, o sentido modernizador parece definir-se, ao menos na Nova Inglaterra, logo após a guerra de 1812, com a inauguração do grande comércio ultramarino. Pouco antes disso, Nova York tinha principiado a realizar o seu “destino manifesto”, elaborando um vasto plano para a evolução futura da cidade. Os organizadores desse plano obedecem ao mal disfarçado empenho de favorecer o aumento do tráfego e do valor dos bens raízes. O resultado foi o previsto e, em pouco tempo, tinha início uma verdadeira febre de especulações que já prenunciavam a Empire-City dos nossos dias (1936, pp. 43-44).

### **Capítulo III: Herança rural**

- 1) Alteração do título do capítulo para a 2ª edição.
- 2) Trecho suprimido na 2ª edição.

Nunca, talvez, nem sequer depois de inaugurado o regime republicano, fomos envolvidos, em tão breve período, por uma febre de progressos materiais como a que registrou nesses anos de 1851 a 1854. Apenas não se pode dizer que o país estivesse amadurecido para grandes empreendimentos de ordem econômica que lhe alterassem profundamente a fisionomia. Eles não encontrariam facilmente, em nosso temperamento, em nossos costumes, um ambiente adequado, não obstante toda a boa vontade de certas elites. Uma resistência importante, com que não poderiam deixar de contar os homens empreendedores da época seria, além da nossa formação econômica, fundada em grande parte no trabalho escravo, o espírito retrógrado que dominava a organização de nossos serviços públicos. Com o declínio da velha agricultura e com a lenta formação de uma burguesia urbana é que se desenvolvera, com caráter próprio, o nosso aparelhamento burocrático. As funções públicas constituíram, desde muito cedo, aliás, o apanágio quase exclusivo da mesma casta de homens a que pertenceram os nossos proprietários rurais. Alimentavam, com frequência, a mesma digna ociosidade, que tanto singularizou esses senhores de engenho, de quem dissera Antonil que os escravos eram suas mãos e pés. A constituição de uma burocracia numerosa e próspera, comportando postos cuja remuneração e cuja importância social estavam muitas vezes – quase sempre – na razão inversa do trabalho que lhes correspondia, impunha-se como o expediente próprio para assegurar um bem estar relativo a parte considerável da população, que do contrário se veria condenada a uma irremediável ruína. E quando não o assegurasse, valeria, ao menos, pelo efeito compensador que garante a um indivíduo mal tratado pela sorte a possibilidade de se conceber não somente como cidadão do “maior e mais rico país do mundo”, mas sobretudo como peça necessária de seu mecanismo administrativo, como parte do Estado, de um “nós” poderoso e respeitável. Essa a origem verdadeira de certo patriotismo ingênuo e contente de si, que ainda hoje vemos florescer entre nós. Patriotismo negativo, feito de ressentimento, não se recomendava certamente como elemento ativo e construtor, e tão pouco [...]. (1936, pp.46-47).

Mesmo depois de inaugurado o regime republicano, nunca, talvez, fomos [...] e não como o patriotismo e vistas de um partido político (1948, pp. 90-117. Trecho muito longo, não foi transcrito na íntegra, apenas indicadas as páginas onde estão as alterações na segunda edição).

[...] É ainda a respeito de Piratininga que nos informa Alcântara Machado como “na cidade o fazendeiro tem apenas a sua casa para descansar alguns dias, liquidar um ou outro negócio, assistir às festas civis ou religiosas...Um pouso. Nada mais. Só nos dias santos é que há gente na vila e por isso mesmo são eles os escolhidos para o praxeamento dos bens dos órfãos” (1936, p. 52).

Trecho suprimido na 2ª edição, p. 121.

[...] Na verdade, não foi preciso que os portugueses se transportassem ao Brasil e sofressem a influência de nosso meio, para conhecerem essa forma de desequilíbrio entre os centros urbanos mirrados e miseráveis e as propriedades rurais, ao contrário, prósperas e opulentas. Os admiráveis estudos de história econômica de João Lúcio de Azevedo mostram-nos essa situação prevalecendo claramente em Portugal, antes de existir entre nós. O tema em si não interessa no presente estudo, a não ser pelo que esclarece sobre as origens de uma situação cuja influência se fez sentir vigorosamente no desenvolvimento ulterior da sociedade brasileira, conforme se procurará mostrar nos capítulos seguintes (1936, pp. 55-56)

Trecho suprimido na 2ª edição, p. 125.

*Raízes do Brasil*. 1ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

#### **Capítulo IV: O passado agrário (Continuação)**

No Brasil, conquanto não tenha sido desconhecido o esquema quadrangular – no próprio Rio de Janeiro ele já surge em esboço –, o certo é que jamais alcançou tal uniformidade, e o desenvolvimento ulterior dos centros urbanos esqueceu essa direção inicial, para obedecer antes às exigências topográficas. A irregularidade e a fantasia com que se dispunham as ruas e as habitações, entre nós, chega mesmo a pasmar alguns viajantes estrangeiros como La Barbinais, Freyeinet e Charles Waterton.

Em São Vicente e Santos as casas estavam tão espalhadas e em tal desordem, que o primeiro Governador-Geral do Brasil se queixava de não poder mandar cercar essas povoações, pois isso exigiria grande trabalho e causaria danos aos moradores.

Assim, a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta confunde-se com a linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, sempre esse abandono característico, que se exprime bem na palavra “desleixo” – a palavra que o escritor Aubrey Bele considerou tão tipicamente portuguesa como “saudade” e que, na sua opinião, não exprime tanto falta de energia, como a convicção de que “não vale a pena...” As casas eram semeadas com desalinho, em volta de uma igreja toda branca e situada quase sempre no lugar mais elevado; com um desalinho que faz pensar um pouco nesses jardins de Portugal evocados por Gilberto Freyre, cheios de uma poesia meio selvagem e onde aparecem, aqui e ali, flores da nomes “que pedem poemas: Flor de noiva, Três Marias, Cinco Chagas, Brinco de Princesa, Flor de Viúva, Suspiros, Saudades, Resedá, Palmas de Santa Rita.” A escolha dos sítios

*Raízes do Brasil*. 2ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948.

#### **Capítulo IV: O semeador e o ladrilhador**

- 1) Alteração do título do capítulo para a 2ª edição.
- 2) Trecho suprimido na 2ª edição, p. 132.

adequados, os primeiros trabalhos, tudo faziam os portugueses por instinto, ou apenas guiados pela rotina e pelo bom senso; se frequentemente acertavam, devem-no mais ao seu engenho natural ou à experiência, do que à ciência que ensinam os livros ou aos preceitos consignados em regulamentos (1936, pp. 61-63).

No Brasil, foram ainda os jesuítas, durante os primeiros séculos, os únicos portadores de uma organização que se orientava segundo um espírito positivamente construtor. A obra que realizavam oferece algumas analogias importantes com a dos monges dos mosteiros beneditinos na Europa dos séculos XI e XII. Representaram – diz um historiador - “o que a iniciativa privada tinha de mais lúcido e engenhoso nas colônias tropicais; foram, deusas, os primeiros colonos que se ajudaram da ciência e exploraram tecnicamente as riquezas do solo.” Traziam consigo para a colônia sementes e mudas preciosas de plantas do Oriente, da África e do Mediterrâneo. De acordo com os diversos climas eram produtores de cacau, de açúcar, de algodão ou de erva-mate. Possuíam “engenhos modelos e um sistema de cooperação com os homens do campo, a sua distribuição movimentada pelo entendimento entre os colégios de todo o mundo e conduzida pelo gênio mercantil, que os ilustrou no século XVII. Eram preferidos pelos moradores para depositários de seus haveres, e as urcas e caravelas da Companhia de Jesus navegavam as mercadorias produzidas em todos os seus estabelecimentos, desde o rio das Amazonas até as reduções meridionais” (1936, pp. 65-66).

Trecho suprimido na 2ª edição, p. 135.

[...] Para citar só um exemplo, nada de semelhante encontramos no Brasil ao que realizaram eles, em suas terras, nos domínios da instrução superior. A Universidade de São Marco, em Lima, é fundada em 1551, apenas vinte anos depois da chegada de Pizarro ao Peru. No mesmo decênio fundam-se as universidades do México e de São Domingos. Em fins do século XVII já possui o Peru dois estabelecimentos de ensino superior, graças à instituição de uma nova universidade, a de Cuzco (1936, p. 67).

[...] Já em 1538, cria-se a Universidade de São Domingos. A de São Marcos, em Lima, com os privilégios, isenções e limitações da de Salamanca, é fundada por cédula real de 1551, vinte anos apenas depois de iniciada a conquista do Peru por Francisco Pizarro. Também de 1551 é a da Cidade do México, que em 1553 inaugura seus cursos. Outros institutos de ensino superior nascem ainda no século XVI e nos dois seguintes, de modo que, ao encerrar-se o período colonial, tinham sido instaladas nas diversas possessões de Castela nada menos de 23 universidades, seis das quais de primeira categoria (sem incluir as do México e Lima). Por esses estabelecimentos passaram, ainda durante a dominação espanhola, dezenas de milhares de filhos da América que puderam, assim, completar seus estudos sem precisar transpor o oceano (1948, p. 135).

Esse exemplo não oferece senão uma das faces da colonização espanhola, mas justamente uma face que serve bem para ilustrar a vontade criadora que a anima. Não se quer dizer que essa vontade criadora distinguisse sempre o esforço castelhano e que nele as boas intenções tenham triunfado **continuamente** sobre todos os **obstáculos** e prevalecido sobre a inércia dos homens. **Mas é indiscutivelmente por isso que esse esforço se distingue do português, ocupado quase só em retirar da terra conquistada grandes benefícios, sem grandes sacrifícios.** Dir-se-ia que a colônia é simples lugar de passagem para o governo como para os súditos. É, aliás, a impressão que levava Koster, **mais tarde**, de nossa terra. Os castelhanos, estes prosseguiram no Novo Mundo a sua luta secular contra os infiéis, e a coincidência de ter chegado Colombo às **Antilhas** justamente no ano em que caía, na Península, o último baluarte sarraceno, parece providencialmente calculado para indicar que não deveria existir descontinuidade entre um esforço e outro. Na colonização americana reproduziram eles naturalmente, e apenas apurados pela experiência, os mesmos processos já empregados na colonização de suas terras da metrópole, **de onde tinham expulso** os discípulos de Mafoma. E acresce o fato significativo de que nas regiões de nosso continente que lhes couberam **por direito e por conquista**, o clima não lhes oferecia, em geral, grandes incômodos. Parte considerável dessas regiões estava situada fora da zona tropical e parte a grandes altitudes. Mesmo na cidade de Quito, isto é, em plena linha equinocial, “o imigrante andaluz vai encontrar uma temperatura sempre igual, e que não excede em rigor à de sua terra de origem” (1936, pp. 67-68).

Esse exemplo não oferece senão uma das faces da colonização espanhola, mas justamente uma face que serve bem para ilustrar a vontade criadora que a anima. Não se quer dizer que essa vontade criadora distinguisse sempre o esforço castelhano e que nele as boas intenções tenham triunfado **persistentemente** sobre todos os **esforços** e prevalecido sobre a inércia dos homens. **Mas é indiscutivelmente por isso que seu trabalho se distingue do trabalho português no Brasil.** Dir-se-ia que a colônia é simples lugar de passagem para o governo como para os súditos. É, aliás, a impressão que levava Koster, **já no século XIX**, de nossa terra. Os castelhanos, por sua vez, prosseguiram no Novo Mundo a luta secular contra os infiéis, e a coincidência de ter chegado Colombo à **América** justamente no ano em que caía, na Península, o último baluarte sarraceno, parece providencialmente calculado para indicar que não deveria existir descontinuidade entre um esforço e outro. Na colonização americana reproduziram eles naturalmente, e apenas apurados pela experiência, os mesmos processos já empregados na colonização de suas terras da metrópole, **depois de expulsos** os discípulos de Mafoma. E acresce o fato significativo de que, nas regiões de nosso continente que lhes **couberam, o clima** não lhes oferecia, em geral, grandes incômodos. Parte considerável dessas regiões estava situada fora da zona tropical e parte a grandes altitudes. Mesmo na cidade de Quito, isto é, em plena linha equinocial, “o imigrante andaluz vai encontrar uma temperatura sempre igual, e que não excede em rigor à de sua terra de origem” (1948, pp. 136-137).

No planalto de Piratininga nasce em verdade um momento novo de nossa história nacional. Ali, pela primeira vez, a inércia difusa da população colonial adquire forma própria e encontra uma voz articulada. A expansão dos *pioneers* paulistas, **entre os quais se destacam figuras monumentais, como a desse extraordinário Antonio Raposo Tavares**, não tinha as suas raízes do outro lado do oceano, podia dispensar o estímulo da metrópole, e fazia-se frequentemente contra a vontade e contra os interesses imediatos desta. Mas ainda esses audaciosos caçadores de índios, farejadores e exploradores de riquezas, foram, antes do mais, puros aventureiros – só quando as circunstâncias forçavam é que se faziam colonos. Acabadas as expedições, quando não acabavam mal, tornavam geralmente à sua vila e **às suas terras. Nem eles, nem os povoadores dos currais de gado da margem do São Francisco e dos sertões do nordeste, realizaram obra colonizadora, senão esporadicamente e de passagem** (1936, pp. 72-73).

**Obs.:** Sérgio Buarque retirou o trecho em destaque acima. Alteração importante, pois exaltava (na 1ª edição) os bandeirantes.

No planalto de Piratininga nasce em verdade um momento novo de nossa história nacional. Ali, pela primeira vez, a inércia difusa da população adquire forma própria e encontra voz articulada. A expansão dos *pioneers* paulistas não tinha suas raízes do outro lado do oceano, podia dispensar o estímulo da metrópole e fazia-se frequentemente contra a vontade e contra os interesses imediatos desta. Mas ainda esses audaciosos caçadores de índios, farejadores e exploradores de riquezas, foram, antes do mais, puros aventureiros – só quando as circunstâncias forçavam é que se faziam colonos. Acabadas as expedições, quando não acabavam mal, tornavam eles geralmente à sua vila e **aos seus sítios da roça. E assim, antes do descobrimento das minas, não realizaram obra colonizadora, salvo esporadicamente** (1948, p. 142).

Então, e só então, é que o Estado português se decidiu a intervir mais energicamente nos negócios de sua possessão ultramarina, mas usou de uma energia puramente repressiva, policial, e muito menos dirigida a construir alguma coisa do que a absorver quanto lhe pudesse ser de proveito. Na região diamantina, segundo conta um historiador, os habitantes formavam como uma só família, regida por leis especiais e governada despoticamente por autoridades particulares. Essa gente vivia “como se estivesse em um eterno bloqueio, isolados do resto da colônia, sendo-lhe interdita toda a comunicação com os povos de fora. Ninguém podia julgar-se seguro em sua casa. O senhor via com desconfiança, no escravo, um inimigo oculto que, denunciando-o, obtinha a liberdade e partilhava seus bens com a fazenda real. A devassa geral, que se conservava sempre aberta, era como uma teia imensa, infernal, sustentada pelas delações misteriosas, que se urdia nas trevas para envolver as vítimas, que muitas vezes faziam a calúnia, a vingança particular, o interesse e ambição dos agentes do fisco”. A circunstância do descobrimento das minas foi, pois, o que determinou, finalmente, Portugal a por um pouco de ordem na colônia, ordem artificialmente mantida pelo despotismo dos que se interessavam em ter mobilizadas todas as forças econômicas do país para lhe colherem sem maior esforço os benefícios.

Não fosse, também, essa circunstância, veríamos, certamente, prevalecer até ao fim o recurso fácil da colonização litorânea, graças à qual tais benefícios ficariam mais acessíveis. Nada se imagina tão dificilmente, em um capitão português, de que um gesto como o de Cortez, mandando que se desarmassem as naus que o conduziram à Nova Espanha, para aproveitar o lenho nas construções de terra firme. Nada, no entanto, mais legitimamente castelhano de que esse ato, verdadeiramente simbólico do novo sistema **racional** de colonização, que se ia inaugurar. Pizarro repetiria mais tarde a mesma façanha, quando, em 1535, assediado por um exército de cinquenta mil índios, no Peru, ordenou que os navios se afastassem do porto, a fim de retirar aos seus homens toda veleidade ou tentação de fuga, enquanto prosseguia triunfante na conquista do grande império de

Então, e só então, é que Portugal delibera intervir mais energicamente nos negócios de sua possessão ultramarina, mas para usar de uma energia puramente repressiva, policial, e menos dirigida a edificar alguma coisa de permanente do que absorver tudo quanto lhe fosse de imediato proveito. É o que se verifica em particular na chamada Demarcação Diamantina, espécie de Estado dentro do Estado, com seus limites rigidamente definidos, e que ninguém pode transpor sem licença expressa das autoridades. Os moradores, regidos por leis especiais, formavam como uma só família, governada despoticamente pelo intendente-geral. “Única na história”, observa Martius, “essa idéia de isolar um território, onde todas as condições civis ficavam subordinadas à exploração de um bem exclusivo da Coroa.”

A partir de 1771, os moradores do distrito ficaram sujeitos à mais estrita fiscalização. Quem não pudesse exhibir provas de identidade e idoneidade julgadas satisfatórias devia abandonar imediatamente a região. Se regressasse, ficava sujeito à multa de cinquenta oitavas de ouro e a seis meses de cadeia; em caso de reincidência, a seis anos de degredo em Angola. E ninguém poderia, por sua vez, pretender residir no distrito, sem antes justificar minuciosamente tal pretensão. Mesmo nas terras próximas à demarcação, só se estabelecia quem tivesse obtido consentimento prévio do intendente. “A devassa geral, que se conservava sempre aberta”, diz um historiador, “era como uma teia imensa, infernal, sustentada pelas delações misteriosas, que se urdia nas trevas para envolver as vítimas, que muitas vezes faziam a calúnia, a vingança particular, o interesse e ambição dos agentes do fisco.” A circunstância do descobrimento das minas, sobretudo das minas de diamantes, foi, pois, o que determinou finalmente Portugal a pôr um pouco mais de ordem em sua colônia, ordem mantida com artifício pela tirania dos que se interessavam em ter mobilizadas todas as forças econômicas do país para lhe desfrutarem, sem maior trabalho, os benefícios.

Tawantisuyu. Para esses homens o mar certamente não existia, senão como obstáculo a vencer. Nem existiam as terras do litoral, a não ser como acesso ao interior. Os regimentos e forais concedidos pela coroa portuguesa, quando sucede tratarem das regiões fora da beira-mar, insistem sempre em que se povoem somente aquelas que fiquem à margem das grandes correntes navegáveis, como o rio São Francisco. A legislação espanhola, ao contrário, mal menciona a navegação fluvial como meio de comunicação; o transporte dos homens e dos mantimentos podia ser feito por terra (1936, pp. 74-76).

Não fosse também essa circunstância, veríamos, sem dúvida, prevalecer até o fim o recurso fácil à colonização litorânea, graças à qual tais benefícios ficariam relativamente acessíveis. Nada se imagina mais facilmente, em um capitão português, do que um gesto como o que se atribui a Cortez, de ter mandado desarmar as naus que o conduziram à Nova Espanha, para aproveitar o lenho nas construções de terra firme. Nada, no entanto, mais legitimamente castelhano de que esse ato verdadeiramente simbólico do novo sistema de colonização, que se ia inaugurar. Pizarro repetiria mais tarde a façanha quando, em 1535, assediado por um exército de 50 mil índios no Peru, ordenou que os navios se afastassem do porto, a fim de retirar aos seus homens toda veleidade ou tentação de fuga, enquanto prosseguia triunfante a conquista do grande império de Ttahuantinsuyu.

Para esses homens, o mar certamente não existia, salvo como obstáculo a vencer. Nem existiam as terras do litoral, a não ser como acesso para o interior e para as *tierras templadas* ou *frias*. No território da América Central, os centros mais progressivos e mais densamente povoados situam-se perto do oceano, é certo, mas do oceano Pacífico, não do Atlântico, estrada natural da conquista e do comércio. Atraídos pela maior amenidade do clima nos altiplanos das proximidades da costa ocidental, foi neles que fizeram os castelhanos seus primeiros estabelecimentos. E ainda em nossos dias é motivo de surpresa para historiadores e geógrafos o fato de os descendentes de antigos colonos não terem realizado nenhuma tentativa séria para ocupar o litoral do mar das Antilhas entre o Yucatán e o Panamá. Embora esse litoral ficasse quase à vista das possessões insulares da Coroa espanhola, e embora seu povoamento devesse encurtar apreciavelmente a distância entre a mãe-pátria e os estabelecimentos da costa do Pacífico, preferiram eles abandoná-los aos mosquitos, aos índios bravos e aos entrelopos ingleses. Em mais de um ponto, os maiores núcleos de população centro-americanos acham-se até hoje isolados da costa oriental por uma barreira de florestas virgens quase impenetráveis.

A facilidade das comunicações por via marítima e, à falta desta, por via fluvial, tão menosprezada pelos castelhanos, constituiu pode-se dizer que o fundamento do esforço colonizador de Portugal. Os regimentos e forais concedidos pela Coroa portuguesa, quando sucedia tratarem de regiões fora da beira-mar, insistiam sempre em que se povoassem somente as partes que ficavam à margem das grandes correntes navegáveis, como o rio São Francisco. A legislação espanhola, ao contrário, mal se refere à navegação fluvial como meio de comunicação; o transporte dos homens e mantimentos podia ser feito por terra (1948, pp. 143-147).

A fisionomia mercantil, quase semita, dessa colonização, exprime-se tão sensivelmente no sistema de povoação marginal, quanto no fenômeno já estudado do desequilíbrio entre o esplendor rural e a miséria urbana. Justamente essas duas manifestações são de particular significação pela luz que projetam sobre as fases ulteriores de nosso desenvolvimento social. Frei Vicente do Salvador, que escrevia em princípios do século XVII e se queixava do fato de terem vivido os portugueses até aquela data “arranhando as costas como caranguejos”, também lamenta que os povoadores, por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal, e “se as fazendas e bens que possuem souberam falar, também lhes houveram de ensinar a dizer como papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é: papagaio real para Portugal, por que tudo querem para lá”. E acrescenta que isso “não tem só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída”.

Mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter acentuado de feitorização, muito mais que de colonização. Não convinha que e fizessem aqui grandes obras, ao menos quando não produzissem imediatos benefícios. Nada que acarretasse maiores despesas ou pudesse resultar em prejuízos para a metrópole. Em 1870 como do atual Estado do Rio Grande do Sul começasse a exportação de trigo para outras regiões do país, o gabinete de Lisboa proibia sumariamente o cultivo desse cereal, pois a metrópole queria ter o privilégio de seu fornecimento às outras capitanias. O mesmo sucedera dois séculos antes com relação ao cultivo da vinha na capitania de São Vicente (1936, pp.79-80).

A fisionomia mercantil, quase semita, dessa colonização exprime-se tão sensivelmente no sistema de povoação litorânea ao alcance dos portos de embarque, quanto no fenômeno, já aqui abordado, do desequilíbrio entre o esplendor rural e a miséria urbana. Justamente essas duas manifestações são de particular significação pela luz que projetam sobre as fases ulteriores de nosso desenvolvimento social. O padre Manuel da Nóbrega, em carta de 1552, exclamava: “[...] de quantos lá vieram, nenhum tem amor a esta terra [...] todos querem fazer em seu proveito, ainda que seja a custa da terra, porque esperam de se ir.” Em outra carta, do mesmo ano, repisa o assunto, queixando-se dos que preferem ver sair do Brasil muitos navios carregados de ouro do que muitas almas para o Céu. E acrescenta: “Não querem bem à terra, pois têm sua afeição em Portugal; nem trabalham tanto para favorecer, como por se aproveitarem de qualquer maneira que puderem; isto é geral, posto que entre eles haverá alguns fora desta regra.” E frei Vicente do Salvador, escrevendo no século seguinte, ainda poderá queixar-se de terem vivido os portugueses até então “arranhando as costas como caranguejos” e lamentará que os povoadores, por mais arraigados que à terra estejam e mais ricos, tudo pretendiam levar a Portugal, e “se as fazendas e bens que possuem souberam falar, também lhes houveram de ensinar a dizer como papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é: papagaio real para Portugal, porque tudo querem para lá”.

Mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização. Não convinha que aqui se fizessem grandes obras, ao menos quando não produzissem imediatos benefícios. Nada que acarretasse maiores despesas ou resultasse em prejuízo para a metrópole. O preceito mercantilista, adotado aliás por todas as potências coloniais do século XIX, segundo o qual metrópole e colônias hão de completar-se reciprocamente, ajustava-se bem a esse ponto de vista. Assim era rigorosamente proibida, nas possessões ultramarinas, a produção de artigos que pudessem competir com os do Reino. Em fins do século XVIII, como da capitania de São Pedro do Rio Grande principiasse a exportação de trigo para outras partes do Brasil, o gabinete de Lisboa fazia sustar sumariamente o cultivo desse cereal. E no alvará de 5 de janeiro de 1785, que mandava extinguir todas as manufaturas de ouro, prata, seda, algodão, linho e lã porventura existentes em território brasileiro, por meio da lavoura e da cultura,

tudo quanto lhes era necessário, se a isso ajuntassem as vantagens da indústria e das artes para vestuário, “ficarão os ditos habitantes totalmente independentes da sua capital dominante” (1948, pp. 151-153).

-----XXXXXXXX-----

[...] Inúmeros foram os italianos, flamengos, espanhóis, ingleses, **franceses**, alemães que para cá vieram, aproveitando-se dessa **permissão**. [...] (1936, p. 80).

-----XXXXXXXX-----

[...] Inúmeros foram os espanhóis, italianos, flamengos, ingleses, **irlandeses**, alemães que para cá vieram, aproveitando-se dessa **tolerância**. [...] (1948, p. 153).

**Obs.: Trecho longo, não utilizei colunas (1ª edição, 1936, pp. 82-89)**

[...] Não importa aos nossos colonizadores que seja frouxa e insegura a disciplina, fora daquilo em que os freios pudessem melhor aproveitar e imediatamente aos seus interesses.

Mesmo à igreja católica, que tão vinculada se acha à nossa formação nacional, faleciam forças para organizar a sociedade anárquica da colônia, fundando-se em seu prestígio na alma popular. Era o próprio D. Pero Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil, quem em carta a Sua Majestade, declarava ainda no ano de 1552, que “melhor é fazer vista grossa a muitas cousas, do que castigar sempre”.

Não seria muito de esperar, aliás, que a Igreja fosse entre nós um elemento capaz de assegurar a boa disciplina e o respeito à autoridade. Como corporação ela podia ser aliada fiel e até cúmplice do poder civil; como indivíduos, porém, os clérigos lhe foram insistentemente contrários. Esse fato relaciona-se largamente com a posição particular em que se encontrava a autoridade religiosa no Brasil ante o poder temporal. Em virtude do grão-mestrado da Ordem de Cristo, sobretudo depois de confirmada pelo papa Julio III a sua transferência aos reis portugueses, com o patronato eclesiástico sobre as terras recém-descobertas, eles exerciam aqui, pelos seus representantes, um poder verdadeiramente ditatorial sobre os negócios da Igreja. Propunham mesmo os candidatos ao bispado e nomeavam-nos com clausula de ratificação pontifícia, cobravam os dízimos para a dotação do culto e estabeleciam toda sorte de fundações eclesiásticas, por conta própria e segundo as suas conveniências. A Igreja transformava-se, desse modo, em simples função do poder secular, em um departamento da administração leiga, ou, conforme disse o padre Julio Maria, em um “instrumento regni”.

Esse fato pode explicar muito da solidariedade íntima, que, desde cedo, se formou entre os padres e o povo, não apenas durante o regime colonial, mas até no tempo do Império, quando ainda persistia a tradição do patronato. Um espectador mal prevenido seria levado a confundir a prompta aquiescência de alguns religiosos a certo sentimento de revolta contra a autoridade civil, como resultado, talvez, de uma suscetibilidade de casta, quase comparável à irritação de certos militares, sobretudo em nossa America do Sul, ante a interferência excessiva dos civis, os “paisanos”, em assuntos que lhes parecem unicamente de seu interesse.

A Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, de 19 de março de 1890, que surge quase como um aplauso franco ao regime republicano, proclamado quatro meses antes, embora lhe seja impossível apoiar, em principio, a separação entre a Igreja e o Estado, ainda poderia refletir essa suscetibilidade. Nela são ridicularizados os ministros que ordenavam aos bispos o cumprimento dos cânones do Concílio de Trento no provimento das paróquias; que lhes proibiam a saída da diocese, sem licença do governo, sob pena de ser declarada a Sé vacante e de proceder o governo a nomeação de um sucessor; que exigiam fosse sujeita à aprovação das autoridades civis os compêndios de teologia em que se havia de estudar nos seminários; que negavam aos parochos o direito de reclamarem velas da banqueta; que fixavam a quem competia a nomeação do porteiro da maça nas catedrais... A hostilidade dos padres ao regime monárquico, durante o Império – fato notado por mais de um viajante estrangeiro – explica-se talvez por essas intromissões impertinentes dos governos nos negócios da Igreja. A pastoral dos bispos, referindo-se aos efeitos do padroado, em que se firmava a posição de incontestável supremacia do poder temporal, exclama, em um grito de alívio: “Era uma proteção que nos abafava!”

Mas não importa aqui, senão de passagem, elucidar as origens do famoso “liberalismo” dos nossos eclesiásticos. Basta-nos consignar este fato, que os nossos clérigos nem sempre se destacaram, particularmente, como exemplos de submissão à autoridade e de respeito à ordem social. Outros fatores militavam contra a sua influência e, por ela, contra a influência das virtudes cristãs na formação de nossa sociedade. A falta de bons clérigos parece ter sido um mal frequente, e isso não só no Brasil como em toda a America Latina, durante a fase colonial. Excetuados, talvez, os jesuítas, que foram indiscutivelmente os únicos elementos portadores de um espírito de rígida disciplina nessas incipientes sociedades, poucos eram os religiosos europeus que se dispunham, de boa vontade, a partir para estas terras bárbaras e longínquas. Thomaz Gage narra, em 1625, que os missionários destinados às colônias, na Espanha, eram recrutados a copos de excelente vinho Xerez. Compreende-se que, em tais circunstâncias, não fossem esses padres uns modelos de virtude e de ascetismo. Benzoni, no século XVI ouviu de um alto magistrado da Guatemala, que era preciso reclamar do rei, não deixasse mais embarcarem sacerdotes para o Novo Mundo, propter flagitia eorum et intemperantissimas libidines.

Muitos devem ter sido degredados, como aquele Frutuoso Alvares que, condenado a vir para o Brasil, por contumácia no “pecado nefando, chegou a vigário de Matuim, na Bahia, sem abandonar, com isso, as praticas viciosas, segundo confissão feita em 1591 ao visitador do Santo Officio.

Nos domínios rurais a posição dos padres capellães reproduzia, em relação ao poder civil. Apenas aqui a autoridade do senhor rural não suportava replica ou partilha. Tudo se fazia consoante a sua vontade caprichosa e despótica. O engenho, sob o seu comando, era um organismo completo e que repousava sobre si mesmo. Tinha força armada para defende-lo em casos de emergência. Tinha capela, onde se rezavam as missas nos domingos. Tinha escola de primeiras letras, onde o padre-mestre desemperrava e instruía os meninos. A alimentação diária dos moradores e aquela com que se recebiam os visitantes frequentemente agasalhados procediam das plantações, das criações, da caça ou da pesca, proporcionadas no próprio lugar. Também no lugar montavam-se as serrarias de onde saíam prontos o mobiliário e apetrechos do engenho, além da madeira para as casas; a obra dessas serrarias chamou a atenção e causou a admiração do viajante Tollenare, pela sua “execução perfeita”. Hoje mesmo, em certos lugares do Nordeste, onde foi mais adiantada a cultura rural, apontam-se – segundo um conhecedor fidedigno – “as cômodas, bancos, armários, que são obra de engenho, revelando-o no não se que de rústico de sua consistência e no seu ar distintamente heráldico”.

A propósito dessa singular autarchia dos domínios rurais. Frei Vicente do Salvador conservou-nos uma frase notável de certo bispo de Tucuman, da ordem de São Domingos, que por aqui passou em demanda da corte. Grande canonista, homem de bom entendimento e prudência e, além de tudo, bom observador, esse prelado notou que, quando mandava comprar um frango, quatro ovos e um peixe para comer, nada lhe traziam, porque não se achavam dessas coisas na praça, nem no açougue e que quando mandava pedir-las às casas particulares lhas mandavam. “Então disse o bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é republica, sendo-a cada casa”. “E assim é – comenta o cronista – que estando as casas dos ricos (ainda que seja á custa alheia, pois muitos devem quanto têm) providas de todo o necessário, porque têm escravos, pescadores e caçadores que lhes trazem a carne e o peixe, pipas de vinho e azeite que compram por junto, nas vilas, muitas vezes se não acha isto de venda”.

Essa situação em que o domínio rural constitui uma unidade autônoma e suficiente, produzindo tudo ou quase tudo quanto consome, não é aliás, um privilegio do Brasil colonial. Ela tem se manifestado em todas as épocas e nos mais diversos países. Ainda presentemente, cercados de uma sociedade intensamente industrializada, como a dos Estados Unidos, os montanhês de Kentucky conseguem preservar hábitos de vida que são comparados aos quadros rurais da Inglaterra de a dois séculos, descritos por Defoe, onde cada lar representa uma instituição tanto econômica, quanto biológica e afetiva. Mas em nosso domínio rural do tempo da colônia é o tipo de família organizada dentro das normas do velho direito romano-canônico, mantido na península ibérica através de gerações, que prevalece como centro e base de toda essa vasta estrutura. Os escravos das plantações e das casas, e não apenas os escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e com ele a autoridade imensa do pater-familias. Esse núcleo característico em tudo se comporta como o seu modelo da antiguidade clássica, onde a própria palavra “família”, derivada de “famulus”, se acha estreitamente vinculada á ideia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres desse organismo inteiramente subordinado ao patriarca, os “liberi”. Dos vários setores de nossa sociedade colonial, foi certamente a espera da vida domestica aquele em que o principio de autoridade menos acessível se mostrou ás forças corrosivas que a atacavam. “Pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados”, eis como Capistrano de Abreu nos descreve a família colonial. Sempre imerso em si mesmo, impermeável a toda influência exterior, não tolerando nenhuma pressão de fora, o núcleo familiar mantem-se imune de qualquer abalo ou restrição. Essa situação de privilégio tem por si o consenso geral e preserva-se independentemente de qualquer outra salvaguarda além de sua força própria. Em seu recatado isolamento, a família assim compreendida ignora qualquer principio superior que procure perturba-la ou oprimi-la.

Nesse ambiente a autoridade do pátrio poder é virtualmente ilimitada e não existem peias para a sua tirania. Não tem conta os casos como o de Bernardo Veira de Mello, que suspeitando sua nora de adultério, condena-a á morte em conselho de família, e manda executar a sentença sem que a justiça desse um único passo no sentido de impedir o homicídio ou de castigar o culpado, a despeito de toda a publicidade que deu ao fato o próprio criminoso. A lei não somente se esquiva em casos semelhantes, como ainda protege todos os caprichos do chefe de família. Burmeister narra que todo aquele que se quisesse livrar da esposa, bastaria ir á policia e fazer leva-la ao convento pelos funcionários, só lhe cumprindo pagar as despesas. Muito embora o internamento no claustro fosse destinado, por lei, apenas ás esposas infiéis, a verdade é que se prestava a toda espécie de abusos e de injustiças, e a vontade do

marido cumpria-se em qualquer circunstância. Nenhuma reclamação da mulher ou de parentes seria atendida.

A contiguidade que se estabelece no âmbito doméstico entre os membros de uma família desse tipo, tem seu correlativo psicológico bem determinado. O quadro familiar é, nesse caso, tão poderoso e exigente, que acompanha aos indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre neles a entidade pública. A nostalgia desse quadro compacto, único e intransferível, onde prevalecem sempre e necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, deixou vestígios patentes em nossa sociedade, em nossa vida política, em todas as atividades. Representando – como já notamos – o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da submissão. Resultava dessa circunstancia um predomínio quase exclusivo, em todo o mecanismo social, dos sentimentos próprios á comunidade doméstica, naturalmente particularista e anti política, uma invasão do publico pelo privado, do Estado pela Família. Explicam-se largamente, com isso, a nossa adaptação difícil ao princípio do Estado democrático, de que se tratará adiante e também os obstáculos, já assinalados ao inicio do capítulo precedente, que se ergueram contra a formação de um aparelhamento burocrático eficiente entre nós (1936, pp. 82-89).

**Obs.: Trecho longo, não utilizei colunas (2ª edição, 1948, pp. 154-173)**

Pouco importa aos nossos colonizadores que seja frouxa e insegura a disciplina fora daquilo em que os freios podem melhor aproveitar, e imediatamente, aos seus interesses terrenos. Para isso também contribuiria uma aversão congênita a qualquer ordenação impessoal da existência, aversão que, entre os portugueses, não encontrava corretivo na vontade de domínio, sujeita aos meios relativamente escassos de que dispunham como nação, nem em qualquer tendência pronunciada para essa rigidez ascética a que a própria paisagem áspera de Castela já parece convidar os seus naturais e que se resolve, não raro na inclinação para subordinar esta vida a normas regulares e abstratas

A fantasia com que em nossas cidades, comparadas às da América espanhola, dispunham muitas vezes as ruas ou habitações é, sem dúvida, um reflexo de tais circunstâncias. Na própria Bahia, o maior centro urbano da colônia, um viajante do princípio do século XVIII notava que as casas se achava se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores. Tudo ali era irregular, de modo que a praça principal, onde se erguia o Palácio dos Vice-Reis, parecia estar só por acaso no seu lugar. Ainda no

primeiro século da colonização, em São Vicente e Santos, ficavam as casas em tal desalinho, que o primeiro governador-geral do Brasil se queixava de não poder murar as duas vilas, pois isso acarretaria grandes trabalhos e muito dano aos moradores.

É verdade que o esquema retangular não deixava de manifestar-se – no próprio Rio de Janeiro já surge em esboço – quando encontrava poucos empecilhos naturais, Seria ilusório, contudo, supor que sua presença resultasse da atração pelas formas fixas e preestabelecidas, que exprimem uma enérgica vontade construtora, quando o certo é que procedem, em sua generalidade, dos princípios racionais e estéticos de simetria que o Renascimento instaurou, inspirando-se nos ideais da Antiguidade. Seja como for, o traçado geométrico jamais pôde alcançar, entre nós, a importância que veio a ter em terras da Coroa da Castela: não raro o desenvolvimento ulterior dos centros urbanos repeliu aqui esse esquema inicial para obedecer antes às sugestões topográficas.

A rotina e não a razão abstrata foi o princípio que norteou os portugueses, nesta como em tantas outras expressões de sua atividade colonizadora. Preferiam agir por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras, a traçar de antemão um plano para segui-lo até o fim. Raros os estabelecimentos fundados por eles no Brasil que não tenham mudado uma, duas ou mais vezes de sítio, e a presença da clássica vila velha ao lado de certos centros urbanos de origem colonial é persistente testemunho dessa tateante e perdulária.

Assim, o admirável observador que foi Vilhena podia lamentar-se, em começo do século passado, de que, ao edificarem a cidade do Salvador, tivessem os portugueses escolhido uma colina escarpada “cheia de tantas quebras e ladeiras”, quando ali, a pouca distância, tinham um sítio “talvez dos melhores que haja no mundo para fundar uma cidade, a mais forte, a mais deliciosa e livre de mil incômodos a que está sujeita esta no sítio em que se acha”.

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significado abandono que exprime a palavra “desleixo” – palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como “saudade” e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que “não vale a pena...”.

Pode-se acrescentar que tal convicção, longe de exprimir desapego ou desprezo por esta vida, se prende antes a um realismo fundamental, que renuncia a transfigurar a realidade por meio de imaginações delirantes ou códigos de postura e regras formais (salvo nos casos onde estas regras já se tenham estereotipado em convenções e dispensem, assim, qualquer esforço ou artifício). Que aceita a vida, em suma, como a vida é, sem cerimônias, sem ilusões, sem impaciências, sem malícia e, muitas vezes, sem alegria.

A esse chão e tosco realismo cabe talvez atribuir a pouca sedução que, ainda em nossos dias, exercem sobre o gosto um tanto romanesco de alguns historiadores muitas façanhas memoráveis dos portugueses na era dos descobrimentos. Comparada ao delirante arroubo de um Colombo, por exemplo, não há dúvida que mesmo a obra do grande Vasco da Gama apresenta, como fundo de tela, um bom senso atento a minudências e uma razão cautelosa e pedestre. Sua jornada fez-se quase toda por mares já conhecidos – uma cabotagem em grande estilo, disse Sophus Ruge – com destino já conhecido, e, quando foi necessário cruzar o Índico, pôde dispor de pilotos experimentados como Ibn Majid.

A expansão dos portugueses no mundo representou sobretudo obra de prudência, de juízo discreto, de entendimento “que experiências fazem repousado”. E parece certo que assim foi desde o primeiro ato, apesar de todas as galas poéticas em que se tem procurado envolver, por exemplo, a conquista de Ceuta. Uma coragem sem dúvida obstinada, mas raramente descomedida, constitui traço comum de todos os grandes marinheiros lusitanos, exceção feita de Magalhães.

A grandeza heróica de seus cometimentos e a importância universal e duradoura do alto pensamento que os presidia é claro que foram vivamente sentidas, e desde cedo, pelos portugueses. A idéia de que superavam mesmo as lendárias façanhas de gregos e romanos impõe-se como verdadeiro lugar-comum de toda a sua literatura quinhentista. Mas é significativo, ao mesmo tempo, que essa exaltação literária caminhe em escala ascendente na medida em que se vai tornando tangível o descrédito e o declínio do poderio português. É uma espécie de engrandecimento retrocessivo e de intenção quase pedagógica, o que vamos encontrar, por exemplo, nas páginas do historiador João de Barros. E a “fúria grande e sonora” de Luís de Camões só há de ser bem compreendida se, ao lado dos *Lusíadas*, lermos o *Soldado prático*, de Diogo do Couto, que fornece, se não um quadro perfeitamente fiel, ao menos o reverso necessário daquela grandiosa idealização poética.

De nenhuma das maiores empresas ultramarinas dos portugueses parece lícito dizer, aliás, que foi verdadeiramente popular no reino. O próprio descobrimento do caminho da Índia, é notório que o decidiu el-rei contra vontade expressa de seus conselheiros. A estes parecia imprudente largar-se o certo pelo vago ou problemático. E o certo, nas palavras de Damião de Góis, eram o pacífico trato da Guiné e a honrosa conquista dos lugares de África, para ganho dos mercadores, proveito das rendas do Reino e exército de sua nobreza.

Mais tarde, quando o cheiro da canela indiana começa a despovoar o Reino, outras razões se juntam àquelas para condenar a empresa do Oriente. É que o cabedal rapidamente acumulado ou a esperança dele costuma cegar os indivíduos a todos os benefícios do esforço produtivo, naturalmente modesto e monótono, de modo que só confiam verdadeiramente no acaso e na boa fortuna.

A funesta influência que sobre o ânimo dos portugueses teriam exercido as conquistas ultramarinas é, como se sabe, tema constante dos poetas e cronistas do Quinhentos. E não deve ser inteiramente fortuito o fato de essa influência ter coincidido, em geral, com o processo de ascensão da burguesia mercantil, que se impusera já com a casa de Avis, mas recrudescera sensivelmente desde que d. João II conseguiu abater a arrogância dos homens de solar.

A relativa inflexibilidade das classes sociais fazia com que essa ascensão não encontrasse, em Portugal, forte estorvo, ao oposto do que sucedia ordinariamente em terras onde a tradição feudal criara raízes fundas e onde, em conseqüência disso, era a estratificação mais rigorosa. Como nem sempre fosse vedado a netos de mecânicos alçarem-se à situação dos nobres de linhagem e misturarem-se a eles, todos aspiravam à condição de fidalgos.

O resultado foi que os valores sociais e espirituais, tradicionalmente vinculados a essa condição, também se tornariam apanágio da burguesia em ascensão. Por outro lado, não foi possível consolidarem-se ou cristalizarem-se padrões éticos muito diferentes dos que já preexistiam para a nobreza, e não se pôde completar a transição que acompanha de ordinário as revoluções burguesas para o predomínio de valores novos.

A medida que subiam na escala social, as camadas populares deixavam de ser portadoras de sua primitiva mentalidade de classe para aderirem à dos antigos grupos dominantes. Nenhuma das “virtudes econômicas” tradicionalmente ligadas à burguesia pôde, por isso, conquistar bom crédito, e é característico dessa circunstância o sentimento depreciativo que se associou em português a palavra tais como *traficante* e sobretudo *tratante*, que a princípio, e ainda hoje em castelhano, designam

simplesmente, e sem qualquer labéu, o homem de negócios. Boas para genoveses, aquelas virtudes – diligência pertinaz, parcimônia, exatidão, pontualidade, solidariedade social... – nunca se acomodariam perfeitamente ao gosto da gente lusitana.

A “nobreza nova” do Quinhentos era-lhes particularmente adversa. Não só por indignas de seu estado como por evocarem, talvez, uma condição social, a dos mercadores citadinos, a que ela se achava ligada de algum modo pela origem, não pelo orgulho. De onde seu afã constante em romper os laços com o passado, na medida em que o passado lhe representava aquela origem, e, ao mesmo tempo, de robustecer em si mesma, com todo ardor dos neófitos, o que parecesse atributo inseparável da nobreza genuína.

Essa hipertrofia dos ideais autênticos ou supostos da classe nobre responderia, no caso, à necessidade de compensar interiormente e para os demais uma integração imperfeita na mesma classe. A invenção e a imitação tomaram o lugar da tradição como princípio orientador, sobretudo no século XVI, quando se tinham alargado as brechas nas barreiras já de si pouco sólidas que, em Portugal, separavam as diferentes camadas da sociedade. Através das palavras do soldado prático pode-se assistir ao desfile daqueles capitães que se vão, aos poucos, desapegando dos velhos e austeros costumes e dando moldura vistosa à nova consciência de classe. É assim que desaparecem de cena os famosos veteranos de barbas pelos joelhos, calções curtos, chuça ferrugenta na mão ou besta às costas. Os que agora surgem só querem andar de capa debruada de veludo, gibão e calças do mesmo estofado, meias de retrós, chapéus com fitas de ouro, espada e adaga douradas, topete muito alto e barba tosada ou inteiramente raspada. Com isso se vai perdendo o antigo brio e valor dos lusitanos, pois, conforme ponderou um deles, “a guerra não se faz com invenções, senão com fortes corações; e nenhuma coisa deita mais a perder os grandes impérios, que a mudança de trajos e de leis”.

Diogo do Couto desejaria os seus portugueses menos permeáveis às inovações, mais fies ao ideal de imobilidade que fizera, no seu entender, a grandeza duradoura de outros povos, como o veneziano ou o chinês. A nova nobreza parece-lhe, e com razão, uma simples caricatura da nobreza autêntica, que é, em essência, conservadora. O que prezam acima de tudo os fidalgos quinhentistas são as aparências ou exterioridades por onde se possam distinguir da gente humilde.

Pondo todo o garbo nos enfeites que sobre si trazem, o primeiro cuidado deles é tratar de garantir bem aquilo de que fazem tamanho cabedal. E como só querem andar em palanquins, já não usam cavalos e assim desaprendem a arte da equitação, tão necessária aos misteres de guerra. Os próprios jogos e torneios, que pertencem à melhor tradição da aristocracia e que os antigos tinham criado para que “o uso das armas não se perdesse”, segundo já dissera el-rei d. João I, começavam a fazer-se mais cheios de aparato do que de perigos.

E se muitos ainda não ousavam trocar a milícia pela mercancia, que é profissão baixa, trocavam-na pela toga e também pelos postos da administração civil e empregos literários, de modo que conseguiam resguardar a própria dignidade, resguardando, ao mesmo tempo, a própria comodidade. O resultado era que, até em terras cercadas de inimigos, como a Índia, onde cumpre andar sempre de espada em punho, se metiam “varas em lugar de lanças, leis em lugar de arneses, escritórios em lugar de soldados”, e tornavam-se correntes, mesmo entre iletrados, expressões antes desusadas, como *libelo*, *contrariedade*, *réplica*, *tréplica*, *dilações*, *suspeições* e outras do mesmo gosto e qualidade.

Contra essa paisagem de decadência, deve situar-se como sobre um cenário que, ao mesmo tempo, a completa e avisa pelo contraste, não só a exasperação nativista de um Antônio Ferreira, mas até, e principalmente, o “som alto e sublimado” dos Lusíadas. Em Camões, a tinta épica de que se esmaltavam os altos feitos lusitanos não corresponde tanto a uma aspiração generosa e ascendente, como a uma retrospectiva melancólica de glórias extintas. Nesse sentido cabe dizer que o poeta contribuiu antes para desfigurar do que para fixar eternamente a verdadeira fisionomia moral dos heróis da expansão ultramarina.

A tradição portuguesa, longe de manifestar-se no puro afã de glórias e na exaltação grandiloqua das virtudes heróicas, parece exprimir-se, ao contrário, no discreto uso das mesmas virtudes. E se Camões encontrou alguma vez o timbre adequado para formular essa tradição, foi justamente nas oitavas finais de sua epopéia, em que aconselha d. Sebastião a favorecer e levantar os mais experimentados que sabem “o como, o quando e onde as coisas cabem”, e enaltece a disciplina militar que se aprende pela prática assídua – “vendo, tratando, pelejando” – e não pela fantasia – “sonhando, imaginando ou estudando”.

Para esse modo de entender ou de sentir, não são os artifícios, nem é a imaginação pura e sem proveito, ou a ciência, que podem sublimar os homens. O crédito há de vir pela mão da natureza, como um dom de Deus, ou pelo exército daquele bom senso amadurecido na experiência, que faz com que as obras humanas tenham mais de natureza do que de arte. Já observara o velho Sá de Miranda que

*Pouco por força podemos,  
isso que é, por saber veio,  
todo o mal jaz nos extremos,  
o bem todo jaz no meio.*

E um século antes, el-rei d. Duarte tinha colocado acima da “vontade espiritual” a “vontade perfeita”, sobre a qual “faz fundamento a real prudência”, dizendo preferir os que seguem o “juízo da razão e do entender”, “caminho da discipulação, que em nossa linguagem chamamos de verdadeiro siso”, aos que andam em feitos de cavalaria, “pondo-se a todos os perigos e trabalhos que se lhes oferecem, nom avendo resguardo aos que, segundo seu estado e poder lhe som razoados”, que tudo quanto lhes apraz seguem “destemperadamente, que nom teem cuidado de comer, dormir, nem de folgança ordenada que o corpo naturalmente requer”.

A essas regras de tranqüila moderação, isentas de rigor e já distanciadas em muitos pontos dos ideais aristocráticos e feudais, ainda se mostra fiel o filho do Mestre de Avis, quando aconselha o leitor de seu tratado, para bom regimento da consciência, a que “nom se mova sem certo fundamento, nem cure de sinais, sonhos, nem topos de verdade [...]”. Nisso mostra-se representante exemplar desse realismo que repele abstrações ou delírios místicos, que na própria religião se inclina para as devoções mais pessoais, para as manifestações mais tangíveis de divindade. E se é certo que na literatura medieval portuguesa surge com insistência característica o tema da dissonância entre o indivíduo e o mundo, e até o comprazer-se nela, não é evidente que essa mesma dissonância já implica uma imagem afirmativa, um gosto pelo mundo e pela vida? Longe de corresponder a uma atitude de perfeito desdém pela sociedade dos homens, o apartar-se deles, nestes casos, significa, quase sempre, incapacidade para abandonar inteiramente os vãos cuidados terrenos. O próprio Amadís, modelo de valor e espelho de cortesia, não consegue tornar-se um anacoreta genuíno no ermo da Penha Pobre, porque tem a acompanhar todos os seus pensamentos e obras a lembrança indelével de Oriana.

Na lírica dos antigos cancioneiros, onde vamos encontrar essa atitude em estado bruto, as efusões do coração, as evocações ternas ou sombrias, as malogradas aspirações, as imprecações, os desenganos jamais se submeterão àquelas construções impessoais que admirariam mais tarde os artistas do Renascimento e do classicismo, mas compõem um rústico jardim de emoções íntimas. Todo arranjo teórico será insólito aqui, pois os acidentes da experiência individual têm valor único e determinante. Muitos males se escusariam, dirá uma personagem da Diana de Jorge de Montemor, e muitas desditas não aconteceriam, “*se nosotros dexassemos de dar crédito a palabras bien ordenadas y razones bien compuestas de corazones libres, porque en ninguna cosa ellos muestran tanto serlo como en saber dezir por orden un mal que, quando es verdadero, no ay cosa mas fuera dela*” Reflexão que representa como um eco desta outra da Menina e Moça: “[...] de tristezas nam se pode contar nada ordenadamente, porque desordenadamente acõtecem ellas”.

Atribuindo embora caráter positivo e intransferível a tais estados, a poesia portuguesa nunca os levará, nem depois do romantismo, ao ponto de uma total desintegração da personalidade, e nisso mostra bem que ainda pertence ao galho latino e ibérico. Também não se perde nos transes ou desvarios metafísicos, que possam constituir solução para todos os inconformismos. Canta desilusões, mas sem pretender atrair tempestades, invocar o demônio ou fabricar o ouro. A ordem que aceita não é a que compõem os homens com trabalho, mas a que fazem com desleixo e certa liberdade; a ordem em que estão postas as coisas divinas e naturais pois que, já o dizia Antônio Vieira, se as estrelas estão em ordem, “he ordem que faz a influência, não he ordem que faça lavor. Não fez Deus o Céu em xadrez de estrelas [...]”.

A visão do mundo que assim se manifesta, de modo cabal, na literatura, sobretudo na poesia, deixou seu cunho impresso nas mais diversas esferas da atividade dos portugueses, mormente no domínio que em particular nos interessa: o da expansão colonizadora. Cabe observar, aliás, que nenhum estímulo vindo de fora os incitaria a tentar dominar seriamente o curso dos acontecimentos, a torcer a ordem da natureza. E

ainda nesse caso será instrutivo o confronto que se pode traçar entre eles e outros povos hispânicos. A fúria centralizadora, codificadora, uniformizadora da Castela, que tem sua expressão mais nítida no gosto dos regulamentos meticulosos – capaz de exercer-se, conforme já se acentuou, até sobre o traçado das cidades coloniais –, vem de um povo internamente desunido e sob permanente ameaça de desagregação. Povo que precisou lutar, dentro de suas próprias fronteiras peninsulares, com o problema dos aragoneses, o dos catalães, o dos euscaros e, não só até 1492, mas até 1611, o dos mouriscos.

Não é assim de admirar-se, na medida em que a vocação imperial dos castelhanos vai lançando sua sombra sobre flamengos e alemães, borguinhões e milaneses, napolitanos e sicilianos, mulçumanos da Berberia e índios da América e do Oriente, a projeção da monarquia do Escorial para além das fronteiras e dos oceanos tenha como acompanhamento obrigatório o propósito de tudo regular, ao menos em teoria, quando não na prática, por uma série de compulsão mecânica. Essa vontade normativa, produto de uma agregação artificiosa e ainda mal segura, ou melhor, de uma aspiração à unidade de partes tão desconexas, pôde exprimir-se nas palavras de Olivares, quando exortava Filipe IV, rei de Portugal, de Aragão, de Valência e conde de Barcelona, a “reduzir todos os reinos de que se compõem a Espanha aos estilos e leis de Castela, pois desse modo há de ser o soberano mais poderoso do mundo”. O amor exasperado à uniformidade e à simetria surge, pois, como um resultado da carência de verdadeira unidade.

Portugal, por esse aspecto, é um país comparativamente sem problemas. Sua unidade política, realizara-a desde o século XIII, antes de qualquer outro Estado europeu moderno, e em virtude da colonização das terras meridionais, libertas enfim do sarraceno, fora-lhe possível alcançar apreciável homogeneidade étnica. A essa precoce satisfação de um impulso capaz de congregiar todas as energias em vista de um objetivo que transcendia a realidade presente, permitindo que certas regiões mais elevadas da abstração e da formalização cedessem o primeiro plano às situações concretas e individuais – as “árvores que não deixam ver a floresta”, segundo o velho rifão –, cabe talvez relacionar o “realismo”, o “naturalismo” de que deram tamanhas provas os portugueses no curso de sua história.

Explica-se como, por outro lado, o natural conservantismo, o deixar estar – o “desleixo” – pudessem sobrepor-se tantas vezes entre eles à ambição de arquitetar o futuro, de sujeitar o processo histórico a leis regidas, ditadas por motivos superiores às contingências humanas. Restava, sem dúvida, uma força suficientemente poderosa e arraigada nos corações para imprimir coesão e sentido espiritual à simples ambição de riquezas. Contra as increpações de Paulo Jóvio, que acusava os portugueses de ganância e falta de escrúpulo no negócio das especiarias, podia o humanista Damião de Góis objetar que os proveitos da mercancia eram necessários para se atenderem às despesas com guerras imprevistas na propagação da fé católica. E se abusos houvesse, caberia toda culpa aos mercadores, bufarinheiros e regatões, para os quais nenhuma lei existe além da que favorece sua ambição de ganho.

\*\*\*\*\*

Mas essa escusa piedosa não impede que, ao menos nas dependências ultramarinas de Portugal, quando não na própria metrópole, o catolicismo tenha acompanhado quase sempre o relaxamento usual. Estreitamente sujeita ao poder civil, a Igreja católica, no Brasil em particular, seguiu-lhe também estreitamente as vicissitudes e circunstâncias. Em consequência do grão-mestrado da Ordem de Cristo, sobretudo depois de confirmada em 1551 por sua santidade o papa Júlio III na bula *Praeclara carissimi*, sua transferência aos monarcas portugueses com o patronato nas terras descobertas, exerceram estes, entre nós, um poder praticamente discricionário sobre os assuntos eclesiásticos. Propunham candidatos ao bispado e nomeavam –nos com cláusula de ratificação pontifícia, cobravam dízimos para dotação do culto e estabeleciam toda sorte de fundações religiosas, por conta própria e segundo suas conveniências momentâneas. A Igreja transformara-se, por esse modo, em simples braço do poder secular, em um departamento da administração leiga ou, conforme dizia o padre Júlio Maria, em um *instrumentum regni*.

O fato de os nossos clérigos se terem distinguido frequentemente como avessos à disciplina social e mesmo ao respeito pela autoridade legal, o célebre “liberalismo” dos eclesiásticos brasileiros de outrora parece relacionar-se largamente com semelhante situação. Como corporação, a igreja podia ser aliada e até cúmplice fiel do poder civil, onde se tratasse de refrear certas paixões populares; como indivíduos, porém, os religiosos lhe foram constantemente contrários. Não só no período colonial, mas também durante o Império, que manteve a tradição do padroado, as constantes intromissões das autoridades nas coisas da Igreja tendiam a provocar no clero uma atitude de latente revolta contra as administrações.

Essa revolta reflete-se na própria pastoral coletiva do episcopado brasileiro de março de 1890, que surge quase como um aplauso franco ao regime ao regime republicano, implantado quatro meses antes, não obstante lhe seja impossível aprovar, em princípio, as ideias de separação entre a Igreja e o Estado. Nesse documento são ridicularizados os ministros de Estado que ordenavam aos bispos o cumprimento dos cânones do Concílio de Trento nos provimentos das paróquias; que lhes proibiam a saída da diocese sem licença do governo, sob pena de ser declarada a sé vacante e de procederem as autoridades civis à nomeação do sucessor; que exigiam fossem sujeitos à aprovação dos administradores leigos os compêndios de teologia em que deveriam estudar os alunos dos seminários; que vedavam às ordens regulares o receberem noviços; que fixavam a quem competia a nomeação do porteiro da maça nas catedrais. Referindo-se, por fim, aos efeitos do padroado, em que se firmava essa posição de incontestada supremacia do poder temporal, conclui a pastoral: “Era uma proteção que nos abafava”.

Pode-se acrescentar que, subordinado indiscriminadamente clérigos e leigos ao mesmo poder por vezes caprichoso e despótico, essa situação estava longe de ser propícia à influência da Igreja e, até certo ponto, das virtudes cristãs na formação da sociedade brasileira. Os maus padres, isto é, negligentes, gananciosos e dissolutos, nunca representaram exceções em nosso meio colonial. E os que pretendessem reagir contra o relaxamento feral dificilmente encontrariam meios para tanto. Destes, a maior parte pensaria como o nosso primeiro bispo, que em terra tão nova “muitas mais coisas se ao de de dissimular que castigar” (1948, pp. 154-173).

***Raízes do Brasil. 1ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.***

### **Capítulo V: O homem cordial**

“How small of all that human hart endure

That part that kings or laws can cause or cure...”

Milton

[...] Mas essas mesmas tendem a desaparecer ante as exigências imperativas das novas condições de vida. Segundo os pedagogos e os psicólogos **mais venerados** de nossos dias, a educação familiar deve ser apenas uma espécie de propedêutica da vida em sociedade, fora da família (1936, p. 96).

**Obs.: Transcrevi esse trecho como exemplo dos adjetivos fartamente utilizados por Sérgio Buarque, sobretudo antes de autores citados, parecendo que queria “legitimar” a referência utilizada, conferir maior credibilidade.**

***Raízes do Brasil. 2ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948.***

### **Capítulo V: O homem cordial**

Retirou citação na 2ª edição.

[...] Mas essas mesmas tendem a desaparecer ante as exigências imperativas das novas condições de vida. Segundo **alguns** pedagogos e os psicólogos de nossos dias, a educação familiar deve ser apenas uma espécie de propedêutica da vida em sociedade, fora da família (1948, p. 206).

**Obs.: Os pedagogos e os psicólogos eram “venerados” ou não? Porque na 2ª edição eles são “alguns”, comuns...**

Com efeito, onde quer que prospere e assente em bases muito sólidas a ideia de família – e principalmente onde predomina a família de tipo patriarcal – tende a ser precária e a lutar contra fortes restrições, a formação e a evolução da sociedade segundo os conceitos modernos. A crise de adaptação dos indivíduos ao mecanismo social é, assim, especialmente sensível nos tempos atuais, com o decisivo triunfo de certas virtudes *anti-familiares* por excelência, como o são, sem dúvida, aquelas que repousam no espírito de iniciativa pessoal e na concorrência entre os cidadãos.

Tem-se visto como a crítica dirigida contra a tendência recente de alguns Estados para criarem vastos aparelhamentos de seguro e previdência social funda-se unicamente no fato de deixarem margem extremamente diminuta à ação individual e também no definhamento a que tais institutos condenam toda sorte de competições. [...] (1936, pp. 97-98).

Entre nós, mesmo durante o Império, já se tinham tornado manifestas as limitações que os vínculos familiares demasiado estreitos, e não raro opressivos, podem impor à vida ulterior dos indivíduos. Não faltavam, sem dúvida, meios de se corrigirem os inconvenientes que muitas vezes acarretam certos padrões de conduta impostos desde cedo pelo círculo doméstico. E não haveria grande exagero em dizer-se que, se os estabelecimentos de ensino superior, sobretudo os cursos jurídicos, fundados desde 1827 em São Paulo e Olinda, contribuíram largamente para a formação de homens públicos capazes, devemos-lo às possibilidades que, com isso, adquiriam numerosos adolescentes arrancados aos seus meios provinciais e rurais de “viver por si”, libertando-se progressivamente dos velhos laços caseiros, quase tanto como aos conhecimentos que ministravam as faculdades.

A personalidade social do estudante, moldada em tradições acentuadamente particulares, tradições que, como se sabe, costumam ser decisivas e imperativas durante os primeiros quatro ou cinco anos de vida da criança, era forçada a ajustar-se nesses casos, a novas situações e a novas relações sociais que importavam na necessidade de uma revisão, por vezes radical, dos interesses, atividades, valores, sentimentos, atitudes e crenças adquiridos no convívio da família.

Transplantados para longe dos pais, muitos jovens, os “filhos aterrados” de que falava Capistrano de Abreu, só por essa forma conseguiam alcançar um senso de responsabilidade que lhes fora até então vedado. Nem sempre, é certo, as novas experiências bastavam para apagar neles o vinco doméstico, a mentalidade criada ao contato de um meio patriarcal, tão oposto às exigências de uma sociedade de homens livres e de inclinação cada vez mais igualitária. Por isso mesmo Joaquim Nabuco pôde dizer que, “em nossa política e em nossa sociedade [...], são os órfãos, os abandonados, que vencem a luta, sobem e governam” (1948, pp. 208-210).

[...] Em outras épocas deve ter existido maior harmonia, maior coincidência entre as virtudes que se formam e que se exigem no recesso do lar e as que asseguram a prosperidade social e a ordem entre os cidadãos. Não está muito longe o tempo em que **o prodigioso Dr. Johnson** fazia, ante o seu biógrafo, a apologia crua dos castigos corporais para os educandos e recomendava a vara, “para o terror geral de todos” (1936, pp. 98-99).

**Obs.: Transcrevi esse trecho como exemplo dos adjetivos fartamente (e exageradamente) utilizados por Sérgio Buarque, sobretudo antes de autores citados, parecendo que queria “legitimar” a referência utilizada, conferir maior credibilidade.**

[...] Em outras épocas, tudo contribuía para a maior harmonia e maior coincidência entre as virtudes que se formam e se exigem no recesso do lar e as que asseguram a prosperidade social e a ordem entre os cidadãos. Não está muito distante o tempo em que **o dr. Johnson** fazia ante o seu biógrafo a apologia crua dos castigos corporais para os educandos e recomendava a vara, “para o terror geral de todos.” (1948, p. 211)

**Obs.: O dr. Johnson era prodigioso ou não?**

No Brasil, onde imperou, desde os tempos mais remotos da colonização, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um **tremendo** desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje. **Em terra onde não existia praticamente trabalho manual livre, em que uma classe média quase nula não tinha como impor sua influência, os indivíduos que iriam servir nas funções criadas com a nova ordem de coisas tinham de ser recrutados, por força, entre elementos da mesma massa dos antigos senhores rurais. Toda a estrutura administrativa, a pouco e pouco elaborada durante o Império, e depois já no regime republicano, comportava elementos estreitamente vinculados ao velho sistema doméstico, ainda em pleno viço, não só nas cidades como nas fazendas.** Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do “privado” e do “oficial”. [...] (1936, pp. 99-100).

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – **ia acarretar um desequilíbrio social**, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje.

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do **público**. [...] (1948, pp. 211-212).

O escritor Ribeiro Couto teve uma expressão feliz, quando disse que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas pelos estrangeiros que nos visitam, formam um aspecto bem definido do caráter nacional. Seria engano supor que, no caso brasileiro, essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emocional extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo, - ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças. [...] (1936, p. 101).

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, **na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal.** Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo, - ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças. [...] (1948, pp. 213-215).

**Obs.: Sérgio Buarque retira o nome de Ribeiro Couto.**

Nada mais significativo dessa aversão ao ritualismo social, que exige, por vezes, uma personalidade fortemente homogênea e equilibrada em todas as suas partes, que a dificuldade em que se sente, geralmente, o brasileiro de uma reverência prolongada ante um superior. Nosso temperamento admite as fórmulas de reverência, e até de bom grado, mas somente enquanto não suprimam de todo a possibilidade de um convívio mais familiar. **A generalização do tratamento por “você”, que perdeu, aliás, a tonalidade cerimoniosa e substitui, praticamente, o tratamento pela segunda pessoa, poderia ser explicado por motivos especiais: limitemo-nos a lembrar, por enquanto, que não foi, talvez, simples casualidade o que fez coincidir a extensão geográfica, entre nós, do uso dessa forma de tratamento com a parte do território brasileiro em que teve maior força a escravidão africana: o extremo-norte e, sobretudo, o extremo-sul utilizam-na menos do que o centro.**

A manifestação normal do respeito, em outros povos, tem aqui sua réplica, em regra geral, no desejo de estabelecer intimidade. E isso é tanto mais específico, quanto e sabido o apego dos portugueses, tão próximos de nós, sob tantos aspectos, aos títulos e aos signos de reverência.

No domínio da linguística, para citar um exemplo, reflete-se admiravelmente esse modo de ser peculiar. Veja-se o nosso pendor tão acentuado para o emprego dos diminutivos. A terminação “inho”, aposta às palavras, serve para familiarizar-nos **mais com os objetos** e, ao mesmo tempo, para dar-lhes relevo. [...] (1936, pp. 103-104).

Nada mais significativo dessa aversão ao ritualismo social, que exige, por vezes, uma personalidade fortemente homogênea e equilibrada em todas as suas partes, do que a dificuldade em que se sentem, geralmente, os brasileiros, de uma reverência prolongada ante um superior. Nosso temperamento admite fórmulas de reverência, e até de bom grado, mas somente enquanto não suprimam de todo a **possibilidade de um convívio mais familiar. A manifestação normal do respeito em outros povos tem aqui sua réplica, em regra geral, no desejo de estabelecer intimidade. E isso é tanto mais específico, quanto se sabe do apego frequente dos portugueses, tão próximos de nós em tantos aspectos, aos títulos e aos signos de reverência.**

No domínio da linguística, para citar um exemplo, esse modo de ser parece refletir-se em nosso pendor acentuado para o emprego dos diminutivos. A terminação “inho”, aposta às palavras, serve para nos familiarizar **mais com as pessoas ou os objetos** e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. [...] (1948, pp. 216-217).

**Obs.: Retirou o trecho em negrito na 2ª edição; uniu parágrafos; acrescentou “as pessoas” no último parágrafo.**

À mesma ordem de manifestações pertence certamente a tendência para a omissão do nome de família no tratamento social. Em regra é o nome individual, de batismo, o que prevalece. Essa tendência, que entre os portugueses resulta de uma tradição com velhas raízes – como se sabe, os nomes de família só entram a predominar decisivamente na Europa cristã e medieval a partir do século XII – acentuou-se entre nós de modo verdadeiramente extraordinário (1936, pp. 104-105).

À mesma ordem de manifestações pertence certamente a tendência para a omissão do nome de família no tratamento social. Em regra é o nome individual, de batismo, o que prevalece. Essa tendência, que entre os portugueses resulta de uma tradição com velhas raízes – como se sabe, os nomes de família só entram a predominar na Europa cristã e medieval a partir do século XII – acentuou-se estranhamente entre nós. **Seria talvez plausível relacionar tal fato à sugestão de que o uso do simples prenome importa em abolir psicologicamente as barreiras determinadas pelo fato de existirem famílias diferentes e independentes umas das outras. Corresponde à atitude natural aos grupos humanos que, aceitando de bom grado uma disciplina da simpatia, da “concordia”, repelem as do raciocínio abstrato ou que não tenham como fundamento, para empregar a terminologia de Tönnies, as comunidades de sangue, de lugar ou de espírito** (1948, pp. 218-219).

**Obs.: Acrescentou o trecho sublinhado e referiu-se a Tönnies.**

Nosso catolicismo tão característico, que permite tratar aos santos com uma intimidade quase desrespeitosa, e que deve parecer tão escandaloso às almas verdadeiramente religiosas, provém ainda dos mesmos motivos. **Gilberto Freyre, que tão bem se ocupou dessa liturgia “antes social que religiosa”, em uma obra que representa o estudo mais sério e mais completo sobre a formação social do Brasil**, fala-nos dos anjos e santos, que só falta tornarem-se carne e descerem dos altares, nos dias de festa, para se divertirem com o povo; nos bois entrando pelas igrejas para serem benzidos pelos padres; nas mães ninando os filhos com as mesmas cantigas de louvar o menino Deus, etc.

A popularidade, entre nós, de uma Santa Thereza de Lisieux – Santa Therezinha – resulta muito do caráter intimista que pode adquirir seu culto, um culto amável, quase fraterno, que se acomoda mal às cerimônias e que repele as distâncias. [...] (1936, pp. 105-106).

**Obs.: Sérgio Buarque retirou trecho no qual menciona, elogiosamente, Gilberto Freyre.**

Nosso velho catolicismo, tão característico, que permite tratar aos santos com uma intimidade quase desrespeitosa e que deve parecer estranho às almas verdadeiramente religiosas, provém ainda dos mesmos motivos. A popularidade, entre nós, de uma santa Teresa de Lisieux – santa Teresinha – resulta muito do caráter intimista que pode adquirir seu culto, culto amável e quase fraterno, que se acomoda mal às cerimônias e suprime as distâncias. [...] (1948, pp. 219-220).

[...] No Rio de Janeiro, notava Freyeinet que as mulheres iam às igrejas vestidas com mais elegância que modéstia, quase como o fariam para o baile ou para a ópera, “o que tornava crível o partido que as intrigas de amor, ao que dizem, tiram destas reuniões.” “Mas o que há de mais pasmoso, a meu ver, para uma pessoa educada em França, e habituada, portanto, a encontrar nos eclesiásticos, no altar, atitude piedosa e recolhida, - acrescenta o viajante, - é ver os deste país, quando chegam ao santuário, voltar-se para os assistentes e procurar com a vista as pessoas de suas relações, sorrir a uns, saudar a outros... Há de que fazer corar de espanto.”

A antipatia instintiva pelas formas ritualísticas, que vimos notando através das várias esferas de nossa vida social, pode justificar-se em parte por isso, que no fundo tais formas não nos são necessárias. Normalmente nossa reação ao meio em que vivemos não é uma reação de defesa. A vida íntima do brasileiro não é bastante coesa, nem bastante disciplinada para envolver e dominar toda a personalidade, ajustando-a como uma peça consciente ao ambiente social. Ele é livre, pois, para se abandonar a todo o repertório de ideias e de gestos que encontra em seu meio, ainda quando obedeçam ao mais rigoroso formalismo. Esse ponto é importante, principalmente porque nos elucida sobre outro aspecto interessante da questão que nos ocupa. Nossa assimilação desses gestos e ideias por isso mesmos que não nos são necessários, tem caráter puramente mecânico. Não há aqui, entre parênteses, um elemento precioso para a explicação do rastaquerismo, o vício específico dos sul-americanos? (1936, pp. 109-110).

Em verdade, muito pouco se poderia esperar de uma devoção que, como essa, quer ser continuamente sazoadada por condimentos fortes e que, para ferir as almas, há de ferir primeiramente os olhos e os ouvidos. “Em meio do ruído e da mixórdia, da jovialidade e da ostentação que caracterizam todas essas celebrações *gloriosas, pomposas, esplendorosas*”, nota o pastor Kidder, “quem deseje encontrar, já não digo estímulo, mas ao menos lugar para um culto mais espiritual, precisará ser singularmente fervoroso.” Outro visitante, de meados do século passado, manifesta profundas dúvidas sobre a possibilidade de se implantarem algum dia, no Brasil, formas mais rigoristas de culto. Conta-se que os próprios protestantes logo degeneram aqui, exclama. E acrescenta: “É que o clima não favorece a severidade das seitas nórdicas. O austero metodismo ou o puritanismo jamais florescerão nos trópicos”.

A exaltação dos valores cordiais e das formas concretas e sensíveis da religião, que no catolicismo tridentino parecem representar uma exigência do esforço de reconquista espiritual e da propaganda da fé perante a ofensiva da Reforma, encontraram entre nós um terreno de eleição e acomodaram-se bem a outros aspectos típicos de nosso comportamento social. Em particular a nossa aversão ao ritualismo é explicável, até certo ponto, nesta “terra remissa e algo melancólica”, de que falavam os primeiros observadores europeus, por isto que, no fundo, o ritualismo não nos é necessário. Normalmente nossa reação ao meio em que vivemos não é uma reação de defesa. A vida íntima do brasileiro nem é bastante coesa, nem bastante disciplinada para envolver e dominar toda a personalidade, integrando-a, como uma peça consciente, no conjunto social. Ele é livre, pois, para se abandonar a todo o repertório de ideias, gestos e formas que encontre em seu caminho, assimilando-os frequentemente sem maiores dificuldades (1948, pp. 223-224).

*Raízes do Brasil.* 1ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

### Capítulo VI: Novos tempos

Essa aptidão para o social está longe de constituir um fator apreciável de ordem coletiva. [...] Cada indivíduo se afirma ante os seus semelhantes, indiferente à lei **da comunidade** e atento apenas ao que distingue dos demais, do resto do mundo (1936, p. 113).

*Raízes do Brasil.* 2ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948.

### Capítulo VI: Novos tempos

Essa aptidão para o social está longe de constituir um fator apreciável de ordem coletiva. [...] Cada indivíduo, nesse caso, afirma-se ante os seus semelhantes indiferente à lei **geral, onde esta lei contrarie suas afinidades emotivas**, e atento apenas ao que o distingue dos demais, do resto do mundo (1948, p. 227).

**Desamparados dos deleites e lazeres da vida rural, os nossos homens, colhidos de improviso pelas exigências impostas com um outro estado de coisas, logo que nos transformamos em nação independente, não souberam conformar-se prontamente às novas formas de vida.** Desde então começou a patentear-se a distância entre o elemento “consciente” e a massa brasileira, **entre o nosso Ethos e o nosso Eros**, distância que se evidenciou depois, em todos os instantes supremos da vida nacional. Nos livros, na imprensa, nos discursos, a realidade começa a ser, infalivelmente, a “dura”, a “triste” realidade. A transição do convívio das coisas elementares da natureza para existência rigorosa e abstrata das cidades, deve ter estimulado em nossos homens uma crise subterrânea, voraz. Os melhores, os mais sensíveis, puseram-se a detestar francamente a vida, o “cárcere da vida”, para falar na linguagem figurada do tempo. Pode dizer-se de nosso romantismo que, mesmo copiando Byron, Musset e Espronceda, mesmo criando um indianismo de convenção, já antecipado em quase todos os seus pormenores, por Chateaubriand e Cooper, ou quando transpôs o verbo altissonante de Hugo para as suas estrofes condoreiras, só foi afetado em certas particularidades de forma.

Como em toda parte, os românticos brasileiros abandonaram o convencionalismo clássico, tudo quanto pretendia fazer de nossa natureza tropical uma pobre e ridícula caricatura das paisagens arcádicas. Fixando sua preferência no pessoal e no instintivo, ele podia ter um papel **mais valioso e mais nacional, sobretudo** – e até certo ponto o teve. [...] (1936, pp. 124-125).

A persistência dos velhos padrões coloniais viu-se pela primeira vez seriamente ameaçada, entre nós, em virtude dos acontecimentos que sucederam à migração forçada da família real portuguesa para o Brasil, em 1808. O crescente cosmopolitismo de alguns centros urbanos não constituiu perigo iminente para a supremacia dos senhores agrários, supremacia apoiada na tradição e na opinião, mas abriu certamente novos horizontes e sugeriu ambições novas que tenderiam, com o tempo, a perturbar os antigos deleites e lazeres da vida rural. **Colhidos de súbito pelas exigências impostas com um outro estado de coisas, sobretudo depois da Independência e das crises da Regência, muitos não souberam conformar-se logo com as mudanças.** Desde então começou a patentear-se a distância entre o elemento “consciente” e a massa brasileira, distância que se evidenciou depois, em todos os instantes supremos da vida nacional. Nos livros, na imprensa, nos discursos, a realidade começa a ser, infalivelmente, a *dura*, a *triste* realidade. A transição do convívio das coisas elementares da natureza para existência mais regular e abstrata das cidades deve ter estimulado, em nossos homens, uma crise subterrânea, voraz. Os melhores, os mais sensíveis, puseram-se a detestar francamente a vida, o “cárcere da vida”, para falar na linguagem do tempo. Pode dizer-se de nosso romantismo que, mesmo copiando Byron, Musset e Espronceda, mesmo criando um indianismo de convenção, já antecipado, em quase todas as suas minúcias, por Chateaubriand e Cooper, ou quando transpôs o verbo altissonante de Hugo para as suas estrofes condoreiras, só foi artificioso e insincero em certas particularidades formais.

Como em toda parte, os românticos brasileiros trataram de abandonar o convencionalismo clássico, tudo quanto pretendia fazer de nossa natureza tropical uma pobre e ridícula caricatura das paisagens arcádicas. Fixando sua preferência no pessoal e no instintivo, esse movimento poderia ter um papel **mais poderoso** – e até certo ponto o teve. [...] (1948, pp. 240-242).

[...] Ainda quando se punham a legiferar e a cuidar de organização e outras coisas práticas, os nossos homens de ideias eram puros homens de palavras e de livros; não saíam de si mesmos, de seus sonhos e imaginações. Tudo assim se engenhava na fabricação de uma realidade artificiosa e livresca, onde nossa vida verdadeira morria de asfixia. Comparsas desatentos do mundo que habitávamos, **quisemos viver fervorosamente contra nós mesmo, viver pelo espírito e não pelo sangue.** Como Plotino de Alexandria, que sentia vergonha de próprio corpo, acabaríamos **por esquecer tudo quanto fizesse pensar em nossa própria riqueza emocional, a única força criadora que ainda nos restava, para nos submetermos à palavra escrita, à retórica, à gramática, ao Direito abstrato** (1936, p. 126).

[...] Ainda quando se punham a legiferar e a cuidar de organização e coisas práticas, os nossos homens de ideias eram, em geral, puros homens de palavras e livros; não saíam de si mesmos, de seus sonhos e imaginações. Tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca, onde nossa vida verdadeira morria de asfixia. Comparsas desatentos do mundo que habitávamos, **quisemos recriar outro mundo mais dócil aos nossos desejos ou devaneios. Era o modo de não nos rebaixarmos, de não sacrificarmos nossa personalidade no contato de coisas mesquinhas e desprezíveis.** Como Plotino de Alexandria, que sentia vergonha de próprio corpo, acabaríamos, assim, **por esquecer os fatos prosaicos que fazem a verdadeira trama da existência diária, para nos dedicarmos a motivos mais nobilitantes: à palavra escrita, à retórica, à gramática, ao direito formal** (1948, p. 243).

[...] Esta perversão, em verdade, apenas tomou forma com o correr dos tempos. Os nossos teóricos e sábios falam, ainda hoje, a mesma linguagem de a cinquenta ou cem anos, apenas com outras palavras. Assim os pensamentos e os conselhos que eles nos servem visariam criar, ao termo de nossa evolução, um quadro social milagrosamente destacado de nossas tradições portuguesas e mestiças. O prestígio moderno e provavelmente efêmero das supertições liberais e protestantes parece-lhes definitivo, eterno, indiscutível e universal; elas valem como paradigma para julgarem do nosso atraso ou de nosso progresso. Muitos desses pedagogos da prosperidade são do tipo que a mais de trinta anos denunciava Georges Sorel em sua terra: “Nas discussões atuais – dizia o autor das *Reflexões sobre a Violência* – toma-se por base o que se produz em um país cuja prosperidade impressiona toda gente – a Inglaterra, a Alemanha, os Estados Unidos – e descreve-se um dos aspectos da vida desses países modelos. O talento do publicista consiste em fazer penetrar no espírito do leitor a ideia de que os costumes ou as instituições que exalta têm um *papel preponderante* na prosperidade dessas nações: é claro que nenhuma demonstração absoluta será possível sobre esse ponto.

Um exemplo fácil é o que ocorre com a miragem da alfabetização. Quanta inútil retórica se tem desperdiçado para mostrar que todos os nossos males seriam resolvidos de um momento para o outro, no dia em que estivessem difundidas as escolas e a instrução popular! Certo publicista, raciocinando com imprudência afirma que se fizermos nesse ponto como os Estados Unidos, “em vinte anos o Brasil estará alfabetizado e, assim, ascenderá à posição de segunda ou terceira grande potência do mundo”. “Suponhamos, por hipótese, - diz ainda – que nos vinte e um Estados do Brasil, os governos passados tivessem feito para a atualidade uma população culta e um igual aparelhamento escolar, como o que se encontra em cada um dos Estados da América do Norte, graças à previsão dos americanos. Nessa hipótese, estaríamos no Brasil com um progresso espantoso em todos os nossos

[...] Nada há de verdadeiramente insólito em semelhante atitude: Pedro II é bem de seu tempo e de seu país. A ponto de ter sido ele, paradoxalmente, um dos pioneiros dessa transformação, segundo a qual a velha nobreza colonial, nobreza de senhores agrários – os nossos homens de solar –, tende a ceder seu posto a esta outra, sobretudo cidadina, que é a do talento e das letras.

Porque com declínio do velho mundo rural e de seus representantes mais conspícuos essas novas elites, a aristocracia do “espírito”, estariam naturalmente indicadas para lugar vago. Nenhuma congregação achava-se tão aparelhada para o mister de preservar, na medida do possível, o teor essencialmente aristocrático de nossa sociedade tradicional como a das pessoas de imaginação cultivada e de leituras francesas. A simples presença dessas qualidades, que se adquirem, em geral, numa infância e numa adolescência isentas de preocupações materiais imperiosas, bastava, quando mais não fosse, para denunciar uma estirpe de *beati possidentes*.

Mas há outros traços por onde nossa intelectualidade ainda revela sua missão nitidamente conservadora e senhorial. Um deles é a presunção, ainda em nossos dias tão generalizada entre seus expoentes, de que o verdadeiro talento há de ser espontâneo, de nascença, como a verdadeira nobreza, pois os trabalhos e o estudo acurado podem conduzir ao saber, mas assemelham-se, por sua monotonia e reiteração, aos ofícios vis que degradam o homem. Outro é exatamente o voluntário alheamento ao mundo circunstante, o caráter transcendente, inutilitário, de muitas das suas expressões mais típicas. Ainda aqui cumpre considerar também a tendência frequente, posto que nem sempre manifesta, para se distinguir no saber principalmente um instrumento capaz de elevar seu portador acima do comum dos mortais. O móvel dos conhecimentos não é, no caso, tanto intelectual quanto social, e visa primeiramente ao enaltecimento e à dignificação daqueles que os cultivam. De onde, por vezes, certo tipo de erudição sobretudo formal e

Estados. Todos eles estariam cortados de estradas de ferro feitas pela iniciativa particular, todos eles estariam cheios de cidades riquíssimas, cobertos de lavouras opulentas, povoados por uma raça forte, vigorosa e sadia.

Imagine-se como ficariam desapontados ou indignados esses crédulos predicadores do progresso, se lhes fossem dizer que essa alfabetização em massa, que propunham como o *nec plus ultra* do adiantamento e da civilização não é, talvez, uma coisa absolutamente essencial e mesmo que não é, em si, um benefício sem par. Basta-lhes, porém, que esse suposto instrumento de prosperidade seja um dos sinais visíveis da importância de outros povos poderosos, para que nolo-o recomendem com alarde.

Assim, vão os nossos homens apegando-se a ficções e a vaticínios enganosos, que servem para disfarçar um invencível desencanto de nossa realidade e de nossa tradição. Os seus discursos variam de diapasão e de conteúdo, mas têm sempre o mesmo sentido e as mesmas secretas origens. Muitos dos que criticam o Brasil imperial por ter difundido um *bovarysimo* nacional grotesco e sensaborão, esquecem-se de que o mal, ao contrário, cresceu com o tempo e que com ele cresceu, talvez, apenas a nossa insensibilidade aos seus efeitos. Teria acontecido o que sucedeu aquela dama inglesa extremamente pudica de que nos fala Heine, a qual como se extiasse ante uma estatua grega e alguém lhe lembrasse a pouca discrição com que nela se expunham as intimidades, respondeu sem hesitar:

- A coisa, quando chega a esse tamanho, já não choca... (1936, pp. 127-130).

exterior, onde os apelidos raros, os epítetos supostamente científicos, as citações em língua estranha se destinam a deslumbrar o leitor como se fossem uma coleção de pedras brilhantes e preciosas.

O prestígio de determinadas teorias que trazem o endosso de nomes estrangeiros e difíceis, e pelo simples fato de o trazerem, parece enlaçar-se estreitamente a semelhante atitude. E também a uma concepção do mundo que procura simplificar todas as coisas para colocá-las mais facilmente ao alcance de raciocínios preguiçosos. Um mundo complicado requereria processos mentais laboriosos e minudentes, excluindo por conseguinte a sedução das palavras ou fórmulas de virtude quase sobrenatural e que tudo resolvem de um gesto, como as varas mágicas.

Não têm conta entre nós os pedagogos da prosperidade que, apegando-se a certas soluções onde, na melhor hipótese, se abrigam verdades parciais, transformam-nas em requisito obrigatório e único de todo progresso. É bem característico, para citar um exemplo, o que ocorre com a miragem da alfabetização do povo. Quanta inútil retórica se tem desperdiçado para provar que todos os nossos males ficariam resolvidos de um momento para outros se estivessem amplamente difundidas as escolas primárias e o conhecimento do ABC. Certos simplificadores chegam a sustentar que, se fizéssemos nesse ponto como os Estados Unidos, “em vinte anos o Brasil estaria alfabetizado e *assim* ascenderia à posição de segunda ou terceira grande potência do mundo”! “Suponhamos por hipótese”, diz ainda um deles, “que nos 21 estados do Brasil os governos passados tivessem feito para a atualidade uma população culta e um igual aparelhamento escolar, como o que se encontra em cada um dos estados da América do Norte, graças à previsão dos americanos. Nessa hipótese, estaríamos no Brasil com um progresso espantoso em todos os nossos estados. Todos eles estariam cortados de estradas de ferro feitas pela iniciativa particular, todos eles estariam cheios de cidades riquíssimas, cobertos de lavouras opulentas, povoados por uma raça forte, vigorosa e sadia”.

A muitos desses pregoeiros do progresso seria difícil convencer de que a alfabetização em massa não é condição obrigatória nem sequer para o tipo de cultura técnica e capitalista que admitiam e cujo modelo mais completo vamos encontrar na América do Norte. E de que, com seus 6 milhões de adultos analfabetos, os Estados Unidos, nesse ponto, comparam-se desfavoravelmente a outros países menos “progressistas”. Em uma só comunidade de Middle West, de cerca de 300 mil almas (e uma comunidade, por sinal, que se vangloria de seu apreço às coisas de cultura, a ponto de se considerar uma segunda Boston), é maior o número de crianças que não frequentam e não se destinam às escolas, afirmava, não há muitos anos, uma autoridade norte-americana em questões de educação, do que em todo o Reich alemão.

Cabe acrescentar que, mesmo independentemente desse ideal de cultura, a simples alfabetização em massa não constitui talvez um benefício sem-par. Desacompanhada de outros elementos fundamentais da educação, que a completem, é comparável, em certos casos, a uma arma de fogo posta nas mãos de um cego.

Essa e outras panaceias semelhantes, se de um lado parecem indicar em seus predicadores um vício de raciocínio, de outro servem para disfarçar um invencível desencanto em face das nossas condições reais. Variam os discursos de diapasão e de conteúdo, mas têm sempre o mesmo sentido e as mesmas secretas origens. Muitos dos que criticam o Brasil imperial por ter difundido uma espécie de *bovarismo* nacional, grotesco e sensaborão, esquecem-se de que o mal não diminuiu com o tempo; o que diminuiu, talvez, foi apenas nossa sensibilidade aos seus efeitos (1948, pp. 245-249).

***Raízes do Brasil.* 1ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.**

### **Capítulo VII: Nossa revolução**

Ein Volk geht zugrunde, wenn es seine Pflicht mit dem Pflichtbegriff überhaupt verwechselt.

Nietzsche

***Raízes do Brasil.* 2ª Edição – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948.**

### **Capítulo VII: Nossa revolução**

Citação retirada na 2ª edição

**Obs.: Seguem os capítulos VII inteiros e fora de colunas porque não há só trechos alterados ou termos com substituições importantes, mas no início do capítulo há mudança do tempo verbal, do passado para o presente. Sérgio Buarque fala de revolução como se a revolução já tivesse acontecido, na 1ª edição, e, na 2ª edição, ela ainda estivesse acontecendo – seria fato presente, em curso.**

## **Capítulo VII: Nossa revolução**

*Ein Volk geht zugrunde, wenn es seine Pflicht mit dem Pflichtbegriff überhaupt verwechselt.*

Nietzsche

Se a data da Abolição marca no Brasil o fim do predomínio agrário, o quadro político instituído no ano seguinte quer responder á conveniência de uma forma adequada para a nova composição social. Existe um elo secreto estabelecendo com esses dois acontecimentos e numerosos outros uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional. Processou-se, é certo, sem o grande alarde de algumas convulsões de superfície, que os historiadores exageram frequentemente em seu zelo minucioso e fácil de compendiar as transformações exteriores da existência dos povos. Perto dessa revolução, a maioria de nossas agitações do período republicano, como as suas similares das nações da America Espanhola, parecem simples desvios na trajetória da vida política legal do Estado, comparáveis a essas “revoluções palacianas”, familiares aos conhecedores da história europeia. Houve quem observasse, e talvez com justiça, que tais movimentos, no fundo, têm o mesmo sentido e a mesma utilidade das eleições presidenciais na América do Norte; o abalo por eles produzido na sociedade não deve ser mais profundo do que o resultante destas. “Segundo todas as probabilidades – refere um autor norte-americano – essas revoluções não prejudicam mais aos negócios do que nossos pleitos presidenciais nos Estados Unidos, nem custam tão caro quanto estes”.

A grande revolução brasileira não foi um fato que se pudesse assinalar em um instante preciso; foi antes um processo demorado e que durou pelo menos três quartos de século. Os seus pontos culminantes – a transmissão da família real portuguesa, a independência política, a Abolição e a Republica – associam-se como acidentes diversos de um mesmo sistema ortográfico. Se em capítulo anterior se tentou fixar a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar os freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável. Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, o marco visível entre duas épocas. E efetivamente, daí por diante estava preparado o terreno para o novo sistema, com sua sede não já nos domínios rurais, mas nos centros urbanos. Se a revolução que, através de todo o Império, não cessou de subverter as bases em que assentava nossa sociedade ainda está longe, talvez, de ter atingido o desenlace final, parece indiscutível, porém, que já foi transposta a sua fase aguda. Ainda testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias ultimas do lento cataclisma, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano, porque os seus traços se acentuam com maior rapidez em nosso hemisfério. No Brasil, e não só no Brasil, iberismo e agrarismo confundem-se, apesar do que têm dito em contrario alguns estudiosos eminentes, entre outros o sr. Oliveira Vianna. No dia em que o mundo rural se achou desagregado e começou a ceder rapidamente á invasão impiedosa do mundo das cidades, entrou também a decair para um e outro, todo o ciclo das influencias ultramarinas especificas de que foram portadores os portugueses.

Se a forma de nossa cultura ainda permanece nitidamente ibérica e lusitana, deve atribuir-se tal fato sobretudo ás insuficiências do “americanismo”, que se resume até agora, em grande parte, numa sorte de exacerbamento de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores á terra. O americano ainda é interiormente inexistente. “Na atividade americana o sangue é quimicamente reduzido pelos nervos”, disse um dos poetas mais singulares e mais lúcidos de nosso tempo.

E deliberadamente que se frisa aqui o declínio dos centros de produção agrária como um fator decisivo da hipertrofia urbana. As cidades, que outrora tinham sido como complementos do mundo rural, proclamaram finalmente sua vida própria e sua primazia. Em verdade podemos considerar dois movimentos simultâneos e convergentes através de toda a nossa evolução histórica: um tendente a dilatar a ação das comunidades urbanas e outro que restringe a influencia dos centros rurais, transformados, ao cabo, em simples fontes abastecedoras, em *colônias* das cidades. Se fatores especiais favoreceram o primeiro desses movimentos, não há duvida que só se acentuou definitivamente com a perda de

resistência do agrarismo, antes soberano, e depois do definhamento das condições que estimularam a formação entre nós de uma aristocracia rural poderosa e de organizações não urbanas dotadas de uma economia autônoma.

Um grande passo foi dado no sentido do desaparecimento dessas formas tradicionais com a diminuição da importância da lavoura do açúcar durante a segunda metade do século passado e a sua substituição pela do café. A existência de tipos de produção colonial tendentes a incentivar a criação de aristocracias e de outros, menos suficientes, que ao contrário atuam para o maior nivelamento da sociedade, foi observado no Brasil por Handelmann precisamente a propósito desses dois produtos. O cafeeiro pode ser chamado em realidade uma planta democrática em comparação com a cana e mesmo com o algodoeiro; seu cultivo não exige tamanhos dispêndios e nem tamanha extensão de terreno; o parcelamento das propriedades e a redução dos latifúndios operam-se mais facilmente com a sua difusão e esse fenômeno ainda se verifica em escala crescente em nossos centros produtores de café, segundo se pode depreender das mais recentes estatísticas. Se a existência do trabalho escravo permitiu, ainda em meados do século passado, a constituição, sobretudo na província do Rio de Janeiro, de grandes fazendas de café de acordo com o molde tradicional dos engenhos de açúcar, a verdade é que o novo produto podia prescindir de semelhante aparato. Acomodava-se, além disso, sem maiores dificuldades, a um tipo de organização de onde estivesse excluído o braço escravo.

A relação de dependência que se começou a estabelecer entre as zonas rurais e as cidades firmou-se ainda mais nas áreas cafeeiras devido ao fato de se dissiparem nelas os obstáculos à especialização, por ser menos complexo o campo de trabalho, aumentando-se, em consequência, a necessidade do recurso aos centros urbanos na procura de mantimentos que outrora eram produzidos de sobra no próprio sítio. O fazendeiro formado pela lavoura do café aproxima-se hoje, e cada vez mais, do *farmer*, que é no fundo um tipo citadino mais do que rural, e para quem a propriedade agrícola constitui apenas um manancial de riquezas e só ocasionalmente um lugar de residência ou de recreio. Não só os seus filhos se dedicarão a profissão das cidades, como aliás sucedia antes, mas os seus pais já tinham sido, muitas vezes, advogados, médicos, comerciantes, políticos, ou colonos. As receitas de bem produzir não se herdavam pela tradição ou pelo contato, desde cedo, com as terras de plantio, mas são aprendidas nas escolas e nos livros.

É compreensível que a Abolição não tivesse afetado desastrosamente as regiões onde a cultura do café já preparara assim o terreno para a aceitação de um regime de trabalho remunerado. Aqui a evolução para o predomínio urbano fez-se rápida e com ela foi aberto o caminho para uma transformação social de grandes proporções. Nos Estados do norte, onde a baixa dos preços do açúcar no mercado mundial já tinha acarretado uma situação que o 13 de maio veio apenas confirmar, nada compensaria a catástrofe agrária. Aos barões de açúcar não restava, com a desagregação dos seus domínios, senão conformarem-se às novas condições de vida. Um escritor nordestino, o sr. José Lins do Rego fixou em episódios significativos, numa série admirável de novelas a que intitulou “Ciclo da Cana de Açúcar”, a evolução crítica que ali também, por sua vez, vai arruinando os velhos hábitos patriarcais, mantidos até aqui pela força da inércia e que o ambiente não só já deixou de estimular, como começa a condenar irremediavelmente. O desaparecimento do velho engenho, engolido pela usina moderna, a queda do prestígio do antigo sistema rural e a ascensão de um novo tipo de senhores de empresas, concebidas à maneira de estabelecimentos industriais urbanos, indica bem claramente em que rumo se faz essa evolução.

Os velhos senhores rurais tornados imponentes pelo golpe fatal da Abolição e por outros fatores decisivos, não tinham como intervir nas novas instituições. A República, que não criou nenhum patriciado, mas apenas uma plutocracia, ignorou-os por completo. Daí o melancólico silêncio a que ficou reduzida a casta de homens que no tempo do Império dirigia e animava as instituições, assegurando ao conjunto nacional uma certa solidez orgânica, que nunca mais foi restaurada. Essas condições não foram mais virtudes do regime monárquico do que da estrutura em que assentava e que desapareceu irremediavelmente. A urbanização continua, progressiva, avassaladora, fenômeno social que de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse poderoso esteio rural que fazia a força do regime decaído, sem lograr substituí-lo por nada de novo.

O trágico da situação está justamente em que o quadro formado pela monarquia ainda guarda seu prestígio, tendo perdido sua razão de ser, e trata de manter-se como pode, não sem grande artifício. O Estado brasileiro preserva como relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do sistema tradicional depois de desaparecida a base que os sustentava. Uma periferia sem um centro. A maturidade precoce, o estranho requinte de nossa aparelhamento de Estado é uma das consequências mais típicas

dessa situação. Um observador perspicaz e imaginoso chegou a assinalar uma semelhança extrema entre esse aparelhamento de Estado e o da Rússia czarista. O alto funcionário brasileiro, a seu ver, comporta-se como irmão gêmeo do funcionário russo de antes da revolução bolchevista. Com uma diferença apenas, que a estrutura do Estado, no Brasil, lhe parece sensivelmente mais aperfeiçoada e assente sobre bases mais seguras, menos vulneráveis e menos ásperas, sobretudo. Essa impressão foi tão forte que, segundo o mesmo observador, fosse a Rússia governada como o Brasil e jamais o seu povo se teria rebelado.

O Estado, entre nós, de fato, não precisa e não deve ser despótico – o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio – mas necessita de pujança e de compostura, de grandeza e de solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar como a virtude suprema entre todas. Ele pode conquistar por esse meio, e só por ele, uma força verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional. Mas é indispensável que as peças de seu mecanismo funcionem com certa harmonia e com garbo. O Império Brasileiro realizou isso em grande parte. A aureola que ainda hoje o cinge, apesar de tudo, para os nossos contemporâneos, resulta quase exclusivamente do fato de ter encarnado um pouco esse ideal. A imagem de nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros não se pode desligar muito do espírito do Brasil imperial; a concepção de Estado figurada nesse ideal não somente é válida para a vida interna da nacionalidade como ainda não nos é possível conceber em sentido muito diverso nossa projeção maior na vida internacional. Ostensivamente ou não, a ideia que de preferência formamos para nosso prestígio no estrangeiro é a de um gigante cheio de bonomia superior para com todas as nações do mundo. Aqui, principalmente, o Segundo Império antecipou tanto quanto pode tal ideia, e sua política entre os países platinos dirigiu-se insistentemente nesse rumo. Queria impor-se apenas pela grandeza da imagem que criara de si mesmo e só recorreu a guerra para se fazer respeitar, não por ambição de conquista. Se lhe sobrava por vezes certo espírito combativo, faltava-lhe espírito militar. Oliveira Lima, que fez esta última observação, acrescenta que “as guerras estrangeiras, como métodos políticos, sempre foram encaradas pelo país como importunas e até criminosas, e nesse sentido especialmente a guerra do Paraguai não deixou de selo; os voluntários que a ela acudiram eram, de fato, muito pouco por *vontade própria*.”

Não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas. Desejamos ser o povo mais brando e o mais comportado do mundo. Pugnamos constantemente pelos princípios tidos universalmente como os mais moderados e os mais racionais. Fomos das primeiras nações que aboliram a pena de morte em sua legislação, depois de a termos abolido muito antes na prática. Modelamos a norma de nossa conduta entre os povos pela que seguem ou parecem seguir os países mais cultos, e então nos envaidecemos da ótima companhia. Tudo isso são feições bem características do nosso aparelhamento político, que se empenha em desarmar todas as expressões genuínas e menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional.

O desequilíbrio singular que gera essa anomalia é patente e não escapa aos observadores mesmo superficiais. Um publicista cuja obra goza hoje de larga popularidade, salientava a cerca de vinte anos o paradoxo dessa situação “A separação da política e da vida social – dizia ele – atingiu, em nossa pátria, o máximo de distancia. A força de alheiação da realidade a política chegou ao cumulo do absurdo, constituindo em meio de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham a impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo, uma classe artificial, verdadeira superfetação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde, quase sempre com a maior boa fé, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passa de pretextos para as lutas de conquista e a conservação das posições.

“A política é, de alto e baixo, um mecanismo alheio à sociedade, perturbador de sua ordem, contrario a seu progresso; governos, partidos e políticos sucedem-se e alternam-se, levantando e combatendo desordens, criando e desordens, criando e destruindo coisas inúteis e embaraçosas. Os governantes chegaram à situação de perder de vista os fatos e os homens envolvidos entre agitações e enredos pessoais.

Alberto Torres não viu, e não quis ver, todavia, que foi justamente a pretensão de compassar os acontecimentos pelo sistema, as leis e os programas, uma das origens da separação que existe entre a nação e sua vida política. Acreditou sinceramente, ingenuamente, que a letra morta pode influir de modo enérgico sobre os destinos de um povo e em toda a sua doutrinação acentuou constantemente o que chama “o eixo da ação consciente” inspirada “no sentido de uma utilidade a realizar-se e, portanto, previsível”. Coerente consigo mesmo, o que nos legou como fruto de suas observações e de suas meditações foi um minucioso projeto de constituição política.

Essa atitude nada tem em si de realmente fecunda e nem mesmo de substancialmente nova. Não é outro, em verdade, o expediente que sempre procuramos aplicar, confiados cegamente na sabedoria e na onipotência das boas leis. Como é diversa se ponto, a atitude característica dos ingleses, que formam uma nação virtualmente sem Estado, que não possuem uma constituição escrita, que se regem por um sistema de leis confuso e anacrônico e que, no entanto, demonstram uma capacidade de disciplina espontânea sem rival em nenhum povo da terra! Para nós é ao contrário a rigidez, a impermeabilidade, a perfeita homogeneidade da legislação que nos parecem ser o requisito *sine qua non* de toda disciplina social. Não conhecemos outro recurso.

Escapa-nos a verdade de que não são as leis escritas e fabricadas pelos juriconsultos, ou o cumprimento fiel dessas leis, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações. Costumamos julgar, ao contrário, que os bons regulamentos e a obediência aos seus preceitos constituem a floração ideal de uma apurada educação política, da alfabetização, da aquisição de hábitos civilizados e de outras condições igualmente excelentes. Essa opinião enganosa tomou vulto depois de incentivada a crença no mito do progresso, com êxito do comtismo, do spencerismo, do marxismo, e de tantas ideologias semelhantes, de que foi singularmente fértil o século que antecedeu o nosso.

O grande pecado do século passado foi justamente o ter feito preceder o mundo das formas vivas do mundo das fórmulas e dos conceitos. Nesse pecado é que se apoiam todas as revoluções modernas, quando pretendem fundar os seus motivos em concepções abstratas como os famosos Direitos do Homem. Sobreestimaram-se as ideias, que usurparam decididamente um lugar excessivo na existência humana. Julgou-se que um formalismo rígido e compreensivo de todas as ações individuais é o máximo de perfeição e de apuro a que pode aspirar uma sociedade. Esse engano só agora se dissipa lentamente. Entre os pobres indígenas da Austrália os preceitos sociais e as próprias prescrições que regulam a vida sexual são tão acentuadamente formalísticos que – refere um pensador contemporâneo – não poderiam ser penetrados por um simples espírito de investigação não assistido das sistematizações mais avançadas que inventaram as modernas ciências sociais e as disciplinas que exigem tais ciências.

É claro que a necessidade de boa ordem entre os cidadãos e a estabilidade do conjunto social tornaram necessária a criação de certos preceitos obrigatórios e de sanções eficazes. Em tempos mais ditosos do que o nosso a obediência aqueles preceitos em nada se parece com o cumprimento de um dever imposto. Tudo se faz, por assim dizer, espontaneamente e sem esforço. Para o homem a que chamamos primitivo, a própria segurança cósmica parece depender da regularidade dos acontecimentos; uma perturbação dessa regularidade tem qualquer coisa do ominoso. Mais tarde essa consideração as estabilidade inspiraria a fabricação de normas, com o auxílio precioso de raciocínios abstratos e ainda aqui foram conveniências importantes que prevaleceram, pois muitas vezes é indispensável abstrair da vida para viver e apenas o absolutismo da razão pode pretender que se destitua a vida de todo elemento puramente racional. Em verdade o racionalismo excedeu os seus limites somente quando ao erigir em regra suprema os conceitos assim arquitetados, separou-os irremediavelmente da vida e criou com eles um sistema lógico, homogêneo histórico.

Nesse erro se aconselham os políticos e demagogos que chamam atenção frequentemente para as plataformas, os programas, as instituições, como únicas realidades verdadeiramente dignas de respeito. Acreditam sinceramente que da sabedoria e sobretudo da coerência das leis depende diretamente a perfeição dos povos e dos governos.

Foi essa crença que presidiu a toda história das nações ibero-americanas desde que se fizeram independentes. As rebeliões que desligaram esses povos das metrópoles adotaram como base das suas cartas políticas os princípios da Revolução Francesa então na ordem do dia, pelos mesmos motivos que ainda hoje levam certos povos coloniais e semi coloniais a contemplarem com unção os ideais apregoados pela Terceira Internacional. A palavra “liberdade”, que inicialmente deveria ter um sentido restrito, delimitando as aspirações de emancipação política, valeria, ao cabo, em toda a extensão de seu significado. Impôs-se com um prestígio verdadeiramente mágico e por um processo psicológico semelhante ao que transforma em tirânicas exigências certos princípios originados por necessidades concretas precisas.

E dessa forma os povos de nossa América foram levados a enaltecer um sistema de ideias que contrastava em absoluto com o que há de mais positivo em seu temperamento e que, bem compreendido, levaria á total despersonalização. Não é pois de estranhar que o ponto extremo de despersonalização na

esfera política fosse encontrado em um país sul-americano. O Uruguai battlista pretendeu, enquanto existiu, realizar, ao menos em teoria, a consequência lógica do ideal democrático moderno, ou seja o mecanismo do Estado funcionando tanto quanto possível automaticamente e os desmandos dos maus governos não podendo afetar senão de modo superficial o funcionamento desse mecanismo. Colocado no polo oposto à despersonalização democrática, o “caudilhismo” muitas vezes se encontra no mesmo círculo de ideais a que pertencem os princípios do liberalismo. Pode ser a forma negativa da tese liberal, e seu surto é compreensível si nos lembrarmos de que a História jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germens de sua negação – negação essa que se faz, necessariamente, dentro do mesmo âmbito. Assim Rousseau, o pai do contrato social, pertence á família de Machiavel, o pioneiro da doutrina do poder; um e outro vieram da mesma ninhada. Essa negação do liberalismo, inconsciente em um Rosas, um Melgarejo, um Porfirio Diaz, afirma-se hoje como um corpo de doutrina no fascismo europeu, que nada mais é do que uma crítica do liberalismo na sua forma parlamentarista, exigida em sistema político positivo. Uma superação da doutrina democrática só será possível, efetivamente, quando tenha sido vencido a antítese impessoalismo – caudilhismo.

Seja como for, o fato é que o espírito legístico não conseguiu até hoje, modificar profundamente a atitude natural dos povos latinos americanos que pretende orientar: quando muito conservou-se á margem dos acontecimentos, axacerbando mesmo, por contraste, as forças que queria neutralizar. Essa atitude – dentro ou fora do liberalismo – requer que, traz da estrutura abstrata do Estado, existiam personagens de carne e osso. As constituições que foram feitas para não serem cumpridas, as leis que existem para serem violadas, tudo em benefício de indivíduos e de oligarquias, são fenômenos correntes em toda a história da América Latina. É em vão que os políticos imaginam interessar-se mais pelos princípios do que pelos homens: seus próprios atos são o desmentido flagrante dessa pretensão. O grau de relações, de intimidade e de parentesco com os detentores do poder decidem sempre do êxito de uma carreira pessoal, muito mais do que os argumentos legais ou morais. Quaisquer que sejam as revoluções “regeneradora” dificilmente chegarão a frear de maneira eficiente a importância dos empenhos e dos pistolões.

Na tão malsinada primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva revela-se nitidamente o predomínio do elemento emotivo sobre o racional. Por mais que se julgue achar o contrario, a verdadeira solidariedade só se pode sustentar realmente nos círculos restritos e a nossa predileção, confessada ou não, pelas pessoas e interesses concretos não encontra alimento muito substancial nos ideais teóricos em que se há de apoiar necessariamente um grande partido. A crítica que se dirigiu o cientista norte-americano Herbert Smith ao nosso espírito partidista no tempo do Império, em que dominava – escreve ele – a concepção de que é desonroso para uma pessoa desertar de um chefe ou de uma facção política, embora essa deserção se faça em proveito de ideias muito nobres, é valida realmente do ponto de vista estritamente democrático liberal que em teórica era e] ainda é o das nossas instituições. Só em teoria, porém. No fundo o que denuncia essa critica é a incompreensão intolerante que é forçoso existir entre dois estilos de vida radicalmente diversos. A ausência de verdadeiros partidos não é entre nós, como a quem suponha singelamente, a causa de nossa inadaptação a um regime legitimamente democrático, mas antes uma consequência dessa inadaptação. A confusão é fácil e frequente; o relatório Simon acerca da constituição da Índia vê no fato de não se formarem ali partidos regulares um dos empecilhos á democratização do país.

A verdade é que, como nossa adesão a todos os formalismo denuncia apenas uma ausência de forma espontânea, assim também a nossa confiança na excelência das fórmulas teóricas mostra simplesmente que somos um povo pouco especulativo. Podemos organizar campanhas, formas facções, armar motins, se preciso for, em torno de uma ideia nobre. Todos estamos lembrados do enorme poder de sugestão que até a bem pouco tempo exerceu sobre muitos homens de boa fé e de boa vontade o principio do voto secreto. Houve mesmo quem demonstrasse, acenando com o exemplo o exemplo de outros povos mais felizes, que esse principio não só nos asseguraria o respeito devido ao sufrágio popular, como ainda a prosperidade material, a paz, o bem estar econômico e muitas outras coisas inapreciáveis. Quem ignora, porém, que o aparente triunfo de um principio jamais significou no Brasil – como no resto da America Latina – mais do que o triunfo de um personalismo sobre outro?

Entre nós, já o dissemos, o personalismo é uma noção positiva – talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos. Ao seu lado todos os lemas da democracia liberal são conceitos puramente decorativos, sem raízes profundas na realidade. Isso explica bem como nos países latino americanos, onde o personalismo – ou mesmo a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as resistências da demagogia liberal, acordando os instintos e os sentimentos mais vivos do povo, tenha assegurado, com isso, uma estabilidade política que de outro modo não teria sido possível.

A formação de elites de governantes em torno de personalidades prestigiosas tem sido, ao menos por enquanto, o princípio político mais fecundo em nossa América. O Chile teve os decênios mais felizes de sua história sob o regime inaugurado por Diego Portales, que soube arrancar o país do perigo das ditaduras ou da anarquia, mediante um poder acentuadamente oligárquico. Ainda hoje a maior estabilidade e a relativa prosperidade da pequena república da Costa Rica entre as suas bulhentas irmãs da América Central, explica-se largamente pelos mesmos motivos. A ideia de uma entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo aos seus destinos é dificilmente inteligível para a mentalidade dos povos da América Latina.

De tudo isso resulta uma confirmação do que se vem dizendo aqui sobre a adoção das fórmulas democráticas no Brasil e em outros países do continente, a saber que ela resultou simplesmente de um mal entendido. É frequente imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais quando em realidade lutamos por um personalismo ou contra outro. Um inextricável mecanismo político e eleitoral ocupa-se continuamente em velar-nos esse fato. Mas quando as leis acolhedoras do personalismo são resguardadas por uma tradição respeitável ou não foram postas em dúvida, ele aparece livre de disfarces. É notório que no tempo da monarquia os jornais e o povo criticavam com muito mais aspereza a Câmara dos Deputados, eleita pelo povo, do que o Senado, cujos membros eram escolhidos pelo Imperador.

Apesar de tudo não é justo afiançar-se sem apelo nossa incompatibilidade absoluta com o democratismo liberal. Não seria mesmo difícil acentuarem-se certas zonas de confluência e de simpatia entre as ideias que ele apregoa e certos fenômenos decorrentes das condições peculiares de nossa formação nacional. Poderiam citar-se dois fatores que teriam particularmente militado em prol da eleição do ideal liberalismo de parte dos responsáveis por nossa orientação política. São eles:

1. a repulsa instintiva dos povos americanos, descendentes dos colonizadores e da população aborígine, por toda hierarquia racional, por qualquer composição da sociedade que se tornasse obstáculo à autonomia do indivíduo;
2. a impossibilidade de uma resistência eficaz contra certas influências novas (por exemplo, do primado da vida urbana, do cosmopolitismo), que em toda parte, nos tempos modernos, foram aliadas das ideias democrático-liberais.

Pode ver-se, em todo caso, que essas ideias e os moveis instintivos do povo coincidiram aqui de preferência no que apresentavam, ambos ou um deles, de negativo ou de menos consistente. Mas além disso as ideias da Revolução Francesa encontram apoio em uma atitude que não é estranha ao temperamento nacional. A noção da bondade natural do homem combina singularmente com o nosso já assinalado “cordialismo”. A tese de uma humanidade má por natureza e de um combate de todos contra a de parecer-nos, ao contrário, extremamente antipática e desconcertante. E é aqui que o nosso “homem cordial” encontraria uma possibilidade de articulação entre seus sentimentos e as construções dogmáticas da liberal-democracia. Patenteia-se neste caso a importância extraordinária do exame dos fundamentos antropológicos das sociedades para a compreensão das doutrinas de Estado. É um fato instrutivo o das doutrinas que exaltam o princípio de autoridade pressuporem fatalmente a ideia de que os homens são maus por natureza.

Se todavia não nos detivermos na configuração exterior da vida nacional, mas penetrarmos ainda e sobretudo as formas subjacentes, só nos cumprirá confessar que se limita a essa coincidência o que há de comum entre as duas atitudes que tentamos aproximar. Com efeito, no liberalismo a ideia da bondade natural do homem é simples argumento; seria enganoso imaginar-se que tal convicção repouse em alguma simpatia pelo gênero humano, considerado no seu conjunto ou em cada um dos indivíduos. Trata-se de uma teoria essencialmente neutra, despida de emocionalismo e enquadrada em fórmulas.

E o mais grave é que a própria coincidência notada entre os ideais que ele apregoa e a atitude que se tentou definir como peculiar ao nosso povo é, no fundo, mais aparente do que real. Todo o pensamento liberal democrático pode resumir-se na frase celebre de Bentham: “A maior felicidade para o maior número”. Não é difícil perceber-se que essa ideia está em contraste direto com qualquer forma de convívio humano de base emocional. Todo afeto entre os homens funda-se forçosamente em preferências. Amar alguém é ama-lo mais do que aos outros. Há nisso uma parcialidade que está em oposição com o ponto de vista jurídico e neutro em que se baseia o liberalismo. A “bienveillance” democrática é comparável à polidez; resulta de um comportamento social bem definido que pretende orientar-se por um equilíbrio dos egoísmos. O ideal humanitário, que na melhor das hipóteses ela predica, é paradoxalmente impessoal; sustenta-se na ideia absurda de que o maior grau de amor está por força no amor ao maior

numero de homens e, por isso mesmo, insiste na excelência, na infantibilidade, na intangibilidade de voto da maioria (“o povo não era”, pretendem os declamadores liberais), subordinando assim, subrepticamente, os ideais qualitativos á quantidade.

É claro que um amor humano que se asfixia e morre fora de seu circulo restrito, não pode servir de cimento a nenhuma organização humana concebida em escala mais ampla. Com a cordialidade, a bondade, não se criam os bons princípios. É necessário um elemento normativo, solido, inato na alma do povo, ou implantado pela tirania para que possa haver cristalização social. A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas invenções fraudulentas na mitologia liberal, que a história está longe de confirmar. É certo que tais invenções, em si, não constituem argumento serio contra o liberalismo e que existem outros recursos, além da tirania, para a consolidação e a estabilização de um organismo social e nacional.

Importa, em todo caso, relegar aos seus justos limites o domínio dos princípios e das formulas políticas. Aqueles pioneiros de nossa independência e da republica que, em 1817, não desejavam em nada modificar a situação dos negros escravos, embora “não reconhecessem o direito dessa situação”, foram de uma sinceridade que nunca mais se repetiu no discurso de nossa vida de nação. Depois deles, os políticos mais sábios e os mais prudentes preferiam não mencionar o ponto vulnerável de uma organização social que desejavam perfeita e coerente consigo mesma, ainda que somente no papel. Eles não duvidaram um único momento de que a sã política é filha da moral e da razão. E assim preferiam esquecer a realidade, feia e desconcertante, para se refugiarem no mundo ideal de onde lhes acenavam os doutrinadores do tempo. Criaram asas para não ver o espetáculo detestável que o país lhes oferecia.

É frequente, aliás, o fato daqueles que em política cuidam em fazer obra puramente realista ou apenas oportunista pretenderem agir, ao mesmo tempo, segundo os critérios morais: alguns ficariam sinceramente escandalizados, se lhes dissessem que uma ação moralmente recomendável pode ser praticamente ineficaz ou nociva. Não faltam exemplos de ditadores que realizam atos de autoridade perfeitamente arbitrários e julgam, sem embargo, fazer obra democrática. Essa atitude não é muito diversa da que, por outras razões, adotaram os “caudilhos esclarecidos” da Europa moderna. Não é impossível, pois, que o fascismo de tipo italiano, a despeito de sua apologia as violência, chegue a alcançar sucesso entre nós. Hoje os partidários do fascismo já descobrem o seu grande mérito em ter tornado possível a instauração de uma reforma espiritual abrangendo uma verdadeira taboa de valores morais. Não há duvida de que, de certo ponto de vista, o esforço que realizou significa uma tentativa enérgica para mudar o rumo da sociedade, salvando-a dos “fermentos de dissolução”. O sistema que instituiu para sustentar a estrutura imposta com violência pretende compor-se dos elementos vitais das doutrinas que repele em muitos dos seus aspectos; nisso está um dos títulos de orgulho prediletos dos criadores do regime. Esse sistema lhe dá, aparentemente a dignidade de um triunfo positivo sobre o liberalismo e sobre as pretensões revolucionarias da Esquerda. Quem não sente, porém, que sua reforma é, em essência, apenas uma sutil contra reforma? Quem duvida que entre os seus motivos diretos subsiste o intuito, algumas vezes confessado, aliás, de dar um sentido e um fundamento ás reivindicações materiais que, em verdade, lhe servem de base? Não é preciso extraordinária argúcia para se perceber que nesse subterfúgio repousa muito de sua energia. E efetivamente, é ainda uma negação disciplinada o que se exprime antes de tudo em sua filosofia de emergência.

Não seria difícil prever o que poderia ser o quadro de um Brasil “fascista”. Desde já podemos sentir que não existe quase mais nada de agressivo no incipiente mussolinismo indígena. Na doutrinação dos nossos “integralistas”, com pouca corrupção a mesma que aparece nos manuais italianos, faz falta aquela truculência desabrida e exasperada, quase apocalíptica, que tanto colorido emprestou aos seus modelos da Itália e da Alemanha. A energia sobranceira destes, transformou-se, aqui, em pobres lamentações de intelectuais neurastênicos. Deu-se com eles coisa parecida com o que resultou do comunismo, que atrai entre nós precisamente aqueles que parecem menos aptos a realizar os princípios da Terceira Internacional. Tudo quanto o marxismo lhes oferece de atraente, essa tensão incoercível para um futuro ideal e necessário, a rebelião contra a moral burguesa, a exploração capitalista e o imperialismo, combina-se antes com a “mentalidade anarquista” de nosso comunismo, do que com a disciplina rígida que Moscou reclama dos seus partidários. No caso do fascismo, a variedade brasileira ainda trouxe a agravante de poder passar por uma teoria meramente conservadora, empenhada no fortalecimento das instituições sociais, morais e religiosas de prestigio indiscutível, e tendendo, assim, a tornar-se praticamente inofensiva aos poderosos, quanto não apenas o seu instrumento. Com efeito, tudo faz esperar que o “integralismo” será, cada vez mais, uma doutrina acomodatória, avessa aos gestos de oposição que não deixam ampla margem ás transigências, e partidária sistemática da Ordem, quer dizer

do Poder Constituído. No plano teórico ele fica satisfeito com ser perfeitamente insignificante, por menos que o confesse. O que deseja no íntimo – e algumas vezes com desconcertante ostentação – é a chancela, o *nihil obstat* da autoridade civil. Segue nesse ponto a grande tradição brasileira, que nunca deixou funcionar os verdadeiros partidos de oposição, representativos de interesses ou de ideologias.

\*\*\*\*\*

O essencial de todas as manifestações, das criações originais como das cousas fabricadas, é a forma. A realização completa de uma sociedade também depende de sua forma. Se no terreno político e social o liberalismo revelou-se entre nós antes um destruidor de formas preexistentes do que um criador de novas; se foi sobretudo uma inútil e onerosa superfecundação, não será pela experiência de outras elaborações engenhosas que nos encontraremos um dia com a nossa realidade. Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo schemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intacto, irredutível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, á lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa. Já temos visto que o Estado, criatura espiritual, opõe-se á ordem natural e a transcende. Mas também é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo. Há uma única economia possível e superior aos nossos cálculos e imaginações para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas. O espírito não é uma força normativa, salvo onde pode servir á vida social e onde lhe corresponde. As formas exteriores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas. Há, porém, um demônio perverso e pretensioso, que se ocupa em obscurecer aos nossos olhos estas verdades singelas. Inspirados por ele, os homens se veem diversos do que são e criam novas preferências e repugnâncias. É raro que sejam das boas (1936, pp. 135-161).

## **Capítulo VII: Nossa revolução**

Citação retirada na 2ª edição

Se a data de Abolição marca no Brasil o fim do predomínio agrário, o quadro político instituído no ano seguinte quer responder à conveniência de uma forma adequada à nova composição social. Existe um elo secreto estabelecendo entre esses dois acontecimentos e numerosos outros uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional. Processa-se, é certo, sem o grande alarde de algumas convulsões de superfície, que os historiadores exageram frequentemente em seu zelo, minucioso e fácil, de compendiar as transformações exteriores da existência dos povos. Perto dessa revolução, a maioria de nossas agitações do período republicano, como as suas similares das nações da América espanhola, parecem simples desvios na trajetória da vida política legal do Estado comparáveis a essas antigas “revoluções palacianas”, tão familiares aos conhecedores da história europeia.

Houve quem observasse, e talvez com justiça, que tais movimentos, no fundo, têm o mesmo sentido e a mesma utilidade das eleições presidenciais da América do Norte; o abalo por eles produzido na sociedade não deve ser mais profundo do que o resultante destas. “Segundo todas as probabilidades”, refere um autor norte-americano, “essas revoluções não prejudicam mais aos negócios do que os nossos pleitos presidenciais dos Estados Unidos, nem custam tão caro”.

A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século. Seus pontos culminantes associam-se como acidentes diversos de um mesmo sistema orográfico. Se em capítulo anterior se tentou fixar a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável. Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, o marco mais visível entre duas épocas.

E efetivamente daí por diante estava melhor preparado o terreno para um novo sistema, com seu centro de gravidade não já nos domínios rurais, mas nos centros urbanos. Se o movimento que, através de todo o Império, não cessou de subverter as bases em que assentava nossa sociedade ainda está longe, talvez, de ter atingido o desenlace final, parece indiscutível que já entramos em sua fase aguda. Ainda testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias últimas do lento cataclismo, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano, porque seus traços se acentuam com maior rapidez em nosso hemisfério. No Brasil, e não só no Brasil, iberismo e agrarismo confundem-se, apesar do que têm dito em contrário estudiosos eminentes, entre os Sr. Oliveira Viana. No dia em que o mundo rural se achou desagregado e começou a ceder rapidamente à invasão impiedosa do mundo das cidades, entrou também a decair, para um e outro, todo o ciclo das influências ultramarinas específicas de que foram portadores os portugueses.

Se a forma de nossa cultura ainda permanece largamente ibérica e lusitana, deve atribuir-se tal fato sobretudo às insuficiências do “americanismo”, que se resume até agora, em grande parte, numa sorte de exacerbamento de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra. O americano ainda é interiormente inexistente. “Na atividade americana o sangue é quimicamente reproduzido pelos nervos”, disse um dos poetas mais singulares de nosso tempo.

É deliberadamente que se frisa aqui o declínio dos centros de produção agrária como o fator decisivo da hipertrofia urbana. As cidades, que outrora tinham sido como complementos do mundo rural, proclamam finalmente sua vida própria e sua primazia. Em verdade podemos considerar dois movimentos simultâneos e convergentes através de toda a nossa evolução histórica: um tendente a dilatar a ação das comunidades urbanas e outro que restringe a influência dos centros rurais, transformados, ao cabo, em simples fontes abastecedoras, em *colônias* das cidades. Se fatores especiais favorecem o primeiro desses

movimentos, não há dúvida que ele só se acentuou definitivamente com a perda de resistência do agrarismo, antes soberano, e, depois, com o definhamento das condições que estimulam a formação entre nós de uma aristocracia rural poderosa e de organizações não urbanas dotadas de economia autônoma.

É interessante notar que o desaparecimento progressivo dessas formas tradicionais coincidiu, de modo geral, com a diminuição da importância da lavoura do açúcar, durante a primeira metade do século passado, e sua substituição pela do café. A existência, por um lado, de tipos de produção colonial tendentes a incentivar a estratificação da sociedade, com a formação de aristocracias, e, por outro, de tipos que atuam no sentido de um maior nivelamento foi observada, no Brasil, por H. Handelmann, precisamente a propósito desses dois produtos.

Do cafeeiro, chegou a dizer esse historiador que é uma “planta democrática” em comparação com a cana e mesmo com o algodoeiro. Seu cultivo – afirma – não exige tamanha extensão de terreno nem tamanho dispêndio de capitais; o parcelamento da propriedade e a redução dos latifúndios operam-se mais facilmente com sua difusa, tudo isso contribuindo para o bem geral.

Redigida em meados do século XIX, essa observação parece refletir condições de uma época em que a lavoura cafeeira ainda não alcançara uma preponderância absorvente em nossa economia agrária. A verdade é que, pelo menos na província do Rio de Janeiro, e em geral no vale do Paraíba, as fazendas de café seguiram quase sempre à risca os moldes tradicionais da lavoura açucareira, constituindo cada qual uma unidade tanto quanto possível suficiente. A formação e sustentação de semelhantes propriedades exigiam, por força grandes capitais, que não se encontravam ao alcance de qualquer mão. E o parcelamento nunca se fez em escala apreciável, salvo onde o esgotamento dos solos tornava pouco remuneradora sua utilização.

É particularmente no Oeste da província de São Paulo – o Oeste de 1840 não o de 1940 – que os cafezais adquirem seu caráter próprio emancipando-se das formas de exploração agrária estereotipadas desde os tempos coloniais no modelo clássico de lavoura canavieira e do “engenho” de açúcar. A silhueta antiga do senhor de engenho perde aqui alguns dos seus traços característicos, despreendendo-se mais da terra e da tradição – da rotina – rural. A terra de lavoura deixa então de ser o seu pequeno mundo para se tornar unicamente seu meio de vida, sua fonte de renda e de riqueza. A fazenda resiste com menos energia à influência urbana, e muitos lavradores passam a residir permanentemente nas cidades. Decai rapidamente a indústria caseira e diminuem em muitos lugares as plantações de mantimentos, que garantiam outrora certa autonomia à propriedade rural.

Cumprir relacionar esse fenômeno, até certo ponto, com a carência de braços, já que os efeitos da extinção do tráfico negreiro correspondem cronologicamente à maior expansão da lavoura do café. Sabemos que, na província do Rio de Janeiro, por volta de 1884, um escravo era forçado, em regra, a tratar cerca de 7 mil cafeeiros, ao passo que anteriormente teria ao seu cargo no máximo 4,5 mil ou 5 mil pés, sobrando-lhe tempo, assim, para se ocupar da conservação dos caminhos e também das plantações de milho, feijão, mandioca, arroz e batata doce. E como sucede tão frequentemente nestes casos, o café, absorvendo a maioria dos braços disponíveis, tornou-se não só a fonte da riqueza mais ponderável das regiões produtoras, como também, e cada vez mais a única verdadeiramente dignificante. Explica-se, por esse motivo, a designação de *quitandeiros*, dada desdenhosamente aos lavradores que se dedicavam a plantar e a vender aqueles mantimentos ainda quando obtivessem grandes lucros do negócio.

Por outro lado, a perspectiva dos inauditos cabedais que proporcionava, já nos seus primeiros tempos, a lavoura cafeeira constituía por si só uma razão decisiva para que os fazendeiros tivessem em mira ampliar continuamente as plantações, desprezando tudo quanto distraísse a mão-de-obra do principal objeto de seus cuidados. Em São Paulo, e já em 1858, o fato suscitara comentários de José Manuel da Fonseca no Senado do Império: “A conversão das fazendas de açúcar em fazendas de café tem concorrido também ali em São Paulo para o encarecimento dos gêneros alimentícios. Na Casa há alguns nobres senadores que têm engenhos de açúcar; apelo para seu testemunho. Quando o lavrador planta cana, pode também plantar e planta feijão, e alguns até plantam milho em distâncias maiores para não ofender a cana; e tudo vem excelentemente pelo preparo da terra para a cana; e a limpa aproveita a tudo: isso acontecia no município de Campinas, cujas terras são muitos férteis, quando seu cultivo era a cana, e em outros municípios que abasteciam a capital e outros pontos de gêneros alimentícios. Entretanto todo esse município de Campinas, e outros, estão hoje cobertos de café, o qual não permite ao mesmo tempo a cultura de gêneros alimentícios, salvo no começo, quando novo; mas quando crescido, nada mais se pode

plantar, e mesmo a terra fica improdutivo para gêneros alimentícios, talvez para sempre, salvo depois de um pousio de imensos anos”.

Essas circunstâncias e mais o desenvolvimento das comunicações, sobretudo das vias férreas, que procuravam de preferência as zonas produtoras de café, iriam acentuar e facilitar a relação de dependência entre essas áreas rurais e as cidades. Simplificando-se a produção, aumentou, por conseguinte, a necessidade do recurso aos centros urbanos distribuidores dos mantimentos, que outrora se criavam no próprio lugar. O resultado é que o domínio agrário deixa, aos poucos, de ser uma baronia, para se aproximar, em muitos dos seus aspectos, de um centro de exploração industrial. É quando muito nesse sentido que se poderá falar do café como de uma “planta democrática”, para usar das expressões de Handelman. O fazendeiro que se forma ao seu contato torna-se, no fundo, um tipo citadino, mais do que rural, e um indivíduo para quem a propriedade agrícola constitui, em primeiro plano, meio de vida e só ocasionalmente local de residência ou recreio. As receitas de bem produzir não se herdavam pela tradição e pelo convívio, através de gerações sucessivas, com as terras de plantio, mas são aprendidas, por vezes, nas escolas e nos livros.

É compreensível que a Abolição não tivesse afetado desastrosamente as regiões onde a cultura do café já preparara assim o terreno para a aceitação de um regime de trabalho remunerado. Aqui a evolução para o predomínio urbano fez-se rápida e com ela foi aberto o caminho para uma transformação de grandes proporções. Nos estados do Norte, onde a baixa dos preços do açúcar no mercado mundial já tinha acarretado uma situação que o 13 de Maio veio apenas referendar, nada compensaria a catástrofe agrária. Aos barões do açúcar não restava, com a desagregação dos seus domínios, senão conformarem-se às novas condições de vida. Um romancista nordestino, o sr. José Lins do Rego, fixou em episódios significativos a evolução crítica que ali também, por sua vez, vai arruinando os velhos hábitos patriarcais, mantidos até aqui pela inércia; hábitos que o meio não só já deixou de estimular, como principia a condenar irremediavelmente. O desaparecimento do velho engenho, engolido pela usina moderna, a queda de prestígio do antigo sistema agrário e a ascensão de um novo tipo de senhores de empresas concebidas à maneira de estabelecimentos industriais urbanos indicam bem claramente em que rumo se faz essa evolução.

Os velhos proprietários rurais tornados impotentes pelo golpe fatal da Abolição e por outros fatores não tinham como intervir nas novas instituições. A República, que não criou nenhum patriciado, mas apenas uma plutocracia, se assim se pode dizer, ignorou-os por completo. Daí o melancólico silêncio a que ficou reduzida a casta de homens que no tempo do Império dirigia a animava as instituições, assegurando ao conjunto nacional certa harmonia que nunca mais foi restaurada. Essa situação não é mais efeito do regime monárquico do que da estrutura em que se assentava e que desapareceu para sempre. A urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse esteio rural, que fazia a força do regime decaído sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo.

O trágico da situação está justamente em que o quadro formado pela monarquia ainda guarda seu prestígio, tendo perdido sua razão de ser, e trata de manter-se como pode, não tem grande artifício. O Estado brasileiro preserva como relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do sistema tradicional, depois de desaparecida a base que as sustentava: ua periferia sem um centro. A maturidade precoce, o estranho requinte de nosso aparelhamento de Estado, é uma das consequências de tal situação.

O Estado, entre nós, não precisa e não deve ser despótico – o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio –, mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude suprema entre todas. Ele ainda pode conquistar por esse meio uma força verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional. Mas é indispensável que as peças de seu mecanismo funcionem com certa harmonia e garbo. O Império brasileiro realizou isso em grande parte. A auréola que ainda hoje o cinge, apesar de tudo, para os nossos contemporâneos, resulta quase exclusivamente do fato de ter encarnado um pouco esse ideal.

A imagem de nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros não pôde, até hoje, desligar-se muito do espírito do Brasil imperial; a concepção de Estado figurada nesse ideal não somente é válida para a vida interna da nacionalidade como ainda não nos é possível conceber em sentido muito diverso nossa projeção maior na vida internacional. Ostensivamente ou não, a ideia que de preferência formamos para nosso prestígio no estrangeiro é a de um gigante cheio de bonomia superior

para com todas as nações do mundo. Aqui, principalmente, o segundo reinado antecipou, tanto quanto lhe foi possível, ideia, e sua política entre os países platinos dirigiu-se insistentemente nesse rumo. Queria impor-se apenas pela grandeza da imagem que criara de si, e só recorreu à guerra para se fazer respeitar, não por ambição de conquista. Se lhe sobrava, por vezes, certo espírito combativo, faltava-lhe espírito militar. Oliveira Lima, que se fez esta última observação, acrescenta que “as guerras estrangeiras, como métodos políticos, sempre foram encaradas pelo país como importunas e até criminosas, e nesse sentido especialmente a Guerra do Paraguai não deixou de sê-lo; os voluntários que a ela acudiram, eram, de fato, muito pouco por *vontade própria*”.

Não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas. Desejamos ser o povo mais brando e o mais comportado do mundo. Pugnamos constantemente pelos princípios tidos universalmente como os mais moderados e os mais racionais. Fomos das primeiras nações que aboliram a pena de morte em sua legislação, depois de a termos abolido muito antes na prática. Modelamos a norma de nossa conduta entre os povos pela que seguem ou parecem seguir os países mais cultos, e então nos envaidecemos da ótima companhia. Tudo isso são feições bem características do nosso aparelhamento político, que se empenha em desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional.

O desequilíbrio singular que gera essa anomalia é patente e não tem escapado aos observadores. Um publicista ilustre fixou, há cerca de vinte anos, o paradoxo de tal situação. “A separação da política e da vida social”, dizia, “atingiu, em nossa pátria, o máximo de distância. A força de alheação da realidade a política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo em meio de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham a impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo, uma classe artificial, verdadeira superfetação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde, quase sempre com a maior boa-fé, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passam de pretextos para as lutas de conquista e a conservação das posições”.

Em face de semelhante condição, nossos reformadores só puderam encontrar até aqui duas saídas, ambas igualmente superficiais e enganadoras. A experiência já tem mostrado largamente como a pura e simples substituição dos detentores do poder público é um remédio aleatório, quando não precedia e até certo ponto determinada por transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade.

Outro remédio, só aparentemente mais plausível, está em pretender-se compassar os acontecimentos segundo sistemas, leis ou regulamentos de virtude provada, em acreditar que a letra morta pode influir por si só e de modo enérgico sobre o destino de um povo. A rigidez, a impermeabilidade, a perfeita homogeneidade da legislação parecem-nos constituir o único requisito obrigatório da boa ordem social. Não conhecemos outro recurso.

Escapa-nos esta verdade de que não são as leis escritas, fabricadas pelos juriconsultos, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações. Costumamos julgar, ao contrário, que os bons regulamentos e a obediência aos preceitos abstratos representam a floração ideal de uma apurada educação política, da alfabetização, da aquisição de hábitos civilizados e de outras condições igualmente excelentes. No que nos distinguimos dos ingleses, por exemplo, que não tendo uma constituição escrita, regendo-se por um sistema de leis confuso e anacrônico, revelam, contudo, uma capacidade de disciplina espontânea sem rival em nenhum outro povo.

É claro que a necessidade de boa ordem entre os cidadãos e a estabilidade do conjunto social tornaram necessária a criação de preceitos obrigatórios e de sanções eficazes. Em tempos talvez mais ditosos do que o nosso, a obediência àqueles preceitos em nada se parece com o cumprimento de um dever imposto. Tudo se faz, por assim dizer, livremente e sem esforço. Para o homem a que chamamos primitivo, a própria segurança cósmica parece depender da regularidade dos acontecimentos; uma perturbação dessa regularidade tem qualquer coisa de ominoso. Mais tarde essa consideração da estabilidade inspiraria a fabricação de normas, com o auxílio precioso de raciocínios abstratos, e ainda aqui foram conveniências importantes que prevaleceram, pois, muitas vezes, é indispensável abstrair da para viver e apenas o absolutismo da razão pode pretender que se destitua a vida de todo elemento puramente racional. Em verdade o racionalismo excedeu os seus limites somente quando, ao erigir em regra suprema os conceitos assim arquitetados, separou-os irremediavelmente da vida e criou com eles um sistema lógico, homogêneo, a-histórico.

Nesse erro se aconselharam os políticos e demagogos que chamam atenção frequentemente para as plataformas, os programas, as instituições, como únicas realidades verdadeiramente dignas de respeito. Acreditam sinceramente que da sabedoria e sobretudo da coerência das leis depende diretamente a perfeição dos povos e dos governos.

Foi essa crença, inspirada em parte pelos ideais da Revolução Francesa, que presidiu toda a história das nações ibero-americanas desde que se fizeram independentes. Emancipando-se da tutela das metrópoles europeias, cuidaram elas em adotar, como base de suas cartas políticas, os princípios que se achavam então na ordem do dia. As palavras mágicas Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substância. Ainda assim, enganados por essas exterioridades, não hesitamos, muitas vezes, em tentar levar às suas consequências radicais alguns daqueles princípios. Não é, pois, de estranhar, se o ponto extremo de impersonalismo democrático fosse encontrar seu terreno de eleição em um país sul-americano.

O Uruguai battlista pretendeu, enquanto existiu, realizar, ao menos em teoria, a consequência lógica do ideal democrático moderno, ou seja, o mecanismo do Estado funcionando tanto quanto possível automaticamente e os desmandos dos maus governos não podendo afetar senão de modo superficial esse funcionamento.

Colocado no polo oposto à despersonalização democrática, o “caudilhismo” muitas vezes se encontra no mesmo círculo de ideias a que pertencem os princípios do liberalismo. Pode ser a forma negativa, da tese liberal, e seu surto é compreensível se nos lembramos de que a história jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação – negação esse que se faz, necessariamente, dentro do mesmo âmbito. Assim, Rousseau, o pai do contrato social, pertence à família de Hobbes, o pioneiro do Estado Leviatã; um e outro vêm da mesma ninhada. A negação do liberalismo, inconsciente em um Rosas, um Melgarejo, um Porfírio Diaz, afirma-se hoje como corpo de doutrina no fascismo europeu, que nada mais é do que uma crítica do liberalismo na sua forma parlamentarista, erigida em sistema político positivo. Uma superação da doutrina democrática só será efetivamente possível, entre nós, quando tenha sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo.

Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar.

A forma visível dessa revolução não será, talvez, a das convulsões catastróficas, que procuram transformar de um mortal golpe, e segundo preceitos de antemão formulados, os valores longamente estabelecidos. É possível que algumas das suas fases culminantes já tenham sido ultrapassadas, sem que possamos avaliar desde já sua importância transcendente. Estaríamos vivendo assim entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz.

Escrevendo há sessenta anos, com intuição verdadeiramente divinatória, um naturalista norte-americano pôde anunciar, em forma de aspiração, o que não está longe, talvez, de constituir realidade. Coloridas, por vezes, desse progressismo otimista que foi característica suprema de seu século e de seu país, as palavras de Herbert Smith representam, não obstante, um convite, mais do que um mero devaneio e merecem, por isso, ser meditadas. “De uma revolução”, dizia, “é talvez o que precisa a América do Sul. Não de uma revolução horizontal, simples remoinho de contendas políticas, que servem para atropelar algumas centenas ou milhares de pessoas menos afortunadas. O mundo está farto de tais movimentos. O ideal seria uma boa e honesta revolução, uma revolução vertical e que trouxesse à tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes”.

De que maneira se efetuará essa revolução? “Espero”, respondeu Smith, “que, quando vier, venha placidamente e tenha como remate a amalgamação, não o expurgo, das camadas superiores; camadas que, com todas as suas faltas e os seus defeitos, ainda contam com homens de bem. Lembrai-vos de que os brasileiros estão hoje expiando os erros dos seus pais, tanto quanto os próprios erros. A sociedade foi mal

formada nesta terra, desde as suas raízes. Se as classes cultas se acham isoladas do resto da nação, não é por culpa sua, é por sua desventura. Não ousou afirmar que, como classe, os operários e tendeiros sejam superiores aos cavaleiros e aos grandes negociantes. A verdade é que são ignorantes, sujos e grosseiros; nada mais evidente para qualquer estrangeiro que os visite. Mas o trabalho dá-lhes boa têmpera, e a pobreza defende-os, de algum modo, contra os maus costumes. Fisicamente, não há dúvida que são melhores do que a classe mais elevada, e mentalmente também o seriam se lhes fossem favoráveis as oportunidades.”

É inevitável pensar que os acontecimentos dos últimos decênios, em vários países da América Latina, se orientam francamente nesse sentido. Mais patente nas terras onde prevaleceu maior estratificação social – no México, apesar de hesitações e intermitências, desde 1917; no Chile desde 1925 –, parece certo, contudo, que o movimento não é puramente circunstancial ou local, mas se desenvolve, ao contrário, com a coerência de um programa previamente traçado.

Contra sua cabal realização é provável que se erga, e cada vez mais obstinada, a resistência dos adeptos de um passado que a distância já vai tingindo de cores idílicas. Essa resistência poderá, segundo seu grau de intensidade, manifestar-se em certas expansões de fundo sentimental e místico limitadas ao campo literário, ou pouco mais. Não é impossível, porém, que se traduza diretamente em formas de expressão social capazes de restringir ou comprometer as esperanças de qualquer transformação profunda.

Uma reação dessa ordem encontraria apoio firme em certa mentalidade criada pelas condições especiais de nosso desenvolvimento histórico, e que o próprio espírito legístico dos nossos políticos do Segundo Reinado e da Primeira República não conseguiu modificar: quando muito manteve-se à margem dos fatos, exacerbando mesmo, pelo contraste, as forças que queriam neutralizar. Tal mentalidade, dentro ou fora do sistema liberal, exige que, por trás do edifício do Estado, existiam pessoas de carne e osso. As constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias, são fenômeno corrente em toda a história da América do Sul. É em vão que os políticos imaginam interessar-se mais pelos princípios do que pelos homens: seus próprios atos representam o desmentido flagrante dessa pretensão.

“Nada há mais parecido com uma saquarema do que um luzia no poder”: o dito célebre de Holanda Cavalcanti reflete a verdade, de todos sabida, acerca de semelhança fundamental dos dois grandes partidos do tempo da monarquia. Efetivamente quase nada os distinguia, salvo os rótulos, que tinham apenas o valor de bandeiras de combate. Não seria de admirar se ocorresse aqui coisa comparável ao que se viu no Prata, onde um Rosas, clamando, embora, contra os *salvajes unitarios*, fazia obra eminentemente antifederal e tratava de sujeitar as províncias ao mando discricionário de Buenos Aires e aos interesses de aduana portenha. Serviu-se do lema “Federação”, que alcançara, ao seu tempo, enorme ressonância popular, como outros se serviam do lema “Liberdade”, ainda mais prestigioso, ao mesmo passo em que procuravam consolidar em nome dele um poder positivamente ditatorial e despótico. Ninguém exprimiu com tamanha franqueza essa atitude como aquele caudilho venezuelano que proclamava diante de um Congresso: “*Supuesto que toda revolución necesita bandera, ya que La Convención de Valencia no quiso bautizar su Constitución con el nombre de federal, invocamos nosotros La Idea; porque si los contrarios, señores, hubieran dicho federación, nosotros hubiéramos dicho centralismo*”.

Na tão malsinada primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva revela-se nitidamente o predomínio do elemento emotivo sobre o racional. Por mais que se julgue achar o contrário, a verdadeira solidariedade só se pode sustentar realmente nos círculos restritos e a nossa predileção, confessada ou não, pelas pessoas e interesses concretos não encontra alimento muito substancial nos ideais teóricos ou mesmo nos interesses econômicos em que se há de apoiar um grande partido. Assim, a ausência de verdadeiros partidos não é entre nós, como há quem o suponha singelamente, a causa de nossa inadaptação. A confusão é fácil e frequente o relatório Simon acerca da Constituição indiana de 1930 via no fato de não se formarem na Índia partidos regulares um dos empecilhos à democratização do país.

A verdade é que, como nossa aparente adesão a todos os formalismos denuncia apenas uma ausência de forma espontânea, assim também a nossa confiança na excelência das fórmulas teóricas mostra simplesmente que somos um povo pouco especulativo. Podemos organizar campanhas, formar facções, armar motins, se preciso for, em torno de uma ideia nobre. Ninguém ignora, porém, que o aparente triunfo de um personalismo sobre outro.

É inegável que em nossa vida política o personalismo pode ser em muitos casos uma força positiva e que ao seu lado os lemas da democracia liberal parecem conceitos puramente ornamentais ou declamatórios, sem raízes fundas na realidade.

Isso explica como, entre nós e, em geral, nos países latino-americanos, onde quer que o personalismo – ou a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as resistências liberais, assegurou-se, por essa forma, uma estabilidade política aparente, mas que de outro modo não seria possível. Para os chilenos, os três decênios do regime inaugurado por Diego Portales, que arrancou o país do perigo da anarquia mediante um poder acentuadamente oligárquico, ainda passam por ser os mais ditosos de sua história. E ainda hoje, a maior estabilidade da pequena República de Costa Rica entre suas bulhentas irmãs da América Central explica-se largamente pelos mesmos motivos. A existência de tais situações, em verdade excepcionais, chega a fazer esquecer que os regimes discricionários, em mãos de dirigentes “providenciais” e irresponsáveis, representam, no melhor caso, um disfarce grosseiro, não uma alternativa, para a anarquia. A ideia de uma espécie de entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo os seus destinos, é dificilmente inteligível para os povos da América Latina.

É frequente imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais quando, em realidade, lutamos por um personalismo ou conta outro. O inextricável mecanismo político e eleitoral ocupa-se continuamente em velar-nos esse fato. Mas quando as leis acolhedoras do personalismo são resguardadas por uma tradição respeitável ou não foram postas em dúvida, ele aparece livre de disfarces. É notório que, no tempo da nossa monarquia, os jornais e o povo criticavam com muito mais aspereza a Câmara dos Deputados, eleita pelo povo, do que o Senado, cujos membros eram escolhidos pelo imperador.

Apesar de tudo, não é justo afiançar-se, sem apelo, nossa incompatibilidade absoluta com os ideais democráticos. Não seria mesmo difícil acentuarem-se zonas de confluência e de simpatia entre esses ideais e certos fenômenos decorrentes das condições de nossa formação nacional. Poderiam citar-se três fatores que teriam particularmente militado em seu favor, a saber:

- 1) a repulsa dos povos americanos, descendentes dos colonizadores e da população indígena, por toda hierarquia racional, por qualquer composição da sociedade que se tornasse obstáculo grave à autonomia do indivíduo;
- 2) a impossibilidade de uma resistência eficaz a certas influências novas (por exemplo, do primado da vida urbana, do cosmopolitismo), que, pelo menos até recentemente, foram aliadas naturais das ideias democrático-liberais;
- 3) a relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor.

Além disso, as ideias da Revolução Francesa encontraram apoio em uma atitude que não é estranha ao temperamento nacional. A noção da bondade natural combina-se singularmente com o nosso já assinalado “cordialismo”. A tese de uma humanidade má por natureza e de um combate de todos contra todos há de parecer-nos, ao contrário, extremamente antipática e incômoda. E é aqui que o nosso “homem cordial” encontraria uma possibilidade de articulação entre seus sentimentos e as construções dogmáticas da democracia liberal.

Se todavia não nos detivermos na configuração exterior da vida nacional, mas penetrarmos ainda e sobretudo as formas subjacentes, só nos cumprirá confessar que se limita a essa coincidência o que há de comum entre as atitudes que tentamos aproximar. Com efeito, no liberalismo, a ideia da bondade natural do homem é simples argumento; seria ilusório supor que tal convicção repouse em alguma simpatia particular pelo gênero humano, considerado no conjunto ou em cada um dos seus indivíduos. Trata-se de uma teoria essencialmente neutra, despida de emotividade e que se enquadra facilmente em fórmulas.

E o mais grave é que a própria coincidência notada entre os ideais que ele apregoa e o comportamento social que se tentou definir como tradicionalmente peculiar ao nosso povo é, no fundo, mais aparente do que real. Todo o pensamento liberal-democrático pode resumir-se na frase célebre de Bentham: “A maior felicidade para o maior número”. Não é difícil perceber que essa ideia está em contraste direto com qualquer forma de convívio humano baseada nos valores cordiais. Todo afeto entre os homens funda-se forçosamente em preferências. Amar alguém é amá-lo mais do que a outros. Há aqui uma unilateralidade que entra em franca oposição com o ponto de vista jurídico e neutro em que se baseia o liberalismo. A benevolência democrática é comparável nisto à polidez, resulta de um comportamento

social que procura orientar-se pelo equilíbrio dos egoísmos. O ideal humanitário que na melhor das hipóteses ela predica é paradoxalmente impessoal sustenta-se na ideia de que o maior grau de amor está por força no amor ao maior número de homens, subordinando, assim, a qualidade à quantidade.

É claro que um amor humano sujeito à asfixia e à morte fora de seu círculo restrito não pode servir de cimento a nenhuma organização humana concebida em escala mais ampla. Com a simples cordialidade não se criam os bons princípios. É necessário algum elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania, para que possa haver cristalização social. A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas ilusões da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar. É certo que a presença de tais ilusões não constitui em si argumento contra o liberalismo e que existem outros remédios, além da tirania, para a consolidação e estabilização de um conjunto social e nacional.

Importa, de qualquer modo, relegar aos seus justos limites o domínio de certos princípios e fórmulas políticas. Aqueles pioneiros de nossa Independência e da República que em 1817 não desejavam em nada modificar a situação dos negros escravos, embora não reconhecessem o direito dessa situação, foram de uma sinceridade que nunca mais se repetiu no decurso de nossa vida de nação. Depois deles, os políticos mais prudentes preferiam não mencionar o ponto vulnerável de uma organização que aspiravam perfeita e coerente consigo mesma, ainda quando somente no papel. Não duvidaram um único momento de que a sã política é filha da moral e da razão. E assim preferiram esquecer a realidade, feia e desconcertante, para se refugiarem no mundo ideal de onde lhes acenavam os doutrinadores do tempo. Criaram asas para não ver o espetáculo detestável que o país lhes oferecia.

É frequente, alias, o fato de aqueles que em política tratam de fazer obra puramente realista ou apenas oportunista pretenderem agir, ao mesmo tempo, segundo critérios morais: alguns ficariam sinceramente escandalizados se lhes dissessem que uma ação moralmente recomendável pode ser praticamente ineficaz ou nociva. Não faltam exemplos de ditadores que realizam atos de autoridade perfeitamente arbitrários e julgam, sem embargo, fazer obra democrática.

Essa atitude não é muito diversa da que, por outras razões, adotaram os “caudilhos esclarecidos” da Europa moderna. Não é impossível, pois, que o fascismo de tipo italiano, a despeito de sua apologia da violência, chegue a alcançar sucesso entre nós. Hoje os partidários do fascismo já descobrem seu grande mérito em ter tornado possível a instauração de uma reforma espiritual abrangendo uma verdadeira tábua de valores morais. Não há dúvida que, de certo ponto de vista, o esforço que realizou significa uma tentativa enérgica para mudar o rumo da sociedade, salvando-a de supostos fermentos de dissolução. O sistema que instituiu para sustentar a estrutura imposta com violência pretende compor-se dos elementos vitais de doutrinas que repele em muitos dos seus aspectos; nisso mesmo está um dos títulos de orgulho prediletos dos criadores do regime. Esse sistema lhes dá, aparentemente, a dignidade de um triunfo positivo sobre o liberalismo e também sobre as pretensões revolucionárias esquerda.

Quem não sente, porém, que sua reforma é, em essência, apenas uma sutil contra-reforma? Quem duvida que entre seus motivos diretos subsiste o intuito, algumas vezes confessado, aliás, de dar sentido e fundamento às reivindicações matéricas que, em verdade, lhe servem de base? Não é preciso extraordinária argúcia para se perceber que nesse subterfúgio repousa muito de sua energia. E efetivamente é ainda uma negação disciplinada o que se exprime antes de tudo em sua filosofia de emergência.

Não seria difícil prever o que poderia ser o quadro de um Brasil fascista. Desde já podemos sentir que não existe quase mais nada de agressivo no incipiente mussolinismo indígena. Na doutrinação dos nossos “integralistas”, com pouca corrupção a mesma que aparece nos manuais italianos, faz falta aquela truculência desabrida e exaspera, quase apocalíptica, que tanto colorido emprestou aos seus modelos da Itália e da Alemanha. A energia sobranceira destes transformou-se, aqui, em pobres lamentações de intelectuais neurastênicos. Deu-se com eles coisa semelhante ao que resultou do comunismo, que atrai entre nós precisamente aqueles que parecem menos aptos a realizar os princípios da Terceira Internacional. Tudo quanto o marxismo lhes oferece de atraente essa tensão incoercível para um futuro ideal e necessário, a rebelião contra a moral burguesa, a exploração capitalista e o imperialismo, combina-se antes com a disciplina rígida que Moscou reclama dos seus partidários. No caso do fascismo, a variedade brasileira ainda trouxe a agravante de poder passar por uma teoria meramente conservadora, empenhada no fortalecimento das instituições sociais, morais e religiosas de prestígio indiscutível, e tendendo, assim, a tornar-se praticamente inofensiva aos poderosos, quando não apenas o seu

instrumento. Com efeito, tudo faz esperar que o “integralismo” será, cada vez mais, uma doutrina acomodatória, avessa aos gestos de oposição que não deixam ampla margem às transigências, e partidária sistemática da Ordem, quer dizer, do Poder Constituído. No plano teórico ele fica satisfeito com ser perfeitamente insignificante, por menos que o confesse. O que deseja no íntimo – e algumas vezes com desconcertante ostentação – é a chancela, o *nihil obstat* da autoridade civil. Segue nesse ponto a grande tradição brasileira, que nunca deixou funcionar os verdadeiros partidos de oposição, representativos de interesses ou de ideologias.

Se no terreno político e social os princípios do liberalismo têm sido uma inútil e onerosa superfetação, não será pela experiência de outras elaborações engenhosas que nos encontraremos um dia com a nossa realidade. Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intato, irredutível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa. Já temos visto que o Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e a transcende. Mas também é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo. Há uma única economia possível e superior aos nossos cálculos para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas. O espírito não é força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas. Há, porém, um demônio pérfido e pretensioso, que se ocupa em obscurecer aos nossos olhos estas verdades singelas. Inspirados por ele, os homens se veem diversos do que são e criam novas preferências e repugnâncias. É raro que sejam das boas (1948, pp. 253-285).